BRACARA AUGUSTA



REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. LXIV N.° 122 (135) ANO DE 2018 (Tomo 1)

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DE REGIONALISMO E HISTÓRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA



VOL. LXIV N.º 122 (135) ANO DE 2018 (Tomo 1)

BRACARA AUGUSTA

DIRECTOR

LUÍS ALEXANDRE CABRAL DA SILVA PEREIRA
(Professor da Faculdade de Filosofia de Braga)

CONSELHO DE REDACÇÃO

LUÍS ANTÓNIO DE OLIVEIRA RAMOS
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

AURÉLIO DE OLIVEIRA
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

JOSÉ MARQUES
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

ARMANDO MALHEIRO
(Professor da Faculdade de Letras do Porto)

ANTÓNIO FRANKLIM NEIVA SOARES
(Professor da Universidade do Minho)

MARIA DO CARMO FRANCO RIBEIRO
(Professora Auxiliar do ICS da Universidade do Minho)

ALEXANDRA PATRÍCIA LOPES ESTEVES
(Professora no Centro Regional de Braga
da Universidade Católica Portuguesa)

MIGUEL BANDEIRA
(Vereador da Câmara Municipal de Braga;
Pelouros: Regeneração Urbana,
Património, Ligação à Universidade
e Planeamento, Ordenamento e Urbanismo;
Professor na Universidade do Minho;
Geógrafo)

COORDENAÇÃO GERAL

PELOURO DA CULTURA

Nota de Apresentação

O volume LXIV da revista Bracara Augusta que hoje trazemos a público encontra-se repartido em dois tomos. No primeiro, publicam-se os artigos que resultam da normal colaboração dos investigadores; no segundo, apresentam-se dois dos ensaios que concorreram ao Prémio de História Local Dr. Manuel Monteiro e que foram distinguidos pelo júri com Menções Honrosas. São eles **Entre a clausura e o século: o Recolhimento de Santo António do Campo da Vinha sob a administração da Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)**, *da autoria de Carla Manuela Sousa Machado, e* **Os focos que nos desunem**, *da autoria conjunta de Joaquim Martins e José Soares.*

De acordo com o previsto no artigo 6.º do Regulamento do Prémio, os trabalhos distinguidos deverão ser publicados pela revista Bracara Augusta, se os autores assim o desejarem. É o que fazemos hoje, com esta publicação. E decidimos editá-los num tomo à parte não só para lhes conferir justo relevo, mas também porque entendemos que perderiam um pouco da sua identidade de premiados se fossem publicados juntamente com os outros estudos num só tomo.

Para além de continuarmos a publicação das actas das reuniões da Câmara de Braga no século XVI e de breves recensões de obras relativas à cidade, publicamos mais quatro artigos, todos eles do mais alto nível interesse cultural.

O Professor José Marques traz-nos um artigo sobre uma contenda entre os judeus de Braga e o Cabido da Sé, na segunda metade do séc. XV, que permite reconstituir o que era a comuna judaica, nas três décadas anteriores à expulsão dos judeus por D. Manuel, em 1496, e revela o ambiente social e religioso da cidade. Por um contrato entre a comunidade judaica e o Cabido, os judeus renunciam às casas por eles então ocupadas junto à Sé e aceitam mudar-se

para a Judiaria Nova, situada na que hoje se chama Rua de Santo António das Travessas, mudando-se os cristãos aí residentes para a Judiaria Velha. O capelão da Cividade, contudo, vem queixar-se ao Cabido de que, com esta permuta, as suas rendas diminuíram. É esse o núcleo do conflito.

Do Professor José Custódio Vieira da Silva, da Universidade Nova de Lisboa, publicamos "O Morgado da Oliveira: a instituição, o palácio". O Morgado de Oliveira, situa-se na Graça do Divor, perto de Évora, e foi criado a 13 de Agosto de 1306, pelo arcebispo de Braga D. Martinho Pires de Oliveira, que governou a arquidiocese de 1295 a 1313. Com essa criação, pretendeu o arcebispo perpetuar a linhagem de Oliveira, iniciada em seu pai Pedro de Oliveira, mas o documento de instituição deste vínculo tem, além disso, grande interesse por exemplificar a forma institucional e jurídica de protecção à base económica territorial da nobreza e do clero medievais.

O Doutor Eduardo Pires Oliveira, no artigo "O Parque da Ponte (Braga)" historia o aparecimento e as vicissitudes por que passou o Parque da Ponte enquanto espaço público, centrando-se mais demoradamente no período de finais do século XIX e todo o século XX, chamando a atenção para o facto de, apesar de a cidade se considerar a terceira do país, nunca ter possuído um parque correspondente, em dimensão e qualidade arquitectónica, a esse **status**, *sendo a sua área inferior à dos parques da maioria das cidades portuguesas. No entanto, relativamente a Braga, conhecemos uma das mais antigas informações sobre jardins pertencentes a edifícios senhoriais. Refere-se o autor ao jardim do Paço dos Arcebispos, conforme se pode ler no memorial das obras mandadas fazer por de D. Diogo de Sousa.*

Por fim, o Dr. Luís Miguel Cardoso de Menezes, na continuação de artigos anteriores centrados na intensa actividade cívica e política do 1.º Conde de Margaride, Luís Cardoso Martins da Costa Macedo (1839-1919), dedica-se agora ao estudo do seu rico acervo epistolar formado por cerca de 400 documentos que revelam, entre outros aspectos, as suas relações com as mais importantes personalidades da vida social e política portuguesa do seu tempo.

A todos quantos colaboraram na elaboração deste volume LXIV da revista Bracara Augusta, especialmente os investigadores que partilharam connosco o resultado das suas investigações, apresentamos publicamente os nossos agradecimentos.

Luís da Silva Pereira

A contenda do Cabido com os judeus de Braga na segunda metade do século XV*

JOSÉ MARQUES**

1 – INTRODUÇÃO

A comuna judaica de Braga, apesar de, em 1976, Humberto Baquero Moreno ter revelado a tensão contra ela existente, consubstanciada nas pregações do *converso* Mestre Paulo [1], e de Eugénio Andrea da Cunha e Freitas ter divulgado, há tempos, os nomes de alguns dos seus membros [2], continua praticamente por estudar.

Assim, desconhecemos quando os judeus aí se fixaram em número suficiente para constituírem a comuna [3], quando se organizou a primeira judiaria e quais as circunstâncias determinantes da sua transferência para outra rua, como se relacionavam com os cristãos bracarenses, quais as famílias aí radicadas, profissões exercidas pelos seus membros, como eram vistos pela autoridade e legislação eclesiásticas, quando e como despertou e se foi avolumando o clima de hostilidade contra eles, que opções tomaram face às leis anti-judaicas decretadas por D. Manuel I, etc.

Estes e outros aspectos terão de ser abordados por quem desejar ter um conhecimento tanto quanto possível perfeito desta comunidade judaica.

---

* Dadas as condições em que este artigo apareceu no n.º 4 da Revista ALTITUDE, 2.ª série, ano II, Dez. de 1981, decidiu a sua Direcção publicá-lo de novo, agora na íntegra, na mesma Revista, 2.ª série, ano III, Dez. 1982 – Março 1983, págs. 129-154, solução que o A. registou com agrado. A fim de ser conhecido entre nós, reedita-se também na *Bracara Augusta,* de 2018.

** Professor Catedrático da Faculdade de Letras do Porto (ap.).

1 MORENO, Humberto Baquero – *As pregações de Mestre Paulo contra os judeus bracarenses nos finais do século XV*, in «Bracara Augusta», Braga, 30 (1) 1976, pp. 53-62; *Novos elementos relativos a Mestre Paulo, pregador do século XV, contra os judeus bracarenses,* in «Bracara Augusta», Braga, 32. 1978, pp. 117-124.

Embora reconheçamos a dificuldade de uma resposta definitiva a todas estas questões, podemos asseverar que os dados recolhidos no contacto com a documentação bracarense permitem avançar um pouco no conhecimento desta comuna, na segunda metade do século XV. Estas informações deverão ser completadas com outras, eventualmente existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Antes de prosseguirmos, desejamos observar que o tema central desta comunicação, constituído pela *contenda entre o Cabido e a comuna judaica de Braga, em 1468*, nos ofereceu o ensejo para alargar o âmbito da investigação, numa tentativa de responder às questões acima enunciadas, abordando-as antes ou depois do referido tema, de acordo com a sequência lógica da exposição.

2 – A COMUNA E A JUDIARIA PRIMITIVA

A presença de judeus na cidade de Braga, *sem, contudo, se aludir à sua comuna,* está bem documentada no Tombo do Cabido, do século XIV, onde encontrámos as seguintes menções:

– «Item as casas em que mora *Aarom judeu* trage as emprazadas Vaasco Perez Furtado por huum maravidy»[4];

– «Item a casa que foy adega de Fernand' Estevez em que mora *Nenbroso judeu* andon com casas em que mora o Avenido na rua dos Burgueses ca som pertenças delas»[5];

– «Item a outra casa em que mora *Samuel judeu teçelam* que foy adega do dicto Fernand' Estevez he das pertenças da dicta casa do Avanido»[6];

– «Item a casa que foy da Janeira que som de Gonçalo Eannes Chicarinho em que mora o *judeu* dez e seis soldos de çenço»[7].

---

[2] CUNHA E FREITAS, Eugénio Andrea da – *Poeira do caminho. Notas de História e Arte. V. As judiarias de Braga no séc. XV,* in «Armas e troféus». Revista de História, Heráldica, Genealogia e de Arte. Lisboa. III série, tomo VI, n.º 3 (Set.-Dez.), 1977, pp. 253-255.

[3] FERRO, Maria José Pimenta – *Os judeus em Portugal no século XIV,* 2.ª ed., Lisboa, 1979, p. 11 e *Os judeus em Portugal no século XV,* Lisboa, Universidade Nova, 1982, p. 43.

[4] Arquivo Distrital de Braga (A.D.B.), *Tombo da Cabido,* fl. 122v.

[5] A.D.B., *Tombo da Cabido,* fl. 123v.

[6] A.D.B., *Tombo da Cabido,* fl. 123v.

[7] A.D.B., *Tombo do Cabido,* fl. 125v.

Além destes, cremos ainda serem judeus Lourenço Abril[8] e *Gabriel*, a que se refere esta verba: – «Item hũuas casas en que mora Graviel trage as emprazadas o abbade de Este por quareenta soldos»[9].

Por este *Tombo,* criticamente datado de 1369-1380, ficamos a conhecer apenas os judeus moradores nas casas do cabido de Braga, algumas das quais sitas na *rua dos Burgueses.*

Esta dispersão dos hebreus por diversas ruas da cidade revela a inexistência de judiaria em Braga, o que se harmoniza com o cenário descrito por D. João I na carta aí outorgada, em 30 de Setembro de 1400, e posteriormente incorporada nas *Ordenações Afonsinas*[10], ao afirmar que em alguns lugares os judeus *«non vivem todos apartadamente em suas Judarias, segundo he ordenado per nos e pelos Reix, que ante nós foram; e que alguns delles vivem misticamente antre os Christãos, e andam de noite aas desoras fora das ditas Judarias: do que a nós nem praz, nem ho avemos por bem feito, se assy he»*[11], ordenando, por isso, aos seus juízes e justiças do reino que os intimassem a irem morar às judiarias, dentro dos prazos a fixar, *«e que outro sy despois que for noite nam saiam fora das suas Judarias».*

Os contraventores deveriam ser presos até el-rei dar ordens para serem postos em liberdade.

Além disso, na referida carta acrescentava: – «E se em alguns desses Lugares nom ouver Judarias, ou forem tão pequenas, em que todos nom possão caber, vos os apartade, ou lhas acrescentade, se pequenas forem de guisa que possão em ellas caber em aquelles Lugares, que forem mais convinhavees»[12].

Nestas circunstâncias, até prova em contrário, é de admitir que a judiaria de Braga é posterior a 1400.

Entretanto, pelas fontes bracarenses só voltamos a ter referências concretas a membros da comunidade judaica da cidade primaz, a partir de 8 de Maio de 1466[13], quase um século após a feitura do importante códice capitular.

---

8 A.D.B., *Tombo do Cabido,* fl. 132.
9 A.D.B., *Tombo do Cabido,* fl. 125v.
10 *Ordenaçoens do senhor rei D. Afonso V,* Liv. II, Lisboa, 1792, p. 455.
11 *Ordenaçoens...,* Liv. II. p. 455.
12 *Ordenaçoens...,* Liv. II, p. 456.
13 A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1. fl. 5v.; liv. 3. fl. 4v.

3 – A TRANSFERÊNCIA PARA A JUDIARIA NOVA

Com as observações precedentes não queremos distrair-nos do tema central desta breve comunicação, subordinada ao título *A contenda do Cabido com os judeus de Braga, na segunda metade do século XV,* que, sem anteciparmos conclusões, marca o início de um conturbado período, finalmente encerrado, em 1481, com a conhecida intervenção de D. Afonso V impondo silêncio ao *converso Mestre Paulo*.

Trata-se de um diferendo deveras curioso, não só pela sua dimensão sócio-religiosa, mas também pelos elementos insubstituíveis que oferece para a reconstituição da comuna bracarense nas três décadas anteriores à expulsão dos judeus, decretada por D. Manuel I, em 1496.

Articulando as informações contidas na composição celebrada entre o Cabido e a comuna hebraica, ratificada, em 21 de Janeiro de 1468, por sentença do chantre Luís Afonso, com os dados provenientes de outras fontes do Arquivo Distrital de Braga, podemos reconstituir com bastante pormenor o que então se passou entre as partes litigantes e responder, parcialmene, às questões acima formuladas.

– Por um contrato firmado, pouco antes de 8 de Maio de 1466[14], entre o Cabido e a comuna judaica de Braga, os hebreus renunciaram à judiaria então por eles ocupada e acederam a transferir-se para uma rua próxima, que passou a chamar-se *Judiaria Nova*, hoje denominada rua de *Santo António (das Travessas)*[15], sita nas imediações da Sé e da igreja de S. Tiago da Cividade.

Por sua vez, os cristãos antes aí residentes foram instalar-se na *Judiaria Velha,* identificando-se, em vários casos, os foreiros judeus que os precederam. Tais são os casos do Cónego Diogo de Viana, que, além das casas da sinagoga da *Judiaria Velha*[16], passou a

---

[14] *Ibidem.*
Esse contrato é várias vezes mencionado nas cartas de prazo. Assim, no prazo das casas que Mestre Moisés, físico, foi ocupar na *Judiaria Nova*, até então ocupadas por João Rodrigues, de Lisboa, diz-se que estão da parte de cima *«... e como lhes som repartidas no contrayto fecto antre o Cabido e a comuna dos judeus...»* (A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 10).

[15] A.D.B., *Arquivo da Misericórdia, Liv. 1.º dos prazos primordiais,* n.os 11 e 12. Ver a localização na fig. 1.

[16] A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 13v.; liv. 3, fls. 12v. e 78.
Embora, em 29-7-1466, a sinagoga da *Judiaria Velha* fosse ainda utilizada – *«a casa que ora he isnogua»* (A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 11 e liv. 3, fl. 9v.)

dispor também das casas de Jacob Castelão[17], do tercenário Gonçalo Vasques, que foi ocupar as casas de Mestre Moisés[18] e de Pedro de Amorim e sua esposa Violante Afonso, novos titulares das que tivera emprazadas o outro Mestre Moisés[19].

Na *Judiaria Nova* depara-se-nos uma situação inversa. Assim, a nova sinagoga foi instalada na casa em que outrora, sucessivamente, viveram o cónego Pedro Lourenço e o licenciado Fernando Afonso[20], «Çarruchel» ou Curruchel foi ocupar a casa da morada de João de Arão[21], ao rabino Sancho *Brafanes* coube a antiga casa de um tecelão[22], o físico Mestre Moisés passou a morar na casa abandonada pelo cónego João Rodrigues de Lisboa[23] e Mestre Moisés, ourives, emprazou a casa onde morara Estêvão Martins, carpinteiro, depois possuída por Garcia Peres[24], podendo-se acrescentar ainda que Salomão de Almeida e seu filho Isaque de Almeida emprazaram duas moradias, igualmente pertencentes ao Cabido e até então confiadas a João Rodrigues de Lisboa[25].

Esta movimentação ficou bem documentada nas cartas de prazo que foi necessário fazer, constituindo, por isso, fontes preciosas para a reconstituição da comuna judaica em estudo.

– pelos judeus que estavam a transferir-se para a *Judiaria Nova*, em 23-9-[1466], já tinha deixado de o ser: – *«... emprazarom a Diogo de Viana... as casas da rua de Sacta Maria que isnoga* (sic) *dos judeus assy como as trazia a comuna...»* (A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 13v.). Ver fig. 1.

Na primeira parte da frase foi omitido o verbo que explicitaria a situação das casas da sinagoga, mas o facto de se dizer que *foram emprazadas «assy como as trazia a comuna»,* revela que já tinha sido abandonada entrando agora na sua posse o Cónego Diogo de Viana.

É incorrecto afirmar da *Judiaria Velha:* – «... também chamada de *Santa Maria* ou do *Poço*» (cf. *o.c.,* na nota 2, p. 253).

A documentação fala numerosas vezes da *Rua de Santa Maria que foi judiaria.* Nunca, porém, deixa entender que a judiaria se chamava de *Santa Maria.*

A designação de *Rua de Santa Maria,* atribuída à que foi judiaria até ao segundo semestre de 1466, traduz a intenção de «cristianizar» esse local e o respectivo topónimo. O mesmo aconteceu com a *Judiaria Nova*, que, em 4-1-1511, já se chamava *Rua de Santo António* (A.D.B., *Arq. da Misericórdia, Liv. 1.º dos prazos pimordiais,* n.º 1), depois dito das Travessas para se distinguir do *Santo António da Praça.*

17 A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 9v.

18 A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 11 e liv. 3. fl. 9v.

19 A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 12v. e liv. 3, fl. 10v.

20 A.D.B., *Gaveta 1.ª das igrejas,* n.º 106. Ver fig. 2.

21 *Ibidem.*

22 *Ibidem.*

23 *Ibidem.*

24 *Ibidem.*

25 A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 5v. e liv. 3 fl. 4v.

De acordo com as referidas cartas de prazo, a movimentação num e noutro sentidos verificou-se entre 8 de Maio de 1466, dia em que o Cabido outorgou a Salomão de Almeida e a seu filho, Isaque de Almeida, as casas da futura *Judiaria Nova,* até então na posse de João Rodrigues de Lisboa[26], e 16 de Outubro do ano seguinte, data do prazo das casas em que vivia Ouro Velhido, viúva de Amail[27].

A fase mais intensa dessa mudança foi, contudo, o segundo semestre de 1466.

Uma pergunta há que não podemos omitir: – Porquê se operou esta transferência da população judaica da zona central da urbe, isto é, das imediações da Sé e dos Paços do Concelho para uma rua, que, embora dentro de muralhas, se pode considerar periférica?

A resposta satisfatória deve encontrar-se no instrumento do contrato acima referido, de momento, ainda por localizar, se acaso existe. Entretanto, não hesitamos relacioná-la com as grandes obras realizadas nas ruas e muralhas da cidade ao longo do século XV, em especial com as que por essa altura e ainda dez anos depois continuavam no troço da *porta e torre de S. Tiago*[28], que dava acesso directo a Sé.

A política régia de separação entre cristãos e judeus, bem acolhida pela autoridade religiosa, exigia o afastamento desta comunidade minoritária instalada ao longo desta importante artéria da Braga medieval.

Por outro lado, a rua destinada à *Judiaria Nova,* porque muito mais afastada e estreita, oferecia melhores condições de isolamento e de protecção da comuna hebraica, contra possíveis violências, decorrentes da crescente onda de anti-semitismo, havia muito, bem expressa no assalto à Judiaria Grande de Lisboa, em 1449[29].

Por fim, além do desejo que os capitulares teriam de se instalarem mais próximo da Sé, não é de rejeitar a preocupação, aliás palpitante nos prazos, de assim prosseguir a recuperação das casas degradadas e pardieiros bem representados nos contratos enfitêuticos[30].

---

[26] *Ibidem.*

[27] A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 23v. e liv. 3, fl. 21v.

[28] A.D.B., *Registo geral,* n.º 330 (antigo 304), fl. 446v.

[29] MORENO, Humberto Carlos Baquero – *O assalto à Judiaria Grande de Lisboa em Dezembro de 1449,* sep. da «Revista de Ciências do Homem» da Universidade de Lourenço Marques, Série A, vol. III, 1970.

[30] A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fls. 5v., 43, 44v., 48, 67; liv. 3, fl. 69...

4 – A CONTENDA

Concluída esta primeira fase da ocupação da *Judiaria Nova,* João Sobrinho, capelão da igreja paroquial da Cividade, anexa ao Cabido, verificou que o número de cristãos que a frequentavam baixara e com ele diminuíra, de forma notória, o volume das ofertas dominicais e festivas, feitas de acordo com uma curiosa tabela referente a géneros e dinheiro, a oblações e dízimas pessoais, na qual se entrava em linha de conta com o sexo, a condição social e as possibilidades económicas de cada fiel... *e queixou-se ao Cabido.*

Como, apesar de instados, os judeus se recusavam a pagar à igreja de S. Tiago da Cividade esses direitos, o Cabido, na qualidade de seu principal titular, apresentou queixa formal aos vigários capitulares, governadores do arcebispado durante a vacância da Sé, originada pela morte de D. Fernando da Guerra, para instrucção do processo judicial.

Segundo o libelo acusatório, a acção era intentada contra toda a comunidade hebraica, figurando como principais arguidos Mestre Moisés, físico, Mestre Moisés, ourives, o rabino Sancho *Brafanes* (também chamado *Santo*) e, ainda, *«Çarruchel»* ou Curruchel.

Terminado o minucioso relato dos factos, no intuito de recuperar os contestados direitos, requeria-se aos vigários capitulares a condenação dos judeus a que *«cada dominguo e festas dem e paguem as oblações e ofertas e dizimas pessoaaes como pagavam os que moravam nas ditas casas»* [31].

Esta exigência, que repugna aos critérios e sensibilidade actuais, não era uma violência arbitrária exercida pelo Cabido com a anuência dos vigários capitulares, pois encontrava a sua fundamentação jurídica na *Lei* VI do *Título* XXIII da *Primeira Partida* de Afonso X: – *«E ainda manda a Santa Eygreja que todo home que seia teedor d'erdade que seia dizimeyra que seia cristão ou judeu ou mouro pero a tenha apenhorada ou arrendada ou en prestamo ou doutra maneyra qualquer ou a tenha por seu nome ou por nome doutro, que alme os seia teude de dar o dizimo dela e nõ huu preito que faça cõ senhor de herdade pera o nõ dar»* [32].

---

[31] A.D.B., *Gaveta 1.ª das igrejas,* n.° 106.

[32] ALPHONSE X – *Primeyra Partida, édition et étude,* [por] José de Azevedo Ferreira, Braga, 1980, p. 519.

A lei era extremamente clara acerca da obrigatoriedade do pagamento dos dízimos prediais ou reais, mas já o mesmo não acontecia quanto às oblações e dízimos pessoais, dada a disparidade de fé e culto que separava as duas comunidades e o facto de os judeus não estarem submetidos à jurisdição eclesiástica. Não faltariam, por isso, sólidas razões para o advogado dos réus, o bacharel Afonso Peres, contestar, pelo menos em parte, a pretensão capitular, notificada à comuna judaica pela Relação de Braga. Estranhamente, porém, o advogado dos hebreus limitou-se a apresentar *«hũas razõoes a non contestar»,* propondo antes um acordo com o Cabido e o capelão de S. Tiago da Cividade, que logo foi aceite.

A negociação decorreu entre o procurador dos *autores,* Diogo Álvares, e alguns judeus chefiados pelos rabinos Sancho e Moisés *(Musse)* Brafanes, ficando estipulado que a comuna pagaria *«por todallas dizimas prediaaes e pessoaaes e oferendas da dicta judaria ora os judeus sejam muitos ora poucos contanto que nom se estendam mais do circuito que lhes agora he dado por judaria duzentos reaes em cada huum anno pera sempre pagados por o Sam Joham Baptista»* [33] *(Ver apêndice e fig. 2).*

Para maior consistência do vínculo contratual agora estabelecido entre eles, solicitaram que o resultado da composição fosse apresentado como sentença, terminando assim esta contenda, cujo clausulado sugere algumas observações:

– A decisão tomada pela comuna de não contestar o libelo acusatório parece derivar de uma atitude de prudência, destinada a evitar que os cristãos se exacerbassern contra eles.

O facto de o pagamento global só abranger os moradores da *Judiaria Nova* constituía um estímulo à concentração dos seguidores da *Velha Lei* num espaço bastante limitado, deixando, assim, mais tranquila a população cristã.

Este quantitativo de duzentos reais brancos, não tinha expressão significativa nos ingressos monetários do Cabido bracarense, mas revelava publicamente e numa base jurídica que o Cabido era o verdadeiro proprietário dessas casas.

Finalmente, afigura-senos sintomático que esta acção judicial só tivesse sido tentada após o falecimento do arcebispo D. Fernando da Guerra. Com efeito, durante o seu longo governo episcopal (1417-

[33] A.D.B., *Gaveta 1.ª das igrejas,* n.º 106.

-1467) não encontrámos quaisquer vestígios de anti-semitismo em Braga e parece, até, que o arcebispo tinha certa ligação com alguns judeus, tendo sido a seu pedido que, em 21 de Janeiro de 1446, D. Afonso V passou carta de tabelião geral nas comunas dos judeus a Salomão Amado, ourives, residente em Santarém, em substituição de mestre Josepe, cirurgião, que renunciara ao dito ofício[34].

5 – QUEM E QUANTOS ERAM OS JUDEUS DE BRAGA?

A documentação disponível, na grande maioria constituída por *prazos,* permite apenas um conhecimento parcial da comuna judaica de Braga, pois só revela directamente os intervenientes nos contratos enfitêuticos ou em escambos, e indirectamente os confinantes com os novos enfiteutas e os que serviam de testemunhas, não sendo possível, nestas condições, avançar uma estimativa da população judaica existente em Braga, na segunda metade do século XV, pois nem conhecemos o número exacto de famílias nem a média dos seus componentes.

Mesmo assim, com esse reduzido número elaboramos uma lista que nos dá uma imagem da dimensão humana desta comuna.

Recorde-se, entretanto, que nesta investigação, além dos *prazos do Cabido* – sem dúvida a fonte principal – utilizamos também os *prazos* de outras instituições bracarenses, como as gafarias e confrarias, administradas pela câmara municipal.

Estas fontes, utilizadas em conjunto, permitem surpreender algumas relações de parentesco entre os membros da comuna hebraica e revelam certos oficiais e figuras mais representativas ou evidenciadas pela sua cultura e profissão.

---

[34] A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso V,* liv. 5, fl. 2v.

Eis o rol que nos foi possível elaborar:

Datas	Nomes	Profissões	Observações
8-5-1466	Salomão de Almeida [35]		Falecido antes de 19-2-1485 [36]
8-5-1466	Isaque de Almeida [37]		Filho de Salomão de Almeida
20-6-1466	Jacob Castelão [38]		Em 5-3-1482 já tinha falecido [41]
16-7-1466	Mestre Isaque [39]		Pai de Mestre Moisés
16-7-1466	Mestse Moisés [40]	Físico	Filho do precendente Mestre Isaque
19-7-1466	Irmã de Mestre Moisés [42]		
28-8-1466	Moisés, judeu [43]		
10-8-1467	Jacob Montesinho [44]		Casado com Missol
10-8-1467	Missol [45]		Mulher de Jacob Montesinho
16-10-1467	Salomão Samafas *(Camafas)* [46]		Casou em 2.as núpcias com Dona Alegria [47]
16-10-1467	*«Cimaha»* [48]		Mulher de Salomão Samafas *(Çamafas)*
16-10-1467	Ouro Velhido [49]		Mulher de Mail ou Amail
16-10-1467	Mail *(Mayl)* ou Amail [50]		Casado com Ouro Velhido. Já falecido nesta data

35 A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 5v.; liv. 3, fl. 4v.
36 Arquivo da Câmara Municipal de Braga (A.C.M.B.), *Livro 1.° dos prazos,* fl. 30v.
37 A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 5v., A.C.M.B., *Livro 1.° dos prazos*, fls. 30-30v.
38 A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fls. 9-9v.; liv. 2, fls. 37, 101 e 104; liv. 3, fls. 56, 62v. e 66v.
39 A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 3, fl. 62v.
40 A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 10; liv. 3, fl. 8v.
41 *Ibidem.*
42 A.D.B., *Prazos do Cabido*, liv. 1, fl. 11; liv. 3, fl. 9v.
43 A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 12v.; liv. 3. fl. 10 v.
44 A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1. fl. 20v.; liv. 3, fl. 19. Ver assinatura na fig. 10.
45 *Ibidem.*
46 A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 23v.; liv. 2, fl. 81v.; liv. 3, fl. 21. No trabalho citado na nota 2 aparece repetidamente, *em leitura errada, «Tanassas»*. Ver a assinatura na fig. 3 como se verifica pela gravura, nesta data, a mãe de Salomão Samafas ainda vivia.
47 A.D.B., *Prazos da Cabido*, liv. 2, fls. 81v.-82v.
48 A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 23v.; liv. 3, fl. 21.
49 A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fls. 23v. e 43v.; liv. 3, fls. 21v., 35 e 64.
50 *Ibidem.*

Datas	Nomes	Profissões	Observações
16-10-1467	Sancho ou *Santo* Brafanes [51]	Rabino	Irmão de Moisés *Brafanes*
16-10-1467	Moisés *Brafanes* [52]	Rabino	Irmão de Sancho ou *Santo* Brafanes
21-1-1468	*«Çarruchel»* ou Curruchel [53]		
21-1-1468	Mestre Moisés [54]	Ourives	
5-4-1470	Abraão do Rego [55]	Ourives	Casado com Mazaltor
5-4-1470	Mazaltor [56]		Mulher de Abraão do Rego
5-4-1470	Moisés *(Musse)* Galego [57]	Ourives	
5-4-1470	Samuel de Almeida [58]		Casado com Ouro
5-4-1470	Ouro [59]		Mulher de Samuel de Almeida
5-4-1470	Abraão Montesinho [60]		Casado com Rica
5-4-1470	Rica *(Riqua)* [61]		Mulher de Abraão Montesinho
5-4-1470	Salomão Montesinho [62]		
5-4-1470	Isaque Montesinho [63]		
27-10-1470	Mestre Baru *(Baruc)* [64]		

[51] A.D.B., *Gaveta 1.ª das igrejas,* n.º 106; *Prazos da Cabido,* liv. 1, fls. 23v., 43v. e 44; liv. 2, fl. 84; liv. 3, fls. 21 e 35; *Arq. da Misericórdia. Livro dos prazos primordiais,* n.º 10.
Santo, isto é, Sancho Brafanes era sogro de Juda Cema (A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 2, fl. 84), porque este tinha casado com Dona *«Orivelhido»,* filha daquele. Ver assinatura na fig. 6, à direita.

[52] A.D.B., *Gaveta 1.ª das igrejas,* n.º 106. *Prazos do Cabido,* liv. 1, fls. 23v. e 43v.; liv. 3, fls. 21, 35 e 83v. Ver assinatura na fig. 6, à esquerda.

[53] A.D.B., *Gaveta 1.ª das igrejas,* n.º 106. A.C.M.B., *Livro 1.º dos prazos,* fl. 8.

[54] A.D.B., *Gaveta 1.ª das igrejas,* n.° 106. *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 19v.; liv. 3, fl. 18.

[55] A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 42v.; liv. 3, fl. 34v. Assinatura no liv. 1, fl. 43.

[56] *Ibidem.*

[57] *Ibidem.*

[58] A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 43. Ver assinatura na fig. 4.

[59] *Ibidem.*

[60] A.D.B., *Prazos do Cabido*, liv. 1, fl. 43, 43v.; liv. 3, fls. 34v. e 35. Ver assinatura na fig. 5.

[61] A.D.B., *Prazos do Cabido*, liv. 1, fl. 43.

[62] A.D.B., *Prazos do Cabido*, liv. 1, fls. 43 e 44; liv. 3, fl. 35. Ver assinatura na fig. 7.

[63] A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 43; 11v. 3, fl. 35.

[64] A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 48; liv. 3, fl. 36.

Datas	Nomes	Profissões	Observações
27-10-1470	Abdias *(Abadias)*[65]		Casado com Ora Boa. Em 1498 aparece com *converso*
19-8-1472	Abraão Galego[66]		Casado com Grácia
19-8-1472	Grácia[67]		Mulher de Abraão Galego
15-3-1477	Abraão Farache[68]		
6-9-1479	Samuel Aboá[69]	Mercador	Ainda vivia em 19-2-1485
5-3-1482	Juda Cema[70]	Mercador	Casado com Dona *«Orivelhido»*
29-7-1482	Ora Boa[71]		
9-9-1482	Dona *«Orivelhido»*[72] (Filha de Sancho Brafanes)		Mulher de Juda Cema. Será a Ouro Velhido, que, em 16-10--1467, era viúva de Mail?[73]
14-12-1483	Isaque Brafanes[74]		Casado com Velhido ou *(«Villiida»).* Depois da conversão chamou-se Gabriel de Barros e foi viver para Ponte do Lima

[65] *Ibidem.*
Supomos tratar-se de Junça Abdias *(Abadias)*, que, em 29-7-1482, com sua mulher Ora Boa, emprazou umas casas pertencentes à confraria de Santa Maria do Rocamador (A.C.M.B., *Livro 1.° dos prazos,* fl. 24v.), e que, em 15-4-1498, aparece como *cristão-novo* (A.C.M.B., *Livro 1.° dos prazos,* fl. 84v.).

[66] A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 67; liv. 3, fl. 40. Ver assinaturas diferentes nas figs. 8 e 9.

[67] *Ibidem.*

[68] A.C.B., *Livro 1.° dos prazos*, fls. 9 e 15. A.D.B., *Arq. da Misericórdia. Livro 2.° dos prazos primordiais. Livro das apegações das propriedades da gafaria, incorporados no Hospital de S. Marcos* (pergaminho que serve de capa). *Arq. da Misericórdia. Livro 1.° dos prazos primordiais,* n.º 8.

[69] A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 2, fl. 37; liv. 3, fl. 56. A.C.M.B., Livro 1.º dos prazos, fls. 30-30v.

[70] A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 2, fl. 83v.; liv. 3. fls. 62v. e 64.
No trabalho referenciado na nota 2 aparece repetida e *erradamente «Jada Coura»*. Em 20-12-1489, Juda Cema, mercador, figura como juiz comissário no pleito que opunha Diogo Afonso, rendeiro das sisas da cidade de Braga no ano de 1488, como autor, e os cónegos bracarenses, como réus (A.D.B., *Livro 3.° das sentenças,* n.º 39).

[71] A.C.M.B., *Livro 1.° dos prazos,* fl. 24v.
Em 23-4-1491 ainda figura como mulher de Junça Abdias (Cf. *liv. citado,* fl. 65).

[72] A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 2, fls. 83v.; liv. 3, fl. 64.

[73] A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 23v.; liv. 3, fl. 21v.

[74] A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 2, fl. 111v.; liv. 3, fl. 67; liv. 4, fl. 7v.

Datas	Nomes	Profissões	Observações
14-12-1483	Velhido *(«Villiida»* ou Vallida)[75]		Mulher de Isaque Brafanes. Em 14-2-1500, chamava-se Branca Pereira e vivia em Ponte do Lima[76]
14-12-1483	Moisés Rut (Rude)[77]	Ourives	Parece que já tinha falecido nesta data
15-10-1484	Mestre Jacob[78]	Físico	Casado com Dona Mira
15-10-1484	Dona Mira[79]		
19-2-1485	Jacob Camanho[80]		
22-5-1490	Mestre rabi, Salomão do Rego[81]	Físico e rabi	Não há referência às suas casas de morada
11-10-1491	Menahen Galego[82]		Casado com Dona Alegria
23-4-1491	Dona Alegria[83]		Casou em primeiras núpcias com Salomão Samafas *(Çamafas)*[84] e em segundas núpcias com Menahen Galego
12-11-1491	Isaque do Rego[85]		Irmão de Luís Gonçalves, *cristão-novo*

[75] *Ibidem.*
Em 19-2-1485, aparece no prazo feito a Jacob Camanho (A.C.M.B., *Livro 1.º dos prazos,* fl. 30-30v.).

[76] A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 4, fl. 7v.

[77] A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 2, fl. 111v.; liv. 3, fl. 67; liv. 4, fl. 7v.

[78] A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 3, fl. 69v.
No referido trabalho da nota 2, p. 255, figura, *erradamente,* como «Mestre *João*».

[79] *Ibidem.*
No trabalho mencionado na nota 2, p. 255, *erradamente* dita «Dona *Soeixa*»!

[80] A.C.M.B, *Livro 1.º, dos prazos,* fls. 30-30v.

[81] GONÇALVES, Iria – *Físicos e cirurgiões quatrocentistas. As cartas de exame,* in «Do Tempo e da História», Lisboa, I, 1965, p. 111.

[82] A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 2, fl. 222. *Arq. da Misericórdia, Liv. 1.º dos prazos primordiais,* n.º 9. A.C.M.B., *Livro 1.º dos prazos,* fl. 65.

[83] A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 2, fl. 222.

[84] A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 2, fls. 81v.-82v.; liv. 3, fl. 84.

[85] A.C.M.B., *Livro 1.º dos prazos,* fl. 98.

Além destes, encontrámos ainda mais alguns, que se apresentam como *conversos* e *cristãos-novos*, tanto antes como depois do baptismo decretado por D. Manuel I. Embora a conversão lhes concedesse um estatuto social diferente, aqui os registamos também, porque isso não destruía a sua ascendência judaica:

Datas	Nomes	Profissões	Observações
21-9-1465	Mestre Paulo [86]	Clérigo	Recebeu ordens menores nesta data
13-6-1495	Rodrigo, *«boo cristão»* [87]	Clérigo	Recebeu ordens menores neste dia. A *mãe continua judia.*
13-6-1495	O pai de Rodrigo, *«boo cristão»* [88]		Nesta altura moravam em Chaves. A mulher continuou judia
15-9-1498	Junça Abdias [89]	Mercador	Cristão-novo. Será o mesmo Abdias que aparece em 27-10-1470?
12-12-1500	Luís Gonçalves [90], *cristão-novo*		Irmão de Isaque do Rego
16-5-1509	João Lopes [91]		Cristão-novo

A documentação do Arquivo Distrital de Braga revelou-nos cinquenta e duas pessoas de origem judaica, entre 1466 e 1509, conhecendo-se, em diversos casos, as relações de parentesco existentes entre elas, que é possível alargar, conjugando os dados dispersos no quadro precedente.

---

86 A.D.B., *Matrículas de ordens,* maço 3, s.n.; maço 2, s.n.: *Confirmações de D. Fernando da Guerra,* fl. 248v. *Prazos do Cabido,* liv. 1. fl. 11; liv. 3, fl. 11. *Cartas do Cabido*, n.os 15 e 22. Ver ainda nota 1.

87 A.D.B., *Matrículas de ordens*, maço 4, s.n.

88 *Ibidem.*
No número de judeus deveremos incluir também a judia, mãe deste clérigo, os pais de Mestre Paulo e a mãe de Salomão Samafas *(Çamafas)*, elevando, assim, o número de membros da comuna de Braga de 52 para 56. Além destes, embora em 5-12-1482 residisse em Coimbra, era também natural de Braga o *físico* Mestre Israel (Cf. GONÇALVES, Iria – *Físicos e cirurgiões quatrocentistas. As cartas de exame,* in «Do Tempo e da História», Lisboa, vol. I, 1965, p. 107).

89 A.C.M.B., *Livro 1.º dos prazos,* fls. 24 v. e 65. A.D.B.; *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 48.

90 A.C.M.B., *Livro 1.º dos prazos,* fl. 98.

91 A.D.B., *Arq. da Misericórdia. Livro 2.º dos prazos primordiais. Hospital da Rua Nova,* fl. 14 v.

Mais importante parece, de momento, salientar as famílias mais representadas na comuna de Braga, onde encontrámos:

Montesinhos – 6 (sendo 2 esposas)
Brafanes – 4 (dois dos quais eram rabinos, em 1468)
Do Rego – 4 (sendo 1 esposa)
Almeidas – 3.

Importa ainda ter presente nomes de famílias como Aboá, Camanho, Samafas *(Çamafas),* Farache, Cema e aqueles que indicam procedência, como:

Galego – 3
Castelão – 1.

Poucas profissões dos judeus bracarenses ficaram registadas nos *prazos.* Mesmo assim, conseguimos contar:

Físicos – 3
Ourives – 4
Mercadores – 3.

Detectámos também dois *oficiais* da comuna, em 1468 – os rabinos Sancho e Moisés Brafanes – e um terceiro, em 1490, na pessoa de mestre rabi Salomão do Rego.

Entre as mulheres, encontram-se algumas a quem é dispensado o tratamento de *donas,* o que aponta para a sua elevada posição económica e projecção social, que ultrapassava o âmbito restrito da comunidade judaica.

Além disso, a seis membros desta comuna é atribuído o título de *mestre.* Que alguns sabiam escrever é indiscutivel, face às assinaturas apostas aos contratos enfitêuticos de que nos servimos nesta investigação[92].

---

[92] A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fls. 20v., 23v., 43. 43v., 44, 44v., 67; liv. 2, fl. 222v. Pelo seu interesse cultural, reproduzem-se algumas nas figs. 3 e seguintes.
A observação atenta das assinaturas dos contratos revela que, pelo menos Jacob Montesinho, Salomão Samafas *(Çamafas),* Samuel de Almeida, Abraão Montesinho, os rabis Sancho e Moisés Brafanes, Salomão Montesinho e Abraão Galego sabiam escrever.
Destes oito, três pertenciam aos Montesinhos e dois aos Brafanes, que eram as duas *«famílias»* mais representadas na comuna bracarense.
Outros havia, por certo, que possuiam uma cultura superior, para o tempo, como é o caso dos *físicos.*

A comuna judaica de Braga pode ainda ser apreciada numa perspectiva *topográfica*, isto é, estabelecendo as relações de vizinhança existentes entre as várias famílias aí instaladas. Para isso urge aproveitar todos os elementos atinentes às confrontações das casas, minuciosamente indicadas nas cartas de prazo.

6 – OS JUDEUS NAS CONSTITUIÇÓES SINODAIS BRACARENSES DE 1477

Apesar do disposto na legislação do Reino e da contenda acima referida, solucionada em 21 de Janeiro de 1468, por essa altura, as relações entre judeus e cristãos não se apresentam muito tensas na região bracarense.

O modo como o diferendo foi resolvido aponta mesmo para uma certa *compreensão mútua.*

Em nosso entender, porém, a referida contenda marca o início de uma época crítica para a comuna de Braga. Com efeito, a legislação régia e as frequentes queixas apresentadas em cortes contra os judeus iam no sentido de um progressivo isolamento dos hebreus, posteriormente reforçado, a nível diocesano, pela legislação canónica.

Quando em 1468 D. Luís Pires foi nomeado arcebispo de Braga, pensou logo na reunião de um sínodo, que, por razões de vária ordem, só viria a ter lugar em 1477. Foram, então, publicadas umas importantes e extensas *constituições diocesanas*, que, entre muitas outras normas, incluiam as que regulamentavam em pormenor as relações entre cristãos e judeus em todo o arcebispado, onde havia pelo menos as comunas de Braga, Guimarães, Barcelos, Vila do Conde, Chaves, Vila Real, Moncorvo, Bragança, Rio Livre, Mogadouro...

Em contraste com o arcebispado de D. Fernando da Guerra, a legislação Sinodal bracarense, elaborada no tempo de D. Luís Pires, deixa a pior das imagens dos judeus.

As *constituições sinodais* teriam aplicação em toda a vasta diocese de Braga, que se estendia desde o Atlântico até à fronteira transmontana com Castela, e as disposições relativas aos judeus não visavam apenas a comuna da cidade arquiepiscopal. Isso lhes confere maior interesse para a história das relações entre cristãos e hebreus, bem como para a história das mentalidades no norte de Portugal, pelo que não poderemos omitir uma breve alusão às cinco constituições, em que eles são especialmente visados.

6.1. Uma das preocupações de D. Luís Pires era a salvaguarda do património eclesiástico, tanto no tocante a bens de raiz, como a bens móveis. Ordenou, por isso, nas mencionadas *constituições,* que se procedesse à elaboração dos inventários dos bens das igrejas e mosteiros, que deveriam estar na mão dos sacristães para em todo o tempo se poderem conferir, em especial por ocasião da entrada de novos titulares ou oficiais, com referência expressa aos sacristães, sobre quem impendiam também funções de tesoureiros.

Particularmente lastimável era o estado das pratas das igrejas. Em muitas delas as peças de prata tinham desaparecido, noutras encontravam-se danificadas, quebradas ou com falta *«de algunas partes de pedaços que lhes tiram e furtam e outra transmudada,* convém a saber, *levando huum calez grande e leixando outro pedaço e assy de cruzes, turibullos, custodias, etc. e todo por causa de a prata nom seer pesada e escripto no enventairo com os signaaes que cada hũua peça tem».*

Numa tentativa de pôr cobro a esta situação, determinou o prelado que toda a prata das igrejas e mosteiros fosse devidamente pesada até ao dia 1 de Fevereiro do ano seguinte. O homem da balança devia ser cristão. Mas *«...se no lugar nom ouver senom judeu que tenha balança para a pesar, sejam bem avisados os que desta carrego teverem que lhe nom consentam que toque nem ponha a mãao na dicta prata porque he santa, mas os clerigos mesmo a ponham na balança e a tirem».* Os infractores desta disposição seriam penalizados com uma multa de duzentos reais para a obra de Sé[93].

6.2. Na administração dos bens eclesiásticos havia também muitos abusos, que o arcebispo desejava corrigir. Entre outros, eram frequentes os emprazamentos dos frutos e rendas das igrejas feitos em vidas, por baixo preço, não faltando casos em que os foreiros ou rendeiros eram os próprios judeus, que, em consequência, iam receber as dízimas e oblações dos cristãos a Deus, à Igreja e aos seus ministros.

A fim de evitar os escândalos e abusos decorrentes de tais situações, proibiu os abades, priores e beneficiados de arrendarem *a judeu ou mouro* as rendas dos frutos, dízimas, oblações e ofertas, determinando que os transgressores perdessem na totalidade a

---

[93] A.D.B., *Ms.* 871, fl. 7v. (*Constituição* XIII).

renda em causa, a favor da obra da redenção dos cativos ou da obra da Sé [94].

6.3. As medidas anti-judaicas tornam-se mais nítidas noutras *constituições.* Assim, após as determinações relativas à santificação do domingo pelos cristãos, surge logicamente a *constituição* LVI, que proíbe aos judeus do arcebispado de Braga *abrirem as «boticas»* ou *lavrarem* e *obrarem* seus ofícios aos domingos e dias festivos. A pena era-lhes aplicada indirectamente, isto é proibia-se aos cristãos, sob pena de excomunhão, todo e qualquer contacto e conversação com judeus e judias, atingindo-os, assim, em pontos nevrálgicas das suas relações com os cristãos, como eram as actividades comerciais [95].

6.4. Do contacto frequente entre cristãos e judeus, além de perigos para a fé, não era raro surgirem graves escândalos morais. Pelo teor da *constituição* LVII verifica-se que, nesta matéria, o disposto nas *Ordenações Afonsinas* permanecia letra morta. Foi por isso proibido, sob pena de excomunhão, que os cristãos morassem, comessem ou bebessem com judeus, ou participassem nas suas festas de familia, marcadamente religiosas, como esponsais, bodas, circuncisões... Proibiam-se também as visitas às judias por ocasião do parto, excepção feita às parteiras...[96].

6.5. – As disposições precedentes, a que brevemente se aludiu, não podem ser interpretadas unilateralmente, isto é, vendo nelas uma *perseguição constante* à população hebraica, que não estava isenta de culpas nas relações com os cristãos. Não faltam capítulos de cortes a comprovar isso mesmo.

---

94 A.D.B., *Ms.* 871, fl. 19v. (*Constituição* XLIII).
Esta c*onstituição sinodal* retoma o disposto no *Título* 68 do *Livro II* das *Ordenações Afonsinas,* que proibia os judeus de arrendarem igrejas, mosteiros ou suas rendas e, além disso, de serem vedores, mordomos e contadores ou quaisquer outros oficiais em casa dos Infantes, Condes, Prelados, Mestres, Abades, Priores, Comendadores e de outros cavaleiros, escudeiros e senhores... *para que não tivessem oportunidade* (aazo) *de subjugar os cristãos, onde houvessem de receber dízimas e ofertas.*
Aos transgressores era cominada a pena de 50.000 libras, destinadas a quem os acusasse e, além disso, receberiam 100 açoutes em público (cf. *ob. e liv. citados*, pp. 427-429).

95 A.D.B., *Ms.* 871, fls. 25v.-26v. (*Constituição* LVI).

96 A.D.B., *Ms.* 871, fl. 213v. *(Constituição LVII).*
Esta *constituição* situa-se na linha da lei publicada por D. Duarte, *proibindo que os judeus entrassem em casa de cristãos ou estes em casa de judeu...,* lei posteriormente incorporada nas *Ordenações Afonsinas*. Liv. II, Tit. 67 (pp. 423-427).

Nas *constituições sinodais* que vimos utilizando deparam-se-nos também referências a atitudes provocatórias, tomadas pelos membros das comunidades judaicas. Nesse sentido é extremamente expressiva a *constituição* LXVIIII, na qual se justifica a proibição feita aos abades, reitores e beneficiados de confiarem alfaias ou vasos litúrgicos a judeus ou mouros, dizendo textualmente que eles *«assy homens como molheres pollo odio e avorrecirnento que teem aa nossa sancta fe catholica trautam mui vilmente e fazem muitas çugidades e torpezas nos calezes e nos sanctos vasos, nas cruzes, relíquias e vestimentas, quando quer que as podem aver aas mãaos e lhas dam a fazer e correger».*

A pena reservada, neste caso, aos transgressores é também a excomunhão[97].

Esta síntese das *constituições sinodais* atinentes aos judeus elucida suficientemente quanto o clima tensional entre as duas comunidades religiosas tinha crescido na década seguinte à morte de D. Fernando da Guerra.

7 – CONCLUSÃO

A exposição que acabámos de fazer em torno da contenda entrC o *cabido e Judeus* de Braga permitiu clarificar um pouco a história desta comuna nas três décadas anteriores ao baptismo e ou expulsão decretados por D. Manuel I.

A referida contenda, mais do que um episódio pontual, apesar da *composição* que lhe pôs termo, deve ser considerada como marco importante na crescente animadversidade dos cristãos bracarenses contra os seguidores da *Torah.*

Por sua vez, a legislação Sinodal de 1477, para além da pertinência das suas disposições, constituiu, de algum modo, um bom suporte ao *entusiasmo* anti-judaico, de que as pregações do *converso* Mestre Paulo contra os seus irmãos de raça e antigos correligionários são a melhor expressão.

---

[97] A.D.B., *Ms*. 871, fl. 27v. *(Constituição LIX).*
Este *ms.* foi transcrito e anotado pelo Prof. Doutor Avelino de Jesus da Costa que o incluiu no volume intitulado *Constituições diocesanas portuguesas. Séculos XIV e XV,* há anos impresso, mas ainda não publicado.
Além disso, foi publicado no vol. II do *Synodicon Hispanum*, dirigido por António Garcia y Garcia, Madrid, B.A.C., 1982, pp. 75-137.

Podemos, assim, concluir que, após a morte de D. Fernando da Guerra e na sequência da transferência da comuna hebraica para a *Judiaria Nova*, a tensão anti-judaica aumentou progressivamente, a partir de Janeiro de 1468, num processo dialéctico de provocações judaicas e correspondentes reacções cristãs, originando o recurso ao monarca por parte dos hebreus, devido aos «levantos e onyoees» contra eles provocadas pelas pregações de Mestre Paulo [96].

Por tudo isto, embora faltem provas documentais explícitas, é de admitir que a cristandade bracarense viu com bons olhos e considerou como um alívio as medidas anti-judaicas de D. Manuel I, culminadas na ordem de expulsão.

---

[98] A.D.B., *Cartas do Cabido*, tomo I, n.º 15, Publ. por MORENO, H. Baquero – *As pregações de Mestre Paulo...,* in «Bracara Augusta», 30 (1) 1976, p. 62.
Pelas queixas dos judeus sumariadas na carta de D. Afonso V dirigida ao deão e Cabido de Braga (A.D.B., *Cartas da Cabido,* tomo I, n.° 22. publ. por MORENO, H. Baquero – *«o.c.»,* p. 61), não é dificil descobrir a relação existente entre as *constituições sinodais* de 1477 e as prédicas de Mestre Paulo e as perturbações que elas causavam.

Apêndice documental

1468. Janeiro. 21 – BRAGA.

Sentença do chantre bracarense Luís Afonso, pronunciada sede vacante, *que julgou por sentença a composicão celebrada entre o Cabido e a comuna judaica de Braga sobre a questão das ofertas e direitos paroquiais pertencentes à igreja de S. Tiago da Cividade.*

Perg. de 336 x 248 mm; orig.; gótica cursiva. A.D.B., *Gaveta 1.ª das igrejas,* n.º 106.

«Luis Affonsso chantre em a egreja de Braga coonigo e viguairo geeral aa see vaguante em essa mesma a quantos esta carta de sentença virem faço saber que perante mim pareçerom partes em juizo, *convem a saber,* os dayam e Cabidoo e capelam confirmado na capella de Santiago da Cividade que he do dicto Cabidoo por Diogo Alvarez scolar em direito procurador geeral do dicto Cabidoo e fectos delle como autores da hua parte e Sancho e Musse Brafanez judeos arrabis da comuna dos judeus com certos outros judeus em nome da dicta comuna como reeos da outra, contra os quaaes per o dicto Diogo Alvarez foe posto huum libello articulado em scripto que tal he:

– Perante vos senhores viguairos em esta egreja e arçebispado de Bragaa aa see vaguante dizem em juízo e propoem os honrrados senhores dayam e Cabidoo desta egreja de Bragaa em seus nomes e desta egreja de Bragaa contra meestre Moysem phisico e meestre Moysem orivez e contra Sancho e contra Çarruchel contra a comuna dos judeus desta judaria contra os quaaes se se negar provar entendem que a capeella de Santiaguo da Cividade tem freiguesia limitada por certas divisões e dentro no limite sta ora a judaria em a qual viverom christãaos nas casas em que ora vivem estes judeos e teem sua sinagoga, *convem a saber*, na sinagoga viverom Pero Lourenço coonigo e depois viveo o leçenciado Fernando e na de Çarruchel viveo Joham d'Arãao e na de Sancho viveo huum tecellam e na de meestre Moysem phisico viveu Joham Rodriguez de Lixboa e na de meestre Moysem orivez viveo Stevom Martinz carpenteiro e despois Garcia Perez e assy nas outras todas forom moradas e poboradas de christãaos per tanto tempo que memoria d'homeens nom he em contrairo,

os quaaes christãaos e freigueses que moravam na dicta judaria hiam cada domingo e festas ouvir suas missas e offereciam suas oblaçõoes huum pam alvo e hũa candea cada molher e os maridos huum preto e dous pretos e em dia de Natal e *Sanctorum* e Pascoa ofereçiam aalem do pam e dinheiro senhas meas de vinho vermelho e mais de dizimas pessoaaes recebia em cada huum anno assy como do leçenciado cem reaes e de Joham Rodriguez de Lixboa outros cento e de Joham d'Arrãao cinquenta e dos outros officiaaes e clerigos quem *(sic)* trinta reaes pouco mais ou menos. Item provar entendem que a dicta capella he unida e anexa a esta egreja e mesa do Cabidoo per tanto tempo que memoria d'homeens nom he em contrairo e da dicta egreja leva as dizimas e ofertas e oblaçõoes e Joham Sobrinho que he confirmado na cura della e pero que os auctores requeressem aos reos que elles dessem e paguassem suas oblaçõoes e ofertas e dizimas pessoaaes assy como as suyam d'aver dos christãaos que nas casas moravam nom curam de o fazer. Item provar entendem que destas cousas e cada hũa he publica voz e fama em esta cidade porem nom se obligam a provar todo salvo quanto avonde por victoria de seu fecto. Porem *petitur nomine quo Bartolo* e seu confirmado que per Vossa sentença diffinitiva constrangaaes e condampnees os dictos reeos que cada dominguo e festas dem e paguem as oblaçõoes e ofertas e dizimas pessoaaes como pagavam os que moravam nas dictas casas segundo he dicto e declarado em cima ou lhes dem segundo he contheudo na constituçom desta egreja de Bragaa quanto he aa dizima pessoal e quanto aas ofertas e oblaçõoes paguem como pagavam outros freigueses da dicta egreja. E esto se diz e pede na milhor via modo e forma que se de direito pode dizer e pedir e sobre todo imploram vossos benignos officios se for necessario etc.».

O qual libello foe julgado por proçedente e mandado aos reos que o contestassem. E per Affomso Perez bacharel procurador dos dictos reos forom dadas hũas razõoes a nom contestar as quaaes som conthudas no processo em esta causa ordenado. E seendo o fecto em este ponto pareçerom perante mim em juízo as duas partes, *convem a saber,* o dicto Cabidoo e confirmado per o dicto Diogo Alvarez seu procurador e o dicto Sancho e Musse Brafamez arrabis da dicta comuna com outros judeus. E logo da parte dos dictos auctores e reeos foe dicto como antre elles era demanda movida e esperava a seer sobre as dictas dizimas etc., porem que as dictas partes por quitarem de sy demandas viinham a tal aveença e amiguavel composiçom per modo e maneira de trasauçom que a comuna dos judeus paguasse em cada huum anno aos dictos auctores e seus confirmados por todollas dizimas prediaaes e pessoaaes e oferendas da dicta judaria ora os judeus sejam muytos ora poucos com tanto

que nom se extendam mais do circuito que lhes agora he dado por judaria duzentos reaes em cada huum anno pera sempre pagados por o Sam Joham Baptista e per aquy aviam por acabadas suas demandas, pedindo me que de seus prazimentos assi o julgasse por sentença. E eu de seus prazimentos assy o julguey e julgo e mando que se compra pella guisa que dicto he. E as partes pedirom assy dello senhas sentenças e eu lhas mandey dar anbas d'huum theor per mim assignadas e selladas do seello da corte da dicta egreja de Braga. Dante em essa meesma viinte huum dias do mes de Janeiro. Joham Rodriguez a fez. Anno do Senhor de mil IIII^{c}LXVIII.

(Assinado): LUDOVICUS».

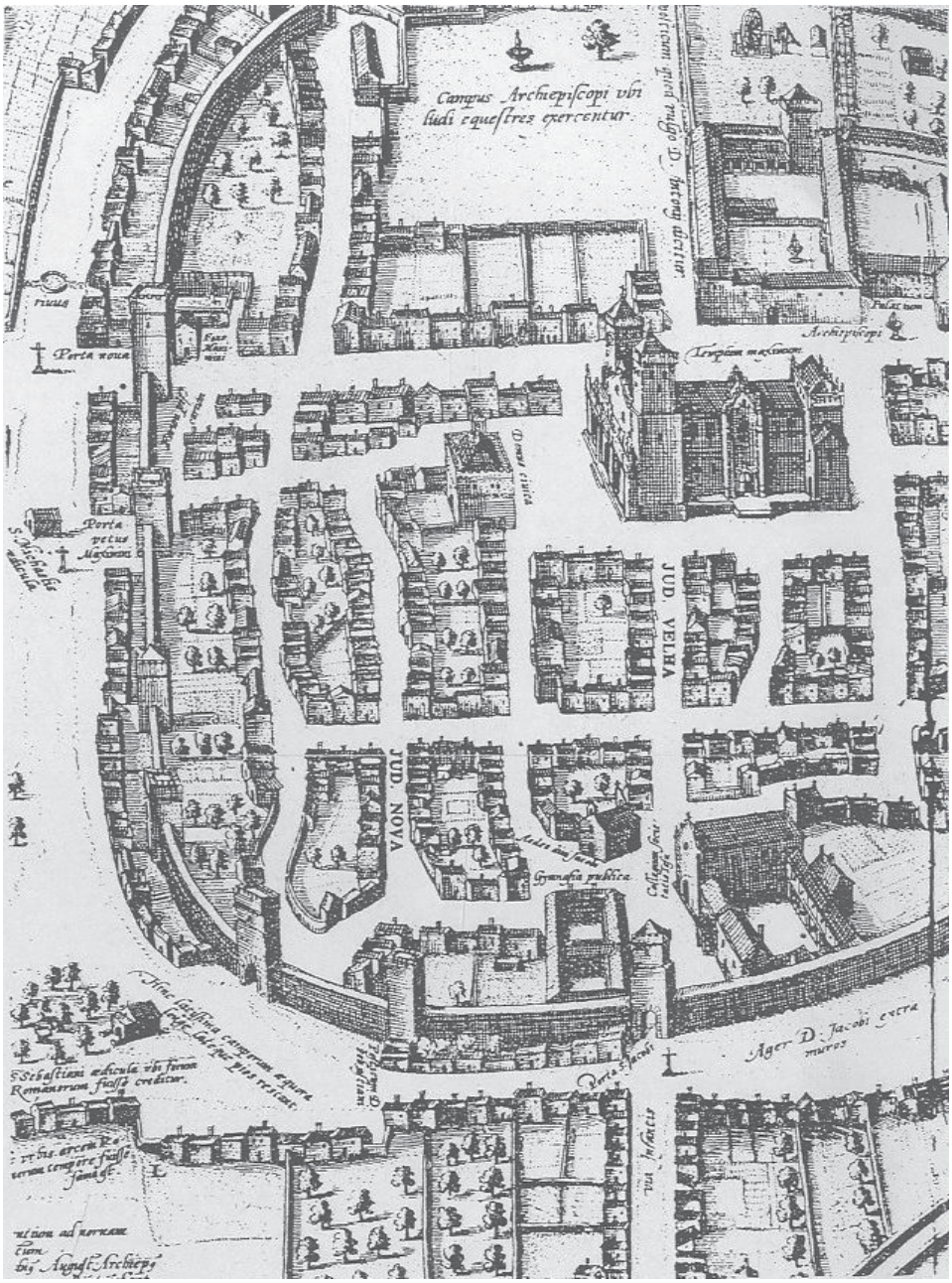


Fig. 1 – Vista parcial de Braga, segundo o mapa de 1594, na qual assinalámos as duas judiarias da segunda metade do século XV.

Cliché gentilmente cedido pelo Mestre Pintor, Sr. Nuno Barreto.

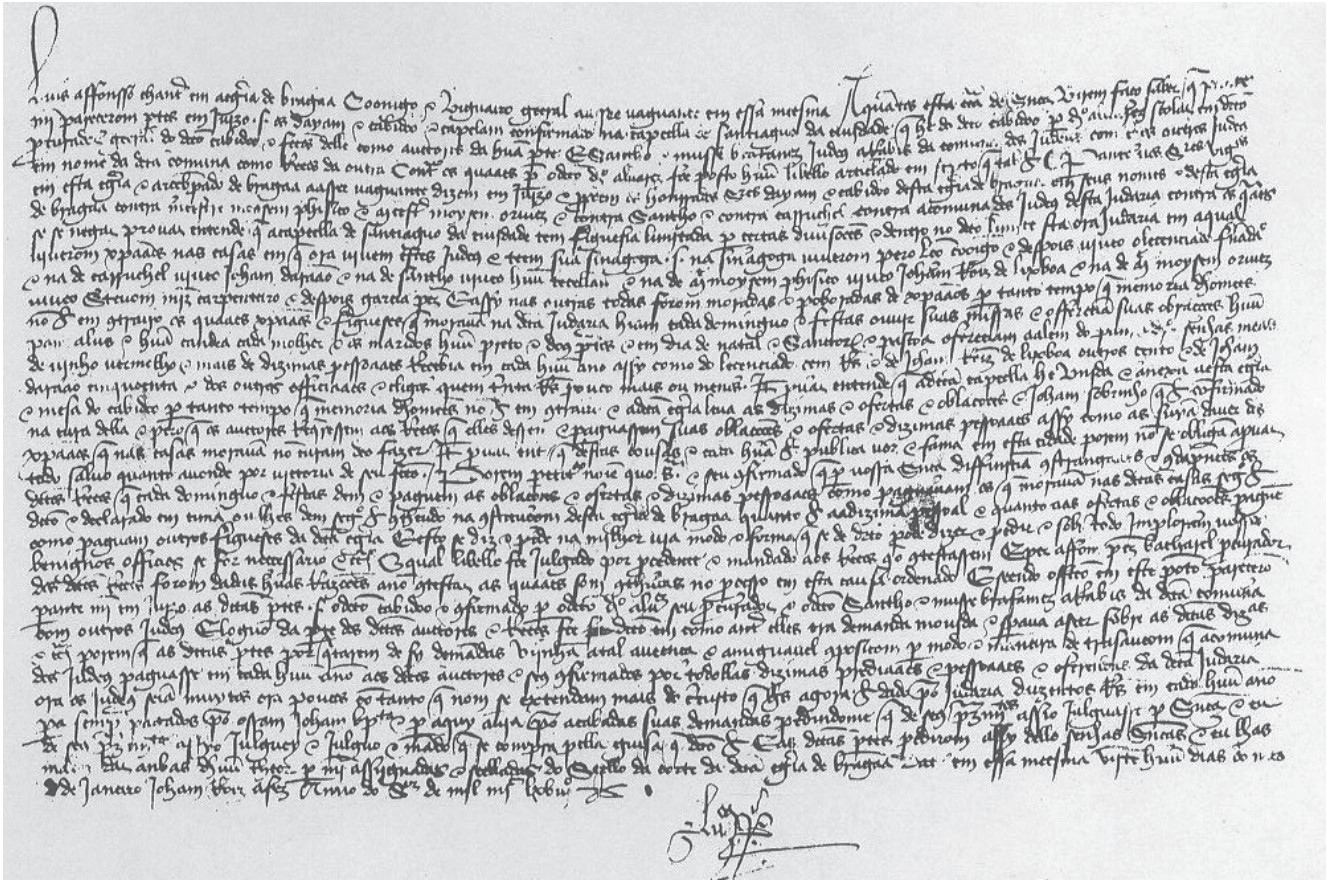


Fig. 2 – Sentença confirmativa da *composição* celebrada entre o Cabido e a comuna de Braga. (A.D.B., *Gav. 1.ª das igrejas,* n.º 106). Redução. Publ. como apêndice documental.

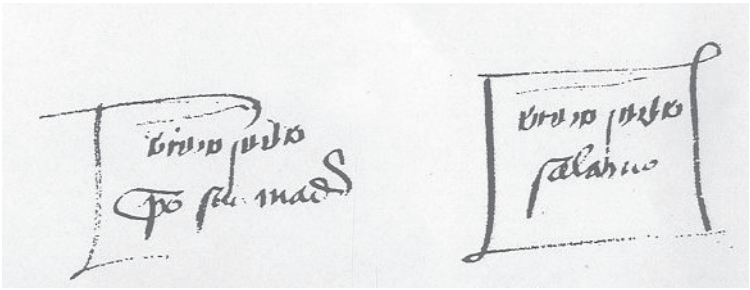


Fig. 3 – Assinaturas de *Salomão Samafas*. À da direita associou a versão portuguesa: *Salamom*. (A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 23v.)

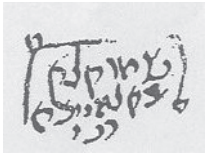


Fig. 4 – Assinatura de *Samuel de Almeida*. (A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 43)

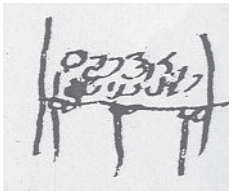


Fig. 5 – Assinatura de *Abrão Montesinho*. (A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 434)

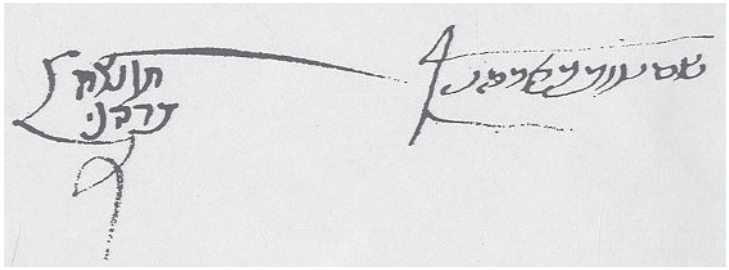


Fig. 6 – Assinaturas de *Moisés Brafanes* (à esquerda) e de *Sancho Brafanes* (à direita). (A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 44)

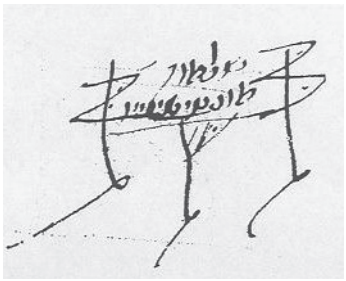


Fig. 7 – Assinatura de *Salomão Montesinho.*
(A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 44v.)

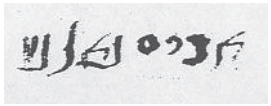


Fig. 8 – Assinatura de *Abraão Galego.*
(A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 67)

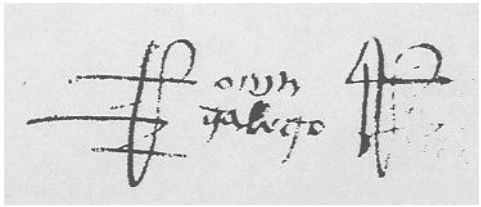


Fig. 9 – Outra assinatura de *Abraão Galego.*
(A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 2, fl. 222v.). As assinaturas das figs. 8 e 9, embora referidas à mesma pessoa, são diferentes. Além disso, a da fig. 9 apresenta a particularidade de ser bilingue, pois o sobrenome *Galego,* que indica procedência, está escrito em português.

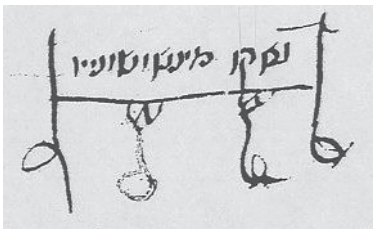


Fig. 10 – Assinatura de *Jacob Montesinho.*
(A.D.B., *Prazos do Cabido,* liv. 1, fl. 20v.).

O Morgado da Oliveira: a instituição, o palácio[1]

JOSÉ CUSTÓDIO VIEIRA DA SILVA *

RESUMO

O Morgado da Oliveira, situado na Graça do Divor (Évora), foi criado a 13 de Agosto de 1306 pelo arcebispo de Braga D. Martinho Pires de Oliveira, que governou a arquidiocese de 1295 a 1313. O documento da instituição deste vínculo, o seu testamento, é um dos exemplos mais consistentes desta forma institucional e jurídica de protecção à base económica territorial da nobreza e do clero medievais. Com essa criação, pretendia também o arcebispo perpetuar a linhagem de Oliveira, iniciada em seu pai Pedro de Oliveira, com solar no Entre Douro e Minho.

A herdade da Oliveira não só mantém ainda hoje praticamente inalterados os limites territoriais do morgado medieval como também a dimensão do seu palácio (mesmo que profundamente alterado no século XIX) é demonstrativa da importância que foi aumentando com o decorrer dos séculos, particularmente quando passou à casa de Saldanha, e que, de algum modo, se conservou até aos nossos dias.

PALAVRAS-CHAVE: Morgado, linhagem, casa de Oliveira, casa de Saldanha, casa de Rio Maior, palácio, Idade Média.

---

* Professor Catedrático - Universidade Nova de Lisboa.

1 Deixamos aqui expressa a nossa gratidão a SAMI-arquitectos, nas pessoas dos arquitectos Inês Vieira da Silva e Miguel Vieira, por gentilmente acederem ao pedido de publicação deste artigo, resultado de um estudo por eles solicitado no âmbito de uma intervenção mais vasta no palácio do morgado da Oliveira. Agradecemos também a Francisco José Vieira da Silva o seu pronto apoio em tudo o que lhe solicitámos.

ABSTRACT

Morgado da Oliveira, located at Graça do Divor (Évora), was created in August 13th, 1306 by the Archbishop of Braga D. Martinho Pires de Oliveira, who ruled the archdiocese from 1295 to 1313. The document establishing this link, his will, is one of the most consistent examples of this institutional and legal form of protection of the territorial economic base of the medieval nobility and clergy. With this creation, the archbishop also wanted to perpetuate the lineage of Oliveira, begun in his father Pedro de Oliveira, with a plot of land in Entre Douro and Minho.

Not only does Oliveira's estate still maintains the territorial limits of the medieval village, but also the size of its palace (though deeply altered in the 19th century) is a sign of the importance that has grown over the centuries, particularly when it became house of Saldanha, and that, somehow, it has been preserved to this day.

KEYWORDS: *Morgado, lineage, house of Oliveira, house of Saldanha, house of Rio Maior, palace, Middle Ages.*

1. INSTITUIÇÃO DO MORGADO DA OLIVEIRA

A instituição do morgado da Oliveira, situado na actual freguesia da Graça do Divor, em Évora, deve-se ao Arcebispo de Braga D. Martinho Pires de Oliveira, que governou a arquidiocese de 1295 a 1313[2]. O documento fundacional deste vínculo é o seu testamento: redigido a 13 de Agosto de 1306 no Mosteiro de São Francisco de Lisboa[3], sete anos antes do seu falecimento, nele se

---

[2] AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.), (2000), «Episcopológio», *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 134.

[3] O documento original perdeu-se. No Arquivo Nacional da Torre do Tombo conserva-se um treslado fiel do testamento, efectuado em 1438 (Torre do Tombo, *Gaveta 12*, maç. 2, n.º 4), que serviu de base a outras cópias posteriores, guardadas no Arquivo dos Marqueses de Rio Maior: uma cópia de 8 de Julho de 1781, feita a pedido do morgado João de Saldanha de Oliveira e Sousa («*Esta copea he como se fosse / tirada em publica forma, porque / se refere á que se ácha inserta no / Tombo do Morgado da Oliveira / existente no Archivo desta Caza, / e que se refere a original que / se acha no Real Archivo da Torre / do Tombo*». AN-TT, *Marqueses de Rio Maior*, mç. 37, n.º 1) e outra de 12 de Agosto de 1862, a pedido do morgado João de Saldanha d'Oliveira Juzarte Figueira e Souza (AN-TT, *Marqueses de Rio Maior*, cx. 72, n.º 4, fls. 2 a 15v). A data exacta do testamento e, como tal, a da constituição do próprio morgado, tem sido por vezes incorrectamente interpretada e colocada em 1268, ano em que, além do mais, o instituidor não havia sequer tomado posse da arquidiocese de Braga.

explicitam, de forma exaustiva, os termos e as condições em que se efectua aquela instituição.

Importa, desde logo, acentuar que este documento é, de certo modo, um exemplo muito completo desta forma institucional e jurídica destinada a defender a base económica territorial da nobreza e do clero medievais, como se deduz da análise de Armando de Castro, que se serve precisamente da constituição do morgado da Oliveira, no princípio do século XIV, como o exemplo dos que se deveram à iniciativa de entidades diversas que não da do rei D. Dinis[4].

Se, por um lado, é um caso manifesto do momento em que esta instituição jurídica destinada a evitar a desarticulação dos domínios senhoriais, tornando-os inalienáveis, conhecia uma grande difusão, a sua constituição é, por outro lado, um exemplo concreto da importância social e política do arcebispo de Braga, uma vez que o rei vinha desenvolvendo, desde finais do século XIV, uma política de contenção no alastramento do regime senhorial para o Alentejo, excepção feita ao património das ordens militares[5].

Desconhece-se qualquer documento com a data exacta em que a herdade da Oliveira terá passado para a posse do arcebispo de Braga. Sabe-se, no entanto, que, pelas leis de desamortização de 1281 e 1286, o rei D. Dinis havia proibido o clero e as ordens religiosas de adquirir bens, sendo que os que houvessem sido adquiridos desde o início do seu reinado deveriam ser vendidos no prazo de um ano[6]. Ganha, assim, plausibilidade a informação, avançada por alguns historiadores, de que a aquisição da herdade da Oliveira, situada em terras pertencentes ao rei, terá sido obtida por troca, em 1304, com a vila da Vidigueira, propriedade do arcebispo, o qual lograva eximir-se, por esta forma, aos ditames daquelas leis de desamortização. O primeiro historiador a falar desta transacção é Frei Francisco Brandão, que, escrevendo a sua obra em 1672, diz ter o rei D. Dinis dado ao arcebispo de Braga, entre outras propriedades, a herdade no termo da cidade de

---

4 CASTRO, Armando de (1971), «Morgado», *Dicionário de História de Portugal* (dir. de Joel Serrão). Vol. III. Lisboa: Iniciativas Editoriais, p. 110.

5 Sobre esta política de controlo senhorial por parte do rei Dom Dinis, consulte-se a última biografia deste monarca: PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, (2005), *D. Dinis*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 93-94.

6 A subida ao trono de D. Dinis verificou-se a 16 de Fevereiro de 1279 (Idem, *ibidem*, p. 63 e p. 94).

Évora, «*que agora he cabeça do grandioso morgado dos Oliueiras instituído por este arcebispo. Não foi a merce graciosa, senão satisfactoria, em troca da Villa da Vidigueira, de que o Arcebispo era Senhor*»[7].

Eugénio de Castro acrescenta, séculos depois, outros pormenores, dizendo que o arcebispo «*comprou aos herdeiros de Mestre Tomé, Tesoureiro-mór da Sé de Braga, o senhorio da Vidigueira, trocando-o depois com el-rei D. Denis pela herdade do Chão da Veleira, na qual instituiu o morgado de Oliveira*»[8].

Antes de Frei Francisco Brandão, um outro historiador havia já referido a instituição do morgado da Oliveira pelo arcebispo D. Martinho Pires de Oliveira, embora sem avançar pormenores. Trata-se de D. Rodrigo da Cunha, ele próprio arcebispo de Braga, que, em 1635, publicou o 2.º volume da *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*. No capítulo XXXX, detém-se sobre a vida e obra daquele seu antecessor, traçando o essencial da sua biografia. O trabalho de D. Rodrigo da Cunha, apesar da sua valia intrínseca, apresenta, no entanto, várias imprecisões e incorrecções (como é o caso do número de anos em que D. Martinho governou a arquidiocese, dos seus irmãos, etc.), pelo que o seu contributo histórico tem de ser aceite com algum sentido crítico[9].

A análise de alguns dos itens do extenso testamento de D. Martinho Pires de Oliveira, permite-nos entender a forma e o alcance da instituição de um morgado, a começar pelo caso concreto em análise, ou seja, o morgado da Oliveira, situado na herdade do mesmo nome[10].

Depois das fórmulas iniciais de encomenda da sua alma, na procura da salvação eterna – «*Primeiramente dou a minha alma a*

---

7 BRANDÃO, Frei Francisco (1980), *Monarquia Lusitana*. Parte IV. Lisboa: IN-CM, p. 69 [reimpressão fac-similada da edição de 1672].

8 CASTRO, Eugénio (1933), *Os meus Vasconcelos*. Coimbra, p. 12. Este historiador não apresenta, no entanto, nenhum testemunho documental das suas afirmações.

9 CUNHA, D. Rodrigo da [1989), *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*. Vol. II. Braga [ed. facsimilada da ed. de 1635]. Desta mesma opinião é o prefaciador – e historiador de grande mérito – da edição de 1989, José Marques. Uma das incorrecções mais visíveis é o desconhecimento do testamento de D. Martinho Pires de Oliveira, que, como já analisámos, é o documento institucional do morgado da Oliveira. Convém dizer que quase todos os historiadores no século XX seguiram de perto este autor na abordagem que fizeram às origens daquele morgado, ao seu instituidor e respectiva linhagem, pelo que as incorrecções se têm, de alguma forma, mantido.

10 Seguimos a cópia do testamento inserta no *Tombo do Morgado da Oliveira* (AN-TT *Marqueses de Rio Maior*, liv. 155, fls. 4 a 7v), livro iniciado em 1768 e concluído em 1776.

meu senhor Jesus Christo e rogo a bemaventurada Virgem Santa Maria, e a todos os Santos do Paraizo, que roguem a Deos por mim, que me haja merce, e me perdoe os pecados que lhe fiz e me leve a sua gloria do Paraizo» – seguem-se os cuidados com a disposição do seu corpo na Sé de Braga – «*mando o meu corpo soterrar na Igreja Cathedral de Braga ante o altar mayor de Santa Maria juso no chão antre o Coro, e o altar, e mando que ponhão huma boa pedra chaã sobre mi*» – e, por fim, as disposições relativas à resolução da parte terrena, isto é, o pagamento de todas as dívidas por si feitas e que, à data da sua morte, ainda não tivessem sido resolvidas – «*hei graça especial do Papa, que de todos os bens moveis, e dos fruitos que ficarem do meu tempo na Igreja de Braga, possa ordenar, e fazer o que por bem tiver em feito das minhas dividas*».

Para acudir a esta última situação e honrar esse pagamento, o arcebispo disponibiliza todas as herdades e pertences de que é possuidor. A única excepção é exactamente a herdade da Oliveira, que só em caso extremo deveria servir a esse fim – «*e se por todas estas couzas minhas dividas nom poderam ser pagadas, mando que se venda o meu lugar da Oliveira com todalas couzas que hi houver*». No entanto, acrescenta logo de seguida que, no caso de todas as dívidas ficarem satisfeitas sem a venda da herdade da Oliveira – circunstância que efectivamente se verificou –, fique esta a seu irmão Mem Pires, nas condições que passa a enumerar:

> «*que esse Mem Pires meu irmão em toda a sá vida haja e possua o ditto lugar da Oliveyra com todos seus direitos* (…) *e mando que elle não possa vender, nem apenhar, nem obrigar, nem dar, nem doar em nenhuma maneira o ditto lugar da Oliveyra, nem parte delle*(…) *e se o fizer mando que nom valha a emlheaçom, nem jamais possa valer*»;
>
> – «*e mando que a morte do ditto Mem Pires meu Irmao, o ditto lugar da Oliveyra com todos os seus direitos, e com sas pertenças, e outro sim os herdamentos e posisões que lhe eu leixo fiquem a seu filho primeiro lidimo leigo, e varão*(…) *e haja e tenha em sa vida o ditto lugar da Oliveyra*»;
>
> – «*e se aquelle filho de Mem Pires ouver a sá morte filho lidimo leigo, e varão, o ditto lugar da Oliveyra, e os outros herdamentos como ditto hé fiquem a esse seu filho primeyro em sá vida e em aquella maneira*»;

– «*e assim mando que vão para todo o sempre per netos, e bisnetos, e per todos aquelles que descenderem do ditto Mem Pires como ditto hé, direita linha*».

Estas disposições repetem-se *ipsis verbis* em relação a cada um dos outros quatro irmãos do arcebispo, prevenindo o caso de Mem Pires não ter descendência legítima de outra mulher que não Guiomar Martins, com quem então se havia casado.

A última disposição, também ela taxativa, diz respeito à proibição de nunca mulher alguma poder herdar a herdade da Oliveira: «*E mando que mulher nenhuma de meu linhagem, nem estranha, nunca seja herdeira na Oliveyra*».

Estas disposições do testamento de D. Martinho Pires de Oliveira traduzem, afinal, e como já se havia referido, a essência do morgadio, ou seja, «*os domínios senhoriais eram inalienáveis, indivisíveis e insusceptíveis de partilha pelo seu titular, transmitindo-se nas mesmas condições ao filho primogénito*»[11]. Desta transmissão ficava excluída a linha feminina, salvo no caso de não haver descendente varão; mas, logo que o houvesse, o conjunto dos bens constitutivos do morgado voltava à sua administração.

*

O arcebispo D. Martinho Pires de Oliveira era filho de Pedro de Oliveira, o primeiro a usar este apelido. O solar da linhagem, originária do Entre Douro e Minho[12], localizava-se, segundo presumia Frei Francisco Brandão, na freguesia de Santiago da Oliveira, no concelho de Lanhoso, onde, de acordo com o seu testemunho, se conservavam ainda, no seu tempo, vestígios da torre identificadora do solar[13]. De acordo, porém, com outra informação, o sítio

---

[11] CASTRO, Armando de, *ob. cit.*, p. 109. O sistema do morgadio, apesar de algumas providências legislativas ao longo dos séculos, só foi completamente extinto pelo decreto de 19 de Maio de 1863, no reinado de D. Luís, tendo-se mantido durante mais algum tempo e como única excepção, até 1910, o morgado da Casa de Bragança.

[12] ESTAÇO, Gaspar (1754), *Varias Antiguidades de Portugal*. Lisboa, pp. 238-239.

[13] «Presumese que tivérão o solar na Freguesia de Santiago da Oliueira do Conselho de Lanhoso, na qual se conseruão os vestígios da Torre antiga, aonde viuião os Fidalgos deste appellido.» (BRANDÃO, Frei Francisco, *ob. cit.*, p. 72). Sobre os problemas da torre ou *casa forte* consulte-se SILVA, José Custódio Vieira da (2002), *Paços Medievais Portugueses*, 2ª ed. Lisboa: IPPAR; e (1999), «A Torre ou *Casa Forte* medieval», *El Museo de Pontevedra*. Tomo LIII. Pontevedra, 97-115.

originário da linhagem de Oliveira localizava-se na freguesia de Santa Maria da Oliveira, em Arcos de Valdevez[14].

Torna-se evidente, de qualquer modo, que a herdade da Oliveira, localizada nos arredores de Évora, nunca poderia ser o solar desta linhagem, como por vezes vem escrito em vários autores. Esta incongruência já era sentida na altura em que Frei Francisco Brandão redigia a sua obra, pelo que se viu obrigado a clarificar o assunto: «*Como o Arcebispo D. Martinho era desta família* [Oliveira], *por memoria della deu nome de Oliueira á herdade que agora lhe deu El Rey D. Dinis, para que assi nos possuidores, como no nouo solar do morgado se perpetuasse o appellido da sua varonia. E digo que lhe deu este nome, porque a herdade se chamaua da Aueleira, como consta da Escritura de troca que El Rey fes; assi que dos Senhores tomou o morgado o nome, e não eles do sitio do morgado*»[15].

Pedro de Oliveira foi progenitor, para além de D. Martinho Pires de Oliveira[16], de mais cinco filhos, todos eles nomeados pelo arcebispo de Braga no seu testamento: Mem Pires, o primeiro administrador do morgado da Oliveira; João Pires de Oliveira, que haveria de suceder a Mem Pires na administração do morgado, por falta de descendência deste[17]; Ousanda Pires, que casou com

---

[14] *GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (s/). Vol. XIX. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia. Este artigo da Enciclopédia, apesar de bem mais recente do que a notícia de Frei Francisco Brandão, merece algumas reservas, já que coloca a fundação do morgado da Oliveira em 1350, seguindo, sem análise crítica, a notícia breve avançada no *Livro de Linhagens do Século XV*, onde surge aquela incorrecção; os filhos de Pedro de Oliveira estão nomeados também de forma incorrecta.

[15] BRANDÃO, Frei Francisco, *ob. cit.*, p. 72. Este historiador não indica, no entanto, onde se encontra a escritura de escambo que terá supostamente consultado.

[16] O arcebispo de Braga D. Martinho Pires de Oliveira teve um tio paterno também chamado D. Martinho Pires, que foi bispo de Évora entre 1237/1246-1266. Pensamos que a coincidência de nomes é responsável por algumas confusões entre estas duas personagens *v. g.* quando se diz que o arcebispo de Braga é natural de Évora. Nada encontrámos, porém, que permita sustentar esta afirmação, a não ser a que é veiculada por D. Rodrigo da Cunha, na obra referida na nota 8 *supra* e que nos merece sérias reservas. Pelo contrário, o arcebispo de Braga, no seu testamento, refere-se taxativamente ao seu tio como tendo sido bispo de Évora, por alma do qual institui uma de duas capelas, com missa diária, na sé desta última cidade.

[17] É esta a opinião patente no artigo da *Grande Enciclopédia.* Estamos em crer, no entanto, que tal se terá verificado por Mem Pires de Oliveira não ter tido filhos de outra mulher que não de Guiomar Martins, condição expressa pelo arcebispo de Braga para que o morgado da Oliveira pudesse passar para o filho primogénito varão de Mem Pires de Oliveira.

Afonso Anes de Brito[18]; Maria Pires e Teresa Pires, de que se desconhece qualquer outra referência.

As notícias sobre a história do morgado da Oliveira, após a sua constituição, são relativamente esparsas. Em 1397, por uma carta passada em Braga, a 7 de Dezembro, sabe-se que o rei D. João I restitui a quinta da Oliveira a Álvaro Mendes de Oliveira, confiscada ao pai, João Mendes de Oliveira, por este ter tomado o partido de Castela.

Álvaro Mendes de Oliveira torna-se, por isso, o 7.º administrador da quinta da Oliveira. Na verdade, seu pai fora o 6.º administrador, em sucessão também ao seu progenitor, Martim de Oliveira, 5.º administrador, conforme se deduz de uma carta de confirmação concedida, quase cem anos depois, pelo rei D. João II, em 6 de Julho de 1482[19].

Antes daquela carta de D. João I de 1397, uma passagem da *Crónica de D. João I*, escrita por Fernão Lopes, dá notícia da quinta da Oliveira, colocando-a como cenário de um dos episódios das lutas de Nuno Álvares Pereira contra os castelhanos: «*E ell* [Nuno Álvares] *partio logo com todos mui ordenadamente, e foi aallem da quintãadOliveira, pouco mais dhuma legoa da cidade, e naquell logar se deteve e esperou os emmiigos*»[20].

Cerca de um século depois da notícia de Fernão Lopes, é Garcia de Resende que, descrevendo a recepção feita em 1490a D. Jorge, filho natural do rei D. João II, na cidade de Évora, se refere a João Mendes de Oliveira, por essa altura administrador do morgado da Oliveira. É em sua casa na cidade que o rei se aloja, devido às obras que, por motivo do casamento do príncipe herdeiro, se vinham realizando nos paços régios de Évora: «[Dom Jorge] *veio com muita honra beijar as mãos a el Rey seu senhor, e pay, que com muyto prazer, e honra o recebeo nas casas de João Mendes de Oliveira, onde então pousaua, pollas muytas e grandes obras que nos paços então se fazião pera a vinda de Princesa*»[21].

---

[18] *LIVRO de Linhagens do Século XV* (1956). Lisboa: Academia Portuguesa de História, p. 215.

[19] FREIRE, A. Braamcamp (1996), *Brasões da Sala de Sintra*. Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 129-130, nota 2 [ed. facsimilada da 2ª ed., (1930), Coimbra: Imprensa da Universidade].

[20] LOPES, Fernão (1983). *Crónica de D. João I*. Vol. I. Lisboa: Livraria Civilização, p. 207.

[21] RESENDE, Garcia de (1973), *Crónica de dom João II e miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, cap. CXIII, p. 149.

A este João Mendes de Oliveira, com o mesmo nome do 6.º administrador do morgado, deve ter sucedido Martim Afonso de Oliveira, que, a 18 de Janeiro de 1533, apresenta um documento com o treslado do testamento do arcebispo D. Martinho Pires de Oliveira, para se dar início ao tombo (que, a existir anteriormente, se deveria ter perdido) do morgado da Oliveira[22].

*

Em 30 de Março de 1633, Luis Fernandes Teixeira apreciou uma demanda apresentada por D. Diogo de Meneses, casado com D. Maria de Oliveira, para tomar posse do morgado da Oliveira, em virtude do falecimento «*em onze de Junho de seiscen/tos cincoenta e quatro* [de] *Luis Francisco de Oliveira e Miranda, ultimo possuidor dos Morgados de Oliveira e Val de Sobrados/ sem descendentes machos, e somente filhos fêmeas*». Depois de apreciar os vários argumentos da petição, a apreciação final daquele homem de leis inclinou-se para João de Saldanha, que mostrou «*que o / Morgado da Oliveira era de bens patrimoniaes do Arce/bispo Instituidor, de que elle podia testar, e não tocava / a bens da Igreja, e que assim o Papa não tinha nelles / poder por serem profanos, e temporaes. Supporto isto. / (…) Vossa Magestade / mandará o que mais fôr justiça*»[23].

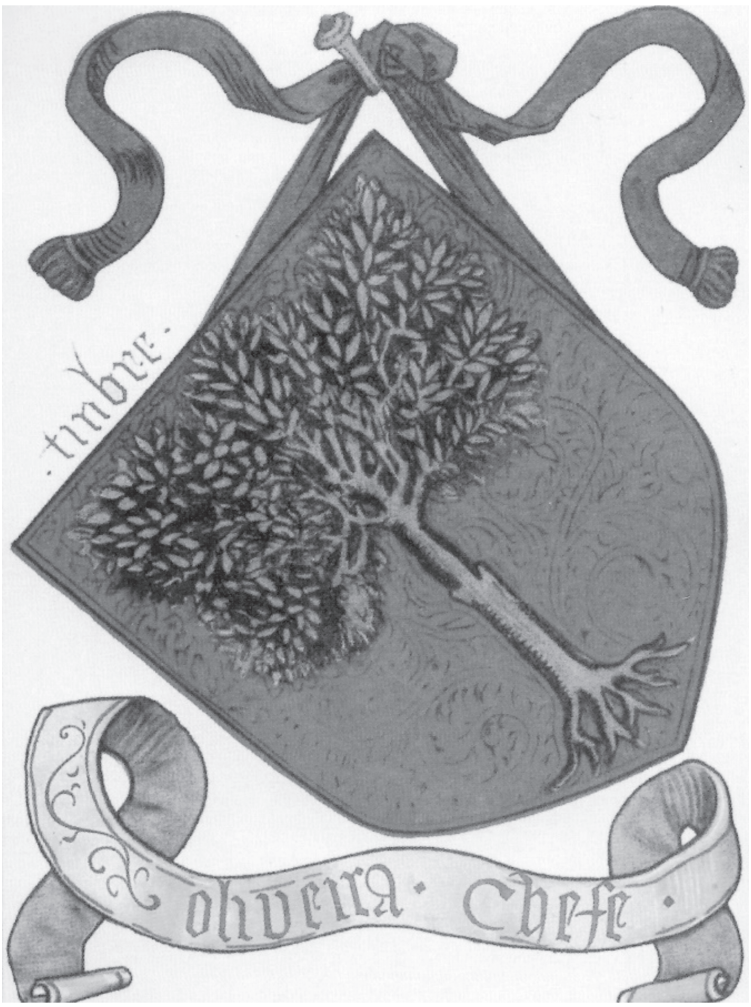
Assim, o morgado da Oliveira, ao *Oliveira* perder a varonia, passou para *Saldanha*, vindo a incorporar a casa dos condes de Rio Maior quando o seu 16.º administrador, João Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa Juzarte Figueira, foi agraciado com aquele título, concedido por decreto de D. João, Príncipe Regente, de 18/11/1802, e mais tarde elevada a marqueses por decreto de D. Luís I, de 19 de Maio de 1886[24].

---

[22] O documento de 1533 foi novamente tresladado em 17 de Agosto de 1862, a pedido do Conde de Rio Maior João de Saldanha d'Oliveira Juzarte Figueira e Souza, em cuja casa então andava o morgado da Oliveira. AN-TT, *Marqueses de Rio Maior*, cx. 72, n.º 4, fl. 2v.

[23] 1663, 30 de Março. Lisboa. *Demanda na sucessão dos Morgados de Oliveira e Val de Sobrados por extinção da linha varonil. Cópia do original, feita pelo tabelião José Pedro da Costa Sermenho em Lisboa, a 8 de Abril de 1817*. AT-TT, *Marqueses de Rio Maior*, Mç. 37, n.º 2, fls. 1-4v.

[24] Por não ser esse o objectivo deste trabalho, remete-se a consulta da sequência dos administradores do morgado da Oliveira pertencentes à casa (primeiro dos condes e logo depois marqueses) de Rio Maior, em cujos descendentes ainda hoje se encontra, para: ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins de (dir. de), (1961), *Nobreza de Portugal e Brasil*. Vol. III. Lisboa: Editorial Enciclopédia, p. 226 e segs.



As armas antigas da linhagem de Oliveira: de vermelho, com uma oliveira arrancada cosida de verde, segundo representação do *Livro do Armeiro-Mor*[25]

[25] *LIVRO do Armeiro-Mor* (2007). Lisboa: Academia Portuguesa da História/Edições Inapa, p. LXVIII [edição fac-similada da de 1506-1509]. De forma mais completa: armas antigas – de vermelho, oliveira cosida de verde, arrancada de prata e frutada de ouro. Timbre: a oliveira; armas modernas – de vermelho, oliveira de verde, perfilada e frutada de ouro, arrancada de prata. Timbre: a oliveira (*GRANDE Enciclopédia*, *ob. cit.*).



Brasão de armas de Oliveiras conservado sobre a porta térrea do palácio da herdade de Oliveira, com coroa de conde (fotografia de 25 de Maio de 2016-©JC Vieira da Silva)

2. O PALÁCIO

O Palácio que hoje subsiste na herdade da Oliveira é fruto, na sua maior parte, de importantes obras de modificação realizadas, a avaliar pelos elementos arquitectónicos que ainda hoje se conservam, em meados ou já na segunda metade do século XIX[26].

[26] Desta opinião é também o historiador eborense Túlio Espanca (ESPANCA, Túlio (1966). *Inventário Artístico de Portugal. Concelho de Évora*. Vol. I. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, pp. 370-371).

Não lográmos encontrar, ao longo da nossa investigação, quaisquer documentos escritos relacionados com esses trabalhos que forne-cessem quer a data precisa quer o administrador do morgado responsável pelas obras quer o alcance das mesmas. De resto, as únicas estruturas arquitectónicas que visivelmente não sofreram quase nenhuma modificação no século XIX foram a capela anexa ao palácio (com excepção da tribuna interior destinada aos morga-dos) que mantém ainda, sobre o arco de comunicação da nave com a capela-mor, a data de 1567, e a sala térrea que se lhe encosta, para norte, cujas colunas toscanas se irmanam às da capela-mor.

Encontrámos, no entanto, um documento original de grande valia para o entendimento do que era o palácio antes das trans-formações operadas no século XIX. Trata-se de uma descrição do palácio e da capela, conjuntamente com outros bens da herdade, feita por solicitação do morgado João de Saldanha de Oliveira e Sousa, em 15 de Maio de 1770, destinada a incorporar o «*Auto de medição da herdade da Oliveyra*»[27]. Vale a pena acompanhar de perto essa memória, nas partes que mais interessam ao nosso objectivo.

Inicia-se com a descrição da capela, continua pelas casas do capelão e, de seguida, pelo palácio:

– A capela, dedicada a Nossa Senhora da Assunção da Oliveira, tem a porta voltada ao poente, com três degraus de mármore pela parte de fora e dois pela parte de dentro; possui três altares, com a porta da sacristia aberta do lado do Evangelho na capela-mor; sob a tribuna (que é sustentada por uma coluna), no lado oposto à capela-mor, há uma porta, a nascente, que comunica com o palácio.
– Encostada à cabeceira da capela, para sul, estão as casas do capelão, «*com três baixos com duas portas para o poente e dous sobrados*».
– Para norte, junto à igreja, encontra-se o palácio, antecedi-do por grande pátio para o qual se entra por portal virado ao poente. O palácio localiza-se neste pátio, à direita,

[27] Esta descrição ou «Lembrança» incorpora, a fls. 17, 17v e 18, o já citado *Tombo do Morgado de Oliveira* (AN-TT, *Marqueses de Rio Maior*, liv. 155).

acedendo-se a ele por uma larga e alta escada de pedra, a descoberto, com a porta de entrada a norte.

– O palácio ergue-se em três andares: compõe-se, o mais elevado, de duas divisões (ou «*casas*», na linguagem do documento que vimos acompanhando); o do meio, de nove divisões, com uma galeria de três janelas voltadas a poente e as outras divisões com as janelas correspondentes; o do andar inferior (o piso térreo), igualmente de nove divisões, das quais duas são celeiros «*para alojamentos dos fructos do morgado*» e uma para cavalariça com o seu palheiro[28].

Esta descrição, apesar de muito sucinta, nem por isso deixa de ser um documento de primordial importância que, somado à leitura atenta da arquitectura do palácio hoje existente e ao enquadramento no contexto histórico mais alargado em que surge o paço medieval, nos permite avançar para um entendimento fundamentado do que poderá ter sido este edifício e das prováveis mudanças sofridas, com especial relevo para as que, no século XIX, lhe deram o aspecto que ostenta.

De acordo com o que se conhece hoje sobre a constituição das quintas (ou *quintãs*, na linguagem da época), que eram um dos apanágios da nobreza medieval, tal envolvia a construção de uma casa, muitas vezes constituída por uma torre ou casa forte – a *domus fortis*, um fenómeno à escala europeia – que, para além de garantia da constituição e legitimação do domínio senhorial, funcionava como símbolo heráldico de posse da terra e, quando era caso disso, de marcação material do lugar concreto em que nascia uma nova linhagem, que do seu nome recebia o apelido e constituía o respectivo solar.

O primeiro da linhagem de Oliveira foi, como vimos, Pedro de Oliveira, cujo filho primogénito, ao ingressar na carreira eclesiástica e tornar-se arcebispo de Braga, deixaria de poder dar continuidade a essa linhagem recém-aparecida. Assim, a instituição do morgado da Oliveira e a nomeação, como administrador, de seu irmão Mem Pires (e dos seus descendentes varões, pela forma já

---

[28] A descrição continua com a indicação de outras casas, quer de morada do quinteiro quer de cavalariças, lagar e forno de cozer pão, quer ainda de pomares, aquedutos, noras, lagos e outras casas de morada espalhadas pela herdade, com as suas cavalariças, fornos, lagares, etc..

aqui analisada), permitia ao arcebispo Dom Martinho Pires de Oliveira resolver os mais importantes problemas que se lhe colocavam: afirmar, por um lado, o valor da nova linhagem de que ele era o 2.º representante, através da constituição de um vasto domínio senhorial a sul do Tejo e, por outro lado, garantir, através do sistema jurídico do morgadio, a perpetuação dessa linhagem emergente.

Nesta linha de ideias, é manifestamente plausível que, no sítio em que uma ligeira elevação do terreno se oferecia como *cabeça* natural do morgado da Oliveira, se tenham construído, provavelmente em meados ou na 2.ª metade do século XIV, as primeiras construções, que poderiam constar de uma torre e/ou de alguns anexos.

Todo o edifício e o pátio que o precede estão erguidos sobre uma plataforma artificial, destinada a permitir a implantação do palácio naquela pequena elevação. Só da banda do poente, por onde hoje ainda se entra no palácio, o terreno revela maior acessibilidade mas, ainda assim, limitada.

Os vestígios mais antigos que se podem observar no palácio e que correspondem muito possivelmente ao século XIV, constam de algumas portas de granito (umas abertas outras entaipadas) de arco quebrado, localizadas na parte poente e norte, no ângulo da capela com o corpo habitacional. O estado de ruína em que esta parte do edifício se encontra não permite, sem trabalhos prévios de limpeza e prospecção, adiantar muito mais. Devem corresponder, de acordo com a nossa análise, ao momento em que os primeiros administradores do morgado decidiram imprimir a marca da sua posse. Se dessa construção inicial constava já uma torre, os vestígios materiais visíveis não permitem, por si só, afirmá-lo.

Do século XV poderá ser a desenvolvida (apesar de muito simples) porta de arco quebrado e de arestas chanfradas, em granito, que se abre na fachada norte, a fachada nobre do palácio. Apresenta-se com molduras rectas, a modo de impostas, no lugar dos capitéis.

O facto de se situar no piso térreo terá sido determinante para, no século XIX, lhe ter sido sobreposto o brasão de armas da linhagem de Oliveira, já que gozava de uma visibilidade imediata que a porta de acesso ao piso nobre, no primeiro andar, não possuía.



Porta de arco quebrado do século XV (?)
na fachada norte do palácio, com o brasão
de armas dos Oliveiras (colocado no séc. XIX) sobreposto

Um primeiro momento de grandes obras no palácio, antes das que no século XIX lhe conferiram a sua fisionomia actual, foi a que decorreu nos meados e na segunda metade do século XVI. A data que se conserva na entrada da capela-mor da igreja palatina – 1567 – permite cronografar com bastante precisão esse momento e fazer, por este modo, a devida correspondência com a leitura arquitectónica de outras partes do palácio[29].



1567. Data inscrita na chave do arco de comunicação
da nave com a capela-mor da capela palatina (©JC Vieira da Silva)

[29] Numa dependência do piso térreo do corpo principal, para o lado de nascente, encontra-se o que parece ser uma pequena porta com a verga ostentando o recorte de um trabalho vulgarmente associado ao manuelino e com uma data – 1559 – inscrita na parede de entaipamento. É uma situação muito pouco clara e para a qual, por enquanto, não avançamos qualquer hipótese. De qualquer modo, não deixa de ser interessante verificar que a data é muito próxima da que está na capela-mor da igreja.

Pelo exterior, a alteração mais visível é a grande escadaria de aparato, em dois lanços, com o mais desenvolvido a encostar-se à parede da fachada norte do palácio. O que denuncia, de imediato, a cronologia desta intervenção são a porta térrea e a janela sobreposta, inseridas no volume da escadaria, pelo seu desenho rectangular e pela modelação das respectivas ombreiras e vergas.



Fachada nobre do palácio da Oliveira, com a porta térrea do séc. XV (?) e a escadaria de meados do séc. XVI (fotografia dos inícios do séc. XX, propriedade da associação Pro-Évora)

Trata-se de uma intervenção característica dos meados e segunda metade do século XVI; antes, as moradas do rei e da nobreza não possuíam, por norma, este elemento arquitectónico projectado no exterior e com tanta visibilidade. A comunicação com os pisos altos dos palácios da Idade Média e dos inícios da Idade Moderna fazia-se normalmente por escadas (quase sempre de caracol) inseridas em pequenas torres quadrangulares ou cilíndricas, no interior e também no exterior do próprio edifício.

A colocação de escadarias exteriores de aparato semelhantes à do palácio da Oliveira e próximas no tempo e na distância, pode

verificar-se no paço do castelo de Alvito ou (embora com características um pouco diferentes) no paço da Sempre Noiva, em Arraiolos: num e noutro caso, são também intervenções posteriores aos edifícios pré-existentes, que haviam sido construídos no fim do século XV (o primeiro) e primeiros anos do século XVI (o segundo).

Outras intervenções de menor dimensão, da mesma altura da escada exterior de aparato, dizem respeito: primeiro, a uma janela (alteada e depois entaipada), situada numa sala do piso nobre, no limite norte do corpo perpendicular ao corpo principal, de recorte semelhante ao dos vãos da escada acima analisados, e virada para o lado da capela; segundo, a uma escada interior que, ao lado da porta de entrada neste aposento (e que continuava para o piso inferior), apresenta indícios de ser da mesma época, permitindo o acesso ao terceiro piso.





Vão alteado e entaipado de janela quinhentista e escada (da mesma época?) de acesso interno ao terceiro piso (©JC Vieira da Silva)

Apesar de serem dois indícios aparentemente modestos, voltaremos a eles em momento oportuno, quando problematizarmos a existência de uma possível torre no palácio da Oliveira, antes da reforma do século XIX eventualmente a ter desvirtuado quase por completo.

A sala térrea do corpo que se dispõe no prolongamento da capela, na direcção norte-sul e perpendicular ao grande corpo habitacional, apresenta uma abóbada de arestas, de quatro tramos desiguais, com arcos torais assentes sobre colunas toscanas exentas, de granito. A iluminação é garantida por dois vãos rectangulares, de dimensões relativamente reduzidas e colocados ao nível dos capitéis das colunas. É, para além da capela, o espaço melhor conservado das obras quinhentistas, a que o uso de colunas toscanas num e noutro espaço torna coincidentes no tempo. Estamos em crer que este espaço poderia ser um dos celeiros referidos na descrição do palácio de 1770, atendendo à sua localização, à sua reduzida iluminação e ao espaço *arejado* proporcionado por uma sala de dimensões apreciáveis e abobadada. Por outro lado, o facto de os dois tramos mais interiores serem mais largos que os dois da entrada, faz pensar num espaço autónomo pre-existente, que bem poderia ser uma torre, atendendo a que a escada interior que referimos acompanha o desenvolvimento, em altura, deste possível *corpo*, terminado nas duas divisões do terceiro andar que a descrição de 1770 regista.



Sala térrea de 4 tramos, com colunas toscanas exentas, no prolongamento da capela (©JC Vieira da Silva)

A existência de torres ou casas fortes é, como já foi referido, um fenómeno surgido na Idade Média, a partir sobretudo do século XII e que, no Alentejo, ganha uma afirmação mais acentuada nos séculos XV e XVI. Embora as haja aqui também anteriores a estes séculos, bastará referir o paço da Sempre-Noiva, erguido nos inícios do século XVI, em Arraiolos, pelo bispo de Évora Dom Afonso de Portugal e estruturado em função de uma torre, ou nas torres da Camoeira e da Giesteira, nos arredores de Évora, e, em Brotas, a torre das Águias, também desta mesma época, para perceber uma proliferação deste sinal *heráldico* na zona de influência da cidade durante o século XVI. É uma das manifestações, em certa maneira, deste período de grande afirmação de Évora, como ocaracteriza Joaquim Chorão Lavajo: «*O século XVI, que registou a maior pujança económica, social, política e religiosa de Évora e do Alentejo, foi também o século de ouro nos campos da cultura e da arte, graças à presença prolongada da corte, à multiplicidade de conventos, à formação de um requintado círculo de humanistas e artistas e à fundação da universidade*»[30].

Não há possibilidade, neste momento, de se saber se na herdade da Oliveira terá existido uma torre contemporânea da instituição do morgado. Ousamos afirmar, no entanto, que pelo menos no século XVI isso se terá verificado, correspondendo exactamente ao espaço dos dois tramos mais desenvolvidos do celeiro térreo quinhentista (que assim terá contribuido para fazer desaparecer essa memória) e erguendo-se nos três pisos que ainda hoje subsistem no palácio, única zona onde tal se verifica.

A capela hoje existente, de nave e capela-mor de planta rectangular, não deixa dúvidas quanto à sua construção em 1567. Se terá havido uma outra anterior a esta (como seria provável), não é possível sabê-lo, face à ausência de qualquer vestígio material ou documental[31]. A que hoje existe, orientada de sul para norte, encosta-se ao volume do palácio que se dispõe com essa mesma orientação, sendo a sua parede de fundo a que serve de divisória do celeiro.

---

[30] LAVAJO, Joaquim Chorão (2000). Évora. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. *Ob. cit.*

[31] Túlio Espanca refere a existência de «*um capitel românico, octogonal, de granito, com 50 cm. de alto, ornamentado por pinhas estilizadas e folhas de parra, servindo de assento, à entrada do templete*», mas que está desaparecido, pelo que não se pode ter qualquer confirmação da existência de uma capela contemporânea da instituição do morgado (ESPANCA, Túlio (1966), Solar da Oliveira. *Inventário Artístico de Portugal. Concelho de Évora*. Vol. I. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, p. 371.

A notícia mais antiga referente a esta capela é a que consta das *Memórias Paroquiais*, escritas em 1758, na sequência do terramoto de Lisboa de 1755. Nelas se refere «*huma* [capela] *em a herdade da Oliveira cuja he de Antonio Saldanha de Oliveira, morgado assistente em a corte e cidade de Lisboa com o titulo de Nossa Senhora da Asumpsam com missa quotidiana e capellam e se lhe faz festa em o dia quinze de Agosto por mandado do dito morgado*».

A segunda descrição é a que consta do *Auto de medição da herdade da Oliveira*, a que já nos referimos, e que adianta mais alguns elementos em relação à notícia de 1758.

A terceira e mais recente descrição, é a de Túlio Espanca, de 1966[32], tão mais valiosa quanto o recheio da capela, que ele ainda viu e pôde descrever, desapareceu por completo. Particularmente digna de nota, pela sua descrição, era a tela que constituía o retábulo do altar-mor: uma «*preciosa tábua pintada a óleo, de c.ª 1560, de temático da Assunção da Virgem, muito carregado de vernizes por restauro hodierno do pintor Carlos Reis, mas do maior interesse pictural*». Esta descrição permite entender que a pintura teria sido encomendada aquando da construção da capela.

A capela-mor é o elemento arquitectónico que se destaca na simplicidade desta pequena capela, quer pelas colunas toscanas, de bom recorte técnico e estético, quer pela cúpula (que se não projecta para o exterior). A decoração de estuques, com alguma pintura ainda bastante viva e retocada, remete para momento posterior, provavelmente o século XIX. Desse século é também, sem qualquer dúvida, a galeria-tribuna de três arcos quebrados, de uso exclusivo dos morgados da Oliveira.

A porta de entrada, aberta na parede virada a poente, está enquadrada por dois possantes mas *desequilibrados* contrafortes que, a serem de origem, se explicam pelo declive acentuado do terreno. Poderão também ter sido colocados na sequência do grande terramoto de Lisboa.

---

[32] Túlio Espanca incorre em pequeno lapso quando diz que a capela é dedicada a Santo António (*Id., ibi.*, p. 370).



Colunas toscanas de granito no interior da capela-mor (©JC Vieira da Silva)



Cúpula da capela-mor (©JC Vieira da Silva)



Tribuna da capela, obra do século XIX, para uso exclusivo dos morgados (©JC Vieira da Silva)

O prospecto arquitectónico que define, na actualidade, o palácio do morgado da Oliveira, deve-se quase integralmente ao século XIX. Equivale-se a obras semelhantes que se podem surpreender noutros edifícios, quer sejam palácios mais antigos (como o paço de Tentúgal, perto de Coimbra, ou o de Belas, perto de Lisboa) quer sejam edifícios erguidos de raiz. A marca neo-gótica visível no desenho dos arcos quebrados segmentados das janelas não deixa quaisquer dúvidas.

Olhando com atenção os dois grandes volumes que se intersectam na perpendicular, desenhando (com o *apoio* da capela) uma planta em **L**, estamos certos que as obras empreendidas no século XIX ampliaram o edifício existente, dotando-o de maior altura, o que originou um piso nobre abobadado e de elevado pé-direito, criando-se sobre ele um forro que, no exterior, é marcado por janelas falsas. Cremos também que o corpo principal, virado ao pátio, poderá igualmente ter sido prolongado, em comprimento, para nascente.

*

Se é verdade que, em termos arquitectónicos, o palácio do morgado da Oliveira guarda poucos elementos da sua fábrica inicial, nem por isso deixa de ser, na sua realidade física, testemunho histórico de uma instituição medieval de grande impacto social e económico – o sistema de morgadio. Neste sentido, a importância do palácio adquire outra dimensão porque as confrontações e a área da herdade da Oliveira, na Graça do Divor, mantiveram-se praticamente inalteradas em relação àquele «*meu lugar da Oliveira*» que, a 13 de Agosto de 1306, o arcebispo de Braga D. Martinho Pires de Oliveira instituiu em morgado. É, sem dúvida, um caso exemplar de resistência ao devir histórico e às suas mudanças sempre imprevisíveis, constituindo-se em documento material de grande significado e, sobretudo, cumprindo uma das funções essenciais desejadas pelo fundador: a de guardar, até aos dias de hoje, a memória da linhagem do arcebispo instituidor – a de *Oliveira*.



Fachada principal do palácio da Oliveira (©SAMI arquitectos)

O Parque da Ponte (Braga)

EDUARDO PIRES DE OLIVEIRA [*]

1 – OS JARDINS PÚBLICOS DE BRAGA ANTERIORES AO PARQUE DA PONTE

Por muito estranho ou paradoxal que possa hoje parecer, e atendendo a que a cidade de Braga sempre se projectou como uma das mais importantes do país, sendo mesmo conhecida a sua pretensão – que nos parece correcta – de querer ser considerada a terceira, a verdade é que Braga nunca teve um parque público que correspondesse em dimensão e qualidade de desenho arquitectónico, aquele desiderato.

Braga é uma das cidades portuguesas em que se conhece uma das informações mais antigas sobre jardins pertencentes a edifícios senhoriais. Referimo-nos ao jardim do Paço dos Arcebispos, conforme se pode ler no memorial das obras mandadas fazer por de D. Diogo de Sousa

> *Fez um jardim entre os Paços e a Sé, no qual da banda da Sé fez uma sotea grande sobre colunas, da banda do jardim e da parte da rua tem uma janela ferrada e uma porta, que sai à rua em direito da Capela de D. Gonçalo, a qual sotea é lavrada de cantaria com seus poiais e toda olivelada e da banda de baixo fez uma camara terreira olivelada e ladrilhada com uma janela de ferros para a rua e outra para o*

[1] *epoeduardo@gmail.com*
Artis/Faculdade de Letras/Universidade de Lisboa.
Artigo enviado para publicação em 30 de maio de 2016.

jardim, o qual jardim mandou ladrilhar todo de cantaria e em lisonja, como a Sé, e é repartido o dito jardim em quatro quartos, em cada quarto estão quatro laranjeiras, fora os caminhos. Fez no dito jardim uma fonte com pé e pia, o qual pé e pia parecem ser dos melhores do reino, e fez a água da calçada por alcatruzes vir à dita fonte, e dela corre em duas naves do jardim por duas cales descobertas; fez nele duas cadeiras de pedra grande e boa, que vai ter do jardim à câmara maior de cima, com seus pátios ladrilhados, e o maior deles olivelado sobre colunas...[1]

É verdade que já desde os finais do século XVIII a cidade foi tendo vários jardins públicos, fechados, onde a sociedade bracarense se reunia. O mais antigo foi o parque das Carvalheiras, quiçá com projecto de Carlos Amarante, que desenhou as duas fontes que estavam paralelas às escadas que o dominavam do lado Norte, voltadas ao actual cruzeiro; este jardim, como seria mais correcto ser designado, foi destruído na primeira metade da década de 1960, quando o seu espaço foi ocupado pela construção da nova Escola Primária da Sé.

Depois, a partir de 1856, foi-se lentamente construindo o simplesmente denominado Jardim Público, no então Campo de Santa Ana, em plena zona central da cidade, jardim que a partir de 1859 foi fechado com umas grades de ferro[2], que hoje, curiosamente, estão colocadas no Parque da Ponte e no Campo de S. Tiago. Este jardim foi destruído no ano de 1914.

Finalmente, em meados da década de 1870, aproveitando o terreno murado que envolve a capela de Nossa Senhora de Guadalupe, foi construído outro parque, mercê, sobretudo, da benemerência do Visconde da Gramosa, senhor da grande casa situada na esquina da Avenida Central com a Rua Dom João de Novais e Sousa

---

1 A transcrição foi passada para português actual e feita a partir de FERREIRA, José Augusto – *Fastos episcopaes da igreja primacial bracarense*. Vol. 2. Braga, Mitra Bracarense, 1931, pp. 502-503.
Foi Oliveira Marques quem primeiro referiu a existência deste jardim, considerando-o um dos mais antigos que se conhecem em edifícios senhoriais portugueses: MARQUES, A. H. Oliveira – *Os condicionalismos técnicos*. In: DIAS, J. Alves – *Nova História de Portugal,* vol. 5*: Portugal do renascimento à crise dinástica*, Lisboa, Presença, 1998, p. 82.

2 Estas grades foram desenhadas pelo apontador da Repartição de Obras Públicas Distrital de Braga, António Augusto Pereira.

(ou Cangosta da Palha). Este parque público teve, porém, uma vida atribulada, nunca servindo verdadeiramente como um espaço de lazer da cidade, em virtude, talvez, da sua localização. Na década de 1930, sobretudo a partir do momento em que foi construído o Seminário Conciliar, na Rua de Santa Margarida, o parque passou a ter as suas portas quase sempre fechadas, situação que se manteve durante décadas, apesar de em 1973 lá ter sido construído um parque infantil que, contudo, viria a ter uma vida efémera[3].

2 – O PARQUE DA PONTE ATÉ 1910

Outra história, extremamente diferente, viria a ter o espaço a que hoje chamámos "Parque da Ponte".

Desde já se deve dizer que, ao longo dos séculos, mesmo naqueles em que o lazer ainda não tinha uma importância no quotidiano semelhante à actual, já ocupava um terreno onde existiam as mais diversas formas de diversão ou, melhor, de fugas ao quotidiano. Pelo que não nos devemos admirar que já em finais do século XIX tenha sido considerado como um espaço que deveria ser tornado público.

Não pode haver dúvidas que toda a sua área é dominada pelo Monte Picoto e pelo Rio Este, mesmo que não se possa considerar este curso de água mais do que um simples regato.

A história mais antiga poderá apenas remontar à Idade Média e à ocupação das águas do rio como força para mover as mós de alguns moinhos que aqui deverão ter existido.

Na Idade Moderna, a informação sobre a ocupação humana remonta aos finais do século XVI ou inícios do século XVII, aos tempos do arcebispo Dom Frei Agostinho de Jesus (1590-1609), pois foi ele que mandou fazer a fonte que está próximo do grande lago, onde se pode ver inscrita a sua pedra de armas. É que aqui existia a chamada Quinta da Mitra, isto é, uma propriedade rústica onde os arcebispos, a exemplo dos senhores mais ricos ou das principais ordens religiosas[4], iam repousar ou procurar o afago de uma sombra

---

[3] Eduardo Pires de OLIVEIRA – *A Freguesia de S. Vítor*. Braga, Freguesia de S. Vítor, 2001, pp. 154-155.

[4] Os Jesuítas, por exemplo, eram senhores do edifício agora ocupado pelo Seminário Conciliar ou de Santiago. E tinham uma casa de repouso no lugar onde hoje, sensivelmente, se ergue o Seminário de Montariol; ainda ali existe um portão da quinta com as suas armas.

mais densa e acolhedora, sobretudo nos dias mais quentes de Verão.

Se olharmos para outro documento, também dos finais do século XVI, (1594), a planta de Braga desenhada por Georg Braunius, mandada desenhar por aquele arcebispo, veremos que neste local havia um grande bosque[5], curiosamente denominado "*Sylva Primatialis*"[6] e que ali existia uma "*fons amonissimus*", ou seja, uma fonte de águas muito amenas, que melhor seria dizer de águas muitíssimo frias e extremamente agradáveis[7].

Mas este mapa dá-nos ainda mais duas indicações preciosas. Numa, diz-nos que o bosque era abundantíssimo de lebres, perdizes e outras peças de caça miúda, chegando mesmo o autor a incluir o desenho de duas lebres ou coelhos. Na outra, refere-se à existência de um moinho onde se moía trigo, para além de nos mostrar outras construções sobre o rio que também deveriam ser pequenos engenhos para moer trigo ou centeio. Lembremos que o milho só passou a dominar a paisagem agrária minhota a partir da segunda metade do século XVI.

E é bem possível que tenha sido precisamente a grande abundância da nova planta do milho trazida das recém-descobertas terras da América, que fez com que as margens do rio Este passassem a ter uma ocupação humana bem mais intensa que a antecedente.

É verdade que o rio era relativamente farto de pequenos peixes, que do seu leito se podia extrair alguma areia[8] e que, como acima vimos, as suas águas poderiam servir para movimentar alguns moinhos, sobretudo fora dos períodos de Verão, em que escasseavam. Mas a verdade é que não deveria ser muita a vida selvagem que existia nas suas margens.

Com a nova planta do milho, que ocupou uma parte importantíssima da mancha agrária minhota e permitiu por um lado acabar com as fomes que continuamente grassavam e, por outro, uma fortíssima revitalização da economia regional, com a grande abun-

---

5 Pela configuração do desenho das árvores, parece que o bosque era constituído por carvalhos, que então deveria ser a espécie dominante. Mas, dado que este desenho se repete por todo o mapa, não se pode afirmar com certeza que seja aquele tipo de árvore.

6 Ou seja, em tradução um pouco livre: "Quinta (bosque) do Arcebispo".

7 Ainda me lembro de beber estas águas: eram tão frias que quase se podia dizer que tinham acabado de sair de um frigorífico. É nesta fonte que estão as armas de Dom Frei Agostinho de Jesus acima referidas.

8 Arquivo da Igreja do Convento Pópulo, Braga. Confraria da Santíssima Trindade. *Despesas 1671-1724*, fól. 132v: *despendeu-se com dois carros de areia que vieram do rio da Ponte de Guimarães $240 réis.*

dância deste novo cereal, portanto, tornou-se necessário construir muitos mais moinhos.

E se é verdade que esses engenhos foram instalados no sítio onde o curso do rio tinha uma mais forte inclinação – a zona dos Galos[9] – já a capela que passou a servir toda esta população de moleiros foi construída noutro local, com uma cota muito mais elevada, não fosse o rio, que no Inverno tinha, por vezes, fortíssimas enchurradas, levá-la da mesma forma como destruiu em 1779 as guardas da Ponte de Santa Cruz, muitos moinhos, etc., etc. [10]. É que a construção de qualquer nova capela ou igreja tinha que ser efectuada em local bem seguro e livre, pelo menos, de uma imprevista tormenta que aumentasse o caudal das águas de qualquer rio ou ribeiro.

Na década de 1930, surgiu com força, como os jornais várias vezes noticiaram, a hipótese de se fazer o represamento do rio – algures entre o pontilhão das Lajes e a Ponte dos Pelames – e criar um grande lago semi-artificial que dotaria a cidade de um espelho de água. Mas o bom senso impôs-se e essa ideia acabou por não ir avante[11].

A nova capela[12], levantada nos inícios do século XVII (1616), foi logo denominada de S. João da Ponte, talvez porque no rio se

---

9 Se outra documentação mais não houvesse, bastava o facto da "Fonte dos Galos", sem dúvida o manancial que dava o precioso líquido a este núcleo populacional, ter nela inscrita a data de 1639. Veja-se Eduardo Pires de Oliveira – *A Paróquia de S. José de S. Lázaro (1747-1797)*. Braga, Paróquia de S. José de S. Lázaro, 1997, pp. 228 e 231. Refira-se também que ainda na margem norte do rio, mas junto à chamada Ponte dos Pelames, fora, poucos anos antes, em 1618, fundada uma nova capela e uma confraria, ambas dedicadas a Santa Justa. Veja-se o livro supra, pp. 137-142.

10 A enchurrada de 1779, por exemplo, foi de tal ordem que levou vinte e três pessoas, imensas bestas, porcos e galinhas pertencentes aos moleiros e destruiu 26 moinhos, 71 rodas de moinho, três lagares de azeite... Veja-se ADB. Ms. 341 (*Manuscrito Curioso*), fls. 336-341. Publicado por Eduardo Pires de Oliveira – *A Freguesia de S. Vítor*. Braga, Freguesia de S. Vítor, 2001, p. 193.

11 Veja-se, por exemplo, o artigo anónimo publicado no "Correio do Minho" de 12 de Março de 1961: *Braga antiga. Foi pena a iniciativa não vingar*. A verdade é que o rio Este, no Verão, não é mais do que um simples fio de água.
Mas a verdade é que um pouco mais a cima, na zona dos chamados "campos de futebol da Rodovia", se fez esse represamento na década de 1980. Refira-se que entre este local e o dos "Galos" entram dois ribeiros, um vindo das Sete Fontes, outro de Dadim/ /Nogueiró, o que leva a que naquele local o rio corra com mais alguma água.

12 Se olharmos com alguma atenção para o mapa de Braga de 1594, veremos que sensivelmente no local onde a capela de S. João da Ponte veio a ser levantada já existia aí um cruzeiro. Mas, dado que não se conhece nenhum texto alusivo à construção da capela, não se poderá afirmar que há alguma relação entre estas duas peças.

poderia figurar o passo do baptismo de Cristo por altura das festas de S. João, festas que já remontam, pelo menos à Idade Média e que sempre tiveram uma fortíssima expressão urbana[13].

Serão estas festas que irão dar uma nova vida a toda esta zona que se manteve vazia de qualquer outro tipo de ocupação humana até aos finais do século XIX. Efectivamente, era aqui que se desenrolavam algumas das partes mais lúdicas dos festejos sanjoaninos de antanho, nomeadamente a famosa "festa do porco preto", que mais não era do que uma espécie de montaria em que participavam nobres e povo, isto é, cavaleiros da melhor sociedade bracarense que no dia do santo percursor soltavam e tentavam conduzir um porco preto até uma das pontes paralelas que existiam ao fundo da antiga rua da Ponte, onde estavam moleiros a tentar impedir a passagem.

A partir do ano de 1893, embora já há bastantes anos se tivesse perdido aquela tradição do porco preto, as festas voltaram de novo a este local pois passou a ser em volta da capela de S. João da Ponte que se tornaram a concentrar as partes mais populares do arraial. E desde então que por esta zona se têm mantido e ganho, inclusive, uma dimensão maior, pois a partir da década de 1970 deixou de dividir a primazia de uma série importante de eventos com a Avenida Central, onde também desde os finais do século XIX se festejava o S. João. Ou seja: no centro da cidade havia a componente urbana e na Ponte a componente mais rural e popular.

Só é pena que a configuração actual do parque não conserve nenhum daqueles *fornos onde os barraqueiros assavam carneiros durante a festa [do S. João]*, fornos esses que se situavam *a pouca distância do muro de suporte que veda parte deste parque da estrada* e que em 1925, segundo nos informa João Pereira do Rio, *existiam ainda há pouco*[14]*.* Estes fornos seriam, portanto, semelhan-

---

[13] Veja-se, sobretudo, o velho e excelente livrinho de José Gomes *O S. João em Braga*. Braga, Typ. Universal, 1904.
Saliente-se ainda que na "Memória" enviada para Lisboa no ano de 1758, o pároco de S. Lázaro, a quem então pertencia esta capela, informava que havia ali uma grande feira franca de animais na altura das festas de S. João: *"Somente há feira de bestas franca em dia de S. João Batista e no dia seguinte, junto à capela do mesmo São João da Ponte, acima referida"*. CAPELA, José Viriato – *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758: a construção do imaginário minhoto setecentista*. Braga, 2003, p. 192.

[14] RIO; João Pereira do – *Memórias do Parque de S. João da Ponte*. Braga, Tip. "Notícias do Norte", 1925, p. 16.

tes aos que ainda hoje se vêem na Falperra e aos que existiram em muitos outros santuários minhotos em que tinham lugar as grandes romarias populares.

Na verdade, e olhando para a capela que ainda hoje se mantêm quase intocada na sua arquitectura, logo nos lembraremos das muitas capelas rurais, com as suas reduzidas dimensões – embora esta seja um pouco mais alta que o normal – e, sobretudo, com o seu alpendre sustentado por colunas toscanas. Só houve alterações na parte posterior, pois foram adossadas algumas das colunas e outros motivos arquitectónicos e escultóricos que pertenceram à fachada da igreja do antigo Convento dos Remédios, cenóbio que foi destruído logo após a implantação da República, tendo muitas das suas pedras com interesse artístico sido trazidas para o parque que então aqui se estava a organizar.

Da mesma forma, também o interior da capela beneficiou com a demolição daquele convento feminino, pois recebeu muitos azulejos de tapete, azulejos que, curiosamente e apenas por obra do acaso, são do mesmo século em que a capela foi levantada.

Um pouco antes da implantação da República, mas já no ano de 1910, a comissão promotora dos melhoramentos do parque tentou levantar uma nova capela. No jornal “Commércio do Minho”, nas edições de 15 de Setembro, 11 de Outubro e 17 de Novembro, podemos ler que o novo templo iria ser projectado pelo conhecido esteta e pedagogo conimbricense António Augusto Gonçalves e que teria um estilo neo-manuelino. Noutro periódico, “A Propaganda” (28 de Março de 1910) pode ver-se que seria construído sensivelmente na meio da encosta do Monte Picoto.

Poder-se-á estranhar que se tenha procurado em Coimbra o autor do projecto da nova capela quando em Braga já havia um arquitecto a trabalhar imenso e com qualidade, João de Moura Coutinho. Não nos podemos esquecer, contudo, que alguns dos mais importantes membros da comissão de obras tinham estudado na universidade daquela cidade, o que poderá, ou não, estar na origem daquele convite.

Mas desde quando é que se terá começado a transformar aquele lugar de S. João da Ponte num local aprazível? A verdade é que não temos resposta concreta.

Sabemos que já em Janeiro de 1882 se estavam a fazer obras que visavam torná-lo num local muito agradável, pois

> *... ali se vêem nos dias belos, constantemente, muitos passeantes, porque as condições do lugar são as mais idóneas para atrair os bracarenses...*[15]

Estes trabalhos eram orientados por um jovem bracarense, Joaquim Rebelo, de quem não conhecemos outras actividades. Em Junho do mesmo ano estavam a correr obras que visavam alargar o jardim e o lago[16] *dando-se a tudo uma completa reforma*.

No ano seguinte, o local já deveria estar bastante agradável para passear pois Forjaz Sampaio Pimentel na sua monografia do Bom Jesus, onde também incluía um bom roteiro da cidade, informava:

> *Ao lado de ambas e desta estrada existe, melhorada e acompanhada de pequeno jardim e bom arvoredo, a capela de S. João. É pitoresco o sítio, e de muita frequência nas tardes de estilo*[17].

Em 1898, a comissão promotora dos trabalhos continuava a desejar transformar *o local numa deliciosa e agradável estância*[18].

Em Outubro de 1905 o conhecido pintor-decorador e mesário da Confraria de S. João da Ponte Domingos Teixeira Alves Fânzeres apresentou um plano geral que a mesa da confraria aprovou, com vista ao *aformoseamento daquele pitoresco local*[19], embora tivesse o cuidado de posteriormente o vir o submeter à *aprovação técnica*.

Porém, naquele mesmo mês, veio a Braga o arquitecto portuense José Monteiro da Costa para analisar o local, delinear uma planta e proceder ao seu orçamento. Não sabemos se foi já devido a estes trabalhos que a Mesa decidiu

---

15 Informação transcrita em OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Arte religiosa e artistas em Braga. 1870 – 1870 – 1930.* Braga, Edições APPACDM, 1999, p. 127.

16 Não é o grande lago que se vê actualmente na parte interior do Parque.

17 PIMENTEL, Diogo P. F. S. – *Memórias do Bom Jesus do Monte ou Breve Notícia de Braga*. 4.ª ed., Lisboa, Lallement Frères, 1883, p. 144.

18 OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Arte religiosa e artistas em Braga. 1870 – 1930.* Braga, Edições APPACDM, 1999, p. 127.

19 OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Arte religiosa e artistas em Braga. 1870 – 1930.* Braga, Edições APPACDM, 1999, p. 127.

> *... solicitar apoio à Câmara Municipal para poder levar a efeito os melhoramentos, indo aos Paços do Concelho pedir que sejam removidos para aquele local os entulhos da velha muralha da cadeia e de outras obras para com elas ser aplanado o largo das Latinhas e concluir-se o aterro começado para a construção do parque...*[20]

Em Janeiro seguinte, o arquitecto portuense voltou a Braga para apresentar o seu projecto que foi apreciado por João Lemos, chefe de conservação municipal, isto é, o equivalente ao cargo de engenheiro chefe da Câmara. Os trabalhos estavam orçados em 9.000$000 réis e começou-se a pensar abrir uma subscrição pública na cidade para as obras poderem seguir sem grandes percalços.

E não há dúvida que deveriam ter recebido um certo apoio, embora só se conheça a oferta de um capitalista, Francisco José Luís Vieira, que pôs à disposição da confraria

> *... a verba necessária para a compra de cinquenta carros de pedra velha da muralha do castelo da cidade, para ser empregada nas obras de terraplanagem e construção de um parque naquele pitoresco local...*[21]

Em Janeiro de 1911 estavam a ser plantados arbustos apropriados e a proceder-se à regularização de alguns canteiros e das ruas, trabalhos que estavam a ser orientados por Abel Teixeira.

No mês seguinte

> *A Comissão de Obras do Parque da Ponte resolveu adquirir diversos jogos e divertimentos para adultos e crianças, que em breve ali principiarão a funcionar para o que já se está a proceder à terraplanagem do local apropriado*[22].

Curiosamente, ainda naquele ano de 1911, foi também endereçado o pedido de um plano geral a Ernesto Korrodi que, relembramos, para aqui concebeu o coreto.

---

[20] OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Arte religiosa e artistas em Braga. 1870 – 1930.* Braga, Edições APPACDM, 1999, p. 128.

[21] "Commércio do Minho", 16 de Dezembro de 1905.

[22] *Parque da Ponte*. "Commércio do Minho", 2 de Fevereiro de 1911

Finalmente, em Maio de 1915 temos conhecimentos que as obras estavam bastante avançadas:

> *... a grande piscina, em estilo romano... acha-se quase concluída e fica... ao lado sul daquele pitoresco local cada dia mais concorrido...*
>
> *Todo o vasto recinto é ocupado de espesso arvoredo, animado por caprichosos canteiros... Não me permite o espaço falar detidamente dos pormenores da artística piscina circundada de azulejos, com colunas graníticas em redor, um vasto e confortável banco e outros confortos...*
>
> *Torna-se, porém, indispensável que a vereação mande proceder à canalização das vertentes da Fonte do Rechicho, há muitos anos já cedidas à irmandade da Ponte, e que assim abastecerão a referida piscina, irrigando ao mesmo tempo os canteiros, que se admiram por aquele recinto*...[23]

Efectivamente havia aqui dois problemas a considerar: um tinha a ver com a resolução do problema da encosta que descia até ao curso do rio e que se pretendia fosse transformada num alto muro de sustentação de terras, o que aumentaria e tornaria mais agradável e plana a área do parque.

O outro dizia respeito a uma filosofia que já desde 1860 vinha sendo implantada no parque do Bom Jesus do Monte com grande aplauso público: os parques não deveriam ser constituídos por árvores tradicionais, mas sim por outras, se possível exóticas.

Essa marca de exotismo pode ainda ser detectada noutro aspecto. Embora não sejam aqui tão abundantes quanto o são no Bom Jesus do Monte, também no Parque da Ponte encontrámos algumas pequenas construções feitas em cimento, um material ainda pouco utilizado na cidade[24], com formas muito irregulares e uma pequeníssima gruta artificial.

Ao mesmo tempo, e curiosamente, voltou-se a ter aqui a ideia do museu lapidar, ideia essa que já fora criada cerca de quatro séculos antes por Dom Diogo de Sousa (1505-1532), ao trazer para

---

[23] Informação transcrita em OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Arte religiosa e artistas em Braga. 1870 – 1930.* Braga, Edições APPACDM, 1999, p. 128-129.

[24] É bem possível que o primeiro edifício que utilizou cimento na área da cidade de Braga tenha sido a renovada Casa dos Castelos (1905), no Bom Jesus do Monte.

Braga muitos dos miliários que pontuavam as vias romanas que partiam de Braga e outras inscrições e colocá-las em volta da hoje perdida capela de Santa Ana[25]. Efectivamente, foram aqui recolhidas muitas peças de carácter artístico, nomeadamente cruzeiros, pedras de armas e fontes provenientes, sobretudo, do demolido convento dos Remédios e dos jardins do antigo Paço Arquiepiscopal que, então, estava a passar por grandes transformações.

3 – O PARQUE DA PONTE APÓS A DÉCADA DE 1910

O parque não tinha então as dimensões que lhe conhecemos hoje: quase se pode dizer que a pouco mais se circunscrevia do que a uns tantos metros em volta da capela. Os seus limites eram o rio Este, a rua da Ponte, a estrada nacional nº 17, para Guimarães, que desde 1861 deixara de seguir pela Serra da Falperra e passava agora pelo alto da Morreira e, a poente, a vedação que agora se vê.

Tudo se tornaria diferente, porém, no final do mês de Novembro de 1919, data em que, pelo Decreto – Lei nº 6.251, o governo cedeu à Câmara Municipal a Quinta da Mitra com o fim de nela criar um *Horto e* nela instalar o *Parque Municipal*[26].

Ou seja, o parque, embora com um proprietário bem diferente, poderia agora ganhar uma área incomparavelmente maior, prolongar-se imenso em direcção a poente.

Abriam-se imensas perspectivas novas. O parque deixaria de ser pouco mais que o espaço envolvente da capela, poderia ganhar uma dimensão até aí totalmente impensada e, sobretudo, agregar uma série de novas formas alternativas de lazer. E ganharia, inclusive, o restauro de um edifício de uma arquitectura híbrida entre o rural e historicista.

Muitas hipóteses se poderiam então começar a colocar. A mais plausível, porque perfeitamente natural, era a da expansão, pura e

---

[25] Situava-se na Avenida Central, foi demolida em 1769.

[26] Na edição de 29 de Agosto de 1911, o jornal "Commércio do Minho" anunciava que o Presidente da Comissão Administrativa da edilidade bracarense recebera um telegrama do Ministro da Justiça que lhe comunicava que tinham sido cedidos à Câmara Municipal vários edifícios da cidade e *a Quinta da Mitra para horto municipal*... Mas esta decisão não deve ter passado para a forma legislativa porque em 1919 foi publicado um decreto nesse sentido. Veja-se o seu teor no Apêndice Documental (texto nº 1).

simples, da zona arborizada e a criação de um lago de maiores dimensões, a exemplo, aliás e mais uma vez, do que existia no Bom Jesus do Monte. E assim aconteceu.

Curiosamente, sabendo-se que a parte exterior do parque é da alçada da Igreja e a interior pertence ao domínio municipal, poder-se-ia pensar que a partir desta data apenas se trabalharia na nova zona pública. Mas a verdade é que embora houvesse um desenvolvimento muito maior da nova área, no espaço anterior houve algumas obras, como, em 1922, a da colunata colocada na cabeceira do pequeno lago, que passou a estar forrado com restos cerâmicos – quase diria numa reminiscência do Parque Guell, de Gaudi –, colunata essa feita com pedras que tinham pertencido a um cruzeiro coberto que existira no ponto de encontro da Rua Dom Paio Mendes e o Largo das Carvalheiras e que fora destruído em meados da década anterior.

O território da nova zona não se distinguiu, inicialmente, do "velho" parque. Só no final da década de 1940, ou inícios da seguinte, é que recebeu uma bem visível diferenciação física, a velha grade pintada de verde que fora inicialmente utilizada na delimitação do Passeio Público (1859) e que, após a destruição deste no ano de 1914, fora transferida para fechar o Largo do Paço (1919), onde se manteve durante cerca de três décadas e meia. Ou seja, da mesma forma que muitas das "pedras" que ornavam o parque, também esta grade era uma "velharia" de muito forte conotação urbana.

Formou-se então uma comissão de cidadãos que decidiram levar a cabo uma série de melhoramentos, que se organizaram em volta de uma sociedade que denominaram "Empresa do Parque da Ponte". Era constituída por *um grupo de bracarenses ilustres e beneméritos, verdadeiramente devotados ao progresso material da sua terra*[27]. Entre estes nomes, lembrem-se, sobretudo, os de Augusto Veloso, o seu principal animador, e o do industrial e capitalista Júlio Lima, talvez a maior fortuna de Braga na primeira metade do século XX, um benemérito que também já deixara uma boa parte do seu dinheiro num número incomensurável de outras obras levadas a cabo no Santuário do Bom Jesus do Monte (alargamento do lago

[27] VIEIRA, A. – *O Parque da Ponte*. "Almanaque-Anuário de Braga para 1924". Braga, Livraria Cruz, 1923, p. 247.

maior, entre vários outros trabalhos), na Falperra (reconstrução da Capela de Santa Marta do Leão) e na própria cidade[28].

Pouco se sabe sobre a história[29] e as razões que levaram este grupo de bracarenses a fundar uma empresa que, no dizer de um jornalista, seria mais correcto ser chamada "*sociedade benemérita*"[30]. Tanto quanto se sabe, tinham apenas um único propósito: o desenvolvimento harmónico dos terrenos da antiga Quinta da Mitra, que queriam alugar à Câmara por um período de 18 anos e transformá-lo num parque atraente que deveria ser auto-suficiente do ponto de vista económico.

Naturalmente, a Câmara Municipal recebeu da melhor forma esta vontade verdadeiramente mecenática. Na reunião do executivo municipal de 23 de Dezembro de 1921, o vereador Ferreira de Almeida, apresentou

> *... à Câmara a planta e projecto de melhoramento a realizar em S. João da Ponte, pedindo, depois de breves palavras repassadas de muito amor por esta terra, que o projecto da planta seja imediatamente aprovado, ficando a presidência autorizada a outorgar e assinar o respectivo contrato de arrendamento*...[31]

Essas escrituras foram lavradas nos dias 7 de Janeiro de 1922 e 6 de Dezembro do mesmo ano[32].

A primeira, referia-se aos terrenos que ficavam situados entre a estrada Braga-Guimarães e o rio Este, numa extensão de 65.757 metros quadrados. Teria uma validade de cerca de 18 anos, termi-

---

[28] Sobre a importância do seu apoio mecenático para com o Parque da Ponte veja-se, por exemplo, o texto intitulado "*Parque da Ponte*", inserto no jornal "Correio do Minho" do dia 2 de Novembro de 1928. Sobre a sua faceta de cidadão sempre aberto a ajudar os seus semelhantes veja-se a entrevista conduzida por Rodrigues Laguna *Uma benemérita figura bracarense...* publicada na revista "Turismo", Lisboa, 4 (35), Ago.-Set. 1940, pp. 35-36.

[29] Em geral, os livros sobre Braga dedicam ao Parque da Ponte muito pouco espaço. Há apenas um pequeno opúsculo, da autoria de João Pereira do Rio, uma figura curiosa de barbeiro e publicista, escrito mais com o coração do que com a razão: *Memórias do Parque de S. João da Ponte. (Esboço histórico de descritivo)*. Braga, Tip. Notícias do Norte, 1925.

[30] "Correio do Minho" de 16 de Novembro de 1927.

[31] AMB. *Livro de actas da Câmara Municipal de Braga*, 10.12.1920-12.10.1923, fól. 56.

[32] "*Câmara Municipal de Braga. Sessão da Comissão Administrativa*". "Correio do Minho", Braga, 9 de Outubro de 1928, p. 3.

nando no dia 31 de Dezembro de 1940[33]; este prazo poderia ser prorrogável. A "Empresa" obrigar-se-ia a pagar uma renda de 313$24 anuais. No fim do contrato,

> *... os terrenos voltam todos à posse da Câmara, devendo esta indemnizar o arrendatário por todos os edifícios ali construídos e demais benfeitorias, cujo valor será fixado por três peritos*...

sendo consideradas

> ... *benfeitorias tudo o que não seja propriamente terreno com paredes, muros, arbustos, árvores, jardim e lagos e tudo o que aumente o valor do terreno*...

Além do pagamento daquela renda anual, a "Empresa" obrigava-se

> ... *a conservar os terrenos devidamente ajardinados e a edificar um hipódromo, campos de jogos desportivos, lagos, etc., em harmonia com a planta topográfica aprovada pela Câmara e quando os melhoramentos não constarem dessa planta, deverão previamente ser submetidos à sua aprovação*...

A segunda escritura foi lavrada no dia 6 de Dezembro de 1922. Dizia respeito à área a Sul daquela estrada, na base e na encosta do Monte Picoto. Compreendia três distintas parcelas de terreno: uma, com a extensão de 74.931 metros quadrados; outra com 70.379 e uma terceira com 39.036. O aluguer teria uma duração semelhante ao da anterior escritura, pois terminaria no dia 6 de Dezembro de 1941, podendo, também, ser prorrogável. Agora não haveria lugar a uma renda anual mas sim ao pagamento de 6.704$35, que seria pago apenas de uma só vez[34].

Estes terrenos,

> ... *serão destinados à edificação de moradias económicas para alojamento das classes menos abastadas e para alargamento do Parque da Ponte*...

---

[33] Publicamos esta escritura no apêndice documental.

[34] Publicamos esta escritura no apêndice documental.

Por esta escritura, a "Empresa do Parque da Ponte"

> ... *obriga-se a ajardinar convenientemente a parte dos terrenos destinados ao alargamento do Parque da Ponte, conservando-os sempre no maior asseio e limpeza e sujeitando o plano de melhoramentos à apreciação da Comissão Executiva da Câmara, devendo o ajardinamento estar completo na data em que terminar o presente contrato*...

Em contrapartida, se a Câmara

> ... *por qualquer motivo queira tomar conta dos terrenos aqui arrendados pagará aos arrendatários as benfeitorias por eles feitas depois de previamente avaliadas*...

Mas se houvesse

> ... *falta de cumprimento de qualquer destas cláusulas, [haveria] motivo de rescisão do contrato, sem direito a indemnização alguma por parte da Câmara*...

Infelizmente, a Câmara não cedeu todo o terreno pois que uma semana antes tinha vendido uma parcela daquele espaço, 7.100 metros quadrados, à União Eléctrica Portuguesa, para ali

> ... *instalar uma subestação transformadora de energia hidroeléctrica de Lindoso, a fim de poder cumprir as cláusulas do contrato com esta câmara celebrado em 28 de Fevereiro de 1920 pelo preço de 25 centavos cada metro quadrado e no valor total de 2.485$00*...[35]

A "Empresa", desde o início teve em mente conseguir a independência económica. Para isso, venderiam muitas das plantas e flores que iriam cultivar no horto e numa estufa que pretendiam fazer, a fruta de inúmeras árvores que tencionavam plantar, as entradas nos recintos desportivos que iriam construir, os bilhetes

---

[35] AMB. Notariado privativo da Câmara, *Livro de notas nº 21*, fls. 40v-42: *Escritura de aquisição de 7.100 metros quadrados de terreno no local de S. João da Ponte, feita entre a União Eléctrica Portuguesa, Sociedade Anónima, com sede na cidade do Porto*. Este contrato foi lavrado no dia 16 de Dezembro de 1921.

das sessões de cinema[36], a venda de lenha[37], o aluguer dos barcos, para além das entradas no Parque propriamente dito e a exploração de um bar, de um casino e um restaurante de qualidade. Além disso, receberam, também, um subsídio de 50.000$00 da Comissão de Iniciativa do Concelho de Braga que foi atribuído em 12 de Abril de 1927[38] para a construção do grande lago. Mas estas quantias, para um programa de obras tão ambicioso como o da "Empresa do Parque da Ponte", pouco mais eram do que uma gota no oceano. À direcção, valeu-lhe, sobretudo, a capacidade que teve para conseguir subsídios de particulares, nomeadamente do capitalista Júlio Lima.

Como sempre acontece, umas tantas obras puderam ser realizadas e outras não. Aliás, para uma empresa com um objectivo destes, seria muito difícil conseguir o almejado equilíbrio económico numa pequena cidade como então era a de Braga.

Para responder às vontades dos membros desta comissão e gizar o desenho do novo parque, foi escolhido o jardineiro José Pedro da Costa[39]. Ao novel "arquitecto" José Vilaça, *que tem posto ao serviço da Empresa a valiosa e desinteressada cooperação do seu talento*[40], um homem que seguiu as pisadas de Ernesto Korrodi e Moura Coutinho, que acompanhou o cónego Aguiar Barreiros nas suas contínuas deambulações pelo românico do Norte e Centro de Portugal e que projectou muitos edifícios em Braga e sua região, foi entregue o trabalho de desenhar a antevisão do futuro parque e conceber individualmente as diversas estruturas que viriam a ser

---

[36] Estas sessões de cinema foram até ao ano de 1929 directamente exploradas pela "Empresa". A partir daí, poderão ter sido exploradas por outros pois em 29 de Janeiro de 1930 a "Empresa" colocou anúncios nos jornais bracarenses em que dava a conhecer que aceitava propostas para a exploração das sessões de cinema e de outras diversões.

[37] No "Diário do Minho" de 27 de Outubro de 1929 – e repetido nos anos sequentes – foi publicado um anúncio em que se anunciava que estavam à venda de madeiras que tinham servido no campo de futebol, eucaliptos e codeços existentes nos terrenos da "Empresa".

[38] Veja-se o jornal "Correio do Minho" de 11 de Novembro de 1928.

[39] É muito pouco o que se conhece sobre a vida e obra de José Pedro da Costa, um jardineiro que deveria ter uma razoável formação a atender na qualidade dos artigos que escreveu quinzenalmente, no ano de 1923, no jornal "Diário do Minho", sobre jardins, flores e outros temas similares. Nos anos de 1927 e 1928, pelo menos, aceitou o encargo de dirigir os trabalhos de jardinagem no Santuário do Bom Jesus do Monte. Ainda em 1928, ornamentou "*com mimoso gosto*", o exterior da Capela de S. João da Ponte, durante as festas do Senhor da Saúde, utilizando "*as mais preciosas plantas do Horto do Parque da Ponte*"; veja-se o "Correio do Minho" de 15 de Setembro daquele ano.

[40] VIEIRA, A. – *O Parque da Ponte*. "Almanaque-Anuário de Braga para 1924". Braga, Livraria Cruz, 1923, p. 248.

criadas. Pena é que se tenham perdido o projecto global, os de pormenor e os dos edifícios que construíram ou se propuseram vir a levantar; conhece-se apenas um ou outro desenho que, em geral, estão impressos com uma qualidade muitíssimo deficiente[41].

Na nova zona, que mais não era do que um áspero monte que necessitava de ser desbravado e que também estava ocupado com uma pedreira[42] e *campos de cultivo de milho raquítico e vetustas uveiras enroscadas em árvores aleijadas e minadas pelo caruncho*[43], foram criadas uma série ruas, alterada radicalmente a arborização e escavado um grande lago, mantendo-se assim, de certa forma, a primitiva ideia do parque exterior; ou seja, continuou-se a ter o parque do Bom Jesus do Monte como o modelo que deveria ser seguido.

Do Campo da Ponte ao Estádio 1º de Maio

Ao mesmo tempo que se faziam estas obras, avançou-se noutra direcção, na da criação de uma série de infraestruturas desportivas e de lazer, do mais variado cariz.

Braga já tinha equipas de futebol desde meados da década de 1910. Mas embora houvesse locais onde se pudesse praticar o novo desporto, não havia ainda um local específico onde os clubes e os seus amantes o pudessem fazer eficazmente. Pelo que não nos devemos admirar que em Agosto de 1922 se tivesse decidido construir um espaço próprio para jogar futebol no Parque da Ponte[44]:

---

41 VIEIRA, A. – *O Parque da Ponte*. "Almanaque-Anuário de Braga para 1924". Braga, Livraria Cruz, 1923, pp. 247-249, 251. Apresentaremos cópia destes desenhos no final desta memória.

42 Esta pedreira já existe desde meados do século XVIII, pelo menos: No dia 2 de Outubro de 1746, José Barbosa, lavrador, morador junto à Ponte Pedrinha, freguesia de Lomar, pediu autorização para cortar uma porção de pedra numa *pedreira chamada Pedreiras Alvas... para tapar a beira de uma estrada.* Veja-se o *Registo de provisão porque Vossa Alteza Sereníssima concede licença ao suplicante para tirar 100 carros de pedra da coutada de Vossa Alteza*. ADB. Registo Geral, vol. 145, fls. 199v-200v.
Este montado e a pedreira ocupavam cerca de um quarto de toda a área que foi cedida pelo governo.

43 Veja-se o texto número 3 do Apêndice Documental.

44 Veja-se o jornal bracarense "Aqui d'El Rei", de 6 de Agosto de 1922. Deverá dizer-se, que logo dois dias após aquele em que foi dado conhecimento público da formação e dos objectivos da "Empresa do Parque da Ponte", apareceu um texto no jornal "Diário do Minho", onde se reclamava a construção imediata de um estádio:
... lembramos à digna "Empreza do Parque da Ponte", que era magnífico começarem os trabalhos pelo estádio, atenta a situação em que se encontram os desportistas de

é o velho campo de treinos, ao lado do Estádio 1º de Maio. Foi então denominado "Campo Júlio Lima". Mais tarde, em 1946-1950, ao lado daquele campo, viria a ser levantado o Estádio 28 de Maio[45] (actual Estádio 1º de Maio), concebido pelo arquitecto João Simões, sem dúvida um dos mais belos estádios portugueses; está ornado com dois altos – relevos em bronze, da autoria do escultor Salvador Barata Feio representando, como seria natural, temas alusivos à Revolução Nacional e à Educação Física. Este estádio foi a oferta que o Governo Português fez a Braga – "a cidade santa da revolução" do 28 de Maio de 1926 – para assinalar uma data redonda, os 20 anos daquele momento político.

De início, o novo campo de futebol poderia servir perfeitamente à cidade. Mas dez anos mais tarde, um dos dirigentes do Sporting Clube de Braga, o Dr. Felicíssimo Campos, afirmava já que não satisfazia as necessidades sentidas pelos clubes bracarenses[46].

Estas palavras não foram bem recebidas pelos dirigentes da "Empresa do Parque da Ponte", o que levou o seu presidente, Augusto Veloso, a responder que o campo fora recentemente nivelado com grande cuidado, que se *improvisaram novas bancadas que, embora não obedecessem às condições exigidas, custaram bastante dinheiro; se colocaram balizas novas, cano de drenagem em volta do campo e vedações* e *novas bilheteiras*. Pela utilização deste espaço, os clubes só pagavam 25% das receitas que auferissem com os bilhetes vendidos para cada jogo.

Braga, que não têm nenhum campo onde possam executar os seus exercícios atléticos. E cremos que não há inconveniente nenhum em começarem pelo estádio os trabalhos do Parque.

O que acima fica exposto ainda não é tudo o necessário à nossa cidade.

O campo desportivo municipal é indispensável à vida desportiva de Braga, porque uma cidade como a nossa não pode ter só um campo.

A nossa Câmara que se digne mandar construir esse campo desportivo, porque, hoje mais do que nunca, ele é preciso.

Não perdendo ela nada com esse grande melhoramento para a cidade, porque é que espera e não dá ao menos uma resposta?

Não tem dinheiro?

Siga o exemplo da "Empresa", emitindo acções e aí está o remédio.

Cremos que não será preciso porque com essa construção não se gastam nenhumas centenas de contos, que hoje na nossa terra nada representam... (P., A. – *Desportos*. "Diário do Minho", 11 de Setembro de 1921)

[45] Este estádio foi, até ao ano de 2004 ocupado pelo Sporting Clube de Braga. Veja-se, entre outros estudos, o de Barros PEREIRA – *Sporting Clube de Braga. 1921-1985*. Braga, Correio do Minho, 1985.

[46] "Correio do Minho" de 10 de Janeiro de 1932.

Refira-se ainda, que os jogadores dos clubes não só não pagavam bilhete de entrada quando fossem jogar, como o também não faziam nos dias em que treinavam, uma vez por semana[47].

Seguiu-se depois um desagradável diferendo, em que cada um dos oponentes tentava contraditar a seu favor[48]. O "Correio do Minho" tentou acalmar ambas as partes, embora reconhecesse que a cidade precisava urgentemente de um estádio capaz:

> *... A existência dum "stadium", sendo um estímulo permanente à prática desportista, acarretará sem dúvida o seu progresso, interessando nele massas enormes de gente.*
>
> *Desta forma convertia-se numa fonte altamente proveitosa para os interesses materiais de Braga, imprimindo à cidade animação e brilho.*
>
> *O exemplo está diante dos nossos olhos. Embora não tenhamos hoje grupos de futebol de primeiro plano, e certo é que esse desporto, mesmo como está, desloca centenas ou milhares de pessoas todos os domingos. Vemos, portanto, que se melhorarmos e aperfeiçoarmos as suas condições, a cidade de Braga movimentar-se-á muito mais largamente. Contando para já com o futebol, ainda assim vale bem a pena procurar desenvolvê-lo, fornecendo-lhe os meios de que precisa para atingir esse almejado fim...*[49]

A verdade é que Braga parecia não ter capacidade de fazer a obra que os seus dirigentes desportivos desejavam. Tanto que o novo campo do Sporting Clube de Braga, localizado nos Peões e inaugurado no dia 8 de Maio de 1932, embora representasse uma melhoria sensível para as necessidades da cidade e dos seus clubes, estava muito longe de poder ser classificado como um estádio digno desse nome[50].

Numa interessantíssima entrevista que o Dr. José Cerqueira Gomes, dirigente do Sporting Clube de Braga, deu ao jornal Correio

---

47 *Braga tem imperiosa necessidade d'um Stadium...* "Correio do Minho", 12 de Janeiro de 1932.

48 *Braga tem imperiosa necessidade d'um Stadium...* "Correio do Minho", 13 de Janeiro de 1932.

49 *Uma necessidade de Braga*. "Correio do Minho", 21 de Janeiro de 1932.

50 *Vai ser inaugurado no próximo domingo o novo campo do Sporting Clube de Braga*. "Correio do Minho", 27 de Abril de 1932. *Campo de jogos do Sporting Clube de Braga...* "Correio do Minho", 8 de Maio de 1932.

do Minho[51], já então se equacionava fortemente a saída do mais importante clube de futebol bracarense do local que lhe servia de casa há cerca de catorze anos e se manifestava o desejo de fazer um estádio de raiz no Parque da Ponte:

> *...*
>
> ***O Parque da Ponte, local naturalmente indicado para a construção do Estádio Regional***
>
> *– É verdade que se dirigiram à Empresa do Parque da Ponte?*
>
> *– Sim. É verdade. O Parque da Ponte hoje, no pormenor desportivo, quase abandonado, possui todas as condições para se tornar no grande Estádio Bracarense. Se atendermos à sua especial localização, à expansão deliciosa dos seus montados e à sobranceria majestosa do Picoto, eu direi sem hesitar que sim, que é lá que naturalmente está indicada a grande e necessária obra do Estádio Regional, como complemento de uma graciosa e elegante realização de um parque que nos honre.*
>
> *– E parece-lhe que para o Sporting será vantajoso adoptar de futuro as instalações desportivas do Parque da Ponte?*
>
> *– Depende das condições...*
>
> *Há que encarar o problema de frente. O Parque da Ponte tem já um projecto, dizem-me que grandioso, elaborado por um distinto engenheiro. Compreende esse projecto piscina, carreira de tiro reduzida, rinque de patinagem, court de ténis, campo de basquete e dois rectângulos para o futebol.*
>
> *Segundo esse projecto, ao lado do rectângulo actual surgiria novo campo de futebol, em condições de bem servir.*
>
> *Há quem defenda a ideia, possível para já, monetariamente, de adaptar o actual campo, dotando-o com razoável bancada. Seria uma solução transitória, até execução do plano definitivo, mas em contrapartida condena-se esse intento, preferindo-se a solução imediata e radical de um problema que não se compadece com demora.*
>
> *– De maneira que essas condições...*
>
> *– São aquelas que colocam a transferência dentro da efectivação completa dos interesses do Clube e da cidade.*

---

[51] *Pela construção do Estádio Regional*. Entrevista conduzida por A. M. (Augusto Martins?) e publicada na edição de 24 de Janeiro de 1936.

Nada de soluções transitórias

– Sou contrário às soluções intermédias ou transitórias. O problema deve ser encarado corajosamente e resolutamente resolvido. Para uma benfeitoria de somenos importância basta-nos, então, o Campo dos Peões, feito pelo carinho, pelo esforço e pela dedicação de amigos que não podem ser esquecidos e que se não pouparam a sacrifícios para há cinco anos darem ao Clube o orgulho de possuir campo próprio.

E esta solução tem ainda a virtude de manter a existência de dois campos, absolutamente necessários ao nosso movimento desportivo.

– Defende, então, a contrapartida?

– Sim. Defendo a construção imediata do Estádio Regional dentro do Parque da Ponte.

– E julga que a "Empresa" está em condições de arcar com obra tão importante?

O nosso entrevistado que até aqui tem sido "normalmente" loquaz, concentra-se agora, e só responde decorridos instantes... ladeando a pergunta...

– Não é precisamente de mim que deve obter essa resposta.

Eu, como todos os bracarenses, pretendo apenas que seja construído o Estádio Regional. Pela "Empresa", pelo Estado, pela Comissão de Iniciativa e Turismo ou por todos em conjunto? Não interessa. O que interessa é que se encare o problema de frente e Braga tenha, enfim e afinal, o seu Estádio. Assim o exigem as suas responsabilidades na hora presente.

O Sporting, com os seus amigos, tem feito que baste para que a sua obra seja olhada com respeito e sirva de exemplo. O resto compete... às entidades competentes...

Alvitres... sugestões... e, para concluir... uma certeza

Haviam-nos falado, porém, de alvitres sugeridos pela transferência do Sporting para o Parque da Ponte. Sabíamos, até, que determinado proprietário lembrou a construção de um parque de jogos na Avenida Dr. Porfírio da Silva. Oferecia, gratuitamente, o terreno necessário.

E porque estávamos senhores do assunto, quisemos provocar mais uma resposta ao nosso entrevistado perguntando:

– Tem conhecimento de certas facilidades oferecidas ao

Sporting, umas para se manter nos Peões, outras para sair dali, mas não para o Parque da Ponte?...

– Algumas pessoas começam, felizmente, a compreender o valor do movimento que a acção bairrista do Sporting vai originando. Entidades interessadas na nossa organização e elementos particulares estudaram o assunto e não nos têm faltado alvitres, alguns de aproveitar...

– De modo que...

– ... o Sporting, de qualquer maneira, verá melhoradas as suas instalações.

Se ainda não tiver soado a hora da construção do Estádio, realização máxima para a qual todos devem contribuir, as boas vontades que rodeiam o Clube hão-de ajudá-lo a encontrar a solução condigna...

Mas, como vimos atrás, um estádio digno desse nome demoraria ainda uma década e meia a ser inaugurado. Pelo caminho ficou ainda a ideia do Estádio vir a ser construído nos terrenos da Quinta do Fujacal, proposta apresenta por Etiènne de Groer no *Anteprojecto do Plano de Urbanização da cidade de Braga* (1941 a 1946)[52].

Mas não caíram em saco roto todas estas tentativas porque em 1944 foi constituída, sob a égide do próprio Presidente da Câmara, Dr. Francisco de Araújo Malheiro, uma *Comissão Municipal para a Construção do Estádio Municipal*. E em 16 de Novembro daquele ano foram aprovadas as bases programáticas para um concurso a que só poderiam concorrer arquitectos portugueses[53]. O contrato de construção foi celebrado em 12 de Fevereiro de 1946 pelo Presidente Francisco Machado Owen[54]. A inauguração formal teve lugar no dia 28 de Maio de 1950, com um torneio em que intervieram o Sporting de Braga, o Futebol Clube do Porto, o Benfica e o Sporting Clube de Portugal e que também contou com a presença dos presidentes da República e do Conselho de Ministros, do Ministro da

---

[52] BANDEIRA, Miguel – *Um estádio que mudou de data há vinte anos*. "Laura", Guimarães, 2, Jun. 2004, pp. 87-94.

[53] BANDEIRA, Miguel – *Um estádio que mudou de data há vinte anos*. "Laura", Guimarães, 2, Jun. 2004, p. 90.

[54] O facto de se ter avançado decisivamente para a construção do novo Estádio não impediu que a cidade exigisse que no velho Campo da Ponte se fizessem mais algumas obras de extrema necessidade, tal o estado de degradação em que se encontrava. Veja-se a edição do Correio do Minho de 16 de Julho de 1947 (*Valorização do Campo da Ponte*).

Marinha, dos presidentes das câmaras de Braga, do Porto e de outros municípios da região, para além de muitas outras individualidades, o que mostra bem a intenção política que presidiu à sua construção.

Teve como técnicos responsáveis o arquitecto João Simões, o engenheiro Manuel Travassos Valdez e o engenheiro agrónomo João Marques de Almeida (arrelvamento); e como empresa construtora a firma Francisco Azevedo Campos & Filhos Lda., de Braga[55].

O Hipódromo Júlio Lima

Também naquele ano de 1922 em que o Sporting de Braga inaugurava o seu campo nos Peões, se iniciaram no Parque da Ponte os trabalhos de construção de um hipódromo. Era outra falta que se sentia em Braga pois as corridas de cavalos apenas se faziam em recintos improvisados, nomeadamente nos campos de futebol ou na suburbana freguesia de Dume, que então era de acesso bastante complicado porque ainda não havia uma rede organizada de transportes públicos que ligassem a cidade às freguesias suburbanas, mesmo as mais próximas. Mas não podemos ignorar que ainda alguns anos após a inauguração do hipódromo, se fizeram provas equestres no campo de futebol da Rua do Raio, pertencente ao Sporting de Braga[56].

Um artigo publicado em 1923, informa-nos, estranhamente, que as obras estavam a correr muito lentamente; seja como for, o "Hipódromo Júlio Lima", como então também foi designado, foi inaugurado no dia 22 de Junho daquele mesmo ano[57]. Curiosamente, também aqui se tentava conjugar o antigo com o moderno, uma vez que para servir de pórtico foi escolhido o portal monumental, dos inícios do século XVII, que pertencera à primitiva igreja do antigo convento do Salvador[58] e que fora retirado após as obras de adaptação daquele cenóbio a asilo, sobretudo na segunda fase em que se quis har-

---

55 BANDEIRA, Miguel – *Um estádio que mudou de data há vinte anos*. "Laura", Guimarães, 2, Jun. 2004, p. 94.

56 "Diário do Minho" de 6 de Dezembro de 1927.

57 Veja-se o jornal "Diário do Minho". Segundo outras notícias, o hipódromo também poderia vir a servir para outras actividades, nomeadamente para a realização de gincanas de automóveis (veja-se, por exemplo, o jornal "Correio do Minho" do dia 19 de Outubro de 1927).

58 VIEIRA, A. – *O Parque da Ponte*. "Almanaque-Anuário de Braga para 1924". Braga, Livraria Cruz, 1923, p. 251.

monizar o portal da igreja conventual com a nova fachada, na primeira metade da década de 1910.

Muitas foram as provas aqui realizadas. Os jornais bracarenses dão continuamente conta delas. Umas mais simples, por vezes apenas para cumprir calendário, ou festejos do S. João. Outras ao mais alto grau, de nível nacional. Mas tudo se tornaria diferente a partir do momento de Outubro de 1931, data em que o Ministério da Guerra comunicou à direcção da Arma de Cavalaria que a partir daquele momento os concursos hípicos realizados neste hipódromo deixariam de ser considerados Concursos Hípicos Oficiais. A "Empresa" bem tentou conseguir o apoio das mais altas instâncias bracarenses, como, por exemplo, a Junta Geral do Distrito[59]. Mas nada conseguiu.

O Hipódromo Júlio Lima viria a desaparecer nos últimos anos da década de 1940, sendo levantado no seu lugar o Estádio 28 de Maio, actual Estádio 1º de Maio.

Não deixa de ser também curioso assinalar que na década de 1980 foi instalado em terrenos sobranceiros ao Parque Municipal de Exposições, terrenos que também integravam a antiga Quinta da Mitra, um espaço próprio para a prática da equitação. Hoje, também este espaço está perdido para a equitação.

Outras construções

Outra das infraestruturas que a "Empresa do Parque da Ponte" quis instalar foi um Casino. Deverá recordar-se que, sensivelmente por esses mesmos anos, também se pretendeu construir um Casino no parque do Bom Jesus do Monte (projecto de Raul Lino).

Nada nos indica que a "Empresa" tenha conseguido levar avante este seu objectivo. Esta obra, cujo projecto foi publicado em 1923[60], aproveitar-se-ia do pequeno edifício, com um misto de sabor rural e setecentista, onde a partir de 1925 esteve instalado o Horto Municipal[61] e que até à década de 1920 servira de casa do caseiro da antiga Quinta da Mitra.

---

59 Veja-se, por exemplo, o jornal "Correio do Minho" de 23 de Outubro de 1931.

60 A. VIEIRA, no seu artigo intitulado *O Parque da Ponte*, publicado no "Almanaque-Anuário de Braga para 1924". [Braga, Livraria Cruz, 1923, p. 248], mostra-nos o seu anteprojecto e planta térrea. Deve ter havido, porém, engano, pois este edifício deveria ser construído junto ao hipódromo e não no meio do Parque. Veja-se o projecto global do parque desenhado por José Vilaça.

61 Este Horto e Estufa foram inaugurados em meados de Outubro de 1925. Vejam-se os jornais bracarenses de 16 de Outubro daquele ano.

Segundo o projecto de adaptação uma das partes iria ser adaptada a casino[62] e o restante espaço serviria para albergar *os escritórios da Empresa e a um luxuoso restaurante*. O projecto era da autoria do arquitecto João de Moura Coutinho e foi muito louvado pelo jornal "Diário do Minho": *é uma linda construção à antiga portuguesa*"[63]. Como era usual, esteve exposto publicamente na vitrina da casa comercial do presidente da "Empresa", Augusto Veloso, situada no Largo Barão de S. Martinho.

Nada disto, porém, veio a acontecer na dimensão desejada. Por uma fotografia da casa do caseiro publicada em finais de Novembro de 1928, podemos ver que exteriormente o restauro em nada a alterou. Iria então ser adaptada a Casa de Festas e Restaurante, mantendo-se a responsabilidade do projecto em João de Moura Coutinho[64].

Em local próximo, ficava o edifício que servira de casa de recreio aos arcebispos, mas de que em 1925 não havia mais do que apenas algumas paredes em ruínas[65].

Extremamente significativa, pelo que mostra sobre a forma global como era encarada a animação do Parque, é a notícia seguinte publicada em 1929:

> *Parque da Ponte*
> *Matinés aos domingos.*
> *No próximo domingo inauguram-se no parque da Ponte, com um esplêndido e interessante programa dedicado às crianças, às quais é permitida a entrada grátis no Parque. Haverá provas de natação, regata, lago improvisado para pesca. Dis-*

---

62 Veja-se o texto número 4 do Apêndice Documental.

63 Veja-se a edição de 24 de Setembro de 1925.

64 Veja-se a edição do jornal "Correio do Minho" de 18 de Novembro de 1928.

65 *... e mais ao fundo, tal qual um ancião, vêem-se ainda em pé as paredes de um prédio que servia de residência aos prelados durante o Verão, como a dizer-nos: – eu fui guarida de muitos homens ilustres, mas agora para anda sirvo devido ao estado em que certos vândalos me puseram – apenas o esqueleto* [RIO, João Pereira do – *Memórias do Parque de S. João da Ponte. (Esboço histórico de descritivo).* Braga, Tip. Notícias do Norte, 1925].
Refira-se que este edifício foi mandado construir pelo arcebispo D. Gaspar de Bragança para sua casa de férias, retomando assim a tradição que remontava pelo menos a D. Frei Agostinho de Jesus (1590-1609) e que se perdera com D. José de Bragança que construiu a sua casa de descanso em Palmeira, o Paço de Palmeira (1754?), que quase não viria a utilizar pois faleceu em 1756.

tribuição de brinquedos às crianças, corridas de saco, jogo do cântaro e luta de tracção. Aos concorrentes destas provas serão distribuídos prémios.

As matinés são abrilhantadas pela banda dos Órfãos de São Caetano. No recinto destinado às diversões foram colocados grandes toldes para preservar as crianças dos ardores do sol.

Há também dentro do Parque um bem montado serviço de bar.

Como se trata de um espectáculo novo entre nós e cheio de encanto por nele entrarem as crianças, cremos que o Parque terá já no domingo uma farta concorrência[66].

Sobre o Horto, que incluía, também, uma Estufa, e onde também se fazia viveiro de árvores de fruto e outras que viriam a ser utilizadas na florestação do Parque, encontrámos uma notícia bastante curiosa, datada de 28 de Julho de 1928, que mostra o quão presente estava sempre a dimensão económica em todas as iniciativas:

Um encanto

Se é dotado de um delicado temperamento artístico e deseja plantas para uma decoração a seu gosto, visite a estufa do Parque da Ponte[67].

Hoje, o Horto inclui uma série de pequenas casas que foram sendo construídas ao longo dos anos que desfeiam bastante o local e importa retirar, apesar de todo o espaço que o rodeia estar vedado por muros vegetais.

A Estufa, talvez porque se viesse a tornar pequena para as necessidades da cidade, foi substituída por outra, envidraçada, no início da década de 1950, mandada fazer pela Câmara Municipal; ficou localizada mesmo à entrada do portão principal do Parque[68]. Nos anos 80, este edifício foi muitíssimo vandalizado. Foi restaurado ultimamente e tem servido para o funcionamento da videoteca municipal.

O lago ficou concluído em 19 de Outubro de 1927, tendo custado a enorme quantia de 200.000$00. Dados os fracos réditos

---

66 "Diário do Minho", 27 de Julho de 1929.

67 No jornal "Diário do Minho". Deve referir-se que uma das principais fontes de receita da "Empresa" era a venda de flores e arbustos.

68 A construção desta Estufa foi deliberada na sessão da Câmara Municipal do dia 21 de Novembro de 1949.

da "Empresa", o lago só pôde ser feito graças, mais uma vez, à benemerência de Júlio Lima e a um subsídio de 50.000$00 atribuído pela Comissão de Iniciativa do Concelho de Braga[69].

Na cabeceira do lago, viria a ser construída "*uma linda construção de granito e ferro, com todas as características próprias do belo local onde ficou instalado*[70], isto é, uma construção que se destinava ao serviço de bar e de sala de festas. Foi-lhe dado o nome de Pavilhão Jaime, em homenagem ao filho do benemérito doador, o capitalista "brasileiro" Jaime Sottomayor.

Mas a acção da "Empresa" não se esgotou na construção do lago, do hipódromo, do campo de futebol, do horto e estufa e na reflorestação, no alindamento do Parque e em outras pequenas obras. Nas noites dos Verões de 1928 e 1929[71], por exemplo, e sob um toldo protector, foram passados vários filmes, acompanhados pela banda dos Órfãos de S. Caetano; estes filmes eram muitas vezes anunciados na imprensa. E para que houvesse uma grande animação, para além da iluminação global de todo o Parque e da instalação de um carrossel, fizeram-se, também, espectáculos musicais[72], nomeadamente com orquestras de metais[73] e a banda dos Órfãos de S. Caetano[74], para além de sessões de fogo-de-artifício e aquático.

Entretanto, e até porque a cidade estava em acentuado crescimento, o Parque da Ponte passou a ser o término da segunda linha de transportes públicos de Braga (Ponte – Monte de Arcos),

---

69 Este subsídio obedeceu a várias condições. As mais importantes são as seguintes: O lago seria sempre considerado logradouro público, embora a sua exploração apenas pudesse ser feita pela "Empresa"; o rendimento dos barcos seria aplicado no pagamento do ordenado do empregado e na manutenção dos barcos e lago; o preço do aluguer dos barcos seria sempre acordado entre a "Empresa" e a "Comissão". "Diário do Minho", Braga, 11 de Novembro de 1928.

70 *Parque da Ponte. Inaugurou-se ontem o Pavilhão Jaime*... "Correio do Minho", 19 de Junho de 1932.

71 As sessões do ano de 1929 começaram no dia 12 de Julho e eram passadas na esplanada existente junto à entrada principal. Durante estas sessões, havia um serviço de bar "*cuidadosamente servido*". E para um melhor apoio do público havia, também, "*um contínuo serviço de eléctricos*". Veja-se o jornal "Correio do Minho" de 11 de Julho de 1929.

72 O "Correio do Minho" de 27 de Julho de 1928 informava que estas sessões de cinema estavam a ter muitíssimo sucesso e que já por várias vezes a lotação ficara completamente esgotada com o filme "Amor de Perdição".

73 "*Durante o espectáculo faz-se ouvir um Jazz band, dos mais completos que têm vindo ao Norte do País*. "Correio do Minho", 25 de Julho de 1928.

74 Esta banda tocou às quintas-feiras do Verão de 1930.

inaugurada em 30 de Junho de 1923. Mas, ainda mais significativo, é o facto de, quatro anos mais tarde, esta linha ter sido acrescentada cerca de uma centena de metros, passando a atingir quase o portão principal do Parque[75], sinal que havia público suficiente para justificar esse pequeníssimo acréscimo.

A "Empresa do Parque da Ponte" apenas deverá ter avançado com algumas, pouco mais obras. O dinheiro era pouco, a cidade aplaudia, mas não participava com o necessário apoio financeiro. E as receitas eram diminutas, pois provinham, essencialmente, dos parcos réditos conseguidos com a venda de flores e plantas criadas no Horto e Estufa[76], a venda de bilhetes nos jogos de futebol e provas hípicas e um único subsídio da Comissão de Turismo. Na realidade, parecia que tudo quanto era possível fazer-se com o parco dinheiro existente, estava já concluído. Ou seja: não seria possível fazer outras obras sem o fortíssimo empenhamento do presidente e outros membros da "Empresa" e as contínuas acções mecenáticas de Júlio Lima.

Entre essas obras que urgiam, salientemos duas: a da electrificação das alamedas do Parque, um aspecto fundamental para que este espaço pudesse ser o local preferido da cidade nas noites quentes de Verão e a construção de um rinque, naturalmente descoberto, que possibilitaria a prática de alguns dos chamados desportos pobres.

O rinque já estava construído no ano de 1930[77]. Segundo o jornal "Correio do Minho", coube à "Empresa do Parque da Ponte", em 1940, o papel pioneiro de tentar lançar em Braga o desporto do hóquei em patins:

> ***No Parque da Ponte. Patinagem.***
>
> *Com a maior satisfação recebemos a notícia de que, dentro em breve, no parque da Ponte, tencionam levar a efeito várias provas de patinagem e a constituição de uma escola para todos aqueles que tencionam aprender este interessante desporto.*
>
> *A Empresa do Parque da Ponte dentro em breve terá no seu "rink" patins de aluguer para assim melhor satisfazer os*

---

[75] Vejam-se as notícias da inauguração nos jornais "Diário do Minho" de 1 de Julho de 1923 e "Correio do Minho" de 21 de Junho de 1927.

[76] Veja-se o texto número 3 que transcrevemos no Apêndice Documental.

que tencionam aprender, mas que por falta dos mesmos, não se podem dedicar à prática desta modalidade.

Oxalá que todos os adeptos deste interessante desporto se entusiasmem por corresponder aos esforços da comissão organizadora de tão louvável iniciativa, comparecendo em grande número aos treinos que vão iniciar-se, pois seria deveras interessante que nesta cidade fosse lançada a prática do "Hóquei em Patins"[78].

Ainda neste mesmo ano de 1940, houve outra tentativa em Braga de lançar este desporto. Efectivamente, nos finais do mês de Outubro, um grupo de jovens conseguiu a cedência do rinque pertencente ao Clube de Caçadores para se desenvolver a prática da patinagem[79].

Alguns anos mais tarde, no dia 27 de Junho de 1948, foi no rinque da "Empresa do Parque da Ponte" que foram recebidos *os hoquistas portugueses que trouxeram de Montreux o segundo título de Campeão do Mundo em hóquei patinado*[80].

Houve outras diversões houve neste local, mas apenas com carácter temporário: referimo-nos, sobretudo, a algumas corridas de touros que tinham lugar durante o período dos festejos sanjoaninos. Em geral, montava-se uma arena pré-fabricada de madeira, que se mantinha durante umas duas semanas. Embora tenha sido muitas vezes alvitrada pelos jornais a ideia de se levantar uma arena de pedra e cal, nunca se chegou a levar a cabo esta obra.

Longe, muito longe, ficava a ideia inicial de povoar a encosta do Monte Picoto com uma série de habitações unifamiliares:

E quando aquele monte sobranceiro do Picoto, que é um lindo fundo do Parque, estiver coberto de chalets, como é do plano delineado pela direcção da Empresa?

---

77 *Braga tem imperiosa necessidade d'um Stadium*. "Correio do Minho", 12 de Janeiro de 1932.

78 Veja-se o "Correio do Minho" de 26 de Abril de 1940.

79 Veja-se o "Comércio do Minho" de 22 de Outubro de 1940.

80 VIEIRA, José Manuel – *ABC. 1933 – 1958. A doce idade*. Braga, [Académico Basquet Clube], 1992, p. 64. Naquele dia, foram realizados dois jogos. Um entre as equipas do ABC e da Académica de Espinho e outro entre as equipas A e B da selecção nacional. A partir daí este espaço recebeu muitos outros festivais e jogos e, o que não é menos interessante, foi aqui que funcionou a escola de hóquei criada pela Associação de Patinagem do Norte (veja-se o mesmo livro, p. 65); ou seja, oito anos mais tarde do que a que a "Empresa do Parque da Ponte" quis criar.

Que belo e largo horizonte se descobre lá do cimo! Será um pequenino Estoril, sem espuma do mar que lhe beije os pés, um local para nos enfeitiçar e fazer esquecer as maldades do mundo[81].

Ao contrário do que se poderia supor, esta ideia não tinha a ver com a hipótese de se fazerem loteamentos onde se pudessem construir casas para gente de posses, mas sim para alojamento das classes menos abastadas. Com efeito, pelo contrato lavrado com a Câmara Municipal, a "Empresa" comprometia-se a fazer *um bairro de 50 casas económicas, satisfazendo a todas as condições técnicas e higiénicas, de acordo com a legislação em vigor*[82].

Como a "Empresa" não tinha condições económicas para avançar com este projecto e dado que recebia subsídios da Comissão de Iniciativa do Concelho de Braga, Comissão esta que recebia dinheiro da Câmara, esta sentia uma grande dificuldade em gerir esta situação. É que uma parte da vereação não só achava que havia outras obras mais urgentes onde aquela Comissão poderia aplicar os seus dinheiros, como, por outro lado, sabia que lhe era muito difícil atacar a "Empresa do Parque da Ponte" dado esta não só não ter fins lucrativos para os seus associados ou gestores como, também, era naturalmente muitíssimo bem vista por toda gente na cidade.

A Câmara tentou então uma situação intermédia: exigia a construção de 15 casas no prazo de um ano, e de 50 ao fim de três anos, devendo o plano global ser entregue ao fim de 50 dias que começariam contar a partir do momento em que "Empresa" fosse intimada. Para facilitar um pouco o cumprimento das suas cláusulas, a Câmara cedia todos os materiais provenientes das demolições das casas que expropriara na Avenida da Liberdade (lanço entre a Rua do Raio e a Igreja de S. Lázaro) e o seu transporte por zorra eléctrica até ao final da linha da Ponte, ficando a "Empresa" com o ónus das demolições e da carga e descarga dos materiais[83].

Mas a "Empresa" não podia aceitar o ultimato pois já tinha extremas dificuldades para realizar as outras obras. Pelo que, de imediato, e através de uma "Nota Oficiosa[84]" extremamente irónica

---

81 Veja-se o texto número 3 que transcrevemos no Apêndice Documental.

82 Veja-se o "Correio do Minho" de 30 de Outubro de 1928 no texto que dedicou à narração da anterior reunião da Câmara Municipal.

83 Veja-se o "Correio do Minho" de 30 de Outubro de 1928 no texto que dedicou à narração da anterior reunião da Câmara Municipal.

84 Veja-se, por exemplo, o jornal "Correio do Minho" de 31 de Outubro de 1928.

enviada para os jornais, deu a conhecer a sua posição, de que salientámos as seguintes partes,

> *E não tendo, de momento, a "Empresa do Parque da Ponte" os recursos necessários para aceitar as exigências da Ex.ma Câmara e apesar de não ter ainda faltado ao cumprimento de qualquer cláusula dos contratos efectuados com o Município, [e] como não deseja privar a cidade dos importantes melhoramentos que a Ex.ma Câmara se propõe efectuar, cede-lhe, sem qualquer indemnização, os terrenos necessários para que assim possa executar o que à "Empresa" impõe.*
>
> *Assim, poderá a Ex.ma Câmara levar a bom termo a construção, dentro de um ano, de 15 casas económicas e de 50 no prazo de três anos*[85].

Estas casas nunca vieram a ser feitas, nem por parte da "Empresa", nem por parte da edilidade. Como nem a Câmara Municipal, nem a "Empresa do Parque da Ponte" poderiam ter qualquer interesse na manutenção de um clima de hostilidades[86], uma porque tinha o poder efectivo sobre os terrenos, a outra porque tinha um amplo apoio público e dos meios da comunicação social, encontraram rapidamente uma forma de acordo que pôde ser anunciado pela imprensa no final do mês seguinte[87].

Terá sido esta a razão que levou a que, em finais do ano de 1933, a Câmara a tentar comprar as acções da "Empresa", no avultado valor de 500 contos[88]? A verdade é que os seus directores

---

[85] Para se poder apreender o ponto de vista da "Empresa", veja-se a longa entrevista que um dos seus directores deu ao jornal "Diário do Minho", publicada nas edições de 11 e 12 de Outubro de 1928: "*O Parque da Ponte. Uma visita aquela estância formosíssima. Em vésperas de uma questão?*". A forma como a Câmara entendia o problema pode ser vista, sobretudo, nas actas das reuniões da edilidade de 29 de Outubro e 12 de Novembro, de que há relatos mais ou menos completos nos jornais Correio e Diário do Minho dos dias seguintes.

[86] Para resolver este conflito, os jornais Correio e Diário do Minho tentaram, por todas as formas possíveis, trazer ambas as partes à razão, chegando mesmo a apelar para que a Associação Comercial e a Associação dos Jornalistas de Braga se unissem com o Governo Civil, para "*se evitarem desinteligências que só prejudicam o bom nome e os interesses da linda terra em que vivemos.*
Oxalá todas as pessoas com responsabilidade de mando, com influência, com tino e com bondade se congreguem nesta hora, para obstar a um conflito, que seria mais um lamentável desaire para Braga". "Diário do Minho", Braga, 3 de Novembro de 1928.

[87] Veja-se, por exemplo, o jornal "Correio do Minho" de 27 de Novembro de 1928.

[88] Este dinheiro destinava-se, também, à compra de terrenos para se fazer um campo de aviação. ("Correio do Minho", 15 de Janeiro de 1933).

inicialmente aceitaram a proposta, mas depois mudaram de ideias o que levou a Câmara a tentar comprar as acções aos proprietários que as quisessem vender[89].

Curiosamente, essa ideia de ocupar o Monte Picoto, viria, de certa forma, a ser retomada no ano de 1982, no concurso restrito a apenas cinco arquitectos para o projecto da construção de um hotel que poderia ficar situado algures na base, encosta ou cume do Monte Picoto, sendo o local deixado ao arbítrio dos arquitectos concorrentes. O júri acabou por não escolher nenhum dos projectos, dada a sua grande qualidade, deixando a escolha ao critério do investidor[90].

Olhando para a única "planta" geral conhecida[91], que antes é um prospecto geral da obra, à maneira dos que eram feitas nos séculos anteriores, veremos que o aspecto actual deste complexo difere muito pouco do que foi gizado em 1923.

As principais ruas e "avenidas" mantêm-se, nomeadamente a que sobe do portão principal para a "Maratona" e a que vai da estrada de Guimarães até à Piscina, defrontando o Estádio 1º de Maio. A velha porta seiscentista proveniente da igreja do antigo Convento do Salvador[92] deu lugar à actual portada de ferro talvez também desenhada pelo arquitecto João Simões, que foi aqui colocada no momento da construção do Estádio.

O "Campo Velho" mantém-se rigorosamente no mesmo local e o Estádio 1º de Maio (inaugurado como "Estádio 28 de Maio") ocupa o local do Hipódromo Júlio Lima; curiosamente, no espaço da actual tribuna central já havia um edifício que serviria não só como ponto coordenador das actividades como, também, de camarotes para as personalidades principais e convidados. O espaço do actual pavilhão gimnodesportivo estava ocupado com um rinque de patinagem que,

---

89 Veja-se o resumo das decisões tomadas na sessão da Comissão Administrativa da Câmara, publicado no "Correio do Minho" de 23 de Abril de 1933.

90 *Monte Picoto: cinco ideias.* Braga, Câmara Municipal, 1982. Os arquitectos convidados foram: Alcino Soutinho, Álvaro Siza Vieira; Fernando Távora (que fez equipa com A. Matos Ferreira), Gonçalo Birne e Pedro Vieira de Almeida.

91 Está assinada J. Villaça, 1923. Foi publicada no jornal "Diário do Minho", de 20 de Novembro de 1927.

92 Ao contrário do que se poderia pensar, esta porta – que hoje está em local desconhecido – não foi transferida para a zona do Parque onde poderia muito bem ter sido reconstruída, pois seria mais um motivo de atracção, da mesma forma que as outras peças de pedra antigas que por lá estão disseminadas.

porém, poderia servir para a prática de outras modalidades mais "pobres"; o actual pavilhão data já dos anos 70 ou, talvez, mesmo dos inícios dos 80 do século XX.

O lago já tinha então exactamente o mesmo contorno; havia apenas a diferença de que seria atravessado a meio por uma ponte e de que teria uma ilhota no centro. Algures, sensivelmente no local onde agora está a entrada da Piscina, seria construído um palco coberto, talvez para as sessões de cinema e de espectáculos de variedades.

Mas havia um problema extremamente importante que nunca foi pensado e que ainda hoje se mantém: a necessidade de unir as duas partes em que o Parque da Ponte está compartimentado. Uma, muito pequena, está situada a Sul da Estrada Nacional que segue para Guimarães. A outra é a que temos vindo a tratar.

Na verdade, o lado Sul tem sido totalmente desprezado. Situado numa cota mais elevada, na base do Monte Picoto (monte que desde 5 de Junho de 1940[93] tem no seu ponto mais alto uma cruz[94] e que desde Fevereiro de 1962 passou a ter acesso fácil após a abertura de uma estrada pavimentada[95]) e no extremo Sul da

---

93 Veja-se o "Correio do Minho" de 14 de Junho de 1940.

94 Esta cruz era de ferro e não de pedra como mais tarde foi feita (Correio do Minho de 17 de Maio de 1940; veja-se também, o artigo de Brás FAGUNDES, *A cruz no monte de S. João* inserto no "Correio do Minho" de 26 de Maio de 1940). Foi formalmente inaugurada com uma procissão no dia 16 de Junho (vejam-se os jornais dos 15 últimos dias). Nos primeiros dias estava iluminada.

A ideia da construção desta cruz teve um carácter verdadeiramente popular; isso não impediu que recebesse não só um grande apoio dos dois jornais bracarenses e de todos os tipos de população da cidade, como, também, o facto de ter havido um certo aproveitamento político pois a sua colocação ocorreu no mesmo dia em que vieram a Braga vários membros do governo central para analisar a participação de Braga no conjunto da grande exposição comemorativa dos 800 anos da independência nacional. A cruz era então designada "*o símbolo da pátria*".

Muitas vezes chegou a ser alvitrado que naquele local se deveria construir uma capela; mas essa ideia não avançou. Durante vários anos, os motoristas de táxis da cidade iam com os seus carros, em "procissão", até à cruz no dia de S. Cristóvão.

Deverá dizer-se que já no ano de 1927, pelo menos, os motoristas, e não apenas os profissionais, vinham em romagem até à capela de S. João da Ponte. Organizavam-se então uma série de festejos, com iluminações em volta da capela, bazares e provas automobilísticas que atraíam numerosas pessoas, mesmo de fora da cidade (veja-se o "Correio do Minho" de 19 de Outubro de 1927).

95 Não sabemos quando foi lançada a ideia de se abrir uma estrada até ao Monte Picoto. Sabemos apenas que na sua sessão de 21 de Fevereiro de 1962, a Câmara Municipal de Braga tomou conhecimento da conclusão desta estrada. Veja-se o jornal "Correio do Minho" de 22 de Fevereiro de 1962.

mais importante artéria da cidade de Braga – a Avenida da Liberdade –, o seu espaço está naturalmente ligado com o que fica na face contrária da estrada. Tanto que, quando em 1910 quiseram fazer uma nova capela, era deste lado que a pensavam levantar. Aliás, nos festejos sanjoaninos, o seu espaço foi durante larguíssimos anos ocupado pelas mais variadas diversões mecânicas e eléctricas.

A verdade é que a partir dos anos 40, talvez devido às dificuldades causadas pela guerra que depauperou todas as economias ou, então, devido ao cansaço dos dirigentes da "Empresa", o Parque da Ponte entrou em acentuado declínio, o que chegou a ser publicamente lamentado na imprensa:

> *... O Parque da Ponte é tudo em qualquer parte menos coisa que deva indicar-se como digna de visita.*
>
> *Aquilo, hoje, não é parque, mas sim um princípio de montado bravio, terra maninha, onde as "galinhas fazem avenida", e a folha seca redemoinha à mais leve viração para depois se juntar em montões e apodrecer sobre os canteiros ressequidos.*
>
> *Nas bicas, à excepção na das traseiras da capelinha, já não canta a água e os dois lagos que ali existem simplesmente contêm lodo pestilento, a secar e a reduzir-se a pó. Até há pouco estava transformado em piscina que o rapazio, a qualquer hora do dia, ocupava, impedindo assim, com a ausência de vestes e de educação na linguagem, de alguma pessoa se acercar dele.*
>
> *Os arruados, os canteiros, a própria entrada... Ai se nós fossemos a descrever o estado lastimoso em que tudo aquilo se encontra*!
>
> *E figura o Parque da Ponte nos roteiros de turismo!*
>
> *Pelo respeito que devemos à terra, pelo respeito mesmo que devemos a nós próprios, todos, sem excepção, habitantes de Braga, aqui nascidos ou sem serem daqui mas na cidade vivendo, tenhamos mais um bocado a noção das responsabilidades.*
>
> *Há mazelas sem par que é preferível, uma vez que de facto existem, ocultá-las tanto quanto nos seja possível, a expô-las à crítica que só nos envergonha e desprestigia.*
>
> *A do Parque da Ponte é uma delas*[96].

[96] *O Parque da Ponte precisa de olhares compadecidos*. "Correio do Minho", 30 de Agosto de 1940. Infelizmente, 7 anos mais tarde (16 de Agosto de 1947) este jornal publicava um texto muito semelhante: *No Parque de S. João da Ponte*.

Longe, muito longe ia o momento em que a vida ali fluía, em que cada dia se transformava e enchia de novas obras, em que era lá que se realizavam os melhores momentos das festas da cidade[97].

Um longo interregno de cerca de dezena e meia de anos iria acontecer até ao Parque voltar a recuperar muito do seu esplendor antigo.

4 – O PARQUE DA PONTE APÓS A DÉCADA DE 1950

Nas décadas de 1930 e 40, há como que um esmorecer da actividade construtiva no Parque da Ponte. A verdade é que a cidade passou por momentos muito difíceis na primeira metade dos anos trinta, com a falência decretada no Banco do Minho que aqui tinha a sua sede. Depois, foram os anos complicados da II Grande Guerra.

E vai ser só a partir dos finais da década de 1950 que o Parque da Ponte voltará a ser o local de descanso e de descontracção que tinha sido num passado recente. Atendendo a que era um espaço óptimo para passar as noites de Verão, a Câmara – talvez tendo na memória as assinaláveis noites de cinema e de espectáculos de variedades que ali tinham acontecido no final da década de 1920 – resolveu fazer neste local uma "Feira Popular".

Para tal, mandou construir ao longo do principal caminho que envolvia o lago uma série de pequeninas casinhas onde se vendia todo o tipo de bens que é comum encontrar nestes sítios. Ao mesmo tempo, uma parte do lago foi coberta com um estrado, onde vieram cantar ou tocar uma série de artistas portugueses conhecidos; a passagem dos mais famosos desses artistas de variedades foi assinalada pela colocação de uma série de placas de mármore na parede exterior da espécie de gruta existente ao lado da fonte que tem as armas de Dom Frei Agostinho de Jesus.

Nessas noites, e apesar do ingresso ser pago – custava um escudo[98] – o Parque enchia-se de vida, as pessoas vinham em

---

[97] Veja-se, por exemplo, o grande artigo, bem no centro da primeira página e com direito a uma raríssima gravura, publicado no "Correio do Minho" de 17 de Junho de 1931: As festas da cidade. O festival no Parque da Empresa da Ponte deve constituir o acontecimento mais notável das festas de S. João.

[98] Na década de 1920 o ingresso custava 50 centavos.

grupos, famílias completas, não só aqueles que não tinham dinheiro para ir para a praia mas, também, muitos que já por já lá tinham passado. A partir das 24 horas, o parque começava lentamente a ficar mais vazio, embora sempre houvesse quem protestasse contra o facto de ter de sair tão cedo, sobretudo nos dias mais quentes de Verão[99].

À entrada, logo junto ao portão da parte de baixo[100], foi construído um pequeno e interessante edifício[101] onde foi instalada uma biblioteca composta por livros de leitura amena, apropriados para este tipo de locais. Inaugurada em meados de Julho de 1958, nunca teve, porém, muita procura[102].

Noutro ponto, foi construído um parque infantil para ambos os sexos, com a característica de que, para além dos habituais baloiços e escorregas, havia, também, uma espécie de paliçada para os rapazes poderem jogarem aos cow-boys e algumas casinhas muito pequeninas para as raparigas brincarem com bonecas. Curiosamente, o acesso principal ao parque era feito através de um portão monumental, portão que pertencera ao antigo Mercado do Peixe, que existira na Praça do Comércio entre 1884 e 1956.

Ainda nesta mesma década, foi construída próximo do Estádio a primeira Piscina pública da cidade[103]. Com um projecto do Eng. Alberto Vale Rego Amorim, a piscina tinha 33 metros de comprimento e uma excelente exposição solar, sem ser ventosa.

Do lado Nascente e em espaço contíguo ao Estádio e ao denominado "campo velho", foi levantado, na década de 1980, um pavilhão gimnodesportivo. Apesar da cidade ali ter vivido imensos

---

99 Este problema já se também punha há muitos anos. Veja-se, por exemplo, o "Correio do Minho" de 2 de Agosto de 1933.

100 Após a construção da Avenida da Maratona e o consequente corte de imensas árvores – se é certo que passou a permitir um amplo estacionamento também tornou o local num grande descampado –, a entrada principal do parque passou a ser o portão que abria directamente para a zona envolvente da Capela de S. João.

101 Este edifício é muito semelhante a outro que há no Parque, próximo da rotunda existente no final da Avenida da Liberdade.

102 Veja-se o "Diário do Minho" de 16 de Julho de 1958 onde se encontra uma notícia relativa à abertura da Biblioteca Veiga de Macedo.

103 Vejam-se os jornais da cidade de 8 de Julho de 1962.
Curiosamente, e de uma forma muito ingénua, o jornalista do "Diário do Minho" que escreveu o editorial do jornal do dia 20 de Setembro de 1925 (que transcrevemos no Apêndice Documental) afirmava o seguinte:
No Parque iria haver "*um extenso lago, em vésperas de conclusão, e que será dos maiores atractivos, não só para os que se dedicam ao sport da natação, mas também ao do remo...*"

momentos de extraordinária glória devido aos múltiplos títulos nacionais de andebol conquistados pelas diferentes equipas do clube ali residente – o ABC, Académico Basquete Clube[104] – pode considerar-se que este equipamento está hoje absolutamente obsoleto, embora ainda continue a ter uma utilização plena.

5 – O PARQUE DA PONTE APÓS A DÉCADA DE 1980

A partir da década de 1980, tudo se irá tornar muito diferente: nos terrenos anexos ao Parque e nas margens do rio Este irão ser construídos uma série de edifícios para serviços, todos de grande porte.

O mais importante de todos é, pela qualidade da sua arquitectura e pelas múltiplas funções para que está preparado, o do Parque Municipal de Exposições, da autoria do arquitecto Gonçalo Birne, que tem a seu lado um imenso espaço semi-aberto, onde se passou a realizar a feira semanal e onde nos últimos anos têm ficado instaladas as múltiplas diversões mecânicas, eléctricas e electrónicas que sempre foram presentes nos festejos de S. João.

Verdadeiro centro multidisciplinar, o edifício não só comporta um grande auditório – que, infelizmente, tem sido pouco utilizado –, como, também, a sua grande nave está preparada para receber as mais importantes feiras comerciais e provas desportivas cobertas, pois além de ter um espaço muito amplo, está equipado com bancadas rebatíveis que poderão albergar vários milhares de pessoas.

Outro edifício bastante importante é o que, bem junto, foi levantado para sede da Associação Industrial do Minho no ano de 1992, com projecto dos arquitectos Rafael e Artur Gaspar.

Frente a este e voltando costas ao rio, foi ainda construído em meados da década de 1990 um edifício para o IDITE – Minho. A seu lado, foi recentemente levantado outro edifício onde está instalado um restaurante.

Atrás do Estádio 1º de Maio, ainda em terrenos da antiga Quinta da Mitra, mas com entrada pela estrada Braga-Guimarães, foi construído nos finais da década de 1970 o Parque Municipal de Campismo.

---

[104] Sobre este clube bracarense vejam-se os dois livros de José VIEIRA: *ABC 1933 – 1958: a doce idade*. Braga, Académico Basket Clube, 1992; e *ABC 1959 – 1983: o crescer de um destino*. Braga, Académico Basket Clube, 1996.

Infelizmente, é nesta data que o Parque da Ponte entra numa certa degradação, sendo retirados muitos arbustos, o que lhe dá um ar bastante devassado. Os pequenos edifícios feitos nos anos 50 para a "Feira Popular" serviram durante algum tempo, na segunda metade da década de 1970, para albergar um "Mercado do Povo", onde as fábricas em autogestão tentavam vender os produtos que produziam.

Ao mesmo tempo, o seu espaço vai ser sobretudo ocupado por reformados que encontram nele o espaço ideal para nas tardes de Verão se entreterem para fazer maratonas de sueca e outros jogos de cartas. Outra ocupação, embora bastante restrita dadas as curtas dimensões do Parque, tem sido a de servir para a prática de corridas de manutenção, para o que chegou a haver o equipamento e indicações necessárias.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, o Parque da Ponte, apesar de estar rodeado de alguns edifícios de grande vulto que o cerceiam, continua a ser o maior parque público da cidade. Em meados da primeira década do presente século, a parte vedada recebeu uma remodelação que se por um lado o tornou mais aberto ao ser feita uma grande monda na vegetação; e foram também retirados os pequenos edifícios que fizeram as delícias durante as "Feiras Populares", o que se por um lado o deixou mais aberto, mais airoso, tornou-o, por outro, muito devassado. Nessa altura foi construído no lado nascente do lago um edifício interessante onde funciona um restaurante.

A sua área, não se pode, porém, comparar minimamente com a dos parques municipais da maioria das cidades portuguesas. Além disso, tem a particularidade de estar cindida em duas partes bem distintas: uma, coberta por espécies arbóreas; outra, aberta, que tanto poderá receber uma extensão da zona vegetal, como poderá ser adaptada a outros tipos de lazer. E esta segunda parte está, por sua vez, também cindida em duas, pela estrada nacional Braga--Guimarães. Seria interessante – embora economicamente talvez não seja viável – unir as duas partes que estão separadas por esta estrada, fazendo-a correr em túnel. Só desta forma o parque passaria a ter uma dimensão minimamente razoável pois assim poderia estender-se plenamente até ao monte Picoto.

Da mesma forma, e dado que o espaço para o Horto parece ser já muito pequeno para as necessidades da cidade, há que pensar na utilização que irá ser dada à casa aí existente. Há que lhe dar uma função útil, quiçá preservando alguma memória de um dos vultos mais interessantes da cultura minhota, o botânico e folclorista Dr. Gonçalo Sampaio[105], que já em Janeiro de 1954 passou a ter aqui um pequeno busto, peça correcta da autoria do escultor Zeferino Couto[106], peça que, infelizmente, não está no local onde foi local, parecendo até que foi roubada pois o pedestal está agora vazio.

---

[105] Autor, por exemplo, da *Flora Portuguesa* e do *Cancioneiro Minhoto*.

[106] Veja-se o "Correio do Minho" de 29 de Janeiro de 1954. Zeferino Couto era natural de Vila Nova de Gaia. Veio para Braga para trabalhar com Moura Coutinho; foi professor da Escola Carlos Amarante.

APÊNDICE DOCUMENTAL

1. *Decreto nº 6.251*

Sob proposta do Ministro da Justiça e dos Cultos e nos termos do artigo 104 da lei de 20 de Abril de 1911: hei por bem decretar, conformando-me com o parecer favorável da Comissão Central de Execução da mesma lei, que, a título definitivo, sejam cedidos à Câmara Municipal de Braga 91.200 metros quadrados do terreno pertencente à Quita da Mitra, na área compreendida entre a Estrada Nacional nº 27, Parque de S. João da Ponte, lugar das Lajes e o monte do Dr. António Malheiro Pereira de Magalhães, sendo 68.923 metros quadrados de terrenos de cultura e 22.227 metros quadrados de montado aberto que fica fora e junto à vedação da quinta e a poente da mesma, a fim de a referida Câmara o aproveitar para Horto e Parque Municipal.

A cedência é feita mediante a importância da indemnização total, para os efeitos do citado artigo, de 2.500$00, quantia que será paga em duodécimos à Comissão Central de Execução da Lei da Separação, por intermédio da sua delegada no concelho de Braga, sendo a primeira prestação satisfeita no acto da entrega do terreno à entidade concessionária.

Paços do Governo da República, 27 de Novembro de 1919. – ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA – Artur Camacho Lopes Cardoso.

2. *Escritura de contrato de arrendamento feito entre a Câmara Municipal de Braga e a Empresa Parque da Ponte, em organização, desta cidade.*

Perante mim, Álvaro Augusto Ferreira Pipa, chefe de secretaria e notário privativo da Câmara Municipal de Braga, no meu gabinete do Paço do Concelho, compareceram aos sete de Janeiro de mil, novecentos e vinte e dois os seguintes outorgantes: ***Primeiro*** *– Paulo Correia Braga, Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Braga.* ***Segundos*** *– Carlos Adélio Loureiro Dias, Augusto Emílio da Cunha Veloso, Narciso José da Costa e Custódio Augusto Duarte Costa, todos casados e comerciantes, à excepção do último que é viúvo e todos moradores no Largo do Barão de São Martinho, desta cidade de Braga, como representantes da "Empresa Parque da Ponte", em organização, da mesma cidade. Reconheço, por conhecimento pessoal a identidade dos outorgantes, bem como das testemunhas presentes a este acto abaixo nomeadas e no fim assinadas do que dou fé. Pelo primeiro outorgante foi dito que cumprindo o mandato que lhe fora confiado pela Comissão Executiva da Câmara Municipal deste concelho em suas sessões de vinte e três e trinta de Dezembro próximo findo, vinha celebrar com os segundos outorgantes, na qualidade que representam, o contrato de arrendamento dos terrenos da Antiga Quinta da Mitra, situado no lugar de São João da*

Ponte, freguesia de São Lázaro, desta cidade, com a superfície de sessenta e cinco mil setecentos e cinquenta e sete metros quadrados, confrontando de Norte com a subestação de electricidade, Sul com a estrada nacional número vinte e sete, Nascente com o Parque da Ponte e a mesma estrada e Poente com terreno do Doutor António Malheiro Pereira Guimarães, sob as seguintes condições: ***Primeira*** *– O arrendamento terá o seu início em um de Janeiro de mil novecentos e vinte e dois e terminará em trinta e um de Dezembro de mil novecentos e quarenta, pelo preço de trezentos e treze escudos e vinte e quatro centavos, pagos em prestações anuais e no fim de cada ano na tesouraria municipal.* ***Segunda*** *– Findo o prazo deste arrendamento considerar-se-há renovado por igual número de anos, caso a Câmara ou o arrendatário não tenham com antecedência de seis meses feito a notificação de que desistem deste contrato.* ***Terceira*** *– Terminado o prazo deste contrato, voltam todos os terrenos à posse da Câmara, devendo esta indemnizar os arrendatários por todos os edifícios ali construídos e demais benfeitorias cujo valor será fixado por três peritos, sendo um de nomeação da Câmara, outro dos arrendatários e o terceiro de nomeação do Juiz da Comarca.* ***Parágrafo único*** *– Consideram-se benfeitorias para o efeito deste número tudo o que seja, digo, que não seja propriamente terreno, como paredes, muros, arbustos, ajardinamento, lagos e tudo o aumente o valor do terreno.* ***Quarta*** *– Os arrendatários obrigam-se a conservar os terrenos devidamente ajardinados e a edificar um hipódromo, campos de jogos desportivos, lagos, edecetra, em harmonia com a planta topográfica e aprovada pela câmara e quando os melhoramentos não constarem dessa planta deverão previamente ser submetidos à sua aprovação.* ***Quinta*** *– Os arrendatários não poderão sublocar este contrato no seu todo sem a autorização da Câmara, mas podem dar de arrendamento os prédios que construírem e os edifícios e campos para divertimentos e jogos sem consentimento nem audiência da Câmara.* ***Sexta*** *– São motivos de rescisão deste contrato:* ***a****) não ser constituída a Empresa no prazo máximo de três anos;* ***b****) dar outra aplicação aos terrenos que não sejam os constantes da planta aprovada pela câmara;* ***c****) não ajardinar parte dos terrenos e neles construírem o campo de jogos desportivos no prazo máximo de cinco anos, não fazer a vedação do terreno, construir hipódromo e lagos no prazo de máximo de dez anos. Pelos segundos outorgantes foi dito que aceitavam a presente escritura em toda a sua forma. Nos termos expostos dão esta escritura por concluída e salvo os casos de erro ou omissão se obrigam a cumpri-lo tão inteiramente como nesta escritura se contém. Esta escritura que foi lida em voz alta por mim chefe de secretaria e notário privativo da mesma câmara aos outorgantes na presença das testemunhas Domingos José de Sousa Vieira, solteiro, agenciário, morador na Praça Jerónimo Pimentel desta cidade e António Soares da Silva, viúvo, agenciário, morador na Rua Costa Gomes, freguesia de São Jerónimo de Real, deste concelho, vão ser devidamente assinada. Vão ser colados e devidamente inutilizados os selos do imposto no valor de doze escudos, respeitantes ao acto e preço fixo. Ressalvo a rasura a*

folhas quatro, linhas quarenta e três verso, linha vinte e quatro, que diz: "confrontando". Eu Álvaro Augusto Ferreira Pipa, chefe de secretaria e notário privativo a subscrevi e assinei

Paulo Correia Braga
Carlos Adélio Loureiro Dias
Augusto Emílio da Cunha Veloso
Narciso José da Costa
Custódio Augusto Duarte Costa
Domingos José de Sousa Vieira
António Soares da Silva

AMB. Notariado privativo da Câmara, Livro de notas nº 21, fls. 46-48.

3. *Escritura de arrendamento feita entre a Câmara Municipal de Braga e os administradores da Empresa Parque da Ponte, desta cidade de Braga.*

No dia seis de Dezembro do ano de mil novecentos e vinte e dois, nesta cidade de Braga e no meu gabinete do Paço do Concelho, compareceram perante mim Álvaro Augusto Ferreira Pipa, chefe de secretaria, notário privativo da Câmara Municipal deste concelho, os seguintes outorgantes: ***primeiro*** *– Paulo Correia Braga, Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Braga.* ***Segundos*** *– António Fernandes de Araújo, casado, proprietário, morador na Rua de São Vicente, Augusto Emílio da Cunha Veloso, Custódio Augusto Duarte Costa, aquele casado e este viúvo, ambos moradores no Largo Barão de São Martinho, negociantes, José do Egipto Gonçalves Rocha, casado, negociante, morador na Rua Rodrigues de Carvalho e Júlio António de Amorim Lima, casado, proprietário, morador na Rua Gabriel Pereira de Castro, todos desta cidade de Braga, na qualidade de administradores – gerentes da "Empresa Parque da Ponte. Sociedade anónima de responsabilidade limitada", com sede nesta cidade. Os outorgantes são pessoas do meu conhecimento pessoal e das testemunhas presentes a este acto e adiante nomeadas e assinadas, do que dou fé. Pelo primeiro outorgante foi dito que de harmonia com a autorização dada à Comissão Executiva da Câmara pelo Senado municipal, em sua sessão de 24 de Abril do corrente ano e deliberação daquela comissão em sua sessão de três de Novembro findo, vinha celebrar com os segundos outorgantes o contrato de arrendamento dos montados da Antiga Quinta da Mitra, que se compõe dos seguintes lotes: - Uma bouça de mata, com carvalhos e sobreiros, fechada em quase toda a volta por muros e pela estrada nacional número vinte e sete com a superfície de oitenta e quatro mil novecentos e trinta e um metros quadrados, confrontando de Norte com a referida estrada, Nascente e Poente com o montado da Quinta da Mitra e Sul com uma faixa de terreno pertencente à mesma bouça. Um terreno de mato com a superfície de setenta mil trezentos e setenta e nove metros quadrados, confrontando de Norte com o Clube de Caçadores e Júlio António de Amorim Lima, Sul com diversos possuidores e nascente com herdeiros de António*

Joaquim de Oliveira Brandão e poente com a bouça da Quinta da Mitra. – Um terreno de mato com a superfície de trinta e nove mil e trinta e seis metros quadrados, confrontando de Norte com a Estrada Nacional número vinte e sete, sul e Poente com herdeiros de Domingos José Ferreira Braga, nascente com a bouça tapada da Quinta da Mitra. Todos estes prédios são sitos no lugar de São João da Ponte e Monte do Picoto, freguesia de São Lázaro e não se acham descritos na conservatória privativa do registo predial desta câmara, como consta da certidão na mesma passada aos vinte e nove de Novembro do corrente ano. Este contrato é feito nas seguintes condições: ***Primeira*** *– A Câmara Municipal de Braga dá de arrendamento à Empresa Parque da Ponte os citados terrenos pelo prazo de dezanove anos, com início em seis do mês corrente e a terminar em igual dia e mês do ano de mil novecentos e quarenta e um, pelo preço de seis mil setecentos e quarenta escudos e trinta e cinco centavos, paga de uma só vez.* ***Segunda*** *– Os terrenos arrendados serão destinados à edificação de moradias para alojamento das classes menos abastadas para aumento do Parque da Ponte.* ***Terceira*** *– Os segundos outorgantes poderão ceder terrenos para edificação económica mas têm que incluir no respectivo contrato a cláusula de que será paga a esta câmara anualmente a quantia de dez centavos por metro quadrado de terreno a começar do dia em que terminar este contrato de arrendamento.* ***Quarta*** *– Os segundos outorgantes obrigam-se a ajardinar convenientemente a parte destes terrenos destinados a alargamento do Parque da Ponte, conservando-os sempre no maior estado de asseio e limpeza e sujeitando o plano de melhoramentos à apreciação da Comissão Executiva da Câmara, devendo o ajardinamento estar completo na data em que terminar o presente contrato.* ***Quinta*** *– Findo o prazo deste arrendamento considerar-se-há o presente contrato renovado por igual número de anos, caso a câmara ou os arrendatários não tenham com antecedência de, pelo menos, seis meses, feito notificar o outro outorgante de que este contrato deverá ser rescindido no termo dele.* ***§ único*** *– No caso de prorrogação, os segundos outorgantes obrigam-se ao pagamento de renda anual de vinte e cinco escudos, que dará entrada no cofre municipal durante todo o mês de Janeiro de cada ano.* ***Sexta*** *– Quando a Câmara, por igual motivo, queira tomar conta dos terrenos aqui arrendados, pagará aos arrendatários as benfeitorias por eles feitas, depois de previamente avaliadas.* ***Sétima*** *– A falta de cumprimento de qualquer destas cláusulas é motivo de rescisão do contrato, sem direito a indemnização alguma por parte da Câmara. Pelos segundos outorgantes foi dito que aceitavam o presente contrato de arrendamento em toda a sua forma, apresentando a referida quantia de seis mil setecentos e quarenta escudos e trinta e cinco centavos, importância total do arrendamento e da qual o mesmo primeiro outorgante lhes dá paga e quitação. Nos termos expostos dão este contrato por concluído e salvo os casos de erro ou omissão se obrigam a mantê-lo e cumpri-lo tão inteiramente como nesta escritura se contém. Esta escritura que foi lida em voz alta por mim chefe de secretaria e notário privativo da mesma câmara aos outorgantes na presença*

das testemunhas Domingos José de Sousa Vieira, solteiro, agenciário, morador no Bairro Democrático desta cidade e António Soares da Silva, viúvo, agenciário, morador na Rua Costa Gomes, freguesia de São Jerónimo de Real, deste concelho, vão ser por todos devidamente assinadas. Vão ser colados e devidamente inutilizados os selos do imposto no valor de treze escudos e vinte centavos, respeitantes ao acto e preço fixo. Ressalvo a rasura a folhas quatro, linhas quatro a dez: "preço de seis mil". Eu Álvaro Augusto Ferreira Pipa, chefe de secretaria e notário privativo a subscrevi e assinei

Paulo Correia Braga
António Fernandes de Araújo
Augusto Emílio da Cunha Veloso
Custódio Augusto Duarte Costa
José do Egipto Gonçalves Rocha
Júlio António de Amorim Lima
Domingos José de Sousa Vieira
António Soares da Silva

AMB. Notariado privativo da Câmara, *Livro de notas nº 23*, fls. 2v-5v

4. *Interesses de Braga*

A "Empresa Parque da Ponte" (em organização) acaba de iniciar os seus trabalhos práticos, derramando a seguinte circular, que gostosamente publicamos:

NECESSIDADE DO PROGRESSO DA CIDADE E MELHORAMENTOS DO PARQUE DE SÃO JOÃO DA PONTE

Portugal tem duas grandes cidades: Lisboa e Porto. Qual será a terceira, já é caso discutível. Em breve, porém, não mais haverá discussões: será sempre Braga, o coração do ridente Minho, que vai ser centro pulsante de uma intensa vida por todos esses povoados minhotos – com amplas ligações eléctricas de tracção, de luz e da indústria.

Mas, como coração, como centro, Braga precisa de ter vida, muita vida, muita atracção dentro dos seus muros, sem o que as vantagens da posição que vão criar declinarão para o Porto.

AS ESTÂNCIAS DO BOM JESUS, SAMEIRO E FALPERRA NÃO BASTAM

Como, pois, fixar aqui os interesses do Minho e atrair os turistas do país e de fora? Somente com as belas estâncias do Bom Jesus, Sameiro e Falperra? Não basta; e não basta porque elas, que já são muito, precisavam de um entendimento íntimo que leve as respectivas mesas a traçar um plano geral de melhoramentos, de forma que as arraste a um intenso desenvolvimento florestal e material que torne aquela montanha uma bela Cintra do Norte – com mais nome e com mais encantos.

NAQUELAS ESTÂNCIAS NÃO SE DEVEM INSTALAR CERTAS DIVERSÕES, ALIÁS NECESSÁRIAS

Mas não bastaria mesmo porque a vida cosmopolita de certas diversões havia sempre de encontrar um certo contraste e uma merecida crítica porque iam de encontro (sic) à religiosidade contemplativa daqueles lugares.

DE RESTO, ESSAS DIVERSÕES SÃO DE VANTAGEM LOCAL PORQUE TRAZEM LUCROS À TERRA, E SOCIAL PORQUE SÃO FUNDAMENTALMENTE EDUCATIVAS: DESPORTO E ARTE

E Braga não pode, no entanto, dispensar certos desses melhoramentos: UM LARGO ESTÁDIO, OU stadium, COM AS APLICAÇÕES COMUNS DO sport, NAS SUAS VÁRIAS E EDUCATIVAS MODALIDADES: law tennis, foot-ball, NATAÇÃO, TIRO, ETC.; JARDINS COM SEUS CORETOS, BARRACAS ARTÍSTICAS PARA IMPORVISAR QUEREMESSES, CARROCÉIS GIGANTESCOS COMO OS PARISIENSES, DIVERSÕES AMPLAS PARA CRIANÇAS, HIPÓDROMO E PRAÇA DE TOUROS, ETC., ETC. Enfim, traçar um plano geral de aplicações imediatas com as necessidades absolutas; e de necessidades imediatas a indicar pelo tempo e pelo capital. No fundo haverá sempre a preocupação da educação física e artística, base primária de todo o progresso material e moral, cruzada santa a favor da Pátria e da Humanidade, porque tende a criar soldados e homens, fortes e honestos, úteis para si e para os seus semelhantes.

E cifra-se nisso e nosso programa: lucros materiais para a nossa Braga, fundados em lucros morais para a nossa Pátria.

Quem, sendo bracarense, não antevê já o quadro vivo de Braga de amanhã? Quem, sendo minhoto, não sente vivo desejo de colaborar neste forte progresso do seu Minho? Quem sendo português, não sente orgulho com este renascimento regional?

O PROGRAMA DO FUTURO

... Mas este programa, completado por outras coisas – quem sabe se amanhã, tornando Braga porto de mar por meio de comportas no Cávado, coisa já banal na engenharia alemã e americana! – precisa de dinheiro!

O CAPITAL INICIAL: 100.000$00 EM ACÇÕES DE 25$00

O capital inicial da Empresa Parque da Ponte é de 100.000$00 em 4.000 acções de 25$00, quantia verdadeiramente pequena para o fim que deve, naturalmente, principiar por tornar caracterizadamente bíblico o pitoresco ribeiro. É que a Comissão Organizadora teve dois fins em vista: não levantar capital senão com aplicação imediata e visível; ratear a

subscrição por todas as camadas sociais para que os melhoramentos sejam bem bracarenses, onde todos, ricos e pobres, tenham a sua quota-parte.

OS MELHORAMENTOS DO PARQUE TÊM DE SER OBRA DA CIDADE E, PORTANTO, DE V. EXA.

Para V. Exa. Apelamos porque vai passada a época em que o messianismo endémico tudo esperava dos governos, de meia dúzia de homens. E, por tudo se esperar dos governos, tudo está por fazer no nosso país. Somos nós todos, como as raças do norte, que temos de trabalhar e contribuir. E no próprio lucro vamos buscar o dividendo para novos empreendimentos que, mesmo que lucros não dessem, davam a satisfação moral do dever cumprido.

Mas, felizmente, haverá lucros porque diversões bem dirigidas os deram sempre; e, nestas condições, esperamos que V. Exa. Não nos negue o seu precioso auxílio. De V. Exa. com toda a estima e consideração.

A COMISSÃO ORGANIZADORA

Júlio António de Amorim Lima – Proprietário e capitalista
Francisco Avelino Dias Barbosa – Capitalista
Manuel Avelino Pinto Braga – Capitalista e vereador municipal
Dr. José Rodrigues Braga – Médico e antigo Deputado da Nação
Dr. Alberto Cruz – Médico e proprietário
António Fernandes Araújo – Proprietário e capitalista
António Gomes Vaz – Proprietário e capitalista
Manuel Conceição Rocha – Comerciante
Francisco Augusto Alvim – Farmacêutico e vereador municipal
António Ferreira de Almeida – Comerciante e vereador municipal
Carlos Alberto Moreira – Funcionário
José Duarte Rodrigues – Comerciante
Augusto Veloso – Comerciante
Augusto Costa – Comerciante
Adélio Dias – Comerciante

P. S. – Um vogal delegado da comissão, procurará a resposta.

(Diário do Minho, 9 de Setembro de 1921)

5. *S. João da Ponte. Ao fundo da rua da Ponte*

É ao fundo da rua da Ponte, num dos locais mais pitorescos e formosos dos arrabaldes desta cidade, banhado pelo rio Este, que se levanta imperiosa, cheia de orgulho, a pequena ermida, aonde se venera a imagem do percursor João Baptista, todos os anos a 24 de Junho.

…

Esta capelinha é acanhadíssima e de arquitectura simples e tem à entrada um alpendre que assenta sobre seis colunas toscanas.

Antigamente, esta capelinha encontrava-se vedada por um muro com escadaria na frente, e a qual ainda hoje conserva, mas quando do aformoseamento daquele local esse muro desapareceu.

Actualmente, esse pitoresco local está transformado num formoso parque e cujas obras ainda prosseguem, pois estende-se até à parte da antiga quinta da Mitra, que para tal fim fora cedido. Tem este parque dois pequenos lagos, alguns fontanários, um coreto e, bem assim, vário figurado que pertenceu ao extinto Convento dos Remédios; a porta do templo do antigo Convento do Salvador e cinco chafarizes com taças que D. José de Bragança mandou fazer para o jardim do Paço Arquiepiscopal e donde foram removidos para o Parque da Ponte há anos. Está belamente ajardinado parte deste parque, sendo possível que, dentro em breve, esse ajardinamento se estenda até ao terreno que pertencia à mitra e que ainda anda em obras.

Tenciona também a comissão fazer neste terreno um campo de Foot-Ball; pois já tem um Hipódromo para concursos hípicos denominado "Júlio Lima", falando-se, também, em uma praça de touros.

A orlar o Rio Este, e a principiar a ponte velha, já se vê um pequeno paredão que é o início de um grandioso lago que a comissão dos melhoramentos do parque tenciona levar avante, logo que os recursos assim lho permitam.

A festa sanjoanina em Braga é muito antiga, antes, muito antes, do reinado de D. João I e era paganista. Destas festas fazia parte a corrida do porco preto, que há muitos anos acabou, sendo apenas há coisa de seis anos feita uma vez, mas não se voltou a repetir devido ao dispêndio.

…

RIO, João Pereira do – *Elucidário do viajante em Braga. (Esboço histórico e descritivo).* Braga, Tip. "Moderna", 1923, pp. 119-121

6. *O Parque da Ponte*

Já em tempos nos referimos aqui às obras do Parque da Ponte, louvando a iniciativa de um grupo de bons patriotas que tiveram a feliz ideia de dotar Braga com uma linda e encantadora obra, que no futuro será recreio preferido dos seus habitantes e ponto forçado de visita dos seus forasteiros.

É muito possível que um grande número de bracarenses ainda se não desse ao incómodo de ir de passeio até aquele formoso local apreciar o muito que ali se tem feito já.

Há poucos anos, quem conheceu a antiga Quinta da Mitra, campos de milho raquítico e vetustas uveiras enroscadas em árvores aleijadas e minadas pelo caruncho, desconhece o local.

Aquele largo trato de terreno encontra-se hoje bordado por canteiros de artísticos recortes, esmaltado por plantas e flores das mais belas,

povoado de milhares de árvores, ainda na infância, mas que em poucos anos nos darão sombra amiga e religiosa, para repouso do corpo e paz de espírito.

A água canta aqui e além umas trovas de amor; as avenidas cortam o parque em diferentes direcções, debruadas de árvores em começo de desenvolvimento; num extenso lago, em vésperas de conclusão, e que será dos maiores atractivos, não só para os que se dedicam ao sport da natação, mas também ao do remo e mil e uma pequeninas coisas com que o técnico vai adornando aquele futuro paraíso da nossa terra.

Mais além os campos de desporto, num dos quais já se têm realizado festas das mais brilhantes, como ainda este ano o concurso hípico, aonde os melhores corredores do nosso país e com grande renome no estrangeiro mais uma vez deram provas de que são os verdadeiros mestres da arte da gineta e estardiota.

E olhando para tudo aquilo, vendo a azáfama de trabalhadores empregados no alindamento do terreno, fica-se com a impressão de que só com uma grande tenacidade e carinhoso amor pode encorajar os directores da Empresa do Parque da Ponte.

Se houvesse dinheiro, muito dinheiro... mas é bom que se saiba, tudo ou quase tudo o que se faz é custeado pela venda de plantas, flores, etc., pois que o capital emitido é vergonhoso, até, publicar a quantos escudos monta...

Houve uma rainha santa que transformou pães em flores mas isso já vai tão longe...

A direcção do parque transformou a sua enérgica força de vontade e as flores em dinheiro para dotar a nossa terra com um rincão que será em muitos breves anos um verdadeiro paraíso terreal.

E quando aquele monte sobranceiro do Picoto, que é um lindo fundo do Parque, estiver coberto de chalets, como é do plano delineado pela direcção da Empresa?

Que belo e largo horizonte se descobre lá do cimo!

Será um pequenino Estoril, sem espuma do mar que lhe beije os pés, um local para nos enfeitiçar e fazer esquecer as maldades do mundo.

E o que seria já aquilo se, de braço dado com tão boa vontade e persistência, houvesse um capital respeitável para acabar e completar o plano de tão gigantesca obra?

E havendo tanto bracarense rico, espalhado por essas terras de Cristo, com um amor entranhado à sua terra, não seria de boa política financeira fazê-los conhecer pela fotografia tudo o que já há feito e pelo desenho o que ainda falta fazer, convidando-os a concorrer para que a sua querida Braga possua o Éden que os directores da Empresa do Parque da Ponte idealizaram?

Não seria bom tentar?

("Diário do Minho", Braga, 20 de Setembro de 1925, p. 1)

7. POR BRAGA. A EMPRESA PARQUE DA PONTE.

Interessante depoimento de um apaixonado bairrista. Inauguração do lago.

Braga é uma cidade moderna, cheia de arte e luxo, imensamente visitada por nacionais e estrangeiros. No Verão, de preferência, os seus hotéis enchem-se de viajantes, os automóveis de fora são em número considerável e pelas ruas encontramos a todos os momentos caras desconhecidas, quando com elas não deparamos de binóculo assestado em volta de venerandas relíquias do passado ou em frente dos modernos edifícios luxuosos e bem construídos.

O Turismo, quando bem aproveitadas as belezas naturais dos arrabaldes, arrastará ainda maior enchente à velha cidade dos Arcebispos e será fonte inesgotável de riquezas.

Justo é que a cidade se apresente bela aos olhos dos forasteiros e não os faça arredar quando deve atrair.

É neste sentido que homens enérgicos e decididos se empenham, trabalhando animadamente e com afinco pelo progresso do nosso burgo, fomentando iniciativas e animando boas vontades.

Um exemplo frisante do bem que à cidade prestam tais iniciativas, encontrámo-lo na Empresa Parque da Ponte que bem merece de todos pelo seu bairrismo e pela dedicação com que tem trabalhado pelo embelezamento de um local que virá a ser em breve o mais aprazível e o mais distinto de Braga.

A Empresa Parque da Ponte nasceu de uma simples conversa entre os nossos amigos senhores Augusto Veloso e Adélio Dias.

Impotentes para levarem à consecução o seu plano, agregaram a si elementos de valor incontestável: Júlio António de Amorim Lima, José Ferreira Braga, José do Egipto Palha, António Fernandes de Araújo e Augusto Costa.

E tais cavalheiros não hesitaram aceitar os cargos para que foram nomeados, iniciando os trabalhos preparatórios, visando para esta empresa um fim exclusivamente bairrista.

Procuramos o nosso amigo Augusto Veloso que tem sido, com Júlio António de Amorim Lima, o incansável trabalhador, tendo dedicado à Empresa Parque da Ponte o seu máximo esforço, a ponto de lhe querer tanto como ao seu próprio lar.

Augusto Veloso, depois de saber do nosso intuito, diz-nos:

– A Empresa Parque da Ponte formou-se pelo esforço da sua direcção e de muitos amigos e accionistas que nos prestaram o seu valioso auxílio.

– O número de accionistas é grande?

– Relativamente grande, o que não quer dizer que se tenha capitalizado o bastante para pôr em prática todos os melhoramentos que estão no primitivo projecto e ainda aqueles que se lhes juntaram.

– Contavam com alguns recursos quando deram início aos trabalhos?

– Não senhor. Apenas umas centenas de escudos que eram insuficientes para a despesa. Além da boa vontade que todos possuíamos, tínhamos a alma generosa, o grande benemérito que toda a gente conhece, Júlio A. de Amorim Lima, que nos dava o impulso necessário para que a nossa obra prosseguisse, como era desejo de todos e de necessidade local e não ficasse apenas no projecto. Desejo que frise bem no seu jornal: a "Empresa Parque da Ponte" deve-se quase exclusivamente a este benemérito da cidade.

– Tentam fazer mais plantações?

– Muitas mais. As que fizemos, como sabe, são insuficientes para toda a extensão do terreno. Já temos muitas árvores frutíferas e de parque que estão muito desenvolvidas e lindas.

Vamos iniciar brevemente a abertura de novas ruas ladeando-as com árvores de fácil desenvolvimento, procedendo tanto quanto possível, ao aformoseamento do "Parque".

– Quando principiam os trabalhos nos terrenos anexos ao Parque?

– Essa obra, segundo está calculado, será a última a realizar-se. Primeiramente empregámos todos os nossos esforços nos terrenos que estão vedados e que fazem já do local uma estância de recreio.

– A estufa dá bons rendimentos?

– Não, senhor; apesar de ser uma esplêndida estufa, contendo variadíssimas plantas, devidas ao cuidado do Sr. José Pedro da Costa, o seu rendimento é, ainda, pequeno.

Presentemente só temos despesas grandes e receitas pequeníssimas.

– Então o campo de jogos não dá receita?

– Alguma coisa rende, quando se realiza algum desafio de foot-ball, mas... são gotas de água no oceano.

Pelas festas do São João tem-se realizado, no Campo do "Parque", as provas hípicas.

Como sabe, os preparativos para esta prova são muito dispendiosos. Só na construção de obstáculos gasta-se uma verba importante, não falando nas inevitáveis despesas que uma tal prova provoca.

É mais um esforço que fazemos porque este número das festas é imprescindível: é de grande reclamo para a cidade e convida a assistir à prova hípica muitas famílias de fora de Braga e das mais distintas.

– Não pensam construir um ring de patinagem?

– Alvitra-se, de facto, esse melhoramento, bem como um "court" de ténis.

– Quando tencionam reedificar o prédio que está dentro do "Parque"?

– Veja esta "planta" de Moura Coutinho.

Como vê, transforma-o num casino elegante sem lhe modificar o primitivo estilo.

A sua reconstrução far-se-há em ocasião oportuna e quando os bracarenses se convencerem que têm um dever a cumprir: – prestar o seu auxílio a todas as obras que visam aformosear e engrandecer esta cidade para a elevar ao nível a que ela tem de chegar.

O nosso amável entrevistado imprime a estas palavras um tom grave de sinceridade e nós lemos-lhe no olhar franco e amigo o quanto de repulsa lhe vai na alma por tantos que podendo e devendo auxiliar generosas iniciativas, se acomodam ao fofo aconchego da crítica quase sempre ignorante e atrevida. São outros tantos que ficam de "plantão" à máquina dominadora do progresso. Vêem andar... e ficam.

– Em compensação, porém, temos homens como Júlio Lima.

– Quanto custou o lago?

– Eu lhe conto.

Um dia o Senhor Júlio A. de Amorim Lima disse: o lago há-de fazer-se, custe o que custar.

E fez-se.

– Conseguiram a verba necessária para realizar essa obra?

– Não senhor.

O lago importou em 200 contos. Só em cimento gastaram-se mil barricas.

– Qual o capital realizado até hoje?

– Apenas 180.000$00

Pensamos fazer uma nova emissão de acções na importância de 200.000$00.

– Pelo capital realizado e despesas feitas, devem ter um deficit regular...

– Temos, sim. Mas há-de de desaparecer.

O lago fez-se, pode dizê-lo, devido a Júlio Lima. A Empresa deve-lhe inúmeros serviços.

– As entradas são grátis ou pagas?

– São pagas, para evitar a entrada de pessoas mal-educadas e de rapazes que só estão bem a estragar o que tanto tempo levou a fazer, e mesmo porque a fruta é para vender e não para dar...

– Quanto custarão os bilhetes de entrada?

– Apenas $50 centavos. Como vê, não é importância que o povo não possa dar em troca de umas horas de distracção e recreio que o "Parque" oferecerá nas estações da Primavera e Verão.

– Quantos barcos têm?

– Apenas quatro, oferecidos pelos amigos da "Empresa Parque da Ponte", senhores António Marinho, António Meira Braga, José Rodrigues Pacheco e Manuel Carneiro.

Temos mais quatro emprestados pela Mesa do Bom Jesus, enquanto não estiverem prontos os que a "Empresa" vai mandar construir.

Não se esqueça de dizer que estamos muitíssimo gratos a todos os que nos têm auxiliado, não esquecendo a excelentíssima Câmara, Serviços Municipalizados, Comissão de Iniciativa e Imprensa que muito têm auxiliado a nossa obra.

Depois de agradecermos ao nosso Amigo Augusto Veloso a atenção que dispensou a este jornal, ficamos a pensar como o esforço de alguns

homens é capaz, apesar de mil dificuldades, de conseguir tão desinteressadamente, o que muitos por interesse não conseguiriam.

Oxalá que o exemplo da Comissão da "Empresa Parque da Ponte", sirva de estímulo a despertar energias latentes, a convidar o capital e o trabalho a cooperarem em empreendimentos da Beleza e Arte que transformem Braga no centro encantador do jardim de Portugal.

("Diário do Minho", 20 de Novembro de 1927, p. 1)

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Leonídio de – *O cruzeiro da Ponte e a sua misteriosa evocação*. "Correio do Minho", Braga, 5 Maio 1948

ABREU, Leonídio de – *A Ponte dos Pelames*. "Correio do Minho", Braga, 9 Jul. 1948

ASPA – *Parque de S. João da Ponte ou um museu a céu descoberto. Visita guiada*. Braga, ASPA, 1984 (policopiado)

CAPELA, José Viriato – *As freguesias do distrito de Braga nas* Memórias Paroquiais *de 1758: A construção do imaginário minhoto setecentista*. Braga, s/e, 2003

BANDEIRA, Miguel – *Um estádio que mudou de data há vinte anos*. "Laura", Guimarães, 2, Jun. 2004, p. 87-94.

BELINO, Albano – *Inscripções e letreiros da cidade de Braga e algumas freguezias rurais*. Porto, Typ. Occidental, 1895

BELINO, Albano – *Archeologia Christã*. Lisboa, Empresa de História de Portugal, 1900

Braga antiga. Foi pena a iniciativa não vingar. "Correio do Minho", Braga, 12 Mar. 1961

Braga. S. João. Braga, 1901 (número único).

COSTA, Luís – *Braga: roteiro artístico e monumental extra – muros*. Braga, APPACDM Distrital de Braga, 1998

COUTINHO, Azevedo – *Guia do Viajante em Braga*. Braga, Livraria Cruz, 1905

CRUZ, Manuel Braga da – *Ponte dos Pelames*. "Diário do Minho", Braga, 20 Nov. 1964

FAGUNDES, Brás – *A cruz no Monte de S. João*. "Correio do Minho", Braga, 26 de Maio de 1940

FERREIRA, José Augusto – *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga (século III - século XX).* 4 vols. Braga, Edição da Mitra Bracarense, 1928-1934

FERREIRA, Rui – *O S. João é de Braga*. Braga, Junta de Freguesia de S. Lázaro, 2013

GOMES, José – *O S. João em Braga*. Braga, Typ. Universal, 1904

LINO, Sá – *Interesses de Braga. O Parque da Ponte*. "Diário do Minho", Braga, 13 Out. 1921

MARTINS, Augusto – *Braga Antiga*. Braga, Edição de Rosa Martins, 1970

Monte Picoto: cinco ideias. Braga, Câmara Municipal, 1982

MOREIRA, José – *Instantes. Crónicas & etc*. Braga, Autor, 1999

NÓBREGA, Vaz Osório da – *Pedras de Armas e Armas Tumulares do Distrito de Braga*. Vol. 1. *Cidade de Braga*. Tomo 2. Braga, Junta Distrital de Braga, 1971

OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Para o Estudo da Imagem de Braga. O Postal Ilustrado*. Braga, ASPA, 1979

OLIVEIRA, Eduardo Pires de; MOURA, Eduardo Souto; LOPES, João – *Estudos Bracarenses. 3 – Braga. Evolução da Estrutura Urbana*. Braga, Câmara Municipal, 1982

OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Estudos Bracarenses. 6 – O S. João. Breve antologia histórica*. Braga, Soares dos Reis Editor, 1983

OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Estudos sobre o século XVIII em Braga*. *História e Arte*. Braga, APPACDM, 1993

OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *A Paróquia de S. José de S. Lázaro (1747-1797)*. Braga, Paróquia de S. José de S. Lázaro, 1997

OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Arte religiosa e artistas em Braga. 1870-1930*. Braga, Edições APPACDM, 1999

OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Braga. Percursos e memórias de granito e ouro*. Porto, Campo das Letras, 1999

OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *A Freguesia de S. José de S. Lázaro*. Braga, Junta de Freguesia de S. Lázaro, 1999

OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *A Freguesia de S. Vítor*. Braga, Freguesia de S. Vítor, 2001

OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Os grandes ciclos de obras da Sé Catedral de Braga e outros estudos de arte minhota*. Braga, APPACDM Distrital de Braga, 2004

P., A. – *Desportos*. "Diário do Minho", 11 Set. 1921

Parque da Empresa da Ponte (O) – "Correio do Minho", 20 Nov. 1927

O Parque da Ponte. Uma visita aquela estância formosíssima. Em vésperas de uma questão? "Diário do Minho", 11 e 12 Out. 1928

PASSOS, José Manuel da Silva – *O Bilhete-postal ilustrado e a história urbana de Braga*. Lisboa, Caminho, 1996

PEREIRA, Barros – *Sporting Clube de Braga. 1921 – 1985*. Braga, Correio do Minho, 1985

PIMENTEL, Diogo P. F. Sampaio – *Memórias do Bom Jesus do Monte ou Breve Notícia de Braga*. 4ª ed., Lisboa, Lallement Frères, 1883

PINHEIRO, Luís – *Alminhas, nichos e cruzeiros de Portugal. Minho*. Braga, Edições Artes, 1957

PINTO, Sérgio da Silva; DÓRIA, A. Álvaro – *Guia de Braga: arte e turismo*. Braga, Câmara Municipal, 1958

RAMALHETE, José – *O velho Aliste*. "Correio do Minho", Braga, 9 Jul. 1970

RIO, João Pereira do – *Elucidário do viajante em Braga. (Esboço histórico e descritivo)*. Braga, Tip. "Moderna", 1923

RIO, João Pereira do – *Memórias do Parque de S. João da Ponte (Esboço histórico e descritivo).* Braga, Tip. "Notícias do Norte", 1925

VIEIRA, A. – *O Parque da Ponte*. "Almanaque-Anuário de Braga para 1924". Braga, Livraria Cruz, 1923, pp. 247-252

VIEIRA, José – *ABC 1933 – 1958: a doce idade*. Braga, Académico Basket Clube, 1992

VIEIRA, José – *ABC 1959 – 1983: o crescer de um destino*. Braga, Académico Basket Clube, 1996

O acervo epistolar do 1.º Conde de Margaride: retrato biográfico e político

LUÍS MIGUEL PULIDO GARCIA CARDOSO DE MENEZES [1]

Resumo: Este artigo procura estudar o percurso biográfico de Luís Cardoso Martins da Costa Macedo (1836-1919), 1º Conde de Margaride, com base no seu acervo epistolar, a maioria relacionada com o distrito e cidade de Braga e Guimarães.

Palavras-chave: Biografia – Conde de Margaride – acervo epistolar – Braga – Guimarães.

***Abstract**: This article tries to study the biographical route of Luís Cardoso Martins da Costa Macedo (1836-1919), 1st Count of Margaride, based on his epistolary collection, most related to the district and city of Braga and Guimarães.*

***Keywords**: Biography – 1st Count of Margaride – epistolary collection – Braga – Guimarães.*

INTRODUÇÃO

O acervo epistolar de Luís Cardoso Martins da Costa Macedo (1836-1919), 1º Conde de Margaride é composto de cerca de 400 documentos-cartas, telegramas, notícias e artigos de jornal, na maioria inédita, relacionada com a cidade e distrito de Braga e concelho

[1] Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2005), Licenciado em História pela Universidade Autónoma de Lisboa "Luís de Camões", em 1990, Curso de Especialização em Ciências Documentais, na opção de Documentação e Biblioteca pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, entre 1998-2000.

de Guimarães, que mostram o contacto pessoal que este titular manteve, com as figuras de primeiro plano da história política contemporânea portuguesa dos últimos 40 anos da monarquia constitucional (1870-1910), desde os soberanos portugueses, a António Maria de Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Presidente do Conselho, João Franco Ferreira Pinto de Castelo Branco (1855-1929), Deputado e Ministro da Fazenda e Presidente do Conselho, passando por António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino, Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (1849-1907), Presidente do Conselho, José Luciano de Castro Pereira Côrte-Real (1834-1914), Presidente do Conselho, escritores, etc., etc.

No fundo, o Conde de Margaride, luta com toda uma geração de ilustres vimaranenses pelo progresso material da cidade de Guimarães, centrando-se na reivindicação de vários elementos essenciais: os caminhos-de-ferro, a pedra de toque do desenvolvimento regenerador; a exposição industrial e a escola industrial, factor indispensável para a educação das populações, mais precisamente o ensino técnico e profissional; o incentivo às indústrias; a introdução do liceu e outras. Todos eles eram homens extremamente activos, mas nenhum deles tinha a capacidade de se fazer ouvir nos círculos de poder, com tanta eficácia, como o Conde de Margaride, que foi sem sombra de dúvidas através dos cargos que ocupou, o mais destacado dos líderes cívicos da região e um medianeiro entre a vida local e o poder central. Conseguiu através da sua influência fazer de Guimarães, um lugar de desenvolvimento em termos, económico, industrial, económico, cultural, educacional e de infra-estruturas na segunda metade do século XIX e princípios do XX.

A maioria das vezes a história contemporânea de Portugal é vista de uma forma centralizadora, através da capital, devido com certeza à escassez e acesso a fontes complementares, como esta correspondência. Assim o acervo epistolar e político do Conde de Margaride, constitui um “elo perdido” da nossa história e permite-nos perceber a articulação fundamental da construção e funcionamento do Estado e da história política contemporânea de Portugal, nomeadamente do poder local.

Através deste espólio, conseguimos identificar diversos temas, como sejam: a solidariedade política ao 1º Duque de Loulé, chefe do partido Histórico e presidente do ministério cessante (de 11-8-1869 a 19-5-1870), após o golpe de Estado “A Saldanhada” em 19-5--1870; a questão da viagem e estadia da Família Real ao Norte do

País (em 1872); a questão das incursões e infiltrações Carlistas em território nacional, nomeadamente no distrito de Braga e de Viana do Castelo, cuja terceira fase se tinha iniciado em 21-4-1872; a necessidade do recrutamento militar no distrito de Braga a 14-9--1872; a questão da Recebedoria de Guimarães e o primeiro pedido de demissão do Visconde de Margaride do cargo de governador civil de Braga em -12-1873; as candidaturas às eleições legislativas no distrito de Braga a 12-7-1874; a eleição suplementar ao círculo vago de Braga e a indicação de Lopo Vaz de Sampaio e Melo por indicação governamental a 15-8-1875; a questão da manutenção ou transferência do delegado do Tesouro do distrito de Braga a 9-6-1876; as causas da demissão do governo de Fontes Pereira de Melo (1871--1877) e a constituição do governo do Marquês de Ávila a 3-3-1877; os problemas internos entre as cidades de Braga e Guimarães, sobre a polícia civil e o caminho-de-ferro a 25-6-1878; as candidaturas às eleições legislativas no distrito do Porto a 13-10-1878; a realização de uma manifestação do partido socialista no Porto a 7-12-1878; a nomeação do Conde de Margaride para Vice-Presidente do Centro Regenerador no Porto a 29-8-1879; as candidaturas e o processo eleitoral nos distritos de Braga e Porto a 19-10-1879; a questão da candidatura e eleição de Bernardino Luís Machado Guimarães pelo círculo vago de Guimarães, nas eleições suplementares nesse círculo que iriam decorrer a 26-11-1882; os incidentes e conflito entre Braga-Guimarães a 28-11-1885, que levaram à demissão do governo de Fontes Pereira de Melo a 20-2-1886; a votação e eleição da "chefatura" de António de Serpa Pimentel e a liderança de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro no partido Regenerador, após a morte de Fontes Pereira de Melo ocorrida a 24-6-1887; a lei do exclusivo industrial de 18-1-1898; os incidentes e irregularidades nas eleições municipais na cidade de Guimarães a 7-11-1898; a possibilidade de reconciliação entre Ernesto Hintze Ribeiro e João Franco a 19-6-1907; os acontecimentos do Regicídio referidos por João Franco, ex-presidente do Conselho a 17-2-1908; o apoio público à eleição de António Carlos Coelho de Vasconcelos Porto, do partido Regenerador Liberal e aderência ao bloco conservador a 22-5-1910; e de diversas reformas politicas, propostas, projectos e decretos de lei: a reforma política, que leva ao 2º Acto Adicional (1884-1885); o projecto de lei sobre a conversão da divida pública a 16-4-1898; o projecto de lei de assistência pública a 23-5-1903; a proposta de lei da tuberculose a -7-1899; e o decreto-lei relativo à dotação de benefícios paroquiais a 10-1-1908, etc., etc.

O 1º Conde de Margaride, Luís Cardoso Martins da Costa Macedo (1836-1919), era natural de Guimarães, distrito de Braga e foi no seu tempo uma das personalidades mais marcantes do panorama político nacional e do Norte do País e Minho, quer exercendo cargos municipais e administrativos em Guimarães, Braga e Porto, quer como membro do pariato português na 2ª metade do século XIX e princípios do XX. Tal era a sua influência e autoridade, que ascendeu a Vice-presidente do Partido Regenerador no Porto (em 1879), mantendo relações estreitas e íntimas com a Família Real, nomeadamente com os três últimos soberanos portugueses, que recebeu em diversas ocasiões na Casa do Carmo em Guimarães. D. Luis I (1838-1889), Rei de Portugal, tratava-o na carta de nomeação ao pariato a 29-12-1881, como: «*Amigo. Eu, El-Rei, vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Tomando em consideração os vossos distinctos merecimentos e qualidades (…) hei por bem, tendo ouvido o conselho d'estado, nomear-vos par do reino*»[2]; D. Carlos I (1863-1908), Rei de Portugal, no dia do seu aniversário concedeu-lhe a Grã-Cruz da Ordem de Cristo: «*Muitos e muitos parabens pelo dia d'hoje. Assigno hoje decreto concedendo-te Gram Cruz de Christo, que desejo acceites como lembrança do teu Amigo – Carlos R*»[3] e D. Manuel II (1889-1932), Rei de Portugal (1908-1910). No período activo da sua vida política (1870-1908), recebe na sua Casa do Carmo, além dos Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal, vários ministros e políticos portugueses (Fontes Pereira de Melo, José Luciano de Castro, João Franco, etc.), os prelados bracarenses (em 1877, 1882, 1887, 1891, 1900, 1915), exercendo uma influência não só directa e imediata nos partidos locais, mas principalmente no poder central / nacional.

Foi (in)directamente o responsável pela queda do governo regenerador de António Fontes Pereira de Melo em 20-2-1886, devido às desordens públicas na região do Minho e à agitação e oposição parlamentar progressista, causada pelos motins entre Braga e Guimarães de 28-11-1885.

---

2 cf. Sobre a nomeação de par do Reino, consulte-se Arquivo Histórico Parlamentar (AHP), Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 5 de 30-1-1882, sessão legislativa n.º 24, sessão n.º 1, pp. 57-58.

3 cf. Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP), Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Telegrama de S.M. o Rei D. Carlos I de Portugal (1863-1908) do Palácio das Necessidades em Lisboa a 8-1-1907.

A sua influência é tal, que constava no Porto em 21-11-1887, que iria ser agraciado com o título de Marquês de Margaride.[4]

A 12-5-1900, o Conde de Margaride, esteve inserido na 3ª Peregrinação Portuguesa a Roma ao Santo Pontífice Leão XIII (1810--1903), 256º Papa da Igreja Católica (1878-1903), presidida pela Cardeal Patriarca de Lisboa D. José Sebastião de Almeida Neto (1841-1920), sendo "*apresentado*" no Vaticano e recebido por Sua Santidade o Papa Leão XIII a 23-5-1900.[5]

Considerado pelos coevos, como o "primeiro cidadão de Guimarães": «[o] *Conde de Margaride é o primeiro cidadão nas proeminências nobiliárquicas. Mas impõe-se às considerações de simpatia e de respeito dos seus patrícios, não pelo gozo das regalias, da sua graduação social; mas porque foi s. Exc.ª quem as conquistou pelo mérito e trabalho próprios, e esta circunstância nunca pode ser indiferente numa terra, como a nossa, em que o trabalho se considera um dos maiores títulos de glorificação social* (…) *Como cidadão de Guimarães, todos conhecemos que o ilustre tem prestado ao progresso e crédito da sua terra a maior dedicação* (…)» (jornal «Enthusiasta» n.º 33 de 28-11-1886) e no final da sua vida por Alfredo Vieira Coelho Peixoto Villas-Boas (1860-1926)[6], 1º Conde de Paçô Vieira e ex-líder do partido Regenerador (em 1906-1907), considerava-o no discurso que fez no enterro do mesmo: «*que sem favor, era a primeira pessoa de Guimarães*», mas foi na verdade

---

4 cf. *Diário Illustrado* de 21-11-1887, 16º anno, n.º 5249, p. 1.

5 cf. Nada disto é de admirar ou estranhar, visto que seu cunhado D. João Rebelo Cardoso de Menezes (1832-1890), Bispo-Coadjutor de Lamego (1887-1890), Arcebispo titular de Mitilene (1884) e Arcebispo titular de Larissa (1887), presidira à 2ª peregrinação de fiéis portugueses a Roma, entre 16 e 26-4-1888, com o propósito de felicitar o Papa Leão XIII pelo seu Júbilo Sacerdotal. Os relevantes serviços prestados por D. João Rebelo Cardoso de Menezes à Igreja como missionário, professor e dignitário, fizeram com que a Santa Sé e S. S. o Papa Leão XIII, o distinguisse por diversas ocasiões: nomeou-o seu capelão honorário *extra urbem*, conferiu-lhe o título de *Monsenho*r (1879) e nomeou-o ainda protonotário apostólico e seu prelado doméstico (1881). Em 1884, foi-lhe conferido pelo Sumo Pontífice Leão XIII, o grau de Doutor em Teologia – graça única atribuída em Portugal até então, fundamentada nas obras publicadas e na sua acção na imprensa religiosa. Padre Martins Capela – *A Roma: Vinte e três anos depois*, Braga, 1909, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, peregrinações portuguesas a Roma, vol. XXI, p. 106 e *Comércio de Guimarães*, Ano XVII, n.º 1480 de 15-5-1900 e n.º 1498 de 17-7-1900.

6 cf. AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de Alfredo Vieira Coelho Peixoto Villas-Boas (1860-1926) 1.º Conde de Paçô Vieira para Henrique Cardoso de Macedo Martins de Menezes (1868-1933), futuro 2º Conde de Margaride a 5-8-1919.

muito mais do que isso. Mesmo no ano de seu falecimento e com 82 anos de idade, manifesta o seu apoio público à Monarquia do Norte em Guimarães em Janeiro de 1919.

A este titular, ficaram-se a dever inumeráveis melhoramentos nas cidades de Guimarães e de Braga.



Luís Cardoso Martins da Costa Macedo (1836-1919), 1º Conde de Margaride (1836-1919) – Abel Cardoso, óleo sobre tela, 1908; 690 x 565 cm – (colecção do Dr. José Cardoso de Menezes Couceiro da Costa – Casa de Margaride)

Foi **LUÍS CARDOSO MARTINS DA COSTA MACEDO**, 1º Conde e 1º Visconde de Margaride (decreto de 1-8-1872 e de 3-3-1877), Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, por sucessão (alvará 15-3-1862), do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima (decreto de 1-10-1874), Comendador da Ordem de N. Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa (decreto de 14-9-1876), Grã-Cruz da Ordem de Cristo (alvará de 8-1-1907), Par do Reino (por carta régia de 29-12-1881, de que tomou assento e prestou juramento na sessão da Câmara dos Pares de 18-3-1882)[7], Governador Civil de Braga (de 12-10-1871 a 15-3-

[7] cf. Sobre a nomeação de Par do Reino, consulte-se AHP / Arquivo Histórico Parlamentar, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 5 de 30-1-1882, sessão legislativa n.º 24, sessão n.º 1, pp. 57-58.

-1877) e do Porto (de 6-2-1878 a 3-6-1879), Vice-Presidente do Partido Regenerador no Porto (a 6-9-1879), Procurador de Guimarães na Junta Geral do Distrito de Braga (de 4-9-1883 a 28-11--1885), Presidente da Câmara Municipal de Guimarães (1870, 1878, 1887-1892), Bacharel formado em Filosofia pela Universidade de Coimbra (a 15-7-1857), 9º Senhor da Casa de Margaride em S. Romão de Mesão-Frio, da Casa da Veiga em S. Pedro de Azurém, do Carmo em S.ta Maria de Oliveira do Castelo, da Ribeira em S. João da Ponte (que comprou a seu primo Eduardo Martins de Queirós Montenegro) e do Chantre, todas no termo de Guimarães, Provedor da S.ta Casa da Misericórdia de Guimarães (1880-1881), Provedor da Real Irmandade de N. Sr.a da Consolação e Santos Passos (1888-1889), Presidente do Asilo de S.ta Estefânia em Guimarães (1897)[8] e herdeiro de toda a casa de seus pais (por doação de 27-6-1866). Foi um dos mais notáveis vimaranenses do seu tempo e um exemplo total de dedicação à sua Pátria.

Foi da sua iniciativa, a abertura do caminho-de-ferro de Guimarães em 1883 (ligação ferroviária da Trofa a Vizela); a proposta de criação de uma escola industrial em Guimarães, durante a discussão de Orçamento do Estado (22-4-1884), combinada com o esforço de Francisco Martins (Agra) e de outras personalidades e colectividades vimaranenses; a luta pela manutenção da Colegiada de N. Sr.a de Oliveira (1887-1890); a criação do Liceu em Guimarães (1896), a defesa das antigas regalias municipais, etc., por tudo se bateu o Conde de Margaride, onde quer que as suas insofismáveis razões pudessem ser ouvidas.[9] Tem o seu nome a principal avenida da cidade, por sessão extraordinária da vereação da câmara a 10-12-1943.[10]

---

[8] cf. *Vimaranense de* 4-5-1897, 7º Anno, n.º 612, p. 3

[9] cf. Para a biografia geral do 1º Conde de Margaride consulte-se: Maria Adelaide Pereira de Moraes e José Couceiro da Costa, co-autor – *Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos: história de uma real irmandade*, Guimarães: Real Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, 2004, pp. 9, 92-93, 100, 105, 116, 125, 154, 156, 246; Helena Cardoso de Macedo e Menezes e Maria Adelaide Pereira de Moraes – *Genealogias Vimaranenses*, Braga: Tipografia Liv. Cruz, 1967, pp. 109-113; Maria Adelaide Pereira de Moraes – *Velhas Casas de Guimarães*, 1 vol., Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2001, pp. 6-7, 466, 471-478, Anthony Kinnin – *Guimarães: Século XIX de Vila a Cidade*, Braga: Barbosa & Xavier Lda - Artes Gráficas, 2006, pp. 110-113 e Abel Rodrigues – *A Casa do Carmo (Guimarães)*, in revista Fórum n.º 41 (Jan.-Jun. 2007), Braga: Universidade do Minho, 2008, pp. 181, 183-184, 191-195, 198, 200-202.

[10] cf. A designação de avenida Conde de Margaride, foi aprovada numa sessão extraordinária da vereação camarária de 10-12-1943, com base num parecer elaborado por Alfredo

Alfredo Pimenta nas "Páginas Minhotas", cita-o como latinista e muitas vezes era nessa língua que o Conde de Margaride se correspondia com alguns dos seus amigos, nomeadamente com seu parente José Leite de Vasconcelos (1858-1941), que lhe ofereceu um saboroso presente para celebrar o seu aniversário: um opusculo em latim cujo título "DE MARGARITI VILLA IN TERRITORIO VIMARANENSI JAM IN QVIBUSDAM MEDII AEVI CHARTIS MEMORATA, COMMENTARIOLUM EDIDIT J. LEITE DE VASCONCELOS, DOMINO COMITI DE MARGARIDE VIRO OPTIMO AD EJUS DIEM NATALEM CELEBRANDUM AMICO JOSEPHUS L.V.D.D. OLISIPONE MDCCCXCIII".[11]

Deixou ao longo da sua vida várias composições poéticas, nomeadamente as traduções de Vítor Hugo, do qual traduziu "A Fonte" e "A Infância". Colaborou nos "Lusíadas", publicados durante o IVº Centenário do Descobrimento da Índia em 1898. Desempenhou diversos cargos em instituições culturais, como por exemplo, o de Secretário da Comissão Filial da Associação Arqueológica de Lisboa, estabelecida em Guimarães em 5-5-1868 e o de membro da comissão organizadora do tricentenário do nascimento de Luís de Camões.[12] Conviveu com diversos nomes célebres da cultura portuguesa,

---

Pimenta, sobre a reforma toponímica da cidade, onde se referia «*á Avenida dos Pombais, Avenida do Conde de Margaride (Doutor Luiz Cardoso Martins [da Costa] Macedo (Par do Reino)*», in AMAP, Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Guimarães. Na monografia, Guia de Portugal, vol. IV de Raul Proença, referia-se a localização da avenida Conde de Margaride, «*para o Sul, do Mercado, ao longo da fiada ocidental do mercado, abre-se a moderna Avenida do Conde de Margaride, relativamente ampla e ladeada de airosas vivendas de construção recente. É nessa artéria que entronca a estrada de Vila Nova de Famalicão. No edifício do gaveto, que faz face para a embocatura da avenida, está o quartel dos Bombeiros Voluntários, benemérita corporação, fundada nos fins do século passado* (...)», in Raul Proença; apresent. e notas de Dionísio Santana - *Guia de Portugal*, 4º vol., *t. II: Entre Douro e Minho*, Minho – 3ª ed. – 1996. – XXXVII, p. 705-1331, [15] f. desdobr., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, imp. 1991-1996, pp. 1218-1219.

11 cf. José Leite de Vasconcelos – *De Margariti villa in territorio Vimaranensi jam in quibusdam Medii Aevi chartis memorata: comentariolum* / edidit J. Leite de Vasconcellos, Olisipone: [s.n.], 1893, 8 p.; e *Balladas do Occidente*, Porto: Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1885, pp. 186-187, que nessa obra dedica-lhe um poema: V – O Remorso (Seculo XII), ao Meu Amigo, o Sr. Conde de Margaride.

12 cf. Sobre a sua faceta como tradutor consulte-se: Domingos Guimarães – *A apotheose: jornal comemorativo do septi-centenario e inauguração da estatua de D. Affonso Henriques*, Lisboa: Typ. do Diccionario Universal Portuguez Litterario, 1887, p. 9 e Braga – *S. João: Numero-único ilustrado comemorativo dos Grandiosos Festejos ao S. João em Braga em 1901*, Braga: Typographia M. de Sousa Cruz, 1901, p. 6; *Os Lusíadas*, edição comemorativa do IVº Centenário do Descobrimento da Índia, Lisboa, 1898; e Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes – *Os Condes de Margaride e a sua descendência*, 1ª edição, Lisboa: Instituto D. João VI, 2007, pp. 25-33.

sendo de salientar, para além de Francisco Martins Sarmento (1833--1899), Camilo Castelo Branco (1825-1890), José Duarte Ramalho Ortigão (1836-1915), José Leite de Vasconcelos (1858-1941), Alberto Sampaio (1841-1908), António Nobre (1867-1900), Raul Brandão (1867-1930), etc.

Teve a honra de receber várias vezes a Família Real na sua Casa do Carmo em Guimarães: A 2-7-1872, S.M. o Senhor D. Luís I, o Infante Senhor D. Augusto, António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Presidente do Conselho (1871-1877) e António Cardoso Avelino (1825-1889), Ministro das Obras Públicas (1871-1876). Primeiro, visitam a colegiada, onde assistem a um «*Te Deum*» oficiado pelo Cónego Acipreste e, depois dirigem-se ao Carmo, onde é servido um banquete. À tarde, o Rei D. Luís visita os hospitais da Misericórdia e da Ordem Terceira, o quartel e a igreja da Oliveira, onde admira o tesouro, e pelas duas da tarde, retira-se para Amarante. A estadia de El-Rei D. Luís I de Portugal na Casa do Carmo, trazia também outra dádiva do soberano, a concessão do título de Visconde de Margaride ao seu anfitrião: «*El-rei D. Luiz ao sahir d'esta cidade e ao despedir-se do seu hospedeiro o Senhor Luiz Cardozo, offereceu-lhe o titulo de visconde que o nosso ilustre patrício reverentemente acceitou* (...)».[13]

[13] cf. *Religião e Pátria*, n.º 12, 14ª série de 20-7-1872; Maria Adelaide Pereira de Moraes – *Ao Redor de Nossa Senhora da Oliveira*, Braga: Barbosa & Xavier, 1998, pp. 406-407. Já estivera como anfitrião, na qualidade de Governador Civil de Braga a jantar na Casa dos Biscainhos dos Condes de Bertiandos, na visita régia de Suas Majestades o Rei D. Luís I, a Rainha D. Amélia e do Infante D. Augusto à cidade de Braga entre 30-6-1872 a 1-7-1872.



Fotografia da Família Real Portuguesa e comitiva, tirada no Porto na fotografia União em 3-10-1887. Da esquerda para a direita, sentados: a Rainha D. Maria Pia de Sabóia (1847-1911), com o Príncipe D. Luís Filipe (1887-1908) ao colo, a Princesa D. Amélia d´Orléans (1865--1951) e o Rei D. Luís I (1838-1889). De pé da esquerda para a direita, D. Francisco de Almeida (-), Sebastião Pereira da Silva de Sousa e Menezes (1855-1934), 12º Conde de Tarouca, Príncipe Real D. Carlos (1863-1908), futuro Carlos I, Francisco Manuel de Mello Breyner (1837-1903), 4º Conde de Ficalho, D. Maria Margarida Braamcamp de Mello Breyner (1844-1930), 1ª Condessa de Mossâmedes, Infante D. Afonso (1865-1920), D. José de Almeida e Vasconcelos do Soveral da Maia Soares de Albergaria (1840-1908), 1º Conde de Mossâmedes, D. Carolina Maria de Castro Pereira (1823-1891), 2ª Condessa de Seisal, Pedro Maurício Correia Henriques (1846-1890), 2º Conde de Seisal, Major Durval Teles e Tenente João Benjamim Pinto (1851-1914)

Em 20-10-1887, S.S.M.M. o Senhor D. Luís I e a Senhora D. Maria Pia, S.S.A.A.R.R. o Príncipe Senhor D. Carlos, Senhora D. Amélia, o Senhor Infante D. Afonso e José Luciano de Castro Pereira Côrte-Real (1834-1914), Presidente do Conselho (1886-1890), eram recebidos: «*debaixo de palio, a cujas varas seguravam os vereadores da Câmara, pelas autoridades e Cabido com sua Colegiada de Capelães*». Depois seguem para o templo onde assistem ao «*Te Deum*», visitam o tesouro e rumam à casa do Conde de Margaride, onde concedem uma recepção. À tarde, perante umas 15.000 pessoas, o rei e o príncipe, descerram a estátua em homenagem a D. Afonso Henriques, moldada por Soares dos Reis e colocada no Largo de S. Francisco, visitam a Sociedade Martins Sarmento e assistem aos trabalhos de construção da Escola Indus-

trial. À noite, foi servido um banquete real na casa do Carmo, confeccionado pelo célebre Manuel Joaquim Machado Rebelo (1834--1930), Abade de Priscos, que reuniu além da família anfitriã e da Família Real, José Luciano de Castro, presidente do Conselho de Ministros, o Visconde de Pindela, Governador Civil do Distrito e demais autoridades politicas.[14]



Menu do jantar real, realizado na Casa do Carmo em Guimarães a 20-10-1887 – (colecção da Dr.ª Helena Maria Corrêa de Barros Cardoso de Macedo e Menezes)

A 29-11-1891, S.S.M.M. o Senhor D. Carlos I e a Senhora D. Amélia, João Franco Ferreira Pinto de Castelo Branco (1855--1929), Ministro das Obras Públicas (1891-1892) e D. António José de Freitas Honorato (1820-1898), Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas (1883-1898), dignaram-se jantar e passar a tarde. Nesta ocasião, os soberanos visitam a Colegiada e depois da cerimónia do «*Te Deum*», seguem em direcção à casa do Carmo, onde o rei dá recepção e escuta atentamente o discurso do Conde de Margaride.[15]

---

[14] cf. *Religião e Pátria de* 22-10-1887; *O Comércio do Porto* de 21-10-1887, Maria Adelaide Pereira de Moraes, op. cit., p. 426; e Abel Rodrigues, op. cit., p. 190.

[15] cf. Maria Adelaide Pereira de Moraes, op. cit., p. 448.



Visita de El-Rei D. Carlos I (1863-1908) à Casa do Carmo em Guimarães em 1906 ou 1907 (colecção de D. Filipe Folque de Mendóça, 4º Conde de Rio Grande)

Em 17-7-1906, novamente se dignou El-Rei D. Carlos I, honrar o Conde de Margaride com a sua visita, tendo almoçado e dormido: o que repetiu a 13-8-1907, tendo nessa ocasião jantado e dormido.



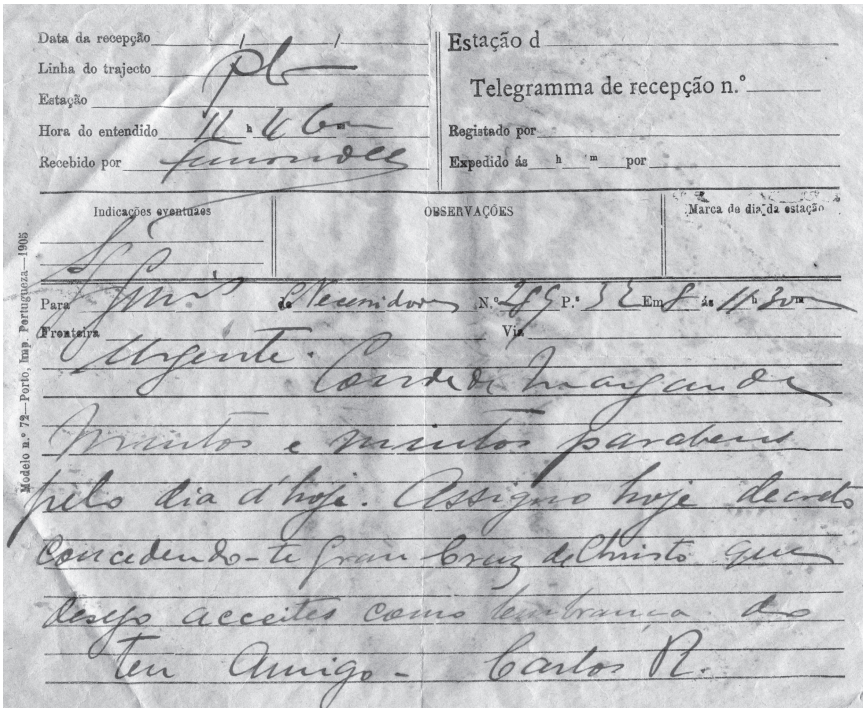
El-Rei D. Manuel na varanda do palacete do Conde de Margaride agradecendo as calorosas manifestações do povo





Visita de El-Rei D. Manuel II (1889-1932) à Casa do Carmo em Guimarães dos Condes de Margaride em 29-11-1908 (colecção Ilustração Portuguesa de 14-12-1908) e fotografia de S.M. El Rei D. Manuel II, oferecida e dedicada a Henrique Cardoso de Macedo Martins de Menezes, futuro 2º Conde de Margaride (1868-1933) a 29-11-1908 – (colecção do Dr. José Cardoso de Menezes Couceiro da Costa – Casa de Margaride)

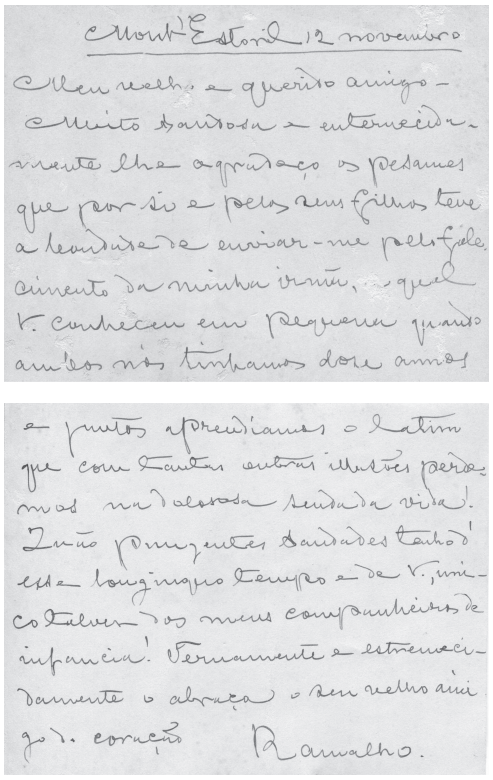
Finalmente a 29-11-1908, El-Rei D. Manuel II, na sua visita ao Norte, deu recepção, almoçou e jantou na Casa do Carmo.


Data da recepção / /
Linha do trajecto
Estação
Hora do entendido h m
Recebido por
Estação d
Telegramma de recepção n.º
Registado por
Expedido ás h m por
Indicações eventuaes
OBSERVAÇÕES
Marca do dia da estação
Modelo n.º 72—Porto, Imp. Portugueza—1905
Para
Fronteira
N.º P.º Em ás h m
Via
Urgente. Conde Margaride
Muitos e muitos parabens
pelo dia d'hoje. Assigno hoje decreto
concedendo-te Gram Cruz de Christo que
desejo acceites como lembrança do
teu Amigo – Carlos R.

Telegrama de S.M. o Rei D. Carlos I de Portugal de 8-1-1907

No próprio dia do seu aniversário a 8-1-1907, recebe um telegrama de S.M. o Rei D. Carlos I de Portugal (1863-1908), do Palácio das Necessidades em Lisboa, felicitando-o pelo seu aniversário e concedendo-lhe a Grã-Cruz da O. de Cristo: «*Muitos e muitos parabens pelo dia d'hoje. Assigno hoje decreto concedendo-te Gram Cruz de Christo, que desejo acceites como lembrança do teu Amigo – Carlos R*».[16]

[16] cf. AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Telegrama de S.M. o Rei D. Carlos I de Portugal (1863-1908) do Palácio das Necessidades em Lisboa a 8-1-1907. Logo após a concessão desta mercê, veio a Lisboa, agradecer a Sua Majestade El-Rei, a concessão de Grã-Cruz da Ordem de Cristo, com que fora agraciado, tendo comparecido na Câmara dos Dignos Pares, sendo ali muito cumprimentado (in *O Commercio de Guimarães de* 29-1-1907, XXIII Anno, n.º 2131, p. 2).



Monte Estoril 12 novembro

Meu velho e querido amigo –
Muito saudosa e enternecidamente lhe agradeço os pesames que por si e pelos seus filhos teve a bondade de enviar-me pelo falecimento da minha irmã, a qual V. conheceu em pequena quando ambos nós tinhamos doze annos e juntos aprendiamos o latim que com tantas outras illusões perdemos na dolorosa senda da vida! Irmão pungentes saudades tenho d'esse longinquo tempo e de V., unico talvez dos meus companheiros de infancia! Ternamente e estremecidamente o abraça o seu velho amigo do coração Ramalho.



Carta de José Duarte Ramalho Ortigão (1836-1915) para o Conde de Margaride do Monte Estoril a 12-11-[1914] e José Duarte Ramalho Ortigão (1836-1915), escritor

O escritor José Duarte Ramalho Ortigão (1836-1915), considerava-o um dos seus melhores amigos de infância, como se pode verificar, numa carta em que agradece os pêsames enviados pelo Conde de Margaride e seus filhos, pela ocasião da morte de sua irmã Júlia Duarte Ramalho Ortigão (1844-1914) a 12-11-1914: «*Meu velho e querido amigo – Muito saudosa e enternecidamente lhe agradeço, os pesames que por si e pelos seus filhos teve a bondade de enviar-me pelo falecimento da minha irmã, a qual V. conheceu em pequena quando ambos nós tinhamos doze annos e juntos aprendiamos o latim que com tantas outras illusões perdemos na dolorosa senda da vida. Irmão pungentes saudades tenho d'esse longinquo tempo e de V., unico talvez dos meus companheiros de infancia! Ternamente e estremecidamente o abraça o seu velho amigo do coração. Ramalho*».

Ramalho Ortigão, fala-nos também do Conde de Margaride no 1º volume das "Farpas", entre outras vezes.[17]

Da opulência da sua mesa, restam-nos algumas suculentas ementas (no papel!) e algumas referências na imprensa do tempo, nomeadamente em Camilo Castelo Branco (1825-1890), que várias vezes fala "*nas vitualhas do nobre Conde*" e com mais pormenor na "Reabilitação do Visconde de Margaride", incluído nas "*Noites de Insónia*" n.º I, Janeiro de 1874.



Camilo Castelo Branco (1825-1890), 1º Visconde de Correia Botelho, escritor e Ana Augusta Vieira Plácido (1832-1895)

Fora ele, o editor da monografia "Herança de Lágrimas" de Ana Augusta Vieira Plácido (1831-1895), sob o pseudónimo de Pedro de Souza em Guimarães, na redacção do Vimaranense - Editora, Typ. do Vimaranense em 1871, após acordo que estipulara com Camilo Castelo Branco (1825-1890), segundo os esclarecimentos prestados por António de Carvalho Cirne a Alberto Pimentel na quinta das Lameiras no Verão de 1908: «*Que o sr. conde de Margaride tinha*

[17] cf. AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, carta de José Duarte Ramalho Ortigão (1836-1915) para o Conde de Margaride do Monte Estoril a 12-11-[1914]; e As Farpas, Tomo I, Lisboa: David Corazzi Editor, 1887, de Ramalho Ortigão, p. 56.

sido o editor do romance Herança de lagrimas, por contrato que lhe propusera Camilo.[18]

O período da vida política do 1º Conde de Margaride, corresponde ao tempo da Regeneração, sendo um homem ligado ao partido Regenerador de Fontes Pereira de Melo (de quem recebeu as maiores considerações) e de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro. A partir de pelo menos 1892, declara já não pertencer a nenhum partido político, pois mostrava-se descontente com a diversidade de facções dentro do partido Regenerador. Por esse motivo, absteve-se através de uma declaração pública de ter qualquer actividade política activa e de pertencer a qualquer partido. Não obstante esta sua neutralidade partidária, continua a apoiar informalmente o grupo liderado por Hintze Ribeiro e mais tarde o partido Regenerador-Liberal de João Franco (1903).[19]

Apesar da sua ligação partidária ao Partido Regenerador, manteve sempre uma imparcialidade política notável, conforme se pode verificar, quando em 1870, enquanto presidente do município de Guimarães, manifestou a sua solidariedade política a D. Nuno José

---

[18] cf. Reabilitação do Visconde de Margaride, in *Noites de Insónia* n.º 1, Janeiro de 1874, de Camilo Castelo Branco, pp. 21-23 e Alberto Pimentel – Memórias do Tempo de Camilo, Porto: Magalhães & Moniz, 1913, p. 160.

[19] cf. Carta do Conde de Margaride para o Conselheiro de Estado, Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro a 22-3-1892, in Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada – PT/ /BPPARPD/PSS/ERHR/0764. Nos finais da década de 1870, a maior parte dos políticos estavam inseridos em dois partidos – o Regenerador e o Histórico / Progressista, que eram feitos de amizades políticas, entre uma personalidade altamente colocada no Estado e aqueles a quem ele «*servira*» e que sentiam obrigação de o «*servir*» em troca; no ano de 1881, já corriam rumores que o partido Regenerador estaria dividido em dois, com uma facção à direita, moderada, chefiada por António Fontes Pereira de Melo e composta por António Rodrigues Sampaio e António Cardoso Avelino (onde o Conde de Margaride se integrava) e outra à esquerda, radical, que integrava Augusto César Barjona de Freitas e Lopo Vaz de Sampaio e Melo. Depois da morte de Fontes em 1887, os líderes regeneradores estavam separados em facções opostas, tendo na liderança nominal António Serpa Pimentel, mas com diversos agrupamentos em redor de diversas personalidades como Lopo Vaz de Sampaio e Melo (até 1892), de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (1900), de João Franco (1903), já para não falar na dissidência da Esquerda Dinástica, protagonizada por Barjona de Freitas (em 1887). Em 1890, o próprio partido Progressista, dividiu-se quando Mariano de Carvalho e Emídio Navarro, cortaram relações com José Luciano de Castro. Assim a partir de Outubro de 1890, os ministérios eram formados por trânsfugas dos antigos partidos. Em 1893, os jornais reconheciam pelo menos 12 facções na Câmara dos Deputados (in Rui Ramos – João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001, pp. 46-47 e 69, e Jornal O Tempo de 24-11-1893, Maria Filomena Mónica – Fontes Pereira de Melo, Porto: Afrontamento, 1999, p. 159 e O Primeiro de Janeiro de 24-8-1881).

Severo Mendonça Rolim de Moura Barreto (1804-1875), 1º Duque de Loulé, chefe do partido Histórico e presidente do ministério cessante (de 11-8-1869 a 19-5-1870), após o golpe de Estado "A Saldanhada" em 18-5-1870, que lhe agradece esse gesto:



D. Nuno José Severo Mendonça Rolim de Moura Barreto (1804-1875), 1º Duque de Loulé de juro e herdade

«*Contando-me pelo Barão de Paçô-Vieira que V. Ex.ª tem prestado valiosos serviços à cauza da legalidade e da liberdade, com que todos os bons cidadãos se devem alegrar, não posso deixar de expresar a V. Ex.ª a minha satisfação e pedir-lhe que não desanime e continue na senda em que vem se todos imitasem a V. Ex.ia cedo teriamos a prazo restituido ao seu estado normal vigorando as leis e a Constituição* (…)»[20]; numa carta dirigida por si a António Maria

[20] cf. Carta de D. Nuno José Severo Mendonça Rolim de Moura Barreto, 1º Duque de Loulé, chefe do partido Histórico e ex-Presidente do Conselho (1869-1870) para Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães de Lisboa a 11-7-1870 e Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes – «A correspondência entre António Rodrigues Sampaio e o Conde de Margaride durante a administração do distrito de Braga (1871-1877) e do Porto (1878-1879)», in *Bracara Augusta – Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, vol. LVIII, N.º 116 (129), Ano de 2013, pp. 125-126.

Fontes Pereira de Melo, Presidente do Conselho de Ministros, datada de 22-8-1883, visto ser o único membro do governo capaz de tomar uma posição na concessão, licença e exploração da linha de caminho-de-ferro de Guimarães; a 5-6-1885, com o partido Regenerador no poder, mostrou-se contra o projecto de lei e a proposta de alteração de alguns artigos da Carta Constitucional (3º e 4º), nomeadamente em relação à questão da imunidade parlamentar; em 11-8--1887, durante a sessão da Câmara dos Pares, analisando o projecto de lei relativo ao "Bill de Indemnidade", mostrou-se favorável às posições do governo progressista; e a 10-1-1896, opondo-se ao Governo Regenerador, quando este com as câmaras dissolvidas, editou o decreto ditatorial de 25-9-1895, abolindo a parte electiva da câmara dos Pares, considerando esta medida autocrática e um claro atropelo ao 2º Acto da Carta Constitucional (1885) e assim, absteve-se de tomar assento no parlamento até que a situação se normalizasse, etc.

Procurou na câmara alta lutar pelo progresso material de Guimarães, juntamente com toda uma geração de ilustres vimaranenses – Francisco Martins Gouveia Morais Sarmento ou Francisco Martins Sarmento (1833-1899), historiador, etnólogo e arqueólogo; Francisco Ribeiro Martins da Costa (1834-1901), conhecido por Francisco Agra, político; Avelino da Silva Guimarães (1841-1901), jornalista: Domingos Leite de Castro (1846-1916), historiador; Avelino Germano de Freitas (1840-1908), médico; Alberto Sampaio (1841-1908), historiador e seu irmão José Sampaio (1841-1899); João Gomes de Oliveira Guimarães (1853-1912), abade de Tagilde, José Joaquim de Meira (1858-1931), médico, António da Mota Prego (1856-1922), advogado e muitos outros, centrando-se na reivindicação de três elementos essenciais: os caminhos-de-ferro, a pedra de toque do desenvolvimento regenerador; a escola industrial, factor indispensável para a educação das populações, mais precisamente o ensino técnico e profissional; e o incentivo às indústrias. Além disso, lutou pela dignificação do regime e dos partidos políticos, bem como pela independência dos magistrados, num quadro jurídico-legal de respeito pela figura do soberano e pelo normal funcionamento das instituições da Monarquia Constitucional; e preocupou-se ainda com questões ligadas à assistência pública (a 25-3-1903), saúde (tuberculose a 7-1899) e humanitárias (irmandades).[21]

---

[21] cf. AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta do Conde de Margaride a Artur Alberto Campos Henriques (1854-1922), Ministro da Justiça (1900-1904) a

A partir da década de 70, primeiro como Governador Civil de Braga (1871-1877) e do Porto (1878-1879) e depois na década de 80 e 90, na Câmara dos Dignos Pares do Reino, a elite vimaranense passa a ter um veículo para o poder central. O Conde de Margaride, foi um medianeiro entre a vida local e o poder central: «*Não foi só a Bondade, que em sua Ex.ª se traduzia numa constante prática do Bem saudado, conhecido, amado de toda a pobreza, que numerosa, por vezes ávida, o esperava à porta de sua casa, no passeio sempre que o avistava, impertinente e humilde; não foi só a honradez, preliminar de qualquer espécie de nobreza ou fidalguia, e que nele tinha o acentuado vinco duma austeridade de carácter antigo, que impunham o Conde de Margaride ao unânime respeito e à desartificiosa admiração da cidade. À compleição moral, civil e política do Conde de Margaride cabe adequadamente o nome desbotado mas preciso de ilustre […]. No período activo da sua vida política, Governador Civil, Par do Reino, recebendo em sua casa Reis, Rainhas e Príncipes de Portugal, exercendo uma influência ainda mais directa e imediata nos partidos locais, o Conde de Margaride, conjugou excepcional e admiravelmente duas qualidades, que se pretendem vulgares até ao escarninho encolher de ombros, e que se encontram raríssimas e apenas em espíritos perfeitamente educados ou lúcidos – um tolerante e radicado amor à liberdade e uma risonha e honesta sensatez, a tenacidade de ser hábil sabendo ser justo* (...)».[22]

Por decreto de 12-10-1871, foi nomeado para o cargo de governador civil do distrito de Braga, que exercerá até 3-3-1877.

Desde logo, a sua nomeação para governador civil desse distrito, vem a ser contestada pelos deputados do círculo de Braga, que manifestam o seu descontentamento e oposição por telegrama a António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871--1877):

23-5-1903, sobre a proposta de lei de assistência pública, cujo diploma estava já a criar agitação e oposição ao Governo; e Carta do Conde de Margaride a José Luciano de Castro Pereira Côrte-Real, Presidente do Conselho (1897-1900) a -7-1899, sobre a proposta de lei da tuberculose (carta de -7-1899), pedindo-lhe algumas alterações a esse diploma.

22 cf. Sessão da Associação Comercial de Guimarães de 1-9-1919, sobre o Conde de Margaride.



António Rodrigues Sampaio (1806-1882) e caricatura do mesmo de Rafael Bordalo Pinheiro

«*Nos primeiros dias recebi telegramas dos deputados dahi contra a nomeação de V. Ex.ª e eu teimava dizendo "ainda hão de ser muito amigos delle".* (…)», salientando: «*Tendo-me sido combatida a sua nomeação tenho grande orgulho em ver desmentidas as apreciações que fazem a seu respeito*».[23] Durante a gestão neste distrito depara-se com vários assuntos, entre os quais se destacam:

A) A viagem e estadia da Família Real ao Norte do País em 1872. A razão principal da visita régia a Braga, fora a cerimónia de inauguração dos trabalhos de construção do caminho-de-ferro do Minho (o primeiro a norte do rio Douro), presidida por D. Luis I, Rei de Portugal na quinta do Geraldes a 12-7-1872[24];

---

[23] cf. AMAP, Arquivo Margaride, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 6-1-1874 e de 1-12-1871.

[24] cf. Nesse sentido, António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871--1877), questiona-o, como é que esta viagem seria recebida na opinião pública e onde poderia ficar e pernoitar o soberano a 19-5-1872. Contudo, deixava claro que não autorizaria que se realizassem despesas públicas, quer pelos municípios, quer pelo governo civil a 27-5-1872. A 15-6-1872, era informado por Rodrigues Sampaio da data de partida dos soberanos da capital e chama a atenção para as manobras da oposição dos Históricos para malograr a viagem de D. Luís I ao Norte, in AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Cartas de António Rodrigues Sampaio (1806--1882), Ministro do Reino (1871-1877) 19-5-1872, 25-5-1872, 27-5-1872, e 4-6-1872.

B) A questão das incursões e infiltrações carlistas em território nacional, cuja terceira fase se tinha iniciado em 21-4-1872.[25] O próprio António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino, chama-lhe a atenção para este problema e possível aliança com os miguelistas a 9-4-1873: «*Os carlistas esperam daqui alguma cousa dos miguelistas, e os miguelistas desejam coadjuvar os carlistas. Vigiemos e frustemos os seus planos para não nos vermos obrigados a* [?] (…) *Disseram-me que em 1º do corrente tres individuos [emortavam?] publicamente polvora e balla no logar de Brancelhe, sede do concelho de Viana. Examine V. E. isto para não haver logar a inquietações e sobresaltos*».[26] O Conde de Margaride, terá requisitado por medida de prevenção, que algumas forças militares fossem enviadas para as Terras de Bouro em 1873 e recomendado aos seus subordinados a maior vigilância e policiamento na fronteira, deixando transparecer alguma tranquilidade e sossego nas Terras de Basto: «*Tenho recommendado, a mais activa vigilancia, mas por maior que esta seja, não obsta a que uma ou outra vez passasem armas ou munições de guerra por taes ermos. Com dois corpos de policia bastariam para evitarem inteiramante similhante passagem. Se é d'isto que são accusadas as auctoridades do districto a meu cargo, peço licença para dizer que não podem fazer impossiveis. De resto, não vejo por ora motivos para receios nem para providencias extraordinarias* (…) *Em Castro Laboreiro e em diversos pontos do districto de Vianna conspira-se realmente, e pode ser que o espirito de sedição se communique. Ate hoje, porem, nada ha que annuncie tentarem a pretensão de alterar a ordem em concelho algum dos que administro* (…)»[27];

---

[25] cf. O Carlismo, era uma designação dada ao movimento político legitimista, anti-liberal e anti-revolucionário surgido em Espanha a partir do segundo quartel do século XIX, que pretendia o estabelecimento no trono espanhol dum ramo alternativo da dinastia dos Bourbon. Esta guerra desenvolveu-se sobretudo no Pais Basco e Navarra, e noutros locais como a Catalunha e em menor medida em Valência e Aragão, Andaluzia e território peninsular. No caso de Portugal, entravam pelo Norte do País onde procuravam refúgio, principalmente junto à fronteira em Terras de Bouro. Por medida de prevenção o Visconde de Margaride e Governador Civil de Braga, requisitou que algumas forças militares fossem enviadas para as Terras de Bouro em 1873, in AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Cartas de 27-5-1872, 9-4-1873, 29-4-1873 (2), 30-5-1873, 5-8-1874.

[26] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 9-4-1873.

[27] cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta do Visconde de Margaride para António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 00-4/5-1873.

C) A questão da Recebedoria de Guimarães e o primeiro pedido de demissão do Visconde de Margaride do cargo de governador civil em -12-1873.[28] Este problema coloca-se, devido ao facto do cargo de Recebedor de Guimarães, ter sido atribuído a um "protegido" de Bento de Freitas Soares (1822-), Governador Civil do Porto (1871-1877) e não ao indivíduo indicado pelo visconde de Margaride e Governador Civil de Braga, que advogava que estes lugares e mercês deveriam ser atribuídos: «*para quem nos obsequia em cada concelho onde nos obsequaram* (…)» e declarava: «*Declaro que me não conformo com este proceder dos snr^es^ Ministros para comigo, e espero dever a V. E.^cia^ a fineza de me dizer se é inevitavel que eu continue a sofrer estas invasões dos meus collegas ou d`outros, porque em tal caso pedirei que me desonerem d`isto* (…)»;

D) A questão das eleições legislativas de 12-7-1874, onde se destaca a proposta de cedência da candidatura de Francisco Manuel da Costa (1806-1874), 1º Visconde de Montariol por Gonçalo Pereira da Silva de Sousa e Menezes (1851-1929), futuro 3º Conde de Bertiandos no círculo eleitoral de Braga. O Visconde de Margaride e Governador Civil de Braga, respondeu então aos interessados que os círculos eleitorais não eram propriedade de ninguém, nem se podiam ceder. Rodrigues Sampaio, referia-lhe ainda, que se houvessem complicações no círculo de Braga, que o visconde Margaride e Governador Civil de Braga, poderia propor o seu nome por esse círculo eleitoral «*Se na eleição de Braga houver embaraço, e o meu nome puder fazer cessar divergencias, auctorizo a V. Ex.ª a propor-me deputado por esse circulo*»; por outro lado, referia que o governo não aceitaria as condições que o filho de Montariol havia proposto a Fontes Pereira de Melo (a 7-5-1874); fala-se também na reeleição de João Vasco Ferreira Leão (1830-1895), pelo círculo de Guimarães e a candidatura de Jerónimo Pimentel (1842-1898) ao círculo eleitoral de Barcelos. A 22-9-1874, o visconde de Margaride, pretendeu demitir-se do cargo de governador civil de Braga, devido aos resultados eleitorais, mas António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino, rejeitou exonerá-lo, visto considerá-lo um dos seus melhores governadores civis «*Não serei eu quem ha de dar a demissão ou exoneração de governador civil de Braga a Luiz Cardoso Martins.*

---

[28] cf. AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Cartas de -4/5-1873 (incompleta), 00-12-1873 (2 incompletas), 25-9-1873, 10-12-1873, 14-12-1873, 1-1-1874, 6-1-1874.

Em quanto eu for ministro não exonerarei um dos meus melhores governadores civis. Nem Sua Magestade acceitaria a sua demissão. Isto é uma cruz que todos havemos de levar ao calvario»[29];

E) A inauguração do primeiro troço do caminho-de-ferro a norte do rio Douro da estação da Campanhã, Porto a Braga a 20-5-1875. A cerimónia de abertura, foi presidida pelo Rei D. Luís I e pela rainha D. Maria Pia, António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Presidente do Conselho (1871-1877) e Visconde de Margaride e Governador Civil de Braga[30] A visita foi noticiada no "Commercio do Minho", que referia que os ilustres visitantes foram esperados pela: «*camara municipal, auctoridades civis e militares, funcionarios e muitas pessoas de distincção. A guarda d`honra era feita pelo regimento d`infantaria 8 e por um esquadrão de cavallaria* (...)». Depois descreve ao pormenor esta cerimónia a 22-5-1875: «*O cortejo dirigiu-se pela rua Formosa, praça da Alegria, e rua Nova de Sousa, para a Sé, onde foi cantado Te-Deum, pelo ex.mo snr. Arcebispo coadjuntor, findo o qual seguiu pelo largo do Paço, rua do Souto, campo de Sant`Anna, rua dos Capellistas, campo de D. Luiz I, Porta de S. Francisco e Praça Municipal, para os Paços do concelho. Alli foi pela commissão dos festejos offerecido aos augustos vistantes um lunch de 40 talheres* (...) *O primeiro brinde foi levantado pelo snr. D. Luiz I ao snr. Visconde de Margaride* (...)». Visto o comboio real, não ter sido suficiente para trazer todas as pessoas que pretenderam assistir à cerimónia de inauguração, foi necessário um outro comboio, que chegaria à estação de Braga, pouco depois do de Suas Magestades, trazendo o resto dos convidados. O papel que o comboio desempenhou entre estas duas cidades do Norte do País até ao dia 18-9-1875, foi demonstrado no jornal "O Commercio do Porto" desse dia: 7.328 passageiros em 1ª classe, 18.199 em 2ª classe e 57.317 em 3ª classe[31];

---

[29] cf. AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Cartas de 6-1-1874, 4-5--1874, 7-5-1874, 22-6-1874, 22-9-1874.

[30] cf. Joaquim da Silva Gomes – *Braga e os caminhos-de-ferro*, [S.l.]: J.S. Gomes, 2002 (Braga: – Gráf. do Parque de Exposições), pp. 46, 47, 50 e Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes – *A correspondência* (...), pp. 169-171; e *Centenário do caminho de ferro a norte do rio Douro (1875-1975)*, http://www.vialivre.org/comboios/historia/ponteMP002.html e Diário do Governo de 21-5-1875; e Joaquim da Silva Gomes - op. cit., pp. 46, 47, 50.

[31] cf. Joaquim da Silva Gomes - *Braga e os caminhos-de-ferro*, [S.l.]: J.S. Gomes, 2002 (Braga: — Gráf. do Parque de Exposições), pp. 46, 47, 50.

F) A questão das eleições suplementares no círculo de Braga a 15-8-1875 e a indicação e patrocínio governamental de Lopo Vaz de Sampaio e Melo (1848-1892), como candidato a deputado por este círculo. O Visconde de Margaride, apresenta bastantes reservas a esta candidatura, como se depreende na carta enviada por António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), presidente do Conselho, que no entanto não retrocede na sua escolha: «*Acabo de receber a estimada carta de V. Ex.ª de 3 do corrente, e fico inteirado do quanto me diz. É certo que poderiamos ter adoptado candidatura que fosse mais bem aceite em Braga, porem agora não tem isso remedio, e não podemos retroceder*». No seguimento da derrota eleitoral, pediu novamente a demissão do cargo de Governador Civil do distrito de Braga, que não veio a efectivar devido a várias pressões governamentais[32];

G) A questão da manutenção ou transferência do delegado do Tesouro do distrito de Braga a 9-6-1876, visto o ministro da Fazenda ter recebido mais de 905 assinaturas a pedir a sua conservação[33];

H) E a necessidade do recrutamento militar nesse distrito, por razões de índole nacional e de segurança interna: «*Veja V. E.ª se activa o recrutamento. É nos isso mto necessario não como partido, mas como nação* (…)», e reforça ainda esse assunto noutra missiva «*outro objecto que recommendo muito em V. Ex.ª é o recrutamento. Carecemos delle como athe medida de segurança. Confio em Deus que não careçamos d'um grande exercito, mas é urgente actuarmos pervinidos mesmo para evitar desastres* (…)».[34]

Com a subida ao poder do governo Regenerador presidido por António Maria de Fontes Pereira de Melo (1819-1887) a 29-1-1878, foi nomeado para o cargo de governador civil do distrito do Porto, que exercerá de 6-2-1878 até 3-6-1879, sendo substituído nos seus impedimentos pelo secretário-geral, Joaquim Taibner de Morais. Em Junho, Julho e Agosto de 1878, deu conta ao Ministério do Reino de

---

[32] cf. AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Cartas de 15-8-1875, 3-6--1875, 20-6-1875, 15-7-1875, 19-7-1875, 5-8-1875, 8-8-1875, 11-8-1875 (2), 12-8--1875, -8-1875, 14-8-1875, 15-8-1875, 16-8-1875, 3-9-1875, 4-9-1875, 16-9-1875.

[33] cf. AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de 9-6-1876.

[34] cf. AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Cartas de 14-9-1872, 17-11--1874.

ocorrências criminosas na cidade; publicou um edital sobre as normas a cumprir no processo eleitoral dos corpos administrativos, no decurso do novo Código Administrativo, que lhe dava competência para exercer a inspecção-geral sobre a execução de todas as Leis e regulamentos; comunicou em 1878, ao Ministério do Reino, que estava nas condições exigidas por Lei, a hipótese do distrito do Porto ser dividido em 11 círculos eleitorais, o que resultava da sua população; continuou a enviar os diferentes mapas, orçamentos e contas relativas às actividades das câmaras; remeteu ao ministério do Reino, o teor de uma deliberação Distrital em que esta solicitava autorização para a construção de um empréstimo de 300 contos para ser aplicado na construção de estradas distritais e a lista dos nomes de deputados eleitos para os círculos do Distrito e um exemplar dos programas e proclamações distribuídas; em 1879, enviou para conhecimento do Ministério do Reino, um exemplar das instruções remetidas aos administradores dos concelhos acerca da revisão dos recenseamentos eleitorais; remeteu a conta e documentação de suporte relativa ao exercício da actividade da Junta do distrito; efectuaram-se neste ano as eleições de procuradores dos Concelhos à Junta do Distrito.[35] Debate-se também com diversas questões: os problemas internos entre as cidades de Braga e Guimarães, devido à polícia civil e ao caminho-de-ferro a 25-6-1878, referindo-lhe Rodrigues Sampaio: «*Na questão da policia civil, inquestionavelmente Guimarães não tem razão; e na minha opinião Braga não a tem na questão do caminho de ferro. Guimarães aceitaria de bom grado o tributo de Viana, de Esposende, e de Fafe se houvesse homens em Guimarães com distanciamento permanente. Fale V. Ex.ª com o Meu presidente do Conselho. A defesa districtal para a policia vir cabeças do districto é legal, e se os concelhos começam a querer ser independentes uns dos outros, nem teremos viação, nem instrução, nem segurança* (…)»[36]; as candidaturas às eleições legislativas no distrito do Porto a 13-10-1878[37]; a realização de uma manifestação ou reunião partidária no Porto a 7-12-1878, segundo carta do dia anterior de Rodrigues Sampaio: «*O presidente do con-*

---

35 cf. Francisco Barbosa da Costa – *História do Governo civil do Distrito do Porto*, Porto: Governo Civil do Distrito, 2004, p. 166.

36 cf. AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino (1878-1879) de Lisboa a 25-6-1878.

37 cf. AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Cartas de 16-5-1878, 5-8-1878, 29-9-1878, 4-10-1878, 5-10-1878, 9-10-1878 (2), 15-10-1878.

selho conforma-se com a sua opinião a respeito da reunião. As reuniões só permittidas; as associações não a serão sem autorização do governo, que não approvará essa. O nosso dever agora é velar pela ordem publica (…)»[38]; confrontando-o com a realização duma manifestação socialista que iria decorrer no dia seguinte no Porto, sendo alertado para a necessidade da sua vigilância a 7-12--1878: «*É bom que amanhã a auctorida[de] que deve assistir ao meeting socialista tome nota dos nomes das pessoas que o dirigem, das pessoas que fallam, do que dizem, do fim a que movem para se apreciarem as suas tendencias. É preciso saber se elles tem ja associações auctorizadas, quem o apoia, senão tiver existencia legal. A procuração devia ser assignada por algum quem fossem os signatarios della. Estimei a sua carta recebida hoje que mostrei a El Rei. Ainda q^e^ eu também não accredite é necessário vigiar, porque mal meus perdermos as vigilias do que termos de nos arrepender da nossa confiança* (…)»[39]; sobre o seu pedido de demissão do cargo de governador civil do Porto, embora mais uma vez lhe tenha sido indeferida a mesma em Fevereiro de 1879: «*El Rei não o dispensa do cargo de governador civil do Porto, nem a cidade da Virgem. Os decretos dos administrativos vão também hoje á assignatura. Á noute V. Ex.ª será recebido no Porto de braços abertos* (…)».[40]

Mesmo após cessar funções, como governador civil do distrito do Porto e com o partido regenerador na oposição (1879-1881), continua a merecer a confiança de António Fontes Pereira de Melo, Chefe do Partido Regenerador, que referia-se ao modo como desempenhara o cargo de governador civil do Porto; sobre a actuação do seu governo (1878-1879); e das lutas eleitorais futuras, nomeadamente nos círculos do Porto e de Braga a 16-6-1879: «*Não quero deixar passar mais tempo sem dizer a V. Ex.ª que me app[e]lando do modo por que V. Ex.ª se desempenhou das altas funcções do seu cargo durante o periodo em que esteve á frente da administração d'esse districto. Ao acto de demissão do Ministerio, que eu presidi ainda não chegou a hora de fazer justiça. Estou certo que dentro*

---

38 cf. AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino (1878-1879) a 6-12-1878.

39 cf. AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877) a 7-12-1878 e Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes – *A correspondência* (…), pp. 175-178 e 180-181.

40 cf. AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino (1878-1879) de Lisboa a 25-2-1879.

em pouco se convencerão todos de que eu fiz o meu dever. Agora é preciso mostrar que o partido regenerador não está morto, e por isso iremos ás eleições em toda a parte. Diga-me V. Ex.ª quaes são os circulos n'esse districto, e no de Braga, onde, segundo a sua opinião, poderemos luctar com probabilidade de bom resultado (…)».[41] Referia também que o governo havia cometido alguns erros, mas de forma involuntária e que estava pronto para ir à luta se o partido assim o entendesse: «*Pelo que diz respeito á politica do Ministério transacto é provavel que cometteriamos erros, e isso sinto eu muito, mas, pela minha parte, como, se os pratiquei foi involuntariamente, estou tranquillo com a minha consciencia e isso me basta. Se os nossos amigos quiserem luctar, estou prompto e ajudal-os até aonde puder; se não precisarem, não me mortifico. Com isso, e deixo ao tempo o cuidado de lhes esclarecer e opinião* (…)».[42]

É tal a sua ascendência dentro do partido no Norte do País, que António Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Chefe do Partido Regenerador, informava-o após as eleições legislativas de 29-8--1879, ter sido nomeado Vice-Presidente do Centro Regenerador no Porto a 6-9-1879: «*V. Ex.ª foi nomeado Vice Presid.te do nosso centro no Porto na grande reunnião do partido que ali teve lugar. Rogo a V. Ex.ª que não rejeite, e que tome n'este importante negocio a posição que lhe compete, e que use da influencia incontestavel de que dispõe, para utilizar aquella imponente manifestação. Depois d´aquelle acto, não se fazer nada será uma vergonha, e uma infelicidade. Eu cumpro o meu dever fazendo este pedido a V. Ex.ª, e confio no seu espirito politico, e na sua dedicação partidaria. É preciso que V. Ex.ª anime os nossos amigos* (…)».[43]

---

41 cf. Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Chefe do Partido Regenerador de Lisboa a 16-6-1879.

42 cf. AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Chefe do Partido Regenerador a 24-6-1879.

43 cf. AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Chefe do Partido Regenerador de Lisboa a 6-9--1879.



Luís Cardoso Martins da Costa Macedo, 1º Conde de Margaride (1836-1919) – óleo sobre tela – (colecção da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos)

Embora tenha realizado algumas intervenções na Câmara dos Pares, apenas integrou uma Comissão, a da Agricultura em 1886, onde examinou o projecto de lei governamental sobre a autorização de conceder por mais três anos, os ensaios da cultura do tabaco na região vinhateira do Douro.[44]

Entre os discursos e interpelações mais relevantes, que proferiu na Câmara dos Pares, destacam-se:

A 9-5-1882, o Conde de Margaride, mandava para a mesa uma reclamação dos gerentes da companhia do caminho-de-ferro do Bougado a Guimarães, dirigida à câmara dos Pares contra a representação do empreiteiro John Dixon, pedindo a esta que fosse publicada no Diário do Governo. Leu-se esta missiva na mesa e

---

[44] cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 123 de 2-4-1886, sessão legislativa n.º 25, sessão n.º 3, p. 337, e Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes – *«O Percurso Biográfico e a Actividade Parlamentar do 1º Conde de Margaride»*, in Boletim dos Trabalhos Históricos do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Série II, Vol. IX, Guimarães: A. M. A. P., 2009.

consultada a câmara, decidiu-se que fosse enviada à comissão competente e publicada no dito diário governamental.[45]

A 27-1-1883, apresentou à mesa, um requerimento acerca do pagamento às amas criadeiras dos expostos no distrito de Braga, que se fazia muitas vezes com algum atraso, visto que as câmaras não satisfaziam as suas quotas em devido tempo.[46]

Na sessão de 9-2-1883, sob a presidência de João Andrade Corvo (1824-1890) e com a presença do ministro das Obras Públicas, Margaride, mandava para a mesa uma representação dos habitantes de Guimarães, que pediam providências sobre o modo pelo qual as juntas de paróquia, estavam exercendo a faculdade de lançarem adicionais sobre as contribuições directas, solicitando uma medida legislativa que os colocasse a coberto deste excesso de impostos, prejudicial até para o próprio Estado. O que estava em causa, era o Código Administrativo de 1878 de António Rodrigues Sampaio, essencialmente descentralizador, que concedia às corporações locais ampla faculdade de tributar; para tal avançava com dados concretos de tributação das juntas de paróquia e alertou para a urgência de se rever o Código Administrativo às circunstâncias do País, limitando os poderes das juntas, revendo a sua orgânica e delimitando a sua capacidade de endividamento; pediu ainda, a publicação da mesma representação no Diário do Governo.[47]

A 29-3-1884, o Conde de Margaride, lidera a luta pela instalação de uma escola profissional na cidade de Guimarães e assim, mandava para a mesa uma nota de interpelação ao ministro das Obras Públicas, sobre o incumprimento do decreto com força de lei de 20-12-1864, que reorganizara o ensino industrial.[48]

A 22-4-1884, debruçou-se sobre o estado das indústrias portuguesas e reportando-se especialmente à necessidade de se desenvolver a instrução, reivindicou a criação de uma escola industrial em Guimarães, durante a discussão do Orçamento de Estado. Sustentou o seu pedido em razões económicas, porque Guimarães, pagava de

---

45 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 54 de 9-5-1882, sessão legislativa n.º 24, sessão n.º 1, p. 557.

46 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 9 de 27-1-1883, sessão legislativa n.º 24, sessão n.º 2, p. 63.

47 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 11 de 9-2-1883, sessão legislativa n.º 24, sessão n.º 2, pp. 83-85.

48 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 39 de 29-3-1884, sessão legislativa n.º 24, sessão n.º 3, p. 283.

contribuição industrial o mesmo que Covilhã e de impostos quase o dobro, e por uma questão de justiça, porque a sua cidade contribuía anualmente com 100.000$000 réis para o Tesouro e não tinha nenhum melhoramento material.[49] A 24-4-1884, após a aprovação na generalidade do projecto de lei n.º 273, passou-se à discussão na especialidade deste documento. O Conde de Margaride, desejou então apresentar uma emenda e aditamento, quando se discutissem os artigos 15º e 16º, da 3ª Secção, ficando referidas as escolas industriais da Covilhã e de Guimarães, com o quadro de pessoal e verbas respectivas.[50]

A 16-3-1885, o Conde de Margaride, após a votação do projecto de resposta ao discurso da Coroa alguns dias antes, discursou na necessidade de se realizarem urgentes reformas administrativas e financeiras, nomeadamente no Código Administrativo.[51]

A 5-6-1885, com o partido Regenerador no poder, mostrou-se contra a proposta de alteração de alguns artigos da Carta Constitucional (3º e 4º), nomeadamente em relação à questão da imunidade parlamentar, que teria sido concebida no pressuposto que as pessoas revestidas de altas funções não praticavam crimes; insurgia-se contra uma proposta de lei, que defendia que nenhum par ou deputado, poderia ser detido sem autorização prévia da sua câmara; e mostrou-se renitente, contra o claro excesso de garantias dado aos parlamentares, que ofendiam o sentido de justiça. Foram, então aprovados os ditos artigos, após usarem da palavra o Conde de Margaride e Tomás Ribeiro no artigo 3º e discursarem o Conde de Margaride, Mexia Salema, Tomás Ribeiro e Costa Lobo no artigo 4º.[52]

A 8-2-1886, fez algumas intervenções a propósito do conflito entre a Junta Geral do distrito de Braga e o concelho de Guimarães, mandando para a mesa da sala das sessões da câmara um requerimento.[53]

---

49 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 54 de 22-4-1884, sessão legislativa n.º 24, sessão n.º 3, p. 371.

50 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 56 de 24-4-1884, sessão legislativa n.º 24, sessão n.º 3, p. 400.

51 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 54 de 16-3-1885, sessão legislativa n.º 25, sessão n.º 2, p. 147.

52 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 65 de 5-6-1885, sessão legislativa n.º 25, sessão n.º 2, pp. 479, 482-483.

53 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 101 de 8-2-1886, sessão legislativa n.º 25, sessão n.º 3, p. 150.

A 16-2-1886, tendo entrado na sala de sessões o ministro do Reino, Augusto César Barjona de Freitas (1834-1900), fizeram-se várias considerações sobre os últimos acontecimentos no distrito de Braga, tomando a palavra os pares Jerónimo Pimentel, Conde de Margaride, Conde de Bertiandos, Costa Lobo e Conde de Castro, que também se referiu ao distrito de Viana de Castelo.[54]

A 23-3-1886, o Conde de Margaride, questiona a câmara se já haviam chegado os documentos por ele requeridos, e aborda a questão da solução encontrada para o conflito entre Guimarães e Braga.[55]

Na sessão de 11-8-1887, proferiu o seu discurso mais relevante enquanto Par do Reino, analisando o projecto de lei n.º 61, relativo ao «Bill de Indemnidade» e mostrou-se favorável às medidas financeiras do governo progressista, discursando longamente sobre o Código Administrativo. Nesta intervenção, debruçou-se sobre o problema e origem do deficit, que segundo ele residia na crise da produção agrícola (cerealífera), na falta de rendimentos dos lavradores e na baixa de preços dos géneros, que tinha reduzido à miséria milhares de pessoas no Minho. Referia ainda, que esta realidade era desconhecida pelos ministros pois só lá: «*entravam entre música e foguetes, com extensa cauda de carruagens, para disfrutar de jantares, de festejar com brindes tão falsos como o champagne em que se diluem e para regressarem à capital antecedidos pelo pregão da popularidade, estampado nos jornais*».[56]

---

[54] cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 105 de 16-2-1886, sessão legislativa n.º 25, sessão n.º 3, pp. 175, 181-182.

[55] cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 116 de 23-3-1886, sessão legislativa n.º 25, sessão n.º 3, pp. 282-283 e Jornal 28 de Novembro n.º 12, pp. 1-3.

[56] cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 69 de 11-8-1887, sessão legislativa n.º 26, sessão n.º 1, pp. 926-931 e Conde de Margaride - *Bill de Indemnidade: Sessão da Câmara dos Dignos Pares de 11 d'Agosto de 1887*, Porto: Typographia de A.J. da Silva Teixeira, 1887, pp. 5-31.



Câmara dos Pares

A 12-8-1887, o Conde de Margaride, interpela José Luciano de Castro Pereira Côrte-Real (1834-1914), Presidente do Conselho (1886--1890), na questão dos concelhos autónomos do Código Administrativo (artigo 54º).[57]

A 13-8-1887, após aprovação na generalidade do parecer n.º 147, fez algumas considerações sobre o capítulo 5º, acerca da questão do serviço militar obrigatório.[58]

A 16-4-1888, o Marquês de Valada, refere ter havido uma manifestação popular em Guimarães nos dias anteriores, que requeria ao Conde de Margaride, para que este insistisse na ligação ferroviária directa de Guimarães ou Braga com a província de Trás--os-Montes – Chaves: «*Parece tambem que ha poucos dias houve uma manifestação popular em Guimarães e que se dirijiram ao nosso collega, que está em Lisboa, mas que eu sinto não ver presente, o*

[57] cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 70 de 12-8-1887, sessão legislativa n.º 26, sessão n.º 1, p. 950.

[58] cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 70 de 13-8-1887, sessão legislativa n.º 1, sessão n.º 1, pp. 967-968.

snr. conde de Margaride, de quem sou amigo, pedindo-lhe que insistisse para que o caminho de ferro partisse de Guimarães».[59]

A 6-7-1888**,** o Conde de Margaride, interroga o Governo, sobre o projecto de subsídio dos Deputados e sobre os negócios e irregularidades financeiras na administração do distrito de Braga. Nesta sessão, acusa a Junta Geral do distrito de não ter pago integralmente a amortização dos empréstimos distritais, e de ter pago indevidamente 15 ou 16.000$0000 réis para sustentação dos presos, quando essa era uma das responsabilidades do Governo. Para ele este caso era duma grande injustiça, visto que a autarquia de Guimarães, tinha herdado do distrito uma divida de 70.000$000 réis, sem receber o mínimo beneficio material.[60]

A 22-2-1892, o Conde de Margaride, pedia informações ao Ministro da Fazenda, acerca do posto diplomático de Haia e do Visconde de Pindela, então ministro nessa cidade.[61]

A 23-2-1892, interveio ainda sobre um projecto de lei, relativo às medidas financeiras propostas pelo Governo de José Dias Ferreira, apresentando uma moção de ordem em que propunha, que se promovesse e tornasse efectiva a responsabilidade ministerial, quanto à administração das finanças públicas. Margaride, denunciava a autocracia e ditadura do Governo, que promulgava leis e decretos ditatoriais, quando as câmaras se encontravam encerradas, violando assim, o princípio da separação dos poderes conforme estabelecido pela Carta Constitucional.[62]

A 10-1-1896, o Conde de Margaride, opôs-se novamente ao partido Regenerador, quando o Governo de Hintze Ribeiro-João Franco com as câmaras dissolvidas, editou o decreto ditatorial de 25-9-1895 e que seria convertido na lei de 3-4-1896, abolindo a parte electiva da câmara dos Pares, para assegurar que os seus membros fossem escolhidos por nomeação régia. O Conde de Margaride, considerava esta medida autocrática e um claro atropelo ao 2º Acto da Carta Constitucional (1885) e assim, num ofício enviado ao presidente da

---

59 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 118 de 16-4-1888, sessão legislativa n.º 26, sessão n.º 2, p. 569.

60 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 165 de 6-7-1888, sessão legislativa n.º 26, sessão n.º 2, pp. 1223-1224.

61 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 19 de 22-2-1892, sessão legislativa n.º 28, sessão n.º 3, p. 1.

62 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 20 de 23-2-1892, sessão legislativa n.º 28, sessão n.º 3, pp. 1, 4-5.

câmara alta, absteve-se de tomar assento no dito parlamento, reservando o seu regresso quando a situação estivesse normalizada legalmente: «*Illmo. e exmo. snr. – Considerando irregular a constituicão da camara dos dignos pares, contra a clara disposição do segundo acto addicional á carta, cuja observancia jurei, e não podendo subscrever ao principio perigosissimo do desprezo pela divisão e independencia dos diversos póderes do estado, sem embargo da indiscutivel respeitabilidade dos ministros que em si os concentraram, tenho a honra de participar a v. exa. que, associando-me a collegas de superior auctoridade, me abstenho de tomar agora o logar que julgo pertencer-me, como ultimo n'essa casa do parlamento, mas só sob o imperio da legalidade. Deus guarde a V. Exa. Guimarães, 7 de janeiro de 1896. – Illmo. e exmo. snr. presidente da camara dos dignos pares. = Conde de Margaride*».[63]

A 26-2-1901, o Par-Conde de Margaride na sua derradeira intervenção na câmara, debruça-se sobre a conveniência de se eliminar na lei de 17-8-1899, a disposição que obrigava as câmaras municipais a contribuírem para o fundo da assistência aos tuberculosos.[64]

A última notícia que temos do Par-Conde de Margaride, é uma carta datada de 9-5-1908, lastimando e justificando a sua ausência na sessão do juramento e aclamação de El-Rei D. Manuel II, por motivos de saúde.[65]

Desempenhou as suas funções parlamentares sempre com aprumo e galhardia. Num discurso que proferiu na Câmara dos Pares (1892), falou sobre os males do País: «*este e outros documentos mostram que nós não enfrentamos só de um déficit, mas de três: déficit de juízo, déficit de moralidade, e como consequência déficit de dinheiro* (…)»; e criticando os ministros: «*fazem e deixam fazer o que lhes apetece, sem outra consequência que não seja, quando é, a sua saída do Governo! Arvorando-se em ditadores, solenemente, ou à capucha, talham a seu talante sinecuras sem numero, viagens à*

---

63 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 20 de 10-1-1896, sessão legislativa n.º 31, sessão n.º 1, p. 18. AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta do Conde de Margaride para Luiz Frederico de Bívar Gomes da Costa (1827-1904), Presidente da Câmara dos Pares a 7-1-1896.

64 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 13 de 26-2-1901, sessão legislativa n.º 1, sessão n.º 1, pp. 115-116.

65 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 3 de 9-5-1908, sessão legislativa n.º 1, sessão n.º 1, p. 1.

grand seigneur, festejos, ofuscantes, abonos duvidosamente cobráveis e… findam por enviar o rol das despezas ao contribuinte cuja bolsa é sempre o único homísio da fugitiva, chamada "responsabilidade ministerial" (…)».[66]

Por diversas vezes, encontramo-lo a presidir aos destinos da autarquia vimaranense (1870, 1878, 1887-1892), tomando medidas para melhorar as redes viárias; providenciar o abastecimento de água à cidade e modernizar a iluminação pública; o estabelecimento do plano geral das escolas do concelho de Guimarães; o policiamento da cidade; o melhoramento da rede sanitária; o asseio do castelo; a tentativa de construir uma linha de caminhos-de-ferro para Fafe; e a atribuição de um subsídio para os indigentes, etc.[67]

Em 21-2-1876, o Conde Margaride, contraía um empréstimo de 30:000$000 réis para a construção da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, cujo saldo em 30-6-1886 era de 16:246$340 réis, conforme a conta geral do Estado.[68]

A 3-3-1877, era informado por António Rodrigues Sampaio (1806--1882), Ministro do Reino (1871-1877), sobre a concessão que lhe havia sido feita do título de Conde de Margaride; sobre os motivos da demissão do governo Regenerador de António Fontes Pereira de Melo (1871-1877); acerca da constituição do novo governo do Marquês de Ávila, que deveria demorar a formar-se; e que a sua demissão ficava na secretária para ser concedida pelo novo governo: «*A unica mercê que pedi a S.M. depois de acceite a demissão do ministerio, mas antes de ser substituido, foi a de conde para V. Ex.ª Quiz por este modo mostrar a V. Ex.ª quanto me penhorou o sacrificio que V. Ex.ª fez em desistir do pedido da exoneração que fez mais d'uma vez, e que o meu presidente do conselho julgou inevitavel. A tamanha fineza serei eu eternamente grato. Á hora em que escrevo que é á uma da noite de sabbado, ainda não está organizado gabinete porque o marquez de Avila deve encontrar*

---

66 cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 20 de 23-2-1892, sessão legislativa n.º 28, sessão n.º 3, pp. 1, 4-5.

67 cf. Como presidente do município vimaranense consulte-se: AMAP, Fundo Municipal de Actas, Actas das Sessões da Câmara, M. 1854, livro n.º 19 (1870), pp. 72-198, M. 1855, livro n.º 20 (1870), pp. 2-90, M. 1859, livro n.º 24 (1878), pp. 137-158, M. 1863, livro n.º 28 (1887), pp. 108-197, M. 1864, livro n.º 29 (1887-1890), pp. 4-148 e M. 1865, livro n.º 30 (1890-1893), pp. 5-122.

68 cf. Ministério da Fazenda – *Relatório e documentos apresentados às Cortes*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1887, p. VII.

alguns embaraços. Nos dimittimo-nos pela repugnancia insencivel que o Serpa, mostrou em continuar por ter a seculos amniesado e não poder com um trabalho insano, o que se poderia remediar se o Fontes não estivesse ha perto de 15 dias parte dos quaes de cama; e outros sem poder sahir do seu quarto. Como ninguem nos informou talvez apoiaremos o gabinete se não for composto de elementos que nos sejam repugnantes. Não defino no pedido da sua demissão porque não quero que o marquez de Avila pense que faço isto por hostilidade, mas ficará na secretaria o pedido para elle lh'a dar a pedido de V. Ex.ª. (…)».[69]



D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa (1810-1888), Arcebispo de Braga (1877-1882) (coleção Museu Pio XII)

A 28-4-1877, entra em Guimarães, D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa (1810-1888), Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas (de 11-3-1877 a -6-1883), Arcebispo de Goa e Primaz do Oriente (1860), Bispo de Cabo Verde (30-6-1859), que após a cerimónia

[69] cf. AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio, Ministro do Reino (1871-1877) de Lisboa a 3-3-1877 e Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes – *A correspondência* (…), p. 174.

religiosa na Colegiada, dirige-se para a Casa do Carmo do Conde de Margaride, onde se hospedou. No dia 1 de Maio, assistiu à missa realizada na capela-mor, dirigida pelo padre João Rebelo Cardoso de Menezes, tendo no fim crismado dois rapazes da família.[70]

Entre 1880-1881, exerceu o cargo de Provedor da S.ta Casa da Misericórdia de Guimarães, procurando aligeirar as obras de construção do hospital da Misericórdia, face aos tempos modernos: «*por proposta do provedor foi deliberado consultar o arquitecto, que superintende nas obras de construção do hospital, sobre se seria conveniente e possivel adoptar o Hospital a construção ligeira, como aconselharia a sciencia moderna*».[71]

A 17-6-1882, D. João Crisóstomo de Amorim Pessoa, Arcebispo de Braga-Primaz das Espanhas (1877-1883), após a colocação da primeira pedra para o monumento, que se iria erigir a Sua Santidade o Papa Pio IX (1792-1878), no alto da serra de S.ta Catarina e da cerimónia religiosa realizada na igreja da Colegiada junto a Guimarães, recolhe-se na sua Casa do Carmo dessa cidade. O nobre hospedeiro, ofereceu ao arcebispo de Braga, ao Governador Civil de Braga e às diversas autoridades civis e militares do concelho um jantar no dia 19 desse mês.[72]

No derradeiro ano de vida de António Rodrigues Sampaio (1806--1882), coloca-se a questão da candidatura e eleição de Bernardino Luís Machado Guimarães (1851-1944), Deputado (1882-1884 e 1890), Par do Reino Electivo (1890 e 1894) e futuro presidente da República (1915-1917 e de 1925-1926), pelo círculo vago de Guimarães, nas eleições suplementares que iriam decorrer a 26-11-1882. A 30-7-1882, Lopo Vaz de Sampaio e Melo (1848-1892), envia uma missiva a António Rodrigues Sampaio, requerendo a sua intervenção

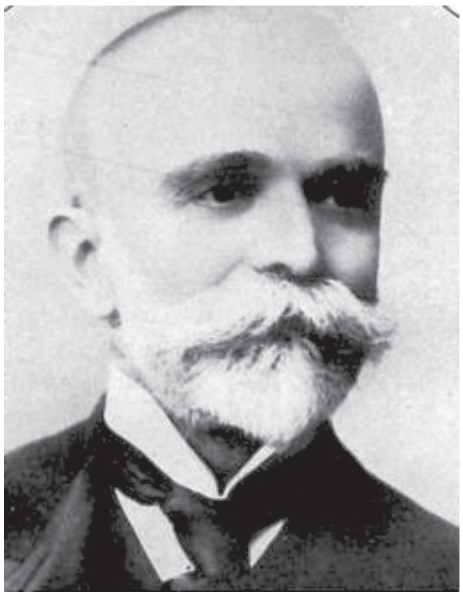
---

70 cf. *Imparcial* de 4-5-1877, Anno 5, n.º 411, pp. 2-3.

71 cf. Alfredo Dias Pinheiro – A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães: apontamentos para a sua história [S.l.: s.n.], 1931, pp. 582-583 e António José de Oliveira, coord. – *500 Anos: Santa Casa da Misericórdia de Guimarães*, Guimarães: Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 2016, pp. 38 e 42. Já seu tio paterno Domingos Cardoso de Macedo (1780-1849), Capitão-mor de Guimarães, exercera funções de Provedor da S.ta Casa da Misericórdia de Guimarães (entre 1818-1819).

72 *cf. O progresso catholico: revista religiosa, scientifica, litteraria, artistica e noticiosa*, Anno 4, n.º 16 de 15-6-1882, Guimarães-Braga: Typographia Luzitana, 1878-1925, pp. 189-190; e *Religião e Pátria de* 23-6-1882, 32ª Série, n.º 2, pp. 1-2.

directa, junto do Conde de Margaride para que este defendesse, a candidatura e eleição de Bernardino Luís Machado Guimarães (1851--1944), pelo círculo vago de Guimarães às eleições suplementares de 26-11-1882.



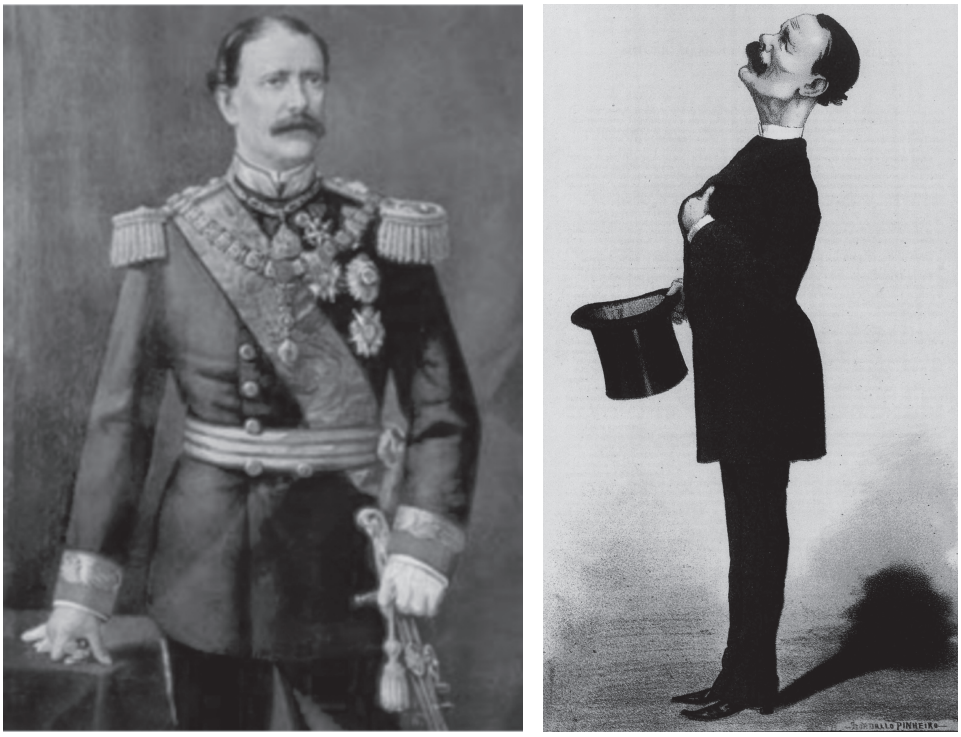
Bernardino Luís Machado Guimarães
(1851-1944)

Entretanto, este último viria a ser eleito deputado pelo círculo de Lamego: «*O nosso amigo Miguel Dantas, pede-me que eu sollicite a valiossissima intervenção de V.ª Ex.ia para com o Conde de Margaride, p.ª que este acceite e proteja a candidatura do nosso amigo D.r Bernardino Machado, pelo circulo vago de Guimarães. É este d.r nosso amigo politico, lente distincto da Universidade, afilhado no capello, do Fontes, a quem é pessoalmente dedicado. Eu teria muita satisfação em o vêr eleito deputado, e creio que n'esta qualidade nos prestaria bons serviços. Se V.ª Ex.ia poder interessar-se com o Conde de Margaride em favor d'elle, eu muito e muito estimaria, e teriamos feito eleger um bom deputado – o que nem sempre nos acontece* (…)».[73] Assim, António Rodrigues Sampaio, envia as cartas de Lopo

[73] cf. AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de Lopo Vaz de Sampaio e Melo (1842-1892), Deputado, a António Rodrigues Sampaio (1806-1882) a 30-7-1882; Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes – *A correspondência* (…), p. 179.

Vaz de Sampaio e Melo e de Miguel Dantas (1836-1905), Deputado (1878, 1881, 1884, 1887, 1889, 1890, 1892, 1894, 1895, 1899), Par do Reino (1900), ao Conde de Margaride, para que este fizesse o que bem entendesse neste assunto: «*Envio-lhe essas duas cartas. Apresento-lhas sem recommendação alguma. V. Ex.ª fara o que entender. O que eu desejo é que o Lopo e o Dantas saibam no caso de ser preciso, que eu escrevi a V. Ex.ª* (…)».[74]

Foi um dos impulsionadores da linha de caminho-de-ferro de Guimarães em 1883, nomeadamente do troço entre a Trofa e Vizela, que viria a ser inaugurada em 31 de Dezembro desse ano.



António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Presidente do Conselho (1881-1886) e caricatura do mesmo de Rafael Bordalo Pinheiro

[74] cf. AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de António Rodrigues Sampaio (1806-1882) a 1-8-1882.

A 8-4-1883, António Maria Fontes Pereira de Melo, Presidente do Conselho (de 14-11-1881 a 20-2-1886), requeria a sua presença na Câmara dos Pares para as reformas constitucionais que iriam decorrer nessa instituição: «*Já houve uma votação politica na Camara dos Pares, e dentro em pouco ali começarão os debates que os partidos certamente hão-de apaixonar e envenenar. Desejo e preciso, que V. Ex.ª, venha auxiliar-me, e peço-lhe a fineza de não faltar. Ao mesmo tempo careço de que V. Ex.ª me diga com toda a franqueza e lealdade, que são proprios do seu caracter, se posso contar com o seu apoio para a votação das reformas politicas, das quaes depende a existencia do Ministerio* (…)».[75] O Governo Regenerador (da presidência de Fontes Pereira de Melo), levara à Câmara dos Deputados, a iniciativa de uma reforma Constitucional a 30-1-1883, que visava em particular o regime do pariato hereditário, do qual resultou o 1º Acto Adicional em 1885. Nela, propunha-se a abolição da hereditariedade no pariato; a fixação do número de pares do Reino, cuja câmara deveria passar a ser formada por pares eleitos e de nomeação régia; a redução do período de cada legislatura a três anos; e a restrição do direito do Rei perdoar e comutar penas. Além disto, pretendia-se que o direito de reunião fosse inscrito entre os direitos individuais e políticos e que o beneplácito régio, só se considerasse concedido, quando o poder executivo o declarasse expressamente.

Em 1884, depois de uma luta porfiada em que se combinava o seu esforço e de Francisco Martins (Agra) e de outras personalidades, com o das grandes colectividades vimaranenses, era criada a Escola Industrial de Guimarães.

---

[75] cf. AMAP, Arquivo Margaride, Carta de António Maria Fontes Pereira de Melo (1819--1887), Presidente do Conselho (1881-1886) de Lisboa a 8-4-1883.



Caricatura do conflito entre Braga-Guimarães – Uma bernarda... minhota, in Maria Rita, n.º 22, 2.º ano, Porto, 10-12-1885, à esquerda em grande plano o 2º Marquês de Valada e à direita o 1º Conde de Margaride, pp. 172-173

Esteve envolvido como procurador da Junta de Guimarães nos incidentes de 28-11-1885, entre as cidades de Guimarães-Braga, que levaram (in)directamente à demissão do governo de Fontes Pereira de Melo, devido a uma proposta para a criação dum curso complementar de ciências em Braga. Alguns procuradores de Guimarães, puseram dúvidas em relação à sua criação, manutenção e às circunstâncias económicas do concelho e distrito. Referiam ainda, que Guimarães só era convidada para contribuir, mas sempre esquecida para receber. A 6-1-1886, chegava a Guimarães o deputado João Franco, como enviado do governo fontista com a missão de tratar da questão bracara-vimaranense e a 13 desse mês, apresentava na câmara dos Deputados o projecto de lei que previa a desanexação do concelho de Guimarães de Braga «*para todos os efeitos administrativos*» e anexação ao distrito do Porto. Todavia, esta questão serviu de pretexto principal e causa próxima para a demissão do ministério de Fontes Pereira de Melo a 20-2-1886, e

por isso este projecto de lei, só foi discutido e resolvido no governo progressista de José Luciano de Castro. Segundo João Franco Ferreira Pinto de Castelo Branco (1855-1929), Deputado por Guimarães, as causas próximas da queda do governo Regenerador, liderado por António Maria de Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Presidente do Conselho (1881-1886) a 20-2-1886, deveram-se à questão dos motins de Braga-Guimarães e alertava que se este assunto não fosse bem gerido, poderia ser a futura causa da queda do ministério presidido por José Luciano de Castro Pereira Côrte-Real (1834--1914), Presidente do Conselho (de 20-2-1886 a 14-1-1890): «*A questão de Guimarães assumiu as mais graves proporções políticas, desde que foi a causa próxima de uma mudança ministerial. Bem explorada, ou antes mal explorada, seria fácil talhar nella igualmente a mortalha do actual governo* (...)».[76] No mesmo sentido, argumenta o deputado Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895): «*O governo regenerador demittíra-se porque julgava urgente a resolução do conflicto entre Braga e Guimarães, e porque entendeu que o não podia fazer debaixo da pressão do motim e do tumulto que a opposição não deixava de atear com phrases e interpelações apaixonadas. Essa questão não deixava de ser urgente. Resolvesse-a o governo actual, que o podia fazer, porque não encontrava opposição que pregasse a revolta e creasse embaraços. O que era preciso era que a solução fosse justa*». José Luciano de Castro Pereira Côrte-Real (1834-1914), Presidente do Conselho (de 20-2-1886 a 14-1--1890), refere: «*Pois o illustre deputado [João Franco] imaginava que eu podia suppor, que por parte da antiga maioria da camara não se fariam perguntas ao governo sobre a questão de Braga, tendo ella sido das que mais influiu na queda do gabinete transacto?*».[77]

Deste incidente (de 28-11-1885), resultou, para os três procuradores a maior glorificação cívica e para Guimarães, o grande início da sua emancipação a 1-1-1887. Dava-se à cidade vimaranense uma administração modelada pelo município de Lisboa, de modo a que se não pagasse para o distrito de Braga qualquer quantia, nem voltassem mais os procuradores de Guimarães a tomar parte nas sessões da Junta Geral, acabando deste modo, completamente

---

[76] cf. AHP, Câmara dos Deputados, Sessão parlamentar de 22-3-1886, sessão legislativa n.º 49, p. 679-680.

[77] cf. AHP, Câmara dos Deputados, Sessão parlamentar de 24-2-1886, sessão legislativa n.º 34, p. 481, 486-487.

a tutela desta sobre a Câmara e as Juntas de Paróquia do concelho.[78]

Após este episódio, o Conde de Margaride, recusou-se a voltar à cidade de Braga, criando um estímulo de rancor na população bracarense. Nos festejos do Carnaval da cidade de Braga, existia um boneco que era atirado ao rio no término deste acontecimento, que não era mais nem menos, que o próprio Margaride.[79]

O próprio jornal «Enthusiasta» n.º 33 de 28-11-1886, traça-lhe o perfil afirmando: «[*o*] *Conde de Margaride é o primeiro cidadão nas proeminências nobiliárquicas. Mas impõe-se às considerações*

---

[78] cf. Sobre os incidentes de 28-11-1885 e do episódio da criação dum curso complementar de ciências no Liceu de Braga consulte-se: Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes – «Os tumultos entre Braga-Guimarães de 28-11-1885», in *Bracara Augusta – Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, vol. LX, N.º 118 (131), Ano de 2015, pp. 269-364; Manuel Alves de Oliveira – *Um motim de há 100 anos: entre Braga e Guimarães*, in *Boletim de Trabalhos Históricos do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta*, vol. XXVI, 1985, pp. 317-348; *Livro de Ouro do Centenário da cidade de Guimarães*, Guimarães: Edição da Câmara Municipal de Guimarães, 1954, pp. 126-128; AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Cartas de 29-11-1885, 30-11-1885, 12-12-1885, 17-12-1885, 24-12-1885, 20-1-1886, 21-1-1886 (2), 25/6-1-1886, 6-2--1886, 6-3-1886, 9-3-1886; e Maria Adelaide Pereira de Moraes – *Velhas Casas de Guimarães*, vol. I, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2001, pp. 6-7, 466, 471-478.

[79] cf. Entre as causas remotas do conflito entre Braga e Guimarães destacam-se: em 1881, para não se agravarem os impostos, a Câmara Municipal de Guimarães pede à Junta Geral do Distrito de Braga, para desaprovar diversos projectos de construção nessa cidade, que sobrecarregaria os contribuintes; os incidentes ocorridos a 20-1--1883, no enterro de D. Margarida Fortunato Veloso, Senhora da Casa de Pombais; e por último a questão de 1885, sobre a proposta da criação dum curso complementar em ciências no liceu de Braga, que levantou sérias dúvidas aos então procuradores de Guimarães (no qual o conde de Margaride se integrava) em relação à sua manutenção e circunstâncias económicas do concelho e distrito.
Toda esta animosidade, deveu-se também aos diversos conflitos históricos entre estas duas cidades que vinham já de à longos séculos, como as divergências entre o arcebispado de Braga e a Colegiada de Guimarães (em 1216, 1471, 1552, 1621, 1671, etc.); ao facto da vila de Guimarães ter sido elevada a cidade (1853), que tinha então uma indústria efervescente (pentes, curtumes, cutelarias e linhos) em detrimento da indústria decadente de Braga; às querelas constantes entre estas duas cidades, provocadas na Junta Geral do Distrito, que tutelava todos os concelhos que lhe estavam afectos, sobrecarregando-os com encargos que apenas beneficiavam a sede distrital; e também devido à própria naturalidade vimaranense do Governador Civil, Conde de Margaride, que defendeu intransigentemente os interesses e progressos de Guimarães. Ainda hoje, na terça-feira gorda, se comemora esse incidente no bairro da Sé de Braga, mascarando-se um desgraçado com cartola e fraque, que depois de uma farsa desata a correr pelo mesmo caminho, com as crianças a gritar "Lá vai o Homem! Lá vai o Homem!" Se agarrassem o desgraçado antes de alcançar a ponte de Pelames, era certo que lhe davam um banho no mais que poluído rio Este.

de simpatia e de respeito dos seus patrícios, não pelo gozo das regalias, da sua graduação social; mas porque foi s. Exc.ª quem as conquistou pelo mérito e trabalho próprios, e esta circunstância nunca pode ser indiferente numa terra, como a nossa, em que o trabalho se considera um dos maiores títulos de glorificação social (…). *Como cidadão de Guimarães, todos conhecemos que o ilustre tem prestado ao progresso e crédito da sua terra a maior dedicação* (…)».



Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (1849-1907), chefe do partido regenerador e Presidente do Conselho (1893-1897), cliché Bobone 1907

A 24-6-1887, Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (1849-1907), um dos mais destacados líderes regeneradores, falava ao Conde de Margaride, na escolha do novo chefe do partido Regenerador, após o falecimento de António Maria Fontes Pereira de Melo em 22-1--1887; na dissidência de Augusto César Barjona de Freitas (1833--1900)[80], que formara um novo partido a Esquerda Dinástica; e pedia

[80] cf. Augusto César Barjona de Freitas (* Coimbra 13-1-1833, † Benfica, Lisboa a 23-7--1900), Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra (1855), Deputado (de 1864 a 1871 e em 1874), Ministro da Justiça (1865-1868 e de 1871-1876) e do Reino (1883--1886), Par do Reino (7-12-1876, tomando assento a 12-1-1877), membro destacado do partido Regenerador e líder da facção do partido conhecido por Esquerda Dinástica (1887).

o seu voto e a influência dos seus correligionários na eleição e chefatura de António Serpa Pimentel (1825-1900): «*Como V. Ex.ª sabe, desde que o nosso chefe, o Sr. Fontes, nos faltou, entrámos em combinação para a escolha de um novo Chefe. Por vezes se tem reunido os antigos collegas d'aquelle vulto eminente do nosso partido; e logo da primeira vez, todos se pronnunciaram por que se proclamasse um chefe, e todos declararam que acceitariam o que a maioria escolhesse. Só eu ponderei então que isso nos poderia trazer dissidencias. Mas todos os demais, e o Barjona foi o primeiro mantiveram o seu voto e a sua declaração. Sem embargo d'isso, e a poucos passos, começou o Barjona a desviar-se do accordo comum, e quando ultimamente se accentuou o voto da maioria em relação ao Serpa, por ser o mais antigo, e por isso o que todos podiam acceitar por agora, sem que ninguem se pudesse dizer desconsiderado ou preterido, affastou-se o Barjona com alguns amigos seus. V. Ex.ª comprehende, porem, que por m.to lamentavel que seja, e é, a dissidencia do Barjona, não deve ella impedir que uma vez entrados no caminho de escolher um chefe, levemos a nossa tarefa ao fim. Por isso, e n'esta conjunctura, venho pedir a V. Ex.ª que nos accompanhe e coadjuve, usando da sua influencia junto dos seus amigos, afim de que o Serpa possa ser acceite por V. Ex.ª e por elles. E n'esta conformidade me animo a esperar que havendo alguma reunião V. Ex.ª nos não falte com o seu voto, dando-o pessoalmente, ou auctorizando alguem a dal-o por si; ou que, fazendo-se algum manifesto, egualmente auctoriza V. Ex.ª a assignatura do seu nome* (…)».[81]

[81] cf. AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Carta de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (1849-1907) a 24-6-1887.



D. António José de Freitas Honorato (1820-1898), Arcebispo de Braga (1883-1898) (coleção Museu Pio XII)

A 12-11-1887, dava entrada em Guimarães para uma visita pastoral, D. António José de Freitas Honorato (1820-1898), Arcebispo de Braga e Primaz das Espanhas (1883-1898), Arcebispo de Mitilene (5-10-1873), que se hospedou na Casa do Conde de Margaride, sendo-lhe oferecido um jantar a 15-11-1887.[82]

Em 21-11-1887, após a visita da Família Real e de José Luciano de Castro Pereira Côrte-Real (1834-1914), Presidente do Conselho progressista (1886-1890) a Guimarães a 20-10-1887, constava no Porto, que iria ser agraciado com o título de Marquês de Margaride.[83]

A 20-5-1890, era fundada a Companhia de Fiação de Tecidos de Guimarães, tendo como primeiro subscritor o Conde de Margaride, juntamente com outros fundadores como o Visconde de Alvelos e de Sendielo, António Coelho da Mota Prego, Joaquim José de

[82] cf. *Religião e Pátria* de 16-11-1887, 42ª Série, n.º 28, p. 1.
[83] cf. *Diário Illustrado* de 21-11-1887, 16º anno, n.º 5249, p. 1.

Meira, Manuel de Castro Sampaio, tendo o capital social inicial de 350:000$000 réis.[84]

Foi da sua iniciativa, juntamente com João Franco Ferreira Pinto de Castelo Branco (1855-1929), a manutenção da Colegiada de N. Sr.ª de Oliveira (1887-1890). Este episódio termina a 1-7-1890, com a Comissão dos Negócios Eclesiásticos, a deliberar que seria injustificado não satisfazer as aspirações do povo Vimaranense: «*O pensamento geral, e em que todos estão de acordo, é a conservação da colegiada, e a sua reorganização por forma que ministre a educação e ensino público*». O primeiro artigo de lei de 14-9-1890, autorizava a conservação da Real e Insigne Colegiada, com todos os seus haveres e rendimentos, impondo-lhe a obrigação do serviço público e gratuito.[85]

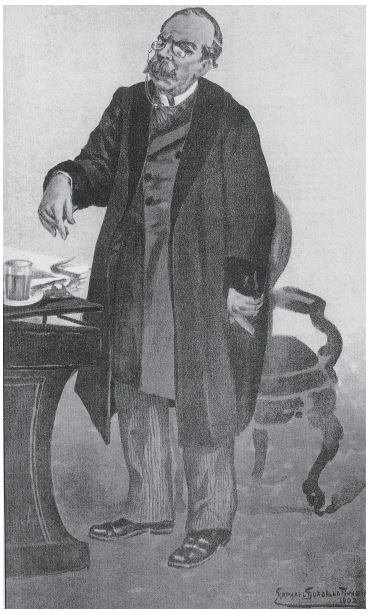
A 16-4-1898, o Conselheiro de Estado e Par do Reino, Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, requeria a sua presença na Câmara dos Pares, para a discussão da proposta de lei relativa à conversão da dívida publica: «*Está em discussão, na nossa Camara a proposta de lei relativa á conversão da divida Publica, que nos termos em que se acha formulada, nos pode ser sobremaneira prejudicial. Isto é dizer-lhe quanto eu estimaria que V. Ex.ª pudesse vir á Camara, acompanhar-nos com o seu tão auctorizado voto, na opposição que temos de fazer a essa proposta, a bem dos mais altos interesses do paiz* (…)».[86]

---

[84] cf. *Religião e Pátria de* 21-5-1890, 47ª Série, n.º 42, p. 1 e *O Commercio de Guimarães* de 22-5-1890, VII Anno, n.º 559, p. 1.

[85] cf. Consulte-se: Maria Adelaide Pereira de Moraes – *Ao Redor de Nossa Senhora da Oliveira*, Braga: Barbosa & Xavier, 1998, pp. 422, 434, 440 e Anthony Kinnin, op. cit. pp. 112-113.

[86] cf. AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Carta do Conselheiro de Estado e Par do Reino, Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro de Lisboa para o Conde de Margaride e Par do Reino a 16-4-1898 e Damião Peres, dir. e outros História de Portugal, vol. VII, Barcelos: Portucalense Editora, 1935, p. 434. O projeto de lei n.° 40 da conversão da dívida pública, foi apresentado em 27-1-1898 por Frederico Ressano Garcia (1847--1911), Ministro da Fazenda (entre 7-2-1797 e 18-8-1898), onde se estabelecia entre outras cláusulas: que o prazo da amortização da dívida não fosse superior a 65 anos; o governo era autorizado a converter os títulos da dívida fundada externa noutros do tipo de juro, capital que mais conviesse aos interesses do Estado, que seria feita ou por sorteio ou por compra no mercado (artigo 1º); o governo poderia criar e emitir os títulos de novo tipo que fossem precisos, para com o seu produto fazer face a todas as despesas da conversão, as quais não deveriam exceder a importância de 1% do valor nominal dos títulos convertidos, e para consolidar toda ou parte da divida flutuante; não podendo o juro real da quantia mutuada exceder ½ por cento o juro

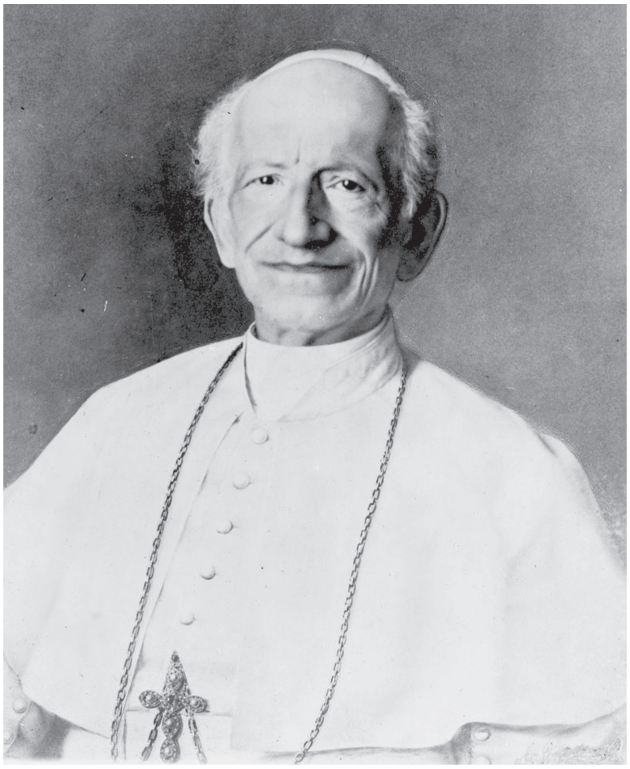
José Luciano de Castro Pereira Côrte-Real (1834-1914),
Presidente do Conselho (1886-1890)

A 13-11-1898, o Conde de Margaride, protestava com José Luciano de Castro Pereira Côrte-Real (1834-1914), Presidente do Conselho (1897-1900), contra a forma e irregularidades, como haviam decorrido as eleições para os órgãos municipais de Guimarães a 7-11-1898: «*Faço inteira justiça ás boas intenções de V. Ex.cia. Em regra, as violencias nas luctas eleitoraes são mais obra das auctoridades e correligionarios locaes do que dos Ministros. Effectivamente, no dia seguinte ao do telegramma sentio-se differença no emprego abusivo da força por parte do administrador. Mudou a tatica. O presidente, apesar da verificação da identidade de certos eleitores*

efectivo correspondente à cotação dos fundos consolidados portugueses no momento de se realizar a operação (artigo 3º). Este projecto de lei da conversão da dívida pública, veio a sofrer duma discussão apaixonada, durante o qual se fizeram algumas revelações comprometedoras, sobre operações financeiras desastrosas do gabinete regenerador anterior, que empenhara 72.000 obrigações da Companhia de Caminhos de Ferro e um lote de títulos da dívida externa. O projeto de lei foi votado e no final, encetaram-se diligências para a sua aceitação pelo *comité* de credores externos. Os maiores obstáculos acabaram por vir dos alemães e franceses, que insistiam na imposição dum controle financeiro.

por parte do Parocho, se o regedor declarava que não conhecia não os deixava votar. Como muitos regedores se não prestavam ao papel de mentirosos publicos, chamou uns idoneos que a um signal convencionado diziam a sacramental frase «não conheço», e o eleitor era posto na rua. Assim, afora as pessoas de graduação elevada, da 2ª feira em diante so votaram os recenseados d'um partido.

Não pertenço hoje a nenhum, mas revoltou-me tal processo, e fui dos que, de balde, protestaram contra elle. Agora appa[re]ceram, e ainda estão appa[re]cendo, listas duplicadas. De todas estas irregularidades e d'outras deve resultar a nullidade da eleição (…)».[87]



Leão XIII (1810-1903), 256º Papa da Igreja Católica (1878-1903) em 1898

87 cf. Carta do Conde de Margaride para José Luciano de Castro Pereira Côrte-Real (1834-1914), Presidente do Conselho (1897-1900) a 13-11-1898; Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Arquivo Pessoal de José Luciano de Castro Pereira Côrte-Real (1834-1914), caixa 6; e Fernando Moreira, org., introdução e notas – José Luciano de Castro: Correspondência Política (1858-1911), Lisboa: Quetzal Editores, 1998, p. 462.

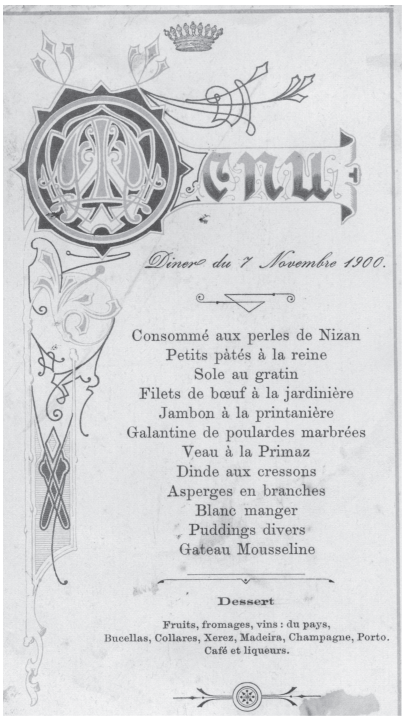
A 12-5-1900, o Conde de Margaride, esteve inserido na 3ª Peregrinação Portuguesa a Roma ao Santo Pontífice Leão XIII (1810-1903), 256º Papa da Igreja Católica (1878-1903)[88], presidida pela Cardeal Patriarca de Lisboa, D. José Sebastião de Almeida Neto, sendo acompanhada pelos prelados, D. Manuel Baptista da Cunha, Arcebispo de Braga, D. Manuel Correia de Bastos Pina, Bispo de Coimbra, D. António José de Sousa Barroso, Bispo do Porto, D. José Alves Mariz, Bispo de Bragança, D. Gaudêncio José Pereira, Arcebispo-Bispo de Portalegre, D. Francisco José Ribeiro de Vieira de Brito, Bispo de Angra do Heroísmo e D. António Mendes Belo, então Bispo-Arcebispo de Faro, e onde participavam também seu filho, Henrique Cardoso de Macedo Martins de Menezes (1868-1933), futuro 2º Conde de Margaride (1920) e sua nora D. Ana Francisca de Paula Assis de Borja Xavier de Sales Maria José Gabriela Joana Gonzaga Braamcamp da Cruz Sobral de Almeida Castelo Branco de Narbonne-Lara de Mello Breyner (1865-1955). O 1º Conde de Margaride, foi "*apresentado*" no Vaticano e recebido por Sua Santidade o Papa Leão XIII (1810-1903) a 23-5-1900.[89]

---

[88] cf. Leão XIII (* Carpineto, Itália a 2-3-1810, † Roma 20-7-1903), 256º Papa da Igreja Católica (de 20-2-1878 a 20-7-1903), Cardeal Presbítero de S. Crisógono (19-12-1853), Arcebispo de Perugia (27-7-1846), Bispo titular de Tamiathis (a 19-2-1843), Núncio Apostólico para a Bélgica (18-1-1843).

[89] cf. As peregrinações portuguesas a Roma eram manifestações de adesão à Santa Sé e de ternura e amor filial ao Sumo Pontífice, in Padre Martins Capela – *A Roma: Vinte e três anos depois*, Braga, 1909, Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, peregrinações portuguesas a Roma, vol. XXI, p. 106 e *Comércio de Guimarães*, Ano XVII, n.º 1480 de 15-5-1900 e n.º 1498 de 17-7-1900.





Menu

Dîner du 7 Novembre 1900.

Consommé aux perles de Nizan
Petits pâtés à la reine
Sole au gratin
Filets de bœuf à la jardinière
Jambon à la printanière
Galantine de poulardes marbrées
Veau à la Primaz
Dinde aux cressons
Asperges en branches
Blanc manger
Puddings divers
Gateau Mousseline

Dessert

Fruits, fromages, vins : du pays,
Bucellas, Collares, Xerez, Madeira, Champagne, Porto.
Café et liqueurs.

D. Manuel Baptista da Cunha (1843-1913), Arcebispo de Braga (1899-1913) (coleção Museu Pio XII) e jantar episcopal na Casa do Carmo dos Condes de Margaride a 7-11-1900

A 3-11-1900, deu entrada na cidade de Guimarães em visita pastoral, D. Manuel Baptista da Cunha (1843-1913), Arcebispo de Braga (1899-1913), sendo-lhe oferecido um banquete e jantar pelos Condes de Margaride na Casa do Carmo a 7-11-1900.[90]

Em 1906, esteve envolvido na criação do primeiro liceu vimaranense, que se instalou no Convento de S.ta Clara.

A 19-6-1907, Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (1849-1907), então chefe do Partido Regenerador e ex-Presidente do Conselho (de 21-3-1906 a 19-5-1906), informava-o da impossibilidade de reconciliação com João Franco Ferreira Pinto de Castelo Branco (1855-1929), devido aos boatos que então circulavam nos jornais ou porque o Conde de Margaride, lhe questionasse por tal hipótese:

[90] cf. *Commercio de Guimarães* de 9-11-1900, XVII Ano, N.º 1531, p. 2.

«*Tenho presente a sua carta, que é mais uma prova de amizade sua, que me penhora. E V. Ex.ª sabe quanta estima e segura consideração tenho por si. Devo, porem, dizer a V. Ex.ª que a separação entre mim e o João Franco foi definitiva, e nada ha que possa atachar; as minhas proprias relações pessoais com elle cessaram. Quem sabe o modo por que eu procedi para com elle, e o modo por que elle procedeu para commigo, deve fazer-me justiça. A minha consciencia faz-m´a. O mesmo é dizer a V. Ex.ª que nenhum fundamento tem, nem pode ter, qualquer noticia que lhe chegue de possibilidade de reconciliação entre nós. Ha cousas que são como o vidro; que se uma vez se parte, não mais se concerta* (…)».[91] A separação entre Hintze Ribeiro e João Franco, fora motivada pela dissolução da Câmara dos Deputados decretada a 10-5-1906, que deixou o partido Regenerador na oposição. O próprio José Luciano de Castro Pereira Côrte-Real (1834-1914), chefe dos Progressistas, considerou este gesto de João Franco como um acto de traição.



António Carlos Coelho de Vasconcelos Porto (1855-1924), Conselheiro de Estado

Em 22-5-1910, através duma mensagem pública de centenas de subscritores vimaranenses, ajuda a eleger o Conselheiro de Estado, António Carlos Coelho de Vasconcelos Porto (1855-1924),

[91] cf. AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Carta confidencial do ex-presidente do Conselho (de 21-3-1906 a 19-5-1906), Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (1849-1907), então chefe do Partido Regenerador para o Conde de Margaride de Lisboa a 19-6--1887.

como presidente do partido Regenerador-Liberal, para a aderência ao «bloco conservador» formado por José Luciano de Castro Pereira Côrte-Real (1834-1914), Artur Alberto Campos Henriques (1854-1922) e pelos nacionalistas, em oposição ao governo de António Teixeira de Sousa (1857-1917), nas eleições legislativas que iriam decorrer a 28-8-1910: «*O segredo da boa governança em Portugal cifra-se: politicamente em harmonisar as justas aspirações da geração moderna com a falta de educação civica do nosso povo e financeiramente em reivindicar para o thesouro o que com o nepotismo infrene, inutil e illegavelmente se esbanja. Começou por se impor tão pesado encargo o ministerio presidido pelo nosso dilecto e nunca esquecido amigo Conselheiro João Franco com quem V. Ex.ª distinctamente collaborou. Foi aquelle illustre estadista, a quem Guimarães tanto deve, victima da sua desusada coragem e manifesta vontade de bem servir o seu paiz, mas retirado da politica ninguem ousa deturpar-lhe as intenções ou macular-lhe o nome, attribuindo-lhe a fraqueza de defender o Erario em seu proveito ou de clientella sua. E este phenomeno pouco vulgar illumina-lhe a vida privada a que voluntariamente recolheu e torna-o sempre admirado pelos seus amigos e respeitado pelos inimigos. Como consequencia d'esta retirada, os homens que vêem a salvação da patria na administração escrupulosa e na ordem firmemente mantida e não nas luctas habeis ou ineptas do partidarismo interesseiro ou nas condescendencias aviltantes para a dignidade propria ou para o prestigio nacional, encontrando nos raros dotes de intelligencia e de caracter de V. Ex.ª e na sua firmeza de principios, penhor seguro á sustentação dos seus ideaes elegeram-n'o para seu chefe. E tendo o tempo confirmado o excellente e justo conceito de que V. Ex.ª gosa, os abaixo assignados associando-se aos que sacrificam á sustentação, nem sempre popular entre nós, dos seus principios, as boas graças das ambições, veem tambem prestar homenagem ás altas qualidades de V. Ex.ª com os mais sinceros votos para que V. Ex.ª se conserve no posto tão honroso como espinhoso que lhe conquistou o seu muito reconhecido e nunca desmentido merito*».[92] Nesta ocasião uma parte dos franquistas, chefiados por José Adolfo Melo e Sousa e José Malheiro Reimão, acabam por separar-se do partido e aliar-se a Teixeira de Sousa.

---

[92] cf. Sociedade Martins Sarmento, *O Commercio de Guimarães de* 8-7-1910, XVII Anno, n.º 2469, p. 1 e *Independente de 9-7-1910*, 9º Anno, n.º 448, pp. 1-2.



D. Manuel Vieira de Matos (1861-1932), Arcebispo de Braga (1914-1932) (coleção Museu Pio XII)

A 8-5-1915, visitava Guimarães, D. Manuel Vieira de Matos (1861-1932), Arcebispo de Braga (1914-1932), que após a cerimónia do «*Te-Deum*» na Colegiada, dirigiu-se em cortejo para a Casa do Carmo do Conde de Margaride, onde deu recepção às autoridades civis, militares, administrativas e representantes de várias corporações e colectividades vimaranenses civis e religiosas, fazendo no final um discurso. Finda esta recepção, encaminhou-se para a Casa de Margaride em S. Romão de Mesão-Frio, de Henrique Cardoso de Macedo Martins de Menezes (1868-1933), filho do 1º Conde de Margaride, onde se hospedou, realizando-se à noite um banquete em sua honra.[93]

Após 19-1-1919, foram várias as localidades nortenhas, que aderiram à Monarquia do Norte, presidida pelo Major Henrique de

[93] cf. *O Commercio de Guimarães* de 11-5-1915, Anno XXI, n.º 2942, p. 2.

Paiva Couceiro: «*A restauração era anunciada ao Primeiro de Janeiro, de Lamego, Tarouca, Fafe, Monção, Valongo, Alfândega da Fé, Arcos, Famalicão, Barcelos, Nine, Tabuaço, Melgaço, Feira, Castro Daire, Armamar, Pesqueira, Resende, Caminha, Felgueiras, Cerveira, Cinfães, Paredes, Riba Dave e Sernancelhe, sem falar de Viana, de Braga e de Guimarães, onde o entusiasmo público pelo restabelecimento da realeza, não cessava de se manifestar. Braga estava em festa e organizava um batalhão de voluntários, já designados por voluntários d'El-Rei*». O Conde de Margaride, como monárquico, aderira a este movimento «*Em Guimarães, onde o conde de Margaride presidia do seu solar ao regozijo público, houvera Te-Deum, cinco bandas de música percorriam as ruas, os sinos repicavam, subiam ao ar foguetes; o hino da Carta era cantado em coro por um grupo de raparigas* (…)».[94]

O seu apurado sentido de justiça fez o Comércio de Guimarães de 1-8-1919, no seu obituário, lembrar um caso em que: «*dois irmãos, homens honrados e trabalhadores, por um desastre, ocasionaram uma morte. Um amontoado de circunstancias deploraveis condemna-os a pena maior. O Conde de Margaride, que por vezes tinha exercido o cargo de juiz, e vendo a injustiça sentença que desbaratava sobre dois lares felizes, levantou uma polémica no Comercio de Guimarães, fez rever o processo, e conseguiu com satisfacção publica, que se restituísse à liberdade aquelles que nenhuma culpa tiveram no caso fatal*».

O próprio Conde de Margaride, definiu-se numa sessão na Câmara dos Pares em 1892: «*No entanto, ficarei simplesmente: primeiro homem de bem, depois portuguez, depois monarchico e affeiçoado aos actuaes monarchas, mas entrando no paço com a verdade doce ou amarga nos labios, á bispo de Vizeu, que, no meu humilde pensar, fez maiores serviços ao senhor D. Luiz e á senhora D. Maria Pia, com a sua sinceridade rude, do que prestaria com palacianismos, que na illusão dos principios assentam, não raro, o seu infortunio e o das nações que elles regem* (…)».[95]

No último quartel do século XIX, por sugestão e convite do seu velho amigo Júlio Graça, companheiro dos bancos universitários de

---

[94] cf. Consulte-se: João Chagas – *Diário de João Chagas: 1918-19*21, Lisboa: A.M: Pereira, 1932, p. 555.

[95] cf. AHP, Câmara dos Pares do Reino (1842-1910), Acta n.º 19 de 23-2-1892, sessão legislativa n.º 28, sessão n.º 3, p. 1.

Coimbra, passou a ir na época balnear para Vila do Conde. A 20-8--1902, abria o Clube Avenida em Vila do Conde, propriedade do Conde de Margaride.

A 23-7-1905, nesta vila, na sua residência, realizou-se a Sessão da Assembleia-Geral, para a inauguração do Círculo Católico de Operários. Os estatutos datados de 15-3-1906, referiam expressamente, que esta associação de trabalhadores era: «*a união de todos os indivíduos pertencentes a todas as classes sociais, em mútua cooperação para o seu melhoramento material e moral*», sob protecção de S. José, patrono da classe operária.

A autarquia de Vila do Conde, em plena 1ª República, devido a ser uma figura prestigiosa da colónia balnear, ao seu carácter, exemplo e actividade em prol da vila, sempre que as circunstâncias o exigiam ou que a mesma lhe era solicitada, distinguiu-o em vida na toponímia com uma rua que leva o nome de Conde de Margaride (Actas de 11-11-1918).

Após o seu falecimento, Alfredo Vieira Coelho Peixoto Villas-Boas (1860-1926), 1º Conde de Paçô Vieira e ex-líder do partido Regenerador (em 1906-1907), numa carta dirigida a Henrique Cardoso de Macedo Martins de Menezes (1868-1933), 2º Conde de Margaride a 5-8-1919, referia ser este o cidadão mais ilustre da cidade de Guimarães; que embora tivesse proferido os discursos fúnebres de Carlos Orta Lobo de Ávila (1860-1895) em 1895, de Pedro Victor da Costa Sequeira (1846-1905) em 1905 e de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (1849-1907) em 1907, desta vez fizera-o de livre vontade e sem que ninguém lho pedisse; e que se os milhares de pessoas que assistiram ao seu enterro pudessem falar, diriam o que ele disse: «*Pareceu-me que um homem do valor do Snr. Conde de Margaride, que sem favor, era a primeira pessoa de Guimarães, não podia enterrar-se, sem que alguem lhe traçasse o perfil e salientasse no cemiterio, onde só a verdade deve dizer-se, as nobilissimas qualidades de espirito de caracter e de coração que Elle padecia* (…) *Quando morreu o Carlos Valbom, escolheu-me o partido regenerador do Porto para ir a Lisboa falar no cemiterio. Quando faleceu o Pedro Victor, pediu-me o Hintze que falasse em nome de todo o partido regenerador e assim o fiz. Quando o Hintze morreu falei como laeder do partido. Pois agora ninguem me pediu, nem me escolheu, nem representei oficialmente cousa alguma. Mas tenho a*

certêza de que os milhares de pessoas que assistiram podessem falar diriam o que eu disse (...)».[96]

Também João Franco Ferreira Pinto de Castelo Branco (1855--1929), ex-presidente do ministério (1906-1908), logo após a morte do Conde de Margaride, enviava duas cartas aos filhos do Conde de Margaride, mostrando a grandeza da figura do 1º Conde de Margaride e o muito que lhe devia a 2-8-1919, a primeira para Luís Cardoso de Macedo Martins de Menezes (1871-1945): «*Extinguio-se uma existencia que foi um claro e elevado exemplo, do que pódem a intelligencia, o caracter e a educação reunidos, quer para a vida publica, quer no meio social e no seio da sua familia. Poucos homens tenho conhecido nos meus 64 annos que fossem mais felizes do que seu extremoso e querido Pae, meu nobre e chorado amigo, a soube ser, por que n'elle a felecidade não foi obra cega e aventurosa do acaso, mas das suas extremadas virtudes e qualidades, em primeiro lugar, e do seu lucido e culto espirito, da sua notavel previsão e ponderado bom senso, e d'aquelle fundo de transigente indulgencia para com a imperfeição a que fômos votados, que é o critério superior das organizações equilibradas. Eu tinha por seu Pae uma grande amizade, um affectuoso reconhecimento e uma sincera admiração.*





João Franco Ferreira Pinto de Castelo Branco (1855-1929),
Deputado por Guimarães e caricatura do mesmo de Alfredo Cândido (1879-1960) em 1906

[96] cf. AMAP, Arquivo Margaride, Carta de Alfredo Vieira Coelho Peixoto Villas-Boas (1860--1926), Conde Paçô Vieira para Henrique Cardoso de Macedo Martins de Menezes (1868-1933), 2º Conde de Margaride a 5-8-1919.

O muito que nos ligámos deu-me ensejo a muito o puder conhecer tambem, e assim os sentimentos que me inspirava, eram tão nascidos do coração como do raciocínio (…)»[97]; e a 2ª para Henrique Cardoso de Macedo Martins de Menezes (1868-1933), futuro 2º Conde de Margaride: «*Ligara-nos, por bem mais trinta annos uma tão firme e excepcional amizade; factos e acontecimentos dos mais importantes e memoraveis da minha vida publica haviam encontrado nelle uma parte tão principal e interessada, que ao vêr dormir para sempre um dos ultimos e o mais graduado dos homens a quem devi as melhores recordações da carreira politica, as mais puras e as mais queridas, tornei como que a viver todo esse passado* (…)».[98] A chegada de João Franco, ao primeiro plano da política nacional e da sua ascensão no interior do Partido Regenerador, deveu-se sobretudo ao apoio incondicional do Conde de Margaride em Guimarães ao ponto nos dias de hoje se poder identificar com clareza a existência dum primeiro Franquismo. João Franco, fica a dever ao Conde de Margaride o seu ingresso na vida política e parlamentar como Deputado pelo círculo de Guimarães, interruptamente desde 1884. Esteve desde então ligado com Margaride na resolução de diversos problemas vimaranenses: na resolução da questão da escola industrial (1884), na decisão de conservação da Colegiada (em 1889-1890), e principalmente no conflito entre Braga e Guimarães em 1885-1886.

Destacado membro do partido Regenerador no Norte do País, correspondeu-se com eminentes políticos de diversas filiações partidárias da Monarquia Constitucional dos últimos 40 anos (1870-1910)[99],

---

97 cf. AMAP, Arquivo Margaride-Casa do Carmo, Guimarães, Carta de João Franco Ferreira Pinto de Castelo Branco (1855-1929), ex-presidente do ministério (1906-1908) para Luís Cardoso de Macedo Martins de Menezes (1871-1945) de Lisboa a 2-8-1919; Luís Cardoso de Macedo Martins de Menezes (1871-1945), Diplomado com o Curso Superior de Letras, Senhor da Casa do Carmo em S.ta Maria de Oliveira do Castelo, filho do 1º Conde de Margaride.

98 cf. Maria Adelaide Pereira de Moraes – Velhas Casas de Guimarães, vol. I, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2001, p. 477. Henrique Cardoso de Macedo Martins de Menezes (1868-1933), 2º Conde de Margaride, Governador Civil de Santarém (1906-1908), filho do 1º Conde de Margaride.

99 cf. Vai desde os soberanos portugueses D. Luís I (1838-1889), Rei de Portugal; D. Carlos I (1863-1908), Rei de Portugal; D. Amélia d'Orléans, Rainha de Portugal (1865-1951) e D. Manuel II (1889-1932), Rei de Portugal; aos presidentes do Conselho e ministros: José Luciano de Castro Pereira Côrte-Real (1834-1914), Presidente do Conselho (1886-1890, 1898-1900 e 1904-1906) e chefe do partido Progressista; António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), Presidente do Conselho (1871-1877, 1879-

sobretudo enquanto exercia os cargos de Presidente da Câmara Municipal de Guimarães (1870, 1878, 1887-1892), Governador Civil de Braga (1871-1877) e do Porto (1878-1879), Vice-Presidente do Partido Regenerador no Porto (1879) e Par do Reino (1882-1910).



Luís Cardoso Martins da Costa Macedo (1836-1919),
1.º Conde de Margaride – (colecção fotógrafo Vidal da Fonseca)

Nasceu na Casa da Veiga, S. Pedro de Azurém, Guimarães a 8-1-1836, e morreu na Casa do Carmo, S.ta Maria de Oliveira do Castelo, Guimarães a 30-7-1919.

-1879 e de 1881-1886) e chefe do partido Regenerador; António Rodrigues Sampaio (1806-1882), Ministro do Reino (1871-1877 e 1878-1879); Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro (1849-1907), etc., etc.

BIBLIOGRAFIA

1 – **MANUSCRITAS E NÃO PUBLICADAS**

1.1 – **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**:

– Registo Geral de Mercês de D. Luiz I, Livro 25, folha 311 e v.º Livro 30, folha 110 verso

– Ministério do Reino: Decretos de 1-8-1872, de 14-9-1876

– Mordomia da Casa Real: Livro 18

1.2 – **Arquivo Histórico Parlamentar**:

– Câmara dos Deputados: Sessão parlamentar de 22-3-1886, sessão legislativo n.º 49, p. 679-680, Sessão parlamentar de 24-2-1886, sessão legislativo n.º 34, p. 481.

– Câmara dos Dignos Pares do Reino (1842-1910): Secção do Archivo, Comissão de Verificação de Poderes, Anno de 1882, Secção IX, Caixa 4, Acta n.º 5 de 30-1-1882, sessão legislativa n.º 24, sessão n.º 1, pp. 57-58, Acta n.º 54 de 9-5-1882, sessão legislativa n.º 24, sessão n.º 1, p. 557, Acta n.º 9 de 27-1-1883, sessão legislativa n.º 24, sessão n.º 2, p. 63, Acta n.º 11 de 9-2-1883, sessão legislativa n.º 24, sessão n.º 2, pp. 83-85, Acta n.º 39 de 29-3-1884, sessão legislativa n.º 24, sessão n.º 3, p. 283, Acta n.º 54 de 22-4-1884, sessão legislativa n.º 24, sessão n.º 3, p. 371, Acta n.º 56 de 24-4-1884, sessão legislativa n.º 24, sessão n.º 3, p. 400, Acta n.º 54 de 16-3-1885, sessão legislativa n.º 25, sessão n.º 2, p. 147, Acta n.º 65 de 5-6-1885, sessão legislativa n.º 25, sessão n.º 2, pp. 479, 482-483, Acta n.º 101 de 8-2-1886, sessão legislativa n.º 25, sessão n.º 3, p. 150, Acta n.º 105 de 16-2-1886, sessão legislativa n.º 25, sessão n.º 3, pp. 175, 181-182, Acta n.º 116 de 23-3-1886, sessão legislativa n.º 25, sessão n.º 3, pp. 282-283 e Jornal 28 de Novembro n.º 12, pp. 1-3, Acta n.º 69 de 11-8-1887, sessão legislativa n.º 26, sessão n.º 1, pp. 926-931, Acta n.º 70 de 12-8-1887, sessão legislativa n.º 26, sessão n.º 1, p. 950, Acta n.º 70 de 13-8-1887, sessão legislativa n.º 1, sessão n.º 1, pp. 967-968, Acta n.º 118 de 16-4-1888, sessão legislativa n.º 26, sessão n.º 2, p. 569, Acta n.º 165 de 6-7-1888, sessão legislativa n.º 26, sessão n.º 2, pp. 1223-1224, Acta n.º 19 de 22-2-1892, sessão legislativa n.º 28, sessão n.º 3, p. 1, Acta n.º 20 de 23-2-1892, sessão legislativa n.º 28, sessão n.º 3, pp. 1, 4-5, Acta n.º 20 de 10-1-1896, sessão legislativa n.º 31, sessão n.º 1, p. 18, Acta n.º 13 de 26-2-1901, sessão legislativa n.º 1, sessão n.º 1, pp. 115-116, Acta n.º 3 de 9-5-1908, sessão legislativa n.º 1, sessão n.º 1, p. 1

2 – **FONTES SECUNDÁRIAS**

1 – **Imprensa**:

– Commercio (O) de Guimarães – de 22-5-1890, VII Anno, n.º 559, p. 1, de 15-5-1900, Ano XVII, n.º 1480, de 17-7-1900, Ano XVII n.º 1498, de 9-11-1900, XVII Ano, N.º 1531, p. 2, de 29-1-1907, XXIII Anno, n.º 2131, p. 2, de 8-7-1910, XVII Anno, n.º 2469, p. 1, de 11-5-1915, Anno XXI, n.º 2942, p. 2

– O Comércio do Porto de 4-7-1872, de 21-10-1887

– Diário Illustrado de 8-7-1872, de 21-11-1887, 16º anno, n.º 5249, p. 1

– Facho – Suplemento de "O Comércio de Vila do Conde", n.º 76, Agosto 1991

– Ilustração Moderna, n.º 15, Porto, Julho de 1927

– Ilustração Portuguesa, Lisboa, 14-12-1908

– Imparcial de 4-5-1877, Anno 5, n.º 411, pp. 2-3

– Independente de 9-7-1910, 9º Anno, n.º 448, pp. 1-2

– O Diabo de 25-2-1986

– O Entusiasta, n.º 2 de 1886

– O Tripeiro de 1-8-1990

– Point de Vue Images du Monde, n.º 2171 de 8-3-1990 – Casa de Margaride: Une demeure patricienne dans une ville royal

– Progresso (O) catholico: revista religiosa, scientifica, litteraria, artistica e noticiosa de 15-6-1882, Anno 4, n.º 16, pp. 189-190

– Religião e Pátria – de 20-7-1872, 14ª série, n.º 12, de 23-6-1882, 32ª Série, n.º 2, pp. 1-2, de 22-10-1887, de 16-11-1887, 42ª Série, n.º 28, p. 1, *de* 21-5--1890, 47ª Série, n.º 42, p. 1

– Vimaranense de 4-5-1897, 7º Anno, n.º 612, p. 3

3 – **MONOGRAFIAS**

– AFONSO, Domingos de Araújo – Livro de Ouro da Nobreza, Braga: Pax, 1932--1934

– AFONSO, Domingos de Araújo – Sang (Le) de Louis XIV, Braga, [s.n.], 2 vol. 1961-1962

– ALMEIDA, Fortunato de – História de Portugal, 6 vols., Coimbra: Imp. da Universidade 1922-29

– ANUÁRIO da Nobreza de Portugal, Tomo I, Lisboa: Edição do Instituto Português de Heráldica, 1985

– ARMORIAL Lusitano: Genealogia e Heráldica, Lisboa: Editorial Enciclopédia Lda, 1961

– BRAGA – S. João: Numero-único ilustrado comemorativo dos Grandiosos Festejos ao S. João em Braga em 1901, Braga: Typographia M. de Sousa Cruz, 1901

– BRANCO, Camilo Castelo – Reabilitação do Visconde de Margaride, in Noites de Insomnia: Offerecida a quem não pode dormir, n.º 1 (Jan. 1874), Porto: Ernesto Chardron; Braga: Ernesto Chardron, 1874

– CAPELA, José Viriato – O Minho e os seus municípios: estudos económico-administrativos sobre o município português nos horizontes da reforma liberal, Braga: Universidade do Minho, 1995

– CAPELA, Padre Martins – *A Roma: Vinte e três anos depois*, Braga, 1909

– CARVALHO, A.L. de – Guimarães de tempos idos, Porto: Imp. Portuguesa, 1947

– CHAGAS, Manuel Pinheiro – Dicionário Popular, Lisboa: Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1881

– ENCICLOPÉDIA Luso Brasileira de Cultura, vol. I-XVIII, Lisboa: Editorial Verbo, 1971

– ESTATISTICA do Pariato Português, Lisboa: Imprensa Nacional, 1910

– FLORES, António de Quadros – Guimarães na última quadra do romantismo, Guimarães: A. Flores, 1967

– FONSECA, Francisco Bélard da – A Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1955

– GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1960

– GUIMARÃES, Domingos – A apotheose: jornal comemorativo do septi-centenario e inauguração da estatua de D. Affonso Henriques, Lisboa: Typ. do Diccionario Universal Portuguez Litterario, 1887

– GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira – Apontamentos para a história do concelho de Guimarães: manuscritos do abade de Tagilde; notas e comentários de José Maria Gomes Alves, Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1983

– GUIMARÃES, Oliveira (Abade de Tagilde) – Guimarães e Santo António, Publicação Comemorativa do 7º Centenário, Guimarães: Editores Freitas e Cª, 1895

– HERÁLDICA, Instituto Português de – Anuário da Nobreza 1985, Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1985

– KERREBROUCK, Patrick Van – La Maison de Bourbon, Villeneuve d'Ascq, 1987

– KINNIN, Anthony – Guimarães: Século XIX de Vila a Cidade, Braga: Barbosa & Xavier Lda-Artes Gráficas, 2006

– LIMA, J. da Costa – Preciosidade Real (Álbum de Princesas de França), Separata da Revista Brotéria, vol. I, fasc. 5, Lisboa: Tipografia Porto Médica, 1950

– LIVRO de Ouro do Centenário da cidade de Guimarães, Guimarães: Edição da Câmara Municipal de Guimarães, 1954

– LOUSADA, Maria Alexandre e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, co-autora – D. Miguel, Lisboa: Círculo de Leitores, 2006

– MARGARIDE, 1º Conde de – «A propósito das propostas tributárias – sessão da Câmara dos dignos pares em 23-2-1892», Guimarães: Tip. de Silva Caldas, 1892

– MARGARIDE, 1º Conde de – «Francisco Martins Sarmento. Reminiscências longínquas», in *Revista de Guimarães*, vol. especial, 1900

– MARQUES, A.H. de Oliveira – História de Portugal, 3 vols., Lisboa: Palas Editores, 1981

– MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira – Portugal Contemporâneo, vols. I e II, Lisboa: Guimarães Editores, 1986

– MARTINS, Rocha – D. Carlos: História do Seu Reinado, Lisboa: Edição do Autor, 1927

– MARTINS, Rocha – D. Manuel II (Memórias para a História do seu Reinado), vol. I, Lisboa: Sociedade Editora José Bastos, 1917

– MATOS, Lourenço Correia de – D. Manuel II e a Nobreza: Títulos autorizados no exílio (1910-1932), Lisboa: Dislivro Histórica, 2004

– MENEZES, Helena Cardoso de Macedo e Maria Adelaide Pereira de Moraes – Genealogias Vimaranenses, Braga: Tipografia Liv. Cruz, 1967

– MENEZES, João Felgueiras Cardoso de – O usufruto da segunda Condessa de Margaride: esclarecimentos necessários, Lisboa: Tip. Ramos, Afonso & Moita, 1956

– MENEZES, Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de – «A correspondência entre António Rodrigues Sampaio e o Conde de Margaride durante a administração do distrito de Braga (1871-1877) e do Porto (1878-1879)», in *Bracara Augusta – Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, vol. LVIII, N.º 116 (129), Ano de 2013

– MENEZES, Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de – Os Condes de Margaride e a sua descendência, 1ª edição, Lisboa: Instituto D. João VI, 2007

– MENEZES, Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de – «O Percurso Biográfico e a Actividade Parlamentar do 1º Conde de Margaride», in *Boletim dos Trabalhos Históricos do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta*, Série II, Vol. IX, Guimarães: A. M. A. P., 2009

– MENEZES, Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de – «Os tumultos entre Braga-Guimarães de 28-11-1885», in *Bracara Augusta – Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, vol. LX, N.º 118 (131), Ano de 2015

– MÓNICA, Maria Filomena – Fontes Pereira de Melo, Porto: Afrontamento, 1999

– MORAES, Maria Adelaide Pereira de – Ao Redor de Nossa Senhora da Oliveira, Braga: Barbosa & Xavier, 1998

– MORAES, Maria Adelaide Pereira de – Velhas Casas de Guimarães, 2 vols., Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2001

– MORAES, Maria Adelaide Pereira de e José Couceiro da Costa, co-autor – Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos: história de uma real irmandade, Guimarães: Real Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, 2004

– NEMÉSIO, Gonçalo Monjardino – Histórias de Inácios: A Descendência de Francisco de Almeida Jordão e de sua mulher D. Helena Inácia de Faria, 2 vols., Lisboa: Dislivro Histórica, 2005

– NOBREZA de Portugal e Brasil, Lisboa: Ed. Enciclopédia, 1960-61

– NORTON, Manuel Artur – «Boletim de Trabalhos Históricos» do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Vol. XXVIII, 1978

– OLIVEIRA, Manuel Alves de – Um motim de há 100 anos: entre Braga e Guimarães, in *Boletim de Trabalhos Históricos do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta*, vol. XXVI, 1985

– OLIVEIRA, António José de, coord. – 500 Anos: Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, Guimarães: Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 2016

– ORTIGÃO, José Duarte Ramalho – As Farpas, Tomo I, Lisboa: David Corazzi Editor, 1887

– PEREIRA, António Manuel – Governantes de Portugal desde 1820 até ao Dr. Salazar, Porto: Manuel Barreira, 1959

– PEREIRA, F. Gilberto – Homenagem à Memória do Conde de Margaride Dr. Henrique Cardoso de Macedo Martins de Menezes, Guimarães, 1934

– PERES, Damião e outros – História de Portugal, Barcelos: Ed. de Portucalense Editora, Lda., 1928-1944

– PIMENTA, Alfredo – Páginas Minhotas, Lisboa: Organizações Bloco, 1950

– PINHEIRO, Alfredo Dias – A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães: apontamentos para a sua história [S.l.: s.n.], 1931

– QUEIRÓS, Alberto de Magalhães – Uma Família Minhota, Braga: [s.n.], 1967

– RAMOS, Rui – João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001

– ROCHA, Hélder – Efemérides vimaranenses, Guimarães: O Povo de Guimarães, 1996-1998

– SAMPAIO, Jorge Pereira de – Casas com Tradição em Portugal «Casa do Carmo», pp. 134-141, Lisboa: Estar, 1998

– SERRÃO, Joaquim Veríssimo – História de Portugal, 12 vols., Lisboa: Verbo, 1986

– SERRÃO, Joel (org.) – Dicionário da História de Portugal, 6 vols., Porto: Figueirinhas, 1984

– TEIXEIRA, J.A. – Fidalgos e Morgados de Vila Real e Seu Termo, Coimbra: Instituto de Coimbra, 1990

– VASCONCELOS, Francisco de – A Nobreza do século XIX em Portugal, Lisboa: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, 2003

– VILA DO CONDE, Câmara Municipal de – Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde, n.º 1, Vila do Conde: C.M., 1960

– VILHENA, Júlio de – D. Pedro V e o Seu Reinado, vol. I e II, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921



NOTA INTRODUTÓRIA *

As *Actas da Vereação da Câmara Municipal*, de 1581, constituem um livro bastante extenso, de que, no presente volume da *Bracara Augusta,* publicamos apenas as relativas aos meses de Maio até ao fim de Setembro.

Quem costuma acompanhar este sector da *Bracara Augusta,* a que Frei António do Rosário dedicou a maior atenção para ir revelando decisões e documentos emitidos por D. Frei Bartolomeu dos Mártires, cuja causa de beatificação se estava a iniciar, tem plena consciência de que, ao longo dos anos, há muitas deliberações similares, emanadas das reuniões camarárias que se vão repetindo, com as alterações impostas pelas circunstâncias do momento. Nesse contexto, por vezes, surgem assuntos, nem sempre de resolução fácil e imediata, implicando, mesmo, a intervenção régia ou a do Senhor de Braga, que, então, era o Arcebispo Primaz. De tudo isso há exemplos também nas que, agora, se publicam.

No rol dos assuntos mais importantes, no início destes meses – Maio-Setembro – surge um que implicou a intervenção régia, pois estava em causa a recolha dos direitos reais, vendo-se o executor da comarca de Guimarães obrigado a queixar-se do recebedor e do rendeiro desses direitos, que se tinham apoderado, indevidamente,

---

* O Autor não segue o Acordo Ortográfico.

de elevada quantia, mencionando também diversas vilas e concelhos, infractores neste domínio, sendo necessário recorrer à intervenção do Monarca, como a documentação registada na Câmara comprova[1]. A dura experiência que acabámos de referir levou os regedores a notificar os recebedores do ano de 1581 e do anterior a comparecerem na reunião camarária, a fim de prestarem contas, dentro de prazo estabelecido[2]. Neste mesmo contexto, o porteiro da Câmara notificou Rodrigo Anes, recebedor do ano findo a pagar, de imediato, à Câmara de Guimarães a parte da sisa ainda em falta[3]. Pouco depois, Gonçalo Álvares e os demais recebedores do termo de Braga prestaram provas de terem pago ao almoxarife da comarca de Guimarães, João Correia de Mesquita, o correspondente ao primeiro quartel do ano de 1581[4]

Por inusitada, merece anotação especial a informação de que o quadrilheiro de S. Pedro de Este tinha notificado os moradores desta freguesia para que plantassem carvalhos, semeassem cevada e combatessem os pardais[5], no sentido de reduzir os estragos que eles pudessem causar, sabendo-se também que os jurados das freguesias de Nogueira e de Gualtar fizeram idêntica imposição aos seus moradores, quanto à plantação de carvalhos e sementeira de cevada[6].

Uma das atribuições da Câmara era zelar pelo controle dos preços dos bens alimentares, conhecida que era a tendência para o seu aumento. Foi por isso que os vereadores mandaram apregoar que o quartilho do azeite não poderia ser vendido a mais de vinte reais, sob pena de dois mil reais de multa e de prisão, sendo metade deste valor para a Câmara e a outra metade para o delator[7], tendo na mesma reunião camarária sido tabelado também o peixe fresco que viesse para a cidade, conforme as categorias especificadas, não podendo os almotacés alterar os valores fixados pelos verea-dores[8].

Por essa altura já se notava falta de pão e era necessário controlar as colheitas e a sua distribuição, de forma a não agravar as

---

1 Cf. fls.91-94. As folhas para que remeteremos, ao longo desta nota introdutória, correspondem às livro original das *actas* da Câmara, parcialmente publicadas neste volume da *Bracara Augusta.*

2 Cf. fl. 94 v.).

3 Cf. fl. 95.

4 Cf. fl. 97 v.

5 Cf. fls. 94 v.

6 Cf. fl. 95.

7 Cf. fl 95 v.

8 Cf. fl. 95 v.

dificuldades já sentidas Nesse intuito, em reunião camarária, foi decidido que os quadrilheiros assistissem às malhadas dos cereais das propriedades das igrejas e os rendeiros não as fizessem sem previamente notificarem os quadrilheiros, a fim de comparecerem, caso contrário, ficariam sujeitos a duras penas, bem como os rendeiros infractores[9]. Esta preocupação de acautelar o cereal produzido prosseguiu nas determinações para que ninguém tirasse pão cozido da cidade[10], e na intensificação da fiscalização a que o rendeiro do concelho deveria providenciar para que ninguém tirasse, de dia ou de noite, pão cozido, em gão ou em farinha[11]. Pouco depois, na reunião de 27 de Maio, incumbiram Heitor Dias de repartir o pão / cereal proveniente da renda das igrejas por quem entendesse[12], e, em 14 de Junho, surgem dois alvarás para os quadrilheiros acautelarem o pão das igrejas do termo de Braga[13], sinal de que as medidas tomadas anteriormente não lhes ofereciam as desejadas garantias.

Os problemas com os delegados às Cortes de Tomar voltaram, mais uma vez, às sessões da Vereação, tendo, em 16 de Junho, o doutor João Nogueira dado informações e, ao mesmo tempo, apresentado uma carta régia e diversas provisões, ficando transcritos, apenas, a carta régia, a provisão da concessão de sessenta mil reais por El Rei à Câmara de Braga para ajuda das despesas feitas pelos procuradores bracarenses às Cortes de Tomar e o alvará do privilégio concedido por Sua Majestade aos cidadãos de Braga[14]

Nos finais de Maio, os vereadores tinham bem presente que, em Junho, haveria as festas da cidade e decidiram dar um vestido de pano de cores da Covilhã ao responsável pela mourisca[15] e fazer vestes de várias cores para os gigantones e consertar-lhes as máscaras[16].

Os materiais utilizados nas festas anuais deveriam estar acautelados em casas de pessoas de confiança, que, como fiéis depositários, deveriam ser recompensados. Foi por isso que, em 31 de Maio, os vereadores ordenaram ao procurador que pagasse ao carpinteiro Simão Pereira *«o ordenado que sempre lhe pagavão por ter*

---

9 Cf. fl. 95 v.
10 Cf. fl. 96.
11 Cf. fl. 96,
12 Cf. fl.97.
13 C f. fl. 104.
14 Cf. fls.104 v.-106 v.
15 Cf. fl. 95 v.
16 Cf. p. 96.

os gigantes (gigantones) *em sua casa»*[17], fórmula que permite concluir que era depositário habitual.

No que podemos considerar rotina das reuniões das vereações municipais, figura a designação dos almotacés para o mês seguinte. Assim aconteceu, em 31 de Maio, em relação a Fernão Barco e Jerónimo Pinto, que saíram nos pelouros, para exercerem essas funções no mês de Junho, tendo Fernão Barco prestado juramento, de imediato[18]. Idêntico procedimento ocorreu, em 28 de Junho, com Bernardo de Castilho e Manuel Queirós para o mês de Julho, tendo sido dado juramento a Bernardo de Castilho, remetendo-se para mais tarde o de Manuel Queirós, então ausente[19]. Exemplificados dois destes procedimentos, cremos desnecessário mencionar aqui os dos meses seguintes.

Na preocupação de estabelecer uma certa unanimidade nos preços dos produtos das profissões em localidades relativamente próximas, deparámos com a deliberação tomada no final da reunião de 31 de Maio, que mandou apregoar, no prazo de dez dias, que a taxa dos sapateiros de Braga seria conforme à dos de Guimarães, o mesmo acontecendo em relação aos seus regimentos[20]. Que o prazo foi cumprido ficou expresso na fé que o escrivão deu, em 3 de Junho, de ter acompanhado o pregoeiro Martim Anes nos lugares, onde, habitualmente, são lançados os pregões[21]. Na reunião seguinte, em 10 de Junho, foi deliberado que os sapateiros deviam ter em sua casa os produtos previstos no seu regimento, mas não os podiam levar para fora da cidade, sem licença da Câmara, sob pena de pesadas sanções[22].

O desejo de que certos assuntos importantes ficassem devidamente esclarecidos fazia com que aos mesmos se voltasse mais que uma vez, como aconteceu com os delegados bracarenses às Cortes de Tomar. Desta vez, foi o procurador Diogo de Barros que apresentou uma provisão régia, que logo foi registada e devidamente transcrita[23]. O tema dos procuradores voltou a aparecer, mas, agora, para lhes pagarem, se alguma coisa lhes devessem[24], em 23 de Junho,

---

17 Cf. fl. 98.
18 Cf. fls. 97 v,-98.
19 Cf. fl. 110 v.
20 Cf. fl. 98 v.
21 Cf. fl. 99.
22 Cf. fls. 100 v.-101.
23 Cf. fls. 99-100.
24 Cf. fl. 109.

para o encerramento, pretensamente, definitivo das contas[25], de que os dois procuradores deram fé[26]. Apesar disso, no dia um de Julho, os dois vereadores voltaram a pronunciar-se sobre o assunto[27] e no dia cinco foi enviado um emissário a Coimbra para trazer os privilégios concedidos pelo Monarca à cidade de Braga[28], sendo também enviada uma carta à Câmara de Lisboa a propósito do dinheiro que El Rei tinha concedido para ser repartido pelas Câmaras[29]. O tema das contas dos procuradores voltou a ser tratado na reunião de vinte e seis de Agosto[30] e na de nove de Setembro, como revelam os documentos transladados no livro das *Actas*[31].

Assunto difícil de controlar era o preço de produtos indispensáveis no quotidiano das populações e os jornais diários dos mestres de diversas profissões e dos seus subalternos. Por isso, na sessão camarária de 7 de Junho, fixou-se em trinta reais o preço do arrátel de sabão[32] e estabeleceram os valores dos jornais dos pedreiros, carpinteiros e respectivos subalternos, desde o primeiro dia de Outubro até 1 de Março – preço de Inverno – e de Março até 30 de Setembro – preço de Verão[33].

Não era raro detectar atrasos no pagamento a pessoas qualificadas, de cujos serviços a população carecia. Foi o que aconteceu com o médico Bernardo Velho, cujo vencimento era de dez cruzados, como constava da provisão que ele tinha em seu poder[34].

A defesa da saúde pública exigia a limpeza das ruas, tendo-se acordado, na reunião de 17 de Maio, que o procurador desse a cada um dos homens que viessem *«varrer e alimpar as ruas e os muros e todo o que lhes est ma[n]dado que fasão nesta cidade»* um vintém «pera beberem»[35]. E porque a situação deveria ser mais grave, em 7 de Junho, os vereadores proibiram o lançamento de lixo ou outras imundícies na cangosta que descia para o Fojacal por trás de S. Marcos, decisão extensiva à cangosta de S. Sebastião, à rua de

---

25 Cf. fls. 109 v.-110.
26 Cf. fl. 111.
27 Cf. fl. 111.
28 Cf. fl. 112 v.
29 Cf. fl. 112 v.
30 Cf. fls. 125-125 v.
31 Cf. fls. 128 v.-130.
32 Cf. fl. 101.
33 Cf. fls. 101-101 v.
34 Cf. fl. 100 v.
35 Cf. fl. 95 v.

Palhais e ao rossio do Colégio de S. Tiago[36], não se devendo esquecer que se estava a aproximar a festa de S. João, que obrigava a Câmara a cuidados redobrados, ordenando que se limpasse o Campo de Santa Ana para essa festa da cidade[37], ordenando que todas as pessoas, de quaisquer condições sociais, na véspera e no dia da festa de S. João, recolhessem os seus porcos e não os deixassem andar à solta, nas ruas, sob a pena de cinquenta reais, aplicada por cada porco encontrado[38].

No dia 10 de Junho, a vereação, consciente do perigo que o estado da casa da Câmara representava para os participantes nas reuniões e para quantos a ela se dirigissem, realizaram a reunião desse dia nas pousadas do juiz ordinário, licenciado Mateus Fernandes e decidiram que, de futuro, aí continuariam a reunir-se[39], mas, as providências relativas à reparação profunda do paço da Câmara, só voltariam a ser tomadas quase um mês depois, na reunião de 5 de Julho[40], tendo sido apregoado o concurso para a realização da mesma[41], e que, então, foi deliberado comprar seis carros de cal para esta obra[42]. Apesar da necessidade e urgência anunciada das obras do paço da Câmara, não podemos deixar de assinalar o atraso verificado no início da obra, pois, em dezanove de Agosto, voltaram a insistir no perigo em que o edifício se encontrava e mandaram chamar os pedreiros necessários[43], mas, na semana seguinte, voltam a dar indicações concretas[44].

Entretanto, foram resolvendo questões em suspenso ou em atraso, como acontecia com os recebedores da sisa do ano de 1580, Gonçalo Anes e Álvaro Luís, intimados a apresentarem certidão ou quitação do mencionado pagamento, sob pena de prisão[45], sendo recorrentes os problemas relativos à notificação dos almotacés saídos nos pelouros e os seus juramentos, como aconteceu com Manuel Bravo, substituto de Jerónimo Pires[46].

---

36 Cf. fl. 100 v.
37 Cf. fl. 109.
38 Cf. fl. 108.
39 Cf-fl. 101 v.
40 Cf. fl. 112.
41 Cf. fl. 113
42 Cf. fl. 112 v.
43 Cf. fl. 123.
44 Cf. fls. 124 v-125.
45 Cf. fls. 102-102 v.
46 Cf. fls. 102 v.-103.

Entre os assuntos frequentemente tratados em reuniões camarárias contam-se os registos de privilégios para determinados munícipes exercerem funções de mamposteiros ou recebedores de esmolas, em certas igrejas. Assim aconteceu, em 10 de Junho, com o privilégio do mamposteiro-mor dos cativos que designava o sapateiro Geraldo Gonçalves para as arrecadar na casa nova da Misericórdia de Braga, devendo o privilégio ser apresentado na reunião camarária e ficar registo no livro de *Actas*[47], tendo na mesma reunião aparecido Frutuoso Afonso com idêntico privilégio para arrecadar as esmolas para os cativos na igreja de S. Simão de Este[48]. Além de outros privilégios, bastará anotar que, em 10 de Julho, foi apresentado o que instituía o alfaiate Francisco Fernandes como mamposteiro da Misericórdia na ermida de Santo Adrião[49], e, em 23 de Agosto, Domingos Peres, como mamposteiro dos Cativos, nas capelas de S. Miguel o Anjo e de Santo Amaro[50].

A aproximação da festa de S. João levou os vereadores a tomarem decisões muito concretas quanto às manifestações que teriam lugar na véspera e no próprio dia da festa, mencionando: a dança das espadas, a saída da Serpe, dos cavalinhos, a mourisca, os espingardeiros, quem deveria levar a bandeira, sobre a presença do porco preto e a sua largada, bem como em relação aos grupos de danças, aos gaiteiros, etc.[51].

Quanto aos problemas da segurança na cidade, na reunião de 17 de Maio, ficou decidido que Francisco Rebelo, escrivão da almotaçaria não fizesse nenhum alvará para libertação de qualquer pessoa que a Câmara tivesse mandado prender[52], determinação que sugere que haveria quem tentasse contrariar as decisões tomadas neste domínio. Neste sector insere-se também a ordem para que os capitães da cidade: Fernão de Teive, Francisco de Almeida, Paulo Machado, Manuel Figueira e o doutor João Nogueira entregassem as bandeiras e os tambores na Câmara até à próxima reunião[53].

Entre os diversos assuntos apresentados à Vereação, na reunião de doze de Julho sobressai a provisão do Arcebispo D. Frei

---

47 Cf. fl- 103 v.
48 Cf. fls. 103 v.-104.
49 Cf. fls. 119-119v.
50 Cf- fl. 124.
51 Cf- fls.107-108.
52 Cf- fl. 96.
53 Cf. fl 98.

Bartolomeu dos Mártires nomeando o licenciado Leonardo Borges, seu ouvidor, para o lugar de Juiz do Órfãos, vago por morte do licenciado António Camelo, provisão e documento de fiança transladados no livro das *Actas*[54].

A apresentação que acabamos de fazer dos assuntos tratados nas reuniões camarárias de Braga, ao longo dos quatro meses e meio (13 de Maio - 30 de Setembro) não pretende ser uma enumeração exaustivas, mas, apenas, contribuir para estimular os eventuais leitores à busca daqueles que mais lhe interessem. Nesse sentido, como temos feito, noutras ocasiões, procurámos que esta publicação possa ajudar a conhecer o quotidiano quinhentista da população bracarense, que ainda sentia os efeitos da Cortes de Tomar, quando o mandato arquiepiscopal de D. Frei Bartolomeu dos Mártires, que durante elas tinha solicitado ao Romano Pontífice a sua resignação, se encaminhava para o fim.

No esforço despendido na preparação dos textos destas *actas,* que a seguir se publicam, por vezes, deparou-se com algumas dificuldades, que nem sempre foi possível ultrapassar, pelo que contamos com a benevolência dos leitores.

Resta-nos agradecer à Direcção da «Bracara Augusta» pela compreensão demonstrada, face às circunstâncias em que este trabalho foi concluído.

José Marques

---

[54] Cf. fls. 115-118 v.

Actas das vereações Municipais de Braga*
(Maio – Setembro de 1581)

[*Continuação do vol. LXIV, Tomo 1*]

(Fl. 91 v)[55] **Tresllado da provisam**

Eu El Rey ma[*n*]do a vos provedor da vila e comarqua de Guimarães ou quen (*sic*) voso carguo servir que vejaes a pitiçan atras escrita de Andre Corea de Misquita executor da dita comarqua e achando que as pesoas nella comteudas arecadarão as comtias do dinheiro que na dita pitição decllara ou allgia parte dellas sem provizões minhas os executareis e arecadareis deles e de suas fazendas e de quen lho fez emt[*r*]egar todo o que achardes que tiveren recebido e ho fareis emt[*r*]egar ao dito executor comforme a seu comtrato pera que venha a boa arrecadasão. Este (*sic*) compriries (*sic*) como nele se comten posto que não seja pasado pella chamcelaria sen embarguo da ordenasão do segundo livro, titulo vinte em comtrairo. Bautista de Quevara a fez em Ellvas a treze de Janeiro de mil e quinhentos e oytenta e hum anos. Eu Nuno Allvarez Pereira a fiz escrever. Rey. Recebido Nuno Allvarez Pereira. A levara pera que ho provedor da comarqua de Guimarães veja a pitiçam acima e as pesoas nela comteudas que sen (*sic*) provizan de Vosa Magestade arrecadarão allgum dinheiro os execute por ele e arrecade de suas fazendas e de quen lhe fez entregar ho dinheiro e ho emtregue ao executor da dita comarqua comforme a seu comtrato e que esta não pase pella chancellaria.

---

* Transcrição de Maria Cristina Almeida Cunha Alegre.
Coordenação, revisão e subtítulos de José Marques.

55 Esta transcrição começa com o treslado de documentação estranha à Vereação bracarense, devidamente anunciada na acta imediatamente anterior, transcrita no último n.º da Bracara Augusta.

Tresllado do (*sic*) **aprecatoria do tizoureiro mor**

Gaspar de Landin cavaleiro fidalguo da casa d'El Rey noso senhor e seu tizoureiro mor de seus reinos de Portugal executor mor e tizoureiro (fl. 92) d'arqua etc. faço saber aos muito magnifiquos senhores ouvidores e contadores e provedores juizes de fora ordynarios de todas as cidades, villas e lugares da comarqua do allmoxarifado de Guimarães e asy aos senhores ouvidores e a quaesquer justiças a que esta carta for apresentada que El Rey noso senhor por o regimento de meu huficio (*sic*) e provizões que tenho me manda emtregar todo ho [*di*]nheiro de seus reinos do anno pasado de quinhentos e oytenta e que pera iso tome conta aos executores e allmoxerifes do reino pelas folhas do asentamento e que a nenhias pesoas sen seu mandado ou de sua fazenda ha leve aos oficiaes da yustiça (*sic*) que escrevam em seu serviso e pera ser notefiquado aos executores e pasei cartas pera todo ho reino que la devião ser apresentados a Vosas Merces pera lhe ma[*n*]dar fazer as notefiquações aos ditos executores e que pera yso trouxesem as folhas do asentamento e conhecimentos do que tinham gagno (*sic*) e ate ora me não servindo nenhum dos executores desas partes e deve o de causar não se fazer ysto com ha diligencia que conven ao serviso de Sua Magestade e Vosas Merces conprirão com ha obrigasão de seus oficios e hora pareceo nesta Corte Andre Corea de Misquita ex[*e*]cutor do dito allmoxerifado e me dise que não lhe fora notefiquado cousa nenhia e não trazia dinheiro pera Sua Magestade porque ho que tinha arrecadado lhe mandara ho senhor don Duarte meirinho mor veador da Fazenda emtregar todo ha Fernão Nunnez Bareto feitor da (fl. 92 v) cidade do Porto pera conprar carnes pera as armadas da India e outras armadas e asi pagara a dom Garcia Sarmento por provizan de Sua Magestade novecentos mil reais e en Bragua lhe tomarão os officiaes da camara quoatrocentos mil reais dos recebedores das sizas da dita cidade e en Amarante lhe tomarão os oficiaes do comcelho ao recebedor cento e trinta mil reais e no concelho de Filgueiras tomarão ao recebedor trazentos mil reais. E por estas causas tomarão os vreadores de Guimarães aos recebedores d'ell rey noso senhor dos direitos reaes hum conto de reais pera muros e ho que lhe pareceo e poderião tomar mais despois della quase por os lugares do dito allmoxarifado despois que della veio que anda nesta Corte. E por estas causas e por causa dos levantamentos de dom Antonio nem lhe quis pagar nen (*sic*) hobedeser e dom

Antonio o ma[*n*]dava prender pello que se veo fogyndo a esta Corte. E esta[*s*] forão as causas por honde não trouxera dinheiro e que era necesario hir arrecadar e me pedyo carta pera yso pelo que lhe pasei a presente pela quoal lhes reiqueiro (*sic*) e mando da parte de Sua Magestade a quoalquer de Vosas Merces a que for apresentada que loguo com muita diligencia lhe façan pagar todo ho dinheiro que se deve a Sua Magestade [*so pena*] da cadea e prendão em feros os que ell mandar e lhos executem com todo rigor ate pagaren com todas as (*sic*) e cunprão en todo seus mandados inteiramente. Com esta mando aos oficiaes das (fl. 93) camaras que lhe tomarão o dinheiro pera os muros e outras despesas que fizeran que loguo lho emtregem e paguen sen lhe conhecer de rezão nenhia que dem pera deixarem de todo pagar, sallvo tendo comisão de Sua Magestade ou dos seus veadores da fazenda pera poderen tomar ho tall dinheiro e gastallo e não ou seja (?) os prenderão e enxecutarão com efeito ate todo pagaren e ho dito executor usara na dita arrecadasão de seu comtrato e regimento sen lho nimguem perturbar nen hir a mão, antes como dito he, lhe darão todo favor e ajuda que pedir pera com efeito se fazer as tais arrecadações e execusões pera loguo ho dinheiro ser trazido a esta Corte. Ho que huns e outros conprirão com muita diligencia e desejo ter a Sua Magestade por ben servido e do mais recebera desprazer e dara a cada hum ho castiguo que a cada hum merecer. Feito em Elvas dez dias do mes de fevereiro. Simão Nunez escrivão do carguo a fez. De mil e quinhentos e oytenta e hum. Gaspar de Landim. Simão Nunez.

O doutor Manuel da Guera coregedor provedor e contador com allçada por El Rey noso senhor em esta comarqua da villa de Viana Foz de Lima etc. faço saber a todos os senhores coregedores ouvidores juizes e justiças a que este meu precatorio for mostrado e ho conhecimento della pertemcer como a min me foy apresentado ho precatorio atras do senhor Gaspar de Landim (fl. 93 v) Carvalho ho quoal mandei que se conprise e pasar ho presente pera Vosas Merces pelo quoal lhes requeiro da parte de Sua Magestade que em todo cunprão he ma[*n*]dem conprir como em ella se comten sen duvida nen embarguo allgum que a ello seja posto per que tendo-os os (*sic*) virão perante mim alegar e Vosas Merces não conhecerão deles. Dado em Ponte de Lima sob meu sinal e sello dos Contos aos oyto dias do mes de Maio, Gaspar d'Amorin escrivão o fiz. De mil he quinhentos e oytenta e hum anos. Pagou os.vinte reais e d'asinar vinte reaes. Guera. Valha sen sello. Ao sello dez reais.

Comisão

Andre Corea de Misquita executor do almoxarifado de Guimarães per este per min feito e asinado faço meus procuradores os senhores Joam Corea de Misquita morador em Vila Real e ao licenciado Domingos Rodriguiz coregedor da comarqua de Guimarães e ao Padre Manuel Lourenço pera que todos e cada hum deles arrecadar e receber todo dinheiro de Guimarães asy dos anos pasados como deste presente de que hão executar [e] executem todos os devedores asy recebedores como rendeiros dos direitos reaes com todas as pesoas que deverem dinheiro a El Rey noso senhor do dito almoxarifado. E lhes cometo minhas vezes asi como eu fizera se fora presente. A que todo obriguo minha pesoa e fazenda a todo conprir por quoanto eu ora vou as Cortes por mandado d'El Rei noso senhor (fl. 94) outrosi levar dinheiro do dito allmoxarifado e poderão dar pagas e quitações todos juntos e cada hum per sy, pelo que requeiro a Vosas, diguo, a todos os coregedores, ouvidores, juizes e justiças deixem receber e arecadar todo <o> dito dinheiro e os favoresão por serviso do dito senhor. Feita em Villa Real per min feita e asinada aos vinte de Março de mil e quinhentos e oitenta e hum. Andre Corea de Misquita.

Sertifiquo eu Gaspar Fernandes tabeliam do puprico e judicial desta villa de Villa Reall por provizam d'El Rei noso senhor que pera iso tenho que e verdade que ha letra e sinal acima de comisão e do senhor Andre Corea de Misquita executor do allmoxarifado de Guimarães e oje en dia serve seu hoficio. E por verdade fiz e asinei aqui de meu sinal puprico que tal he oje vinte e hum dias do mes de Março de mil e quinhentos e hoitenta e hum anos.

Os quoaes papeis atras declarados eu escrivão os treladei e comsertei com os propios que emtreguei a Gonçalo Annes caminheiro que os apresentou o quoal os recebeo e asinou.

De Gonçalo + Annes

Notificação aos recebedores de 1581

Item na dita camara notefiquei eu escrivão por ma[*n*]dado dos ditos regedores a precatoria do executor Andre e o do senhor Joam Corea de Misquita a saber, a Gaspar Almeida, Pero Jacome, Francisco da Costa, Symão d'Aguiar recebedores (fl. 94 v) deste presente anno e lhes asinei o termo comtido na dita carta precatoria que fiqua en meu poder.

Notificação aos recebedores de 1580

Item mais ma[*n*]darão a Gonçalo Fernandes porteiro que notefiquase aos recebedores do ano atras a saber, Allvro (*sic*) Luis, Domingos d'Aguiar, Rodrigo Annes alfaiate, Migel Rodriguiz çapateiro e que viese[*m*] dar fee a min escrivão e que lhes asinase o termo na carta contido, e asinarão.

Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Farto / Almeida /Eytor Diaz
Francisco Soares / Boaventura
Maio
Martim da Maia

Sabado dezasete di, diguo, quoarta feira dezasete dias do mes de Maio de mil e quinhentos oytenta e hum annos forão juntos em camara hos senhores <Mateus Fernandes Farto juiz> Eitor Diaz, o licenciado Francisco Soares, Damiam d'Almeida vreadores, Boaventura Maio procurador. Com entrelinha que diz "Mateus Fernandez Farto juiz".

Informação do quadrilheiro de S. Pedro de Este quanto à plantação de carvalhos, sementeira de cevada e combate aos pardais

[56]Item na dita camara pareceo Domingos Francisco quadrilheiro da freguesia de San Pedro d'Este e deu fee que notefiquara aos da sua quadrilha que puzesem carvalhos e semeasem sevada (fl. 95) e matasem os pardaes e que em tudo conprisem a vreasão e asinou.

Domingos + Francisco quadrilheiro

Juramento do jurado de Navarra

Item na dita camara pareceo Francisco Gonçalvez jurado de Nabara e jurou aos Santos Avangelhos de fazer seu hofizio ben e verdadeiramente comforme ao carguo que tinha, e asinou.

Do jurado + Francisco Gonçalvez

Fé do jurado de Nogueira sobre a plantação de carvalhos e sementeira de cevada

Item mais pareceo na dita camara ho jurado de Nogueira Pedro Gonçalvez o novo e deu fee que notefiquara aos moradores na dita freguesia que semeasem sevada e pozesem carvalhos e conprisem em todo a vreasão, e asinou.

Pero + Gonçalvez jurado

Fé do jurado de Gualtar sobre a plantação de carvalhos e sementeira de cevada

Item pareceo mais Gonçalo Dominguiz jurado de Guoaltar que notefiquara a todos os freigueses que tivesem postos carvalhos e semeasen sevada e todo ho mais que erão obrigados comforme a vreasão, e asinou.

Gonçalo + Dominguiz jurado

Notificação a Rodrigo Anes para pagar à Câmara de Guimarães o que estivesse em falta

Item deu fee Gonçalo Fernandez porteiro da camara que notefiquara a Rodrigo Annes alfaiate recebedor do anno pasado que fose pagar a Guimarães ho que tivese por pagar que recebera da dita syza e isto em termo de hum dia e que não achava o[*s*] mais recebedores que lhe parecia que se escondião e Suas Merces mandão notefiquar suas molher[*es*] ou hum vezinho mais chegado, e asinou.

De Gonçalo + Fernandez

(Fl. 95 v) **Pregão sobre o preço do azeite**

[57]Item acordarão na dita camara que se lancase pregon que pella enformasão que do custo do azeite tinhão que não valese o quoartilho mais de vinte

---

[56] Na margem tem "*juramento do jurado de Nabara"*.
[57] Na margem tem "*acordo do azeite*".

[*reais*] sob pena de dous mil reais e da cadea pera ho concelho e quem ho acusar a outra metade.

Tabelamento do pescado fresco.

[58] Item acordarão mais que nenhum pescado fresquo que vier a esta cidade fose posto nen valese mais o arratel de dez reais e ho lanhado doze reais e ho rezemte (*sic*) a treze reais ho aratel e hos allmotaces não poderão acresentar esta postura demen[*u*]ir sy sem licença da dita camara quoanto acresenta. E se notefiquem os allmotacees pera ho sobredito. Por mim escrivão.

Os quadrilheiros informem a Câmara do pão que rendem as igrejas.

[59] Item acordarão que se pasase allvara pera os quadrilheiros deste termo estarem presentes ao malhar do pão das rendas e viren asentar a esta camara ho pan que achar que rende a dita ygreja e ho medirão e hos rendeiros ho não malhem sen eles pera ho que serão notefiquados e asy tomarão comta do milho e todo embargarão que não saia fora da freguesia sem licença da dita camara con pena de vinte cruzados da cadea e ho pão perdido. E os quoadrilheiros comprirão esto com pena de dez cruzados da cadea.

Preço dos varredores das ruas.

Item acordarão que ho procurador de hum vintem a ca[*da*] hum dos homens que vieren varer e alimpar as ruas e muros e todo que lhes esta ma[*n*]dado que fasão nesta cidade pera beberem.

Vestido de pano da Covilhã, a cores, para o alfaqueque da Mourisca.

Item acordarão que se dese hum vistido de Covilhan de cores com seu capilho ao alfaqueque da Mourisqua.

(Fl. 96) **Proibido tirar pão cozido da cidade**

Item na dita camara deu fe Martim Annes que deitara o pregam que nenguem tirase pão cozido fora desta cidade e todo o mais que se acordou no acordo atras de dez de Maio deste presente anno, e asinou.

De Martim + Annes

Proibição de soltar pessoas presas por ordem da Câmara.

Item na dita camara ma[n]darão hos ditos juizes e vreadores e procurador a Francisco Rabello escrivão d'allmotaçaria que não fizese allvaras de sultura a nenhia pesoa que esta camara mandase prender e isto lhe foy notefiquado en sua pesoa as sinquo oras da tarde y ele dise que ho faria, e asinou.

Vigilância nocturna da saída de pão cozido, em grão ou farinha

[60] Item acordarão que o rendeiro do comcelho corese de dia e de noite suas rendas e vigiase todas as pesoas que desta cidade tirasem pão cozido ou moido ou em gram e que sendo achado com hum porteiro da noite por as justiças que não seja preso nen avexado pera ho que ma[*n*]darão a mim escrivão pasase precatoria pera ho ouvidor e mais justiças.

---

[58] Na margem tem "*acordo do pescado*".
[59] Na margem tem "*acordo do do (sic) pam pera hos quadrilheiros estarem a malhada*".
[60] Na margem tem "*precatoria pera ho coimeiro*".

Vestes de cor e conserto das máscaras dos gigantones

[61]Item na dita camara ouvirão partes e despacharam pitições, diguo que acordarão que se fizese de vistir aos gygantes e ao pai de boquacim de cores e que conserte as masquaras aos gigantes.

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão piitições. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.(fl. 96 v) com antrelinha que diz "Mateus Fernadez Farto juiz". [*Eu*] sobredito o escrevi e asinarão.

Farto / Eytor Dyas / Almeida
Francisco Soares / Boaventura Maio

Não houve reunião de Câmara

Sabado vinte dias do mes de Maio de mil e quinhentos e oytenta e hum anos forão juntos em camara os senhores Eitor Diaz he Damião d'Allmeida vreadores. E por não virem os mais e hos juizes não fizerão camara e ma[n]darão fazer este termo. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Eytor Dyas / Damião d'Almeida

Sabado vinte e sete dias do mes de Maio de mil e quinhentos e oytenta e hum anos forão juntos em camara os senhores licenciado Mateus Fernandez Farto juiz ordinario, Eitor Diaz, o licenciado Francisco Soares, Damião d'Almeida vreadores, Boabentura Maio procurador. E asy Francisco Teixeira juiz. [E*u*] sobredito o escrevi[62].

Entrega das chaves do cofre dos almotacés

Item na dita camara pareceo Manoel Luis vreador mais velho do ano atras (fl. 97) de oytenta ao quoal foi entregue a chave, diguo, hia das chaves do cofre dos allmotaceis segundo custume, e asinou.

Manoel Luis

Pregão fixando o preço máximo do azeite

Item na dita camara deu fee Martin Annes preguoeiro que aos dezasete dias do mes de Maio lançara pregam pela cidade que ninguen vendese ho azeite aquoatilhado mais que ha vintem ho coartilho com pena de dous mil reais e da cadea, e asinou.

De Martim + Annes

---

[61] Na margem tem "*dos gigantes*".

[62] Este acrescento e subscrição do escrivão deve ter sido feita num momento posterior, ou, pelo menos, a tinta é diferente da utilizada na abertura da acta.

Repartição do pão das igrejas do termo

Item na dita camara cometerão a Eitor Diaz que repartise o pam das igrejas deste termo por as pesoas que lhe parecer.

Ausências do juiz e de um vereador da Câmara

Item da dita camara se sairão ho licenciado Mateus Fernandez Farto juiz e ho licenciado Francisco Soares vreador e portanto não asinarão.

Aumento da remuneração de dois tocadores da mourisca

[63]Item na dita camara acordarão de a[*c*]resentar a Francisco Alvarez e a Gaspar Alvarez por tangerem os atambores da mourisqua, a saber, a Francisco Alvarez lhe darão oito tostões e a Gaspar Alvarez sete. E aos mais tangeres gaita e salteio vinte reais cada hum, que são sinquoenta cada hum.

Audiências, despachos e petições

Item na dita camara ouvirão partes e des-(fl. 97 v)pacharão petições e asynarão os sobreditos.

Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Francisco Teixeira / Almeida
Eytor Dyas
Boaventura Maio

Quarta feira trinta e hum dias do mes de Maio de mil e quinhentos e oytenta e hum anos forão juntos em camara os senhores o licenciado Mateus Fernandez Farto, Francisco Teixeira juizes, Eytor Diaz, o licenciado Francisco Soares vreadores, Boaventura Maio procurador e asy Damião d'Almeida vreador.

Os recebedores do termo de Braga apresentam quitação do pagamento do primeiro quartel de 1581 feito ao almoxarife da comarca de Guimarães

[64]Item na dita camara pareceo Gonçalo Alvarez caleiro recebedor do termo e contos desta cidade e apresento[*u*] quitasão e pagua e asi todos os mais recebedores deste presente anno de oyenta e hum e mostrarão pagas do primeiro quoartel de Joam Corea de Misquita allmoxerife da comarqua de Guimarães.

Almotacés para o mês de Junho

[65] Ite na dita camara forão tirados os allmotaceis do cofre, da bolça (*sic*), hum dos pelouros e sairão por allmotaceis Fernão Barquo he Jeronimo Pinto, os quaes forão ma[*n*]dados chamar e pareceo logo Fernão Barquo pera tomar juramento. (fl.98) E loguo na dita camara pareceo Fernão Barquo que saio por allmotacel ho mes de Junho deste presente ano ao quoal foy dado juramento dos Santos Avangelhos em que elle pos sua mão sob carguo do quoal lhe mandarão que bem e verdadeiramente servise de allmotacel ho dito mes de Junho e guoardase a ordenação d'El Rey noso senhor e vreações desta camara e justiça as partes e asinou. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Barco

---

[63] Na margem tem: "*acordo do que acrecentarão aos atandores e mais tangeres"*
[64] Na margem tem: "*quitações os recebedores*"
[65] Na margem tem: "*almotaceis*"

Reunião extraordinária para receber o dinheiro da Câmara recolhido por Álvaro Figueira e outras peças que estavam na mão de privados

Item acordarão que sesta feira proxima que vem se ajuntasem os vreadores as duas oras pera se tomar conta a Allvro Filgueira do dinheiro que recebeo da camara e tamben mandarão notefiquar as pesoas que tem peças deste comcelho do serviso da reppublica que pareção nesta camara pera sabado.

Notificação para os capitães da cidade entregarem as bandeiras e tambores da Câmara, sob diversas penas

Item na dita camara acordarão que eu escrivão notefiquase a Fernão de Teive Francisco d'Almeida, Paullo Machado e ha Manuel Figueira e ao doutor Joam Nogueira capitães desta cidade que emtreguem as bandeiras e atambores nesta camara da notefiquasão ate ha primeira camara, con pena de pagarem todo de suas casas e a mim escrivão lho não notefiquase sob pena de sospensão e de dez cruzados.

Pagamento a Simão Pereira, carpinteiro, por ter os gigantones em sua casa

Item acordarão que o procurador pagase a Simão Pereira carpinteiro o ordenado que sempre lhe pagavão por ter os gigantes em sua casa.

(Fl. 98 v) **Audiências e despachos**

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão pitições. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevy e asinarão. Sobredito ho escrevi.

Pregão da aprovação da taxa dos Sapateiros como a de Guimarães

[66]Item decllaro eu escrivão que acordarão mais que se apreguoase a tauxa dos Çapateiros da maneira que se uza em Guimarães e comforme a hia tauxa que os çapateiros trouxerão de Guimarães a esta cidade e lerão todos seus regimentos conforme a dita taixa de Guimarães e isto em termo de dez dias sob pena da vreasão. E se apreguoara nesta cidade. E asinarão. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Farto / Francisco Teixeira / Almeida
Boaventura Maio
Eytor Dias / Francisco Soares

Sabado tres dias do mes de Junho de mil e quinhentos e oytenta e hum annos forão juntos em camara hos senhores Francisco Teixeira juiz, Eitor Diaz, o licenciado Francisco Soares e Damião d'Almeida vreadores e Boaventura Maio procurador.

Guarda de uma certidão no cartório Câmara

Item na dita camara acordarão que hia sertidão que eu escrivão cobrara de Christovão de Rezende das provisões de sua mão dada e perdão geral (fl. 99) que eu escrivão entreguei ao ouvidor se metese no cartorio da camara.

---

[66] Na margem tem: "*acordo da tauxa dos sapateiros*".

Fé da notificação feita pelo escrivão da Câmara a dois capitães para entregarem as bandeiras e tambores

Item na dita camara dei eu escrivão fee que notefiquara a Paullo Machado e ha Fernão de Teives capitães que entregasem as bandeiras e atanbores como me foi ma[n]dados (*sic*).

Fé da notificação feita pelo escrivão ao ouvidor

Item na dita camara dei eu escrivão fee que notefiquara hia precatória ao senhor ouvidor como me estava ma[*n*]dado no acordo atras.

Fé da notificação feita pelo escrivão a João Ferro, recebedor do ano anterior das sisas das propriedades, para comparecer na câmara

Item na diita camara dei eu escrivão fee que notefiquara a Joam Fereiro recebedor do anno pasado das sizas das propiedades que parecese diante de Suas Merces nesta camara.

Fé do escrivão de como Martim Anes apregoara a taxa dos sapateiros, vinda de Guimarães, e de como ele o acompanhou pelos lugares do costume

[67]Item e asi mais dei eu escrivão fee de como Martin Anes pregoeiro apreguoara a tauxa dos sapateiros que veio da vila de Guimarães com ho quoal Martin Annes eu escrivão andei pelos lugares acostumados da cidade e lhe dei a tauxa e regimento de verbo a verbo e ele ho apreguoou (*sic*) e isto no primeiro dia do mes de Junho deste presente ano.

Que uma provisão régia se registasse no livro das Actas

Item acordarão que hia provizam que veio de Sua Magestade que trouxe Diogo de Baros procurador das Cortes se registase neste livro. A quoal he a seguinte:

Treslado da provizam

Eu El Rey faço saber aos que este allvara virem que antre os capitulos particulares (fl. 99 v) que a cidade de Bragua me emviou por seus procuradores que vierão as Cortes que fiz nesta villa de Tomar este anno presente de quinhentos e oitenta e hum veio hum capitollo de que ho treslado he o seguinte:

Item fazem os taverneiros e vendeiros grandes extu[*r*]ções e roubos aos povos não goardando as pusturas e mandados das camaras e allmotaceis e pera a sua vontade uzarem de suas ladroices, tanto que os allmotaceis entram lhe ponha sospeições a fim de durarem quorenta dias e pasar o tenpo que serve ho almotacel. Pede a Vosa Magestade mande que pondo os sobreditos sospeições não uzem de seus officios e mesteres ate os fazerem detreminar que sera em cinquo dias e pasados eles uzem os allmotaceis de sua jurdição não sendo julgados de sospeitos ho que he em grande proveito do povo. E porem, e visto por mim ho dito capitullo e as causas que se nelle alegam ey por bem e me praz que ponha daqui em diante os taverneiros e vendeiros da dita cidade de Bragua e seu termo sospeições aos allmotaceis della por rezam do comteudo no dito capitullo não uzem os ditos taverneiros e vendeyros dos ditos seus oficios e mesteres ate as ditas sospeições se detreminem como for justiça. Ha quoal detreminasão eles farão fazer demtro en cinquo dias que comesarão do dia em que as ditas sospeições forem postas e tanto que forem pasados poderão os ditos

[67] Na margem tem: "*pregão dos Çapateiros e taixas*".

allmotaceis usar de sua jurdição não sendo jullgados de sospeitos. E ma[*n*]do a todas as justiças hoficiaes e pesoas a que este allvara for mostrado e o conhecimento dell pertencer que ho cumprão guoardem e fasão inteiramente conprir e guoardar como se nele comtem. Ho quoal se regestara no livro da camara da dita (fl. 100) cidade de Bragua e este proprio se pora no cartorio della em toda guoarda boa que ey por bem que valha como carta e não pase p[*e*]lla chancelaria sem enbarguo da ordenasão do segundo livro titullo vinte que ho contrairo despoin (*sic*). Pero de Seixas ho fez em Tomar aos dezanove de Maio de mil e quinhentos e oytenta e hum. rey. Allvara da cidade de Bragua. E de que Vossa Magestade per elle ha por bem sobre os taverneiros e vendeiros della e de seu termo. Como e decllarado no capitulo de Cortes da dita cidade acima tresladado e que ste (*sic*) valha como carta e não pase pella chancelaria. Pero Barboza/ Jeronimo Pereira.

Ho quoal allvara eu escrivão Martin da Maia escrivão da Camara desta cidade fiz tresladar, diguo, tresladei ben e fielmente do propio que ficou lançado no cartorio da dita camara ben e fielmente e me reporto em todo e por todo a dita provisão e asinei de meu sinal custumado aos tres de Junho de quinhentos e oitenta e hum anos.

Martin da Maia

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão pitições e asinarão. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Francisco Teixeira / Eytor Diaz / Almeida
Francisco Soares / Boaventura Maio

(Fl. 100v) Quoarta feira sete dias do mes de Junho de mil he quinhentos e oytenta e hum annos forão juntos em camara os senhores Francisco Teixeira juiz, Eytor Diaz, o licenciado Francisco Soares e Damião d'Allmeida vereadores e Boaventura Maio procurador.

Pagamento ao médico Bernardo Velho o preço aprovado

Item acordarão que se pagase ao licenciado Bernalldo Velho mediquo desta cidade dez cruzados comforme a hia provizan que diso tem ho dito licenciado.

Proibição de deitar lixo e outras imundícies em diversos da cidade, sob pena de mil reais de multa e vinte dias de cadeia

[68]Item acordarão que na Camgosta que vai pera ho Fojaqual por de tras de São Marquos e por baixo da fonte nenhia pesoa lance sisquo nem outra algia mondice nem sogidade nenhia sob pena de mil reais e vinte dias da cadea a metade pera ho concelho e quen acusar ha outra metade. E ho mesmo acordarão da quangosta de São Saabastião e ho madarão apreguoar. E ho mesmo da rua de Palhaes que say ao Resio do Collejo de São Tiaguo.

Que os sapateiros tenham em casa a obra determinada no seu regulamento e que não levem nenhuma

[68] Na margem tem: "*pregam dos mouturos que se manda pregoar*".

para fora da cidade sem licença da Câmara, sob pena de pesadas sanções.

[69]Item acordarão que os çapateiros tivesen todos a obra comteuda em seu regimento e que não levem nenhua obra feita pera fora desta cidade sem licença da camara della sob pena de perdimento da dita obra e dez cruzados e da cadea a metade pera ho concelho e a outra metade pera quem ho acusar a execusão do quoal cometem ao (*sic*) allmotaceis pera ho que diso mandarão lançar pregam e declararão mais (fl. 101) que quanto a obra que ante ter feita em sua casa pera venderem conforme a seu regimento não ha tendo toda como são obrigados em seu regimento pagarão por cada vez que lhe não for achada ha dita obra dous mil reais he da cadea pera ho concelho e quam hacusar. E que quanto ao levar do callçado pera fora emco[*rre*]rão na pena de dez cruzados da cedea e perdição della como dito he e que se apreguoase pela cidade.

Que se não venda sabão a mais de trinta reais o arrátel, sendo os preços inferiores fixados pelos almotacés, sob graves penas

[70]Item acordarão que nenhum, diguo, que plla (*sic*) emformasão que acharão que has pesoas que venderem sabam ho não vendom a mais o arratel que ha trinta reais e dahy pera baixo os allmotaceis lho porão como lhes parecer e enformasão que tomarem dos preços que corerem. E não poderão alterar a dita pustura de trinta reais sem licença desta camara. E se apreguase isto com pena de dous mil reais da cadea pera ho concelho e quem ho acusar[71].

Fixação dos preços do jornal dos pedreireos e carpinteiro e outros colaboradores subalternos, no verão e no inverno, sob graves penas para os infractores

[72]Item acordarão que nenhum pedreiro nem carpinteiro posan levar mais de jornal por dia no verão a setenta e no inverno a sesenta reais des ho primeiro d'Outubro ate ho primeiro de Março a sesenta reais e desde Março ate o fim de Setenbro a setenta reais. E que esta vreasão se emtendera nos que forem emgeminados per esta camara e, diguo, que tiverem carta d'engeminasão e os obreiros que com eles andarem não levarão de cinquoenta reais no verão e no ynverno a corenta e aos servidores e jornaleiros (fl. 101 v) não levarão mais de vinte reais e de comer ou quorenta reais sequos e que ysto apreguoase com pena de mil reais o que asi não comprir e da cadea pera ho Concelho e quen ho hacusar.

Audiências e despachos

Item na dita camara despacharão petições e ouvirão partes e asinarão. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Francisco Teixeira / Eytor Diaz
Francisco Soares / Damião d'Almeida
Boaventura Maio.

---

69 Na margem tem: "*pregam dos çapateiros*".
70 Na margem tem: "*pregam do sabão*".
71 Esta última frase foi acrescentada no espaço que ficou entre os acórdãos.
72 Na margem tem: "*pregam dos pedreiros*".

Sabado dez dias do mes de Junho de mil e quinhentos e oytenta e hum anos nesta cidade de Bragaa nas pousadas do senhor licenciado Mateus Fernandez Farto juiz ordinario mais velho ahonde se juntarão os senhores, a saber, ho sobredito licenciado Mateus Fernandez Farto juiz, Eytor Diaz, o licenciado Francisco Soares, Damião d'Almeida vreadores, Boaventura Maio procurador os quoaes senhores se juntarão na dita casa ahonde asentarão de continuar as camaras ordinarias porquoanto a casa do concelho ahonde se fazião as ditas camaras (fl. 102) estava muito preguoza pera cair e por risquo que avia de suas vidas e da gente que ahy se ajuntava ordenarão fara (*sic*) [*a*] dita camara nas sobreditas casas como dito he. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi. Francisco Teixeira juiz ordinario sobredito o escrevi.

Francisco de Almeida comparece na Câmara a justificar o atraso da entrega da bandeira e do tambor e pede prorrogação do prazo,tendo-lhe sido dados mais trinta dias

Item na dita camara parecerão Francisco d'Almeida capitão de hia bandeira desta cidade ao quoal eu escrivão notefiquei per mandado de Suas Merces que levase a ba[n]deira e atanbor a dita camara que lhe dado fora com pena de se proceder contra ele como for justiça.

E loguo na dita camara pareceo ho dito Francisco d'Allmeida e dise que quoanto ao atanbor que foi dado ao doutor Joam Nogeira capitão quoa[n]do foi ao Porto e que lho mandara dar Alvro Filgueira juiz do anno pasado de que tinha adonado (?) e que quoa[n]to a ba[*n*]deira que ha tinha na sua quinta de Travanqua a quoal estava enpedida que lhe desem tempo que a traria. E eles senhores regedores lhe derão trinta dias pera trazer a dita ba[n]deira e el (*sic*) prometeo trazella e asinou. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Francisco d'Almeida

Ordem dada a Gonçalo Anes e Álvaro Luís, recebedores do ano anterior, para até à próxima reunião camarária apresentarem certidão ou quitação do pagamento da sisa, sob pena de prisão

Item na dita camara parecerão Gonçalo Annes e Allvaro Luis recebedores do anno de oytenta aos quoaes eles senhores regedores mandarão que ate proxima (fl. 102 v) camara tragão sertidão ou quitasão de como tenha satisfeito comto da siza que erão obrigados a responder a el rei no[*so*] senhor do que receberão ho dito seu anno e isto com pena de os mandarem ao castello e se fazer conprimento de justiça e quoal eu escrivão lhes notifiquei em suas pesoas.

O procurador Boaventura Maio estabeleça com Estevão da Cunha o preço da pedra para a porta nova

Item na dita camara acordarão que Boaventura Maio procurador fizese preço com Estevo[m] da Cunha da pedra que elle pora a porta nova e lhe pagase emformado os e do que vall e se lhe levara em conta o que der por ella.

O pregoeiro Martim Eanes deu fé dos pregões lançados

[73]Item na dita camara pareceo Martin Eanes preguoeiro e deu fe que lançara todos os preguões que se acordarão a camara pasada que foi quoarta feira sete dias do mes de Junho de quinhentos e oytenta e hum o quoal pregão lançara pubriquamente per esta cidade como foi acordado e asinou.

De Martim + Anes

Eleição de Manuel Bravo como almotacé substituto de Jerónimo Pires

Item na dita camara elegerão por almotacel a Manoel Bravo cidadão desta cidade por quanto Jeronimo Pirez que saio este presente mes de Junho por embolada ser auzente e não vir ate ora o quoal almotacel elegerão comforme a ley e estyllo.

Juramento do novo almotacé Manuel Bravo

Item e loguo na dita camara pareceo ho dito Manoel Bravo que foi eleito per almotacel este presente mes de Junho ao (fl. 103) quoal hos ditos senhores juizes e vreadores deu juramento dos Santos Avangelhos sob carguo do quoal lhe mandarão que bem e fielmente servise de almotacel ho dito mes e guoardase a oordenasão d'el rei noso senhor e vreações desta camara e justiça as partes. E ele asi o prometeo e asinou. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Manoel Bravo

Que o capitão Fernão Teive entregue a bandeira e o tambor

Item. na dita camara dei eu escrivão fee que notefiquara a Fernão de Teive por capitão desta cidade que parecese perante os juizes e vreadores a dar conta da bandeira e atanbor con pena de se proceder comtra ele como for justiça.

Que o curandeiro Gaspar de Faria, que estava preso, apresente carta de exame

Item na dita camara acordarão que se notefiquase ho homem que estava prezo no castelo desta cidade e per nome Gaspar de Faria que dizião curar d'emfirmidades que ate a primeira camara ma[n]dase mostrar carta d'engeminasão.

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão petições. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Farto / Francisco Teixeira / Almeida Boaventura Maio / Eytor Diaz / Francisco Soares

(Fl. 103 v) **Registo do privilégio do mamposteiro-mor dos cativos para o sapateiro Geraldo Gonçalves arrecadar esmolas na casa nova da Misericórdia**

Aos dez dias do mes de Junho de mil he quinhentos e oytenta e hum anos nesta cidade de Bragua per parte de Giraldo Gonçalvez çapateiro morador em esta cidade no rocio do castello della foi apresentado a mim escrivão hum privillegio dos cativos do monposteiro (*sic*) mor dos ditos cativos com hum despacho dos regedores por que mandarão se registase neste livro ho quoal privillegio segundo dele parecia hera dado ao dito Giraldo Gonçalvez pera que arrecade as esmollas na casa nova da Misericordia desta cidade e segundo dell parecia era feito da letra de Antonio Sobrinho escrivão dos resídos

[73] Na margem tem: "fe do pergam que deu Martim Anes dos acordos e vreasão atras".

desta mesma e hasinado per Manuel Luis menposteiro mor dos cativos segundo dele parecia ao pee do dito privillegio ho quoal dizia ser feito aos tres de Junhode mil e quinhentos e oitenta e hum anno. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Registo do privilégio dos cativos para Frutuoso Afonso poder recolher as esmolas na igeja de S. Simão de Este, do termo de Braga

E loguo no dito dia mes y anno acima escrito nesta cidade de Bragaa por parte de [74] Fruitoso Afomso de São Simão d'Este deste termo foy apresentado a mim escrivão hum privilegyo dos cativos com hum despacho dos regedores per que mandavão se registase neste livro. Ho quoal privilegyo era de letra redonda com hum sinal ao pee que dizia Nobregua, e hia sertidão nas costas do dito privillegyo que dizia ser feita e asinada por Lionel do Perez da Fomsequa menposteiro mor dos cativos nesta comarqua d'Antre Douro e Minho feita aos vinte e hum de Maio de mil he quinhentos e oytenta e hum anos. Ho quoal privillegio se concedeo e era dado ao dito Fruy-(fl.104)tozo Afomso pera que arrecade as esmollas na dita Ygreja de São Symão d'Este deste dito termo. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Quoarta feira quoarta, diguo, quatorze dias do mes de Junho de mil he quinhentos e oitenta e hum anos forão juntos em camara os senhores o licenciado Mateus Fernandez Faro, Francisco Teixeiira juizes ordinarios Eytor Diiz, Damião d'Allmeida vreadores e ho licenciado Francisco Soares outrosi vreador.

Alvarás para os quadrilheiros protegerem o pão das igrejas do temo de Braga

[75] Item na dita camara acordarão que eu escrivão pasase dous allvaraes de corer pera os quoadrilheiros deste termo parecerem a premeira camara con (*sic*) pena de mil reais pera porem a recado o pão das ygrejas deste dito termo.

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão pytições. Martim da Maia escrivão da camara o escrevi e asinarão. Sobredito o escrevi.

Notificação ao curandeiro Faria, preso no Castelo, para até à próxima reunião camarária apresentar a carta de exame profissional.

[76]Item declaro eu escrivão que na dita camara deu fee Gonçalo Fernandez porteiro da camara que notefiquara ao Faria que estava prezo no castello que ate proxima (fl. 104v) camara mostrase carta d'engeminação como curava e hasinou.

De Gonçalo + Fernandez

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão petições como dito he.

---

[74] Repete "*de*".
[75] Na margem tem: "*alvaraes de corer pera o pão das rendas".*
[76] Na margem tem: "*fee do Faria*".

Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Farto / Francisco Teixeira / Eytor Diaz
Francisco Soares / Damião d'Almeida

O doutor João Nogueira, procurador às Cortes, deu informações e apresentou uma carta régia e diversas provisões, de que se transladadou a carta de Sua Magestade e dois alvarás

Aos dezaseis dias do mes de Junho de mil he quinhentos e oytenta e hum annos forão juntos em camara en casa do senhor licenciado Mateus Fernandez Farto juiz ordinario casa deputada pera se fazer camara forão juntos o dito senhor licenciado Farto e Francisco Teixeira juizes, Eitor Diaz, o licenciado Francisco Soares, Damião d'Allmeida, Boaventura Maio procurador, perante, diguo, vreadores, Boaventura Maio procurador, perante eles pareceo ho doutor Joam Nogeira procurador que foi as Cortes emlleito en esta dita cidade e dando-lhes conta e enformasão do que la pasara nas ditas Cortes apresentou hia carta de Sua Magestade e outras provisões cujo teor se segue. E asi apresentou mais duas cartas de Sua Magestade que neste cidade lhe forão dadas por eles regedores. As quoaes não vão aqui tresladadas somente a carta (fl. 105) de Sua Magestade e sertidão cujo treslado de verbo a verbo e ho seguinte.

Carta de Sua Magestade

Juizes e vreadores e procurador da cidade de Braga. Eu el rey vos emvio muyto saudar. Pella carta que vos mandey escrever sobre a eleição dos procuradores que desa cidade avião de vir as Cortes que fizerão nesta villa de Tomar entendereis que era minha tenção fazermos merce pera ajuda da desp[*es*]a que os ditos procuradores nestas Cortes fizesen. A quoall mandey ora declarar e he a que vereis pela provizam que com esta sera em que se teve respeito aos dias que rezedirão em minha corte e sempre ho terey em tudo ho que se hoferecer e tocar a esa cidade como e rezam. Feita em Tomar a vinte e tres de Maio de mil he quinhentos e oytenta e hum. Rey.

Provizão dos sesenta mil reais que Sua Magestade concedeo pera ho procurador

Eu El Rey mando a vos executor do almoxarifado da villa de Guimarães do regimento do primeiro quartel dese anno presente de quinhentos e oytenta e hum com que aveis d'acudir ao tizoureiro d'arqua do dinheiro de meu asentamento deis aos officiaes da camara da cidade de Bragua sesenta mil reais de que lhe faço merce pera ajuda da despeza que fizerão com os procuradores que vierão as Cortes que se fizerão nesta villa de Tomar. E per este com conhecimento do tizoureiro ou recebedor das rendas da camara da dita cidade em que decllare que lhe ficam os ditos (fl. 105 v) sesenta mil reais caregados em receita mando ao dito tizoureiro do dinheiro d'arca ou a quoallquer outra pesoa a que for desobrigado acudir com ho dinheiro de meu asentamento que volos tem em pagamento e aos contadores que lhos levem em conta posto que este allvara não pase pela chancelaria nem seja registado no livro das merces de que he escrivão Sebastião Diaz nem vay na folha do ca, diguo, do asentamento sem embarguo do regymento em contrario. Gaspar de Seixas ho fez em Tomar a vinte e tres

de Maio de mil e quinhentos e oytenta e hum. Bertolameu Frouz o fiz escrever. Rey.dom Christovão. LX reais ao executor do almoxarifado de Guimarães de que Vosa Magestade faz merce aos officiaes da camara da cidade de Bragua pera ajuda da despeza que fyzerão com os procuradores que vierão as Cortes. Bertollameu Frouz.

Treslado do allvara de Sua Magestade do previlegio dos cidadãos desta cidade

Eu El Rey faço saber aos que este allvarall (sic) virem que antre os capitolos particulares que a cidade de Bragua me enviou per seus procuradores que vyerão a Cortes que fiz nesta villa de Tomar este anno presente de quinhentos e oytenta e hum veio hum capitollo de que o treslado e ho seguinte:

Pedem a Vossa. Magestade que avendo respeito ao muito amor e lialldade que os cidadãos da cidade de Bragua mostrarão nos motins e levantamentos pasados lhes comceda que gozem dos privillegios os cidadãos della de que ate [a]guora gozavam os cidadão da cidade do Porto.

E visto per mim o dito capitollo e as cousas (fl. 106) que se nele alegam e por fazer merce ha dita cidade de Bragua ey por ben he me praz de lhe comceder todos os previlegios, graças e liberdades que tem e de que gozam os verdadeiros cidadãos da cidade de Coinbra pera que daquy em diante posão guozar e usar dos ditos privillegios graças e liberdades da cidade de Coinbra os verdadeiros cidadãos da dita cidade de Bragua porque asy o ey por bem por alguns respeitos que me a ysto moven e mando a todos meus desembargadores, coregedores, ouvidores, juizes e justiças, oficiaes e pesoas a que este alvara hou o treslado dell e puprica forma for mostrado e ho conhecimento delle pertemcer que lho cumpram guoardem e façam ynteiramente comprir he goardar como se nelle comtem. O quoal registara no livro [77] da camara diguo o quoall se registara no livro da camara da dita cidade de Bragua pelo escrivão della e ho proprio se pora no cartorio em boa guoarda pera ho comteudo neste allvara per minha licença e autoridade no modo sobredito. E este allvara ma (*sic*) praz que valha e tenha força e vigor como se fose asynada e pasada per minha chamcelleria posto que per ella na[*m*] seja pasado sem embarguo da ordenasão do segundolivro titullo vinte que o comtrairo despoem. Pero de Seixas o fez em Tomar aos vinte e hum de Maio de mil he quinhentos e oytenta e hum. // Rey // ha Vosa Magestade por bem per fazer merce a cidade de Bragua de lhe conceder todos os previllegios, graças, e lyberdade que tem e de que gozam os (fl. 106 v) verdadeiros cidadãos da cidade de Coinbra pera que daqui en diante posam gozar e usar dos [78] ditos previlegios, graças e liberdades da cidade de Coinbra os verdadeiros cidadãos da dita cidade de Bragua na maneira acima declarada e que este valha como carta he não pase pella chamcellaria // Jeronimo Pereira // Antonio Pinto //Pagou cem reais //

Os quaes allvaraes e carta de Sua Magestade eu Martim da Maia escrivão da camara tresladey bem e fielmente dos proprios sem cousa que

---

[77] Segue-se uma letra, que foi acrescentada.
[78] Repete "*dos*".

duvida fasa e hos comsertey com eles e asiney de meu synall custumado com os ditos senhores juizes e vreadores abaixo asinados no dito dia mes e anno ut supra e este allvara fiqua lançado no cartorio da camara como se nele contem.

Farto / Francisco Teixeira / Eytor Dias / Martim da Maia Francisco Soares / Boaventura Maio /Almeida

Sabado dezasete dias do mes de Junho de mil e quinhentos e oytenta e hum annos forão juntos em camara os senhores Licenciado Mateus Fernadez Farto, Francisco Teixeira juizes ordynarios, Eytor Diaz o licenciado Francisco Soares, Damião d'Almeida vreadores, Boaventura Maio procurador.

Que o juiz e um vereador recebam dos quadrilheiros a conta do pão das rendas

Item na dita camara acordarão que Francisco Teixeira juiz, Eitor Diaz vreador tomase conta aos quadri-(fl. 107)[79]lheiros do pão das rendas ambos juntamente e cada hum por sy pera parecer aserqua do tema da dita conta do dito pam.

Festa de São Joam

[80]Item acordarão que os juizes e mordomos da freguesia de São Tiaguo e Sam Joam façam sair os candelleiros vespora de São Joam e levarão as bandeirasdas confrarias sendo cidadãos e fasam de maneira que sejam na see acabante as vesporas e os ditos candyleiros os levarão os cidadãos sob pena de dez cruzados cada hum e toda peso que o levar não sendo cidadão pagara dous mil reais da cadea pera ho concelho e despezas do dito dia.

Dança das espadas

Item acordarão mais que a vespora e dia de São Joam as danças d'espadas e acompanharão os candeleiros e ha bandeira da cidade e os mordomos as farão sair cedo que não esperem por eles.

Que a Serpe, cavalinhos, candeleiros e a bandeira saiam na véspera e no dia da festa

Item acordarão mais que os mordomos da Serpe e dos cavalinhos os fasão sair a vespora e dia de São Joam e hacompanharão os candeleiros e bandeira da cidade.

Que o juiz mais velho leve a bandeira na ausência do alcaide

Item acordarão mais que a bandeira da cidade leve o juiz mais velho por o allcaide mor não estar nesta cidade e avera tomar a porta do paço do concelho homde e custume e a vespora hir ahonde e custume da Ponte de Galinhas homde e custume hirem matar um porquo.

A bandeira acompanhada por cavalaria

Item acordarão mais que os juizes e breadores e procurador cavalgasem e ha com-(fl. 107 v)panhem a bandeira com os mais cidadãos que cavallos tiverem. E levarão suas varas verdes

[79] Na margem deste item tem "*acordo do pão de quem a-de tomar a conta*".
[80] Na margem tem *candeleiros*.

e lhas dara o procurador e se lhe levarão em conta.

Proibido emprestar cavalo para fora da cidade, na véspera e no dia de S. João

Item acordarão mais que todo o cidadão que cavallo tiver ho não enpreste pera fora a bespara e dia de Sam Joam antes cavalguem e acompanhem a bandeira como dito he. Seram todos juntos a bespara (*sic*) e dia na prasa do pam as oras que se costuma tomar a bandeira sob pena do que o asy não fizer pagar dous mil reais de pena pera o concelho e despezas do dito dia.

Que o anadel e os espingardeiros acompanhem os candeleiros na véspera e a bandeira no dia de S. João

Item acordarão mais que o anavel (*sic*) dos espingardeiros com os espingardeiros acompanhem os candileiros a vespara e bandeira o dia de Sam Joam e serão todos juntos prasa do pam como e custume.

O rei de mourisca, com sua gente, acompamhará os desfiles na véspera e no dia de S. João

Item acordarão mais que o rei da mourisqua seja com sua gente a bespora e dia de São Joam e hacompanhem os candeleiros e ha bandeira da cidade e ho procurador do concelho lhes dara pera almoçarem quinhentos reais ou aquillo que eles regedores ordenasem sob pena daquele que faltar pagar pera ho concelho e despezas do dito dia dous mil reais.

Que o mordomo dos sapateiros leve o porco preto além da ponte de Guimarães e que só o soltem quando chegar a bandeira

Item acordarão mais que o mordomo dos çapateiros tenha cuidado ao dito dia de São Joam pela manhã sedo levem o porquo allem da ponte de Guimarães no lugar acustumado pera que tanto que chegar a bandeira da cidade com a gente de cavallo ho soltarem pera com ele amdarem folgando e terão avizo que não pase a ponte pera a cidade pera que não aja diferenças amtre os moleiros e sapateiros per que alegam os moleiros que tanto que o dito porquo pasa ha ponte pera a sidade (*sic*) que e seu e que asy e custume.

Pagamentos aos grupos de danças e aos gaiteiros

Item acordarão mais que o procurador de a cada dansa cinquoenta reais e aos gaiteiros que lhe tamgem trinta (fl. 108) reais a cada hum ou aquillo que eles regedores ma[*n*]dasem.

Que os almocreves ordenaem a sua festa da bandeira

Item acordarão mais que ho anadel dos allmocreves os ajunte todos e ordenem sua festa da bandeira como senpre foy custume e hirão todos en pesoa e não ma[*n*]darão mosos e corerão todos per ordem e não cora senpre hum ate quebrarem a taboa sob pena do que faltar pagar de pena mil reais pera ho concelho e despeza do dito dia.

Pregão para que, na véspera e no dia de S. João, todos recolham os seus porcos e não osdeixem andar pelas ruas

Item acordarão que se lançase pregam que toda a pesoa de qualquer calidade ou condição que fose que a bespora e dia de São Joam recolham seus porquos e os tenhão enserados e os não deixem andar pelas ruas sob pena de cinquoenta reais por cada porquo que for achado na rua ha quoal pena sera pera o allcaide, meirinho, seus home[*n*]s que o tomarem.

Que na véspera e no dia de S. João haja duas pélas que acompanhem os candilheiros e a bandeira, sob pesadas penas

Item acordarão que a bespora e dia de São Joam aja duas pelas que aconpanhem os candileiros e bandeira da cidade ha bespora e dia e as paleiras as farão e ho procurador daa as que as trouxerem ho custumado ou aquillo que eles regedores ordenarem sob pena da que ha não fizer pagar quenhentos reais pera o concelho e despeza do dito dia.

Que tudo se cumpra como foi ordenado

E ordenada asi a dita festa como se contem nos yteens pela maneira atras declarada ma[*n*]darão eles regedores que asi se cumprise e fizese da maneira sobredita com as penas nos dito yteens atras comteudas.

Audiências e despachos

(Fl. 108 v) Item na dita camara ouvirão partes e despacharão pitições e asinarão.

Martim da Maia que ora sirvo de escrivão da camara ho escrevi.

Farto / Francisco Teixeira / Eytor Dias
Francisco Soares / Damião d'Almeida
Boaventura Maio

Quarta feira vinte e hum dias do mes de Junho de mil e quinhentos e oytenta e hum anos estando em camara os senhores licenciado Mateus Fernandez Farto, Francisco Teixeira, Eitor Diaz, o licenciado Francisco Teixeira, diguo, o licenciado Francisco Soares, Damião d'Almeida vereadores, Boaventura Maio procurador.

Juramento de Lourenço Fernandes para quadrilheiro da zona do castelo

Item na dita camara pareeceo Lourenço Fernandez çapateiro da rua do Souto ho quoal derão juramento que bem e verdadeiramente servise de quadrilheiro da banda do castello e que bem e fielmente servise ho dito carguo e guoardase as leis do reino e segredo da justiça e yustiça as partes y asi o prometeo e asinou. Martim da Maia escrivão da camara ho escre[*vi*].

Lourenço Fernandes

(Fl. 109) **Pagamento a Gonçalo Fernandez, porteiro da Câmara, como olheiro da imposição da carne da cidade**

Item acordarão na dita camara que ho procurador pagase cada mes a Gomçallo Fernandez porteiro da camara seiscentos reais por olheiro da enposição da carne desta cidade como co[n]sta de hum despacho posto em hia pitição que esta em poder do dito porteiro.

Limpeza do Campo de Sta. Ana para a festa de S. João

Item acordarão que pera a festa de Sam Joam se alimpase ho canpo de Santana e que ho procurador pagase a quem ho alimpar e ho dos touros.

Tabelamento da diária das mulheres com alimentação ou a seco

Item acordarão que nenhia molher trabalhadeira que ande em servisos e ganhe dinheiro não levara mais por dia que a doze reais e de comer ou a vintem sequo. E isto com pena de mil

reais e da cadea a metade pera ho concelho e a outra ametade pera quem a cazar. E ma[*n*]darão que se apreguoase.

Nova reunião da Câmara com os procuradores da Cortes, para lhes pagar se ainda lhes devessem.

Item acordarão que sesta feira pela manhão (*sic*) se juntasem pera fazerem camara e conta com os procuradores das Cortes e pera lhes pagar mais se lhos dever.

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão pitições. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Farto / Francisco Teixeira / Eytor Dias
Francisco Soares / Boaventura Maio / Damião d'Almeida

(fl. 109 v) Sesta feira vinte e tres dias do mes de Junho de mil he quinhentos e oytenta e hum annos foram juntos em camara os senhores licenciado Mateus Fernandez Farto, Francisco Teixeira juizes, Eytor Diaz, o licenciado Francisco Soares, Damião d'Almeida vreadores, Boaventura Maio procurador. Os quoaes se yuntarão pera fazer as contas com ho doutor Joam Nogeira e Diogo de Baros fidalguo pera lhe pagaren todo ho que se achar que lhe devião dos dias que puzerão nas ditas Cortes.

Encerramento das contas com os procuradores às Cortes

Item acharão que partirão daqui aos vinte e hum dias do mes de Fevereiro deste presente anno e que forão espedidos das Cortes aos vinte e cinquo dias do mes de Maio e lhes derão seis dias pera ho caminho que fazem trinta e hum dias e trinta d'Abril e trinta e hum de Março e sete de Fevereiro que fazem todos os ditos dias em soma noventa e nove dias que a rezam de setecentos reais que foi albritado (*sic*) aos ditos procuradores em que monta a cada hum sesenta e nove mil e trezentos reais. E outrosi acharão terem eles recebido cada hum sinquoenta e seis mil reais per hia vez cada hum quorenta mil reais e despois dezaseis mil reais a cada hum que lhes ma[*n*]darão a tomar per Gonçalo Annes allmocreve que tem recebidos per esta conta cento e doze mil reais e acham dever-se a cada hum treze mil e trezentos reais. (fl. 110) Hos quoaes mandarão ao procurador Boaventura Maio paguase treze mil e trezentos reais dando eles quitasão em forma neste livro. E asi lhe pagara mais ho dia em que partirão que não hia metido nesta soma que são a cada hum setecentos reais de modo que lhe a-de dar o dito Boaventura quatorze mil reais a cada hum e desta maneira ouverão estas contas por boas e asinarão. Martim da Maia escrivão da camara o escrevi.

Farto / Francisco Teixeira / Eytor Dyaz
Francisco Soares / Damiao d'Almeida
Boaventura Maio

Não houve reunião da Câmara

[81] Quoarta feira vinte e oyto dias do mes de Junho de mil e quinhentos e oytenta e hum anos forão juntos em camara os senhores licenciado Mateus Fernandez Farto, Francisco Teixeira juizes, Eitor Diaz vreador, Boaventura Maio procurador, e nom houve camara por faltarem os mais vreadores. Somente mandarão vi o cofre dos almotacaes (*sic*) a abrirão ha bolça honde estavãoos pelouros e tirarão hum dos[82] pelouros e sairão por allmotaceis Bernaldo de Castlho e Manuel de Queiros este mes de Julho que vem. Hos quoaes forão loguo chamados (fl. 110v) pera tomarão, diguo, tomarem juramento.

Juramento a Bernardo de Castilho, almotacé para o mês de Julho

E loguo perante os ditos regedores atras declarados pareceo Bernaldo de Castilho que sayo por allmotacel da al ___?___ este presente mes de Julho que vem ao quoal derão juramento dos Santos Avangelhos sob carguo do quoal lhe mandarão que [83] guoardase a ordenasão d'el rey noso senhor e justiça as partes e vreasões da dita camara e fizese seu hoficio bem e verdadeiramente y (*sic*) asi o prometeo e cometerão a quoalquer que dos juizes que comiguo escrivão dese juramento a Manoel de Queiros que outrosi saio por allmotacel ho dito mes e asinarão todos aqui. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Castilho / Teixeira
Farto / Eytor Diaz
Boaventura Maio

Sabado ho primeiro dia do mes de Julho de mil he quenhentos e oytenta e hum annos forão juntos en camara os senhores Eitor Diaz o licenciado Francisco Soares, Damião d'Almeida vreadores e Boaventura Maio procurador.

(Fl. 111) **Notificação de Gonçalo Fernandes a Jerónimpo Lopes de ter sido nomeado quadrilheiro, devendo comparecer na reunião da Câmara**

Item na dita camara deu fee Gonçallo Fernandez porteiro da camara que notefiquara a Yeronimo Lopez gemro do medidor que parecese nesta camara por quanto fora nomeado pera quadrilheiro e foi apreguado por ho dito porteiro e por não parecer foi mandado que se notifiquase com pena de dez cruzados que parecese nesta camara.

De Gonçalo + Fernandez

---

[81] Na margem tem "*Almotaceis*".
[82] O primeiro "d" foi escrito por cima de um "p", corrigindo um engano do escrivão.
[83] Por engano, o escrivão repetiu "*rão que*", ou seja as últimas letras das palavras anteriores.

João Nogueira e Diogo de Barros, procuradores às Cortes dão fé de terem sido pagos de tudo

Item na dita camara pareceo Gonçalo Annes almocreve desta cidade e apresentou ho conhecimento do doutor Joam Nogeira e Diogo de Barros procuradores das Cortes desta cidade de como lhes emtregou trimta e dous mil reais, a saber, dezaseis a cada hum. Os quoaes lhe deu Damião d'Almeida vreador de mandado dos regedores pera que lhos dese e derão ao dito Gonçalo Annes porteiro por quite e livre d'oje pera todo sempre dos ditos trinta e dous mil reais. E mandarão a mim escrivão guoardase ho dito conhecimento com os mais papeis no allmario da dita camara.

Suplemento do pagamento aos membros dos dois grupos de danças

Item acordarão na dita camara que daqui em diante pelo trabalho que tem os dançadores das duas danças pelas carezas que van das cousas que lhes dem a ambos as danças cinquoenta reais afora ho que lhe ja davão.

(Fl. 111v) **Audiências e despachos**

Item na dita camara ouvirão partes [e] despacharão partes, diguo, e despacharão feitos e petições. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Eytor Diaz / Damião d'Almeida
Francisco Soares / Boaventura Maio

Juramento a Manuel Queirós como almotacé do mês de Julho

Aos tres dias do mes de Julho de mil e quinhentos e oytenta e hum anos nesta cidade de Bragua nas pousadas de Francisco Teixeira juiz ordinario por Sua Merce foy dado juramento a Manoel de Queiros cidadão desta cidade que saio por allmotacel este presente mes de Julho na embolada sob careguo do quosl lhe mandou que conprise e guoardase a ordenasão d'El Rey noso senhor yustiça as partes e vreações da camara y (*sic*) ele asy o prometeo e asinou. Martin da Maia escrivão ho escrevi.

Manoel de Queiroos 1581

Quoarta feira sinquo dia do mes de Julho de mil e quynhentos e oytenta e hum anos forão juntos em camara os senhores licenciado Mateus Fernandez Farto, Francisco Teixeira juizes, Eitor Diaz ho licenciado Francisco Soares, Damião d'Allmeida vreadores, Boaventura Maio procurador.

(Fl. 112)[84] **Providências para a reparação profunda do paço da Câmara**

Item na dita camara acordarão que porquoamto ho paço do

concelho honde se fazem as vreações estava pera cair e muito priguoso que se comsertase e loguo pera yso mandarão chamar [85] a Domingos Gomçalvez carpinteiro morador no arrabalde de São Migel o Anjo ho quoal se hobrigou a escorar todos os sobrados do paço do comcelho em todos sobrados ate ho for[*r*]o e madeiramento do telhado de maneira que os pedreiros se segu-

---

84 Na margem tem "*D^oomingos Gonçalvez pera o paço do C^o".*

85 Repete "*chamar*".

rem e os pezos das pedras que no sobrado se am de ter se sostente seguramente com madeira forte e comesara a somana que vem que sam aos dez deste presente mes pelo que lhe dam madeira e todo o mais necesario pera ho dito escoramento e acabada a obra tornara a levar todo ho que puzer.

E ele Domingos Gonçalvez se hobrigou asi o conprir e asinou. E mandarão ao procurador do Concelho que lhe dese dinheiro pera todo que seriam os ditos dez cruzados somente. E loguo lhe dara cinquo cruzados pera madeira. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi. E declaro que dizendo lhe os pedreiros que sam necesarios mais escoras que ele Domingos Gonçalvez escore da maneira que os ditos pedreiros lho diserem y ele asi o ficou [*de*] fazer e asinou sobredito o escrevi.

De Domingos + Gonçalvez

Recolha, em Guimarães, do apoio que El Rei deu para as despesas dos procuradores de Braga às Cortes

Item acordarão que fosem a Guimarães arrecadar sesenta mil reais que El Rey noso senhor lhes concedeo pera ajuda da despeza doos procuradores das Cortes desta cidade de Bragua.

(Fl. 112 v) **Emissário enviado a Coimbra buscar os privilégios concedidos por El Rei à cidade de Braga**

Item acordarão que fose hum homem a Coimbra a buscar os previllegyos que El Rei comcedeo a esta cidade.

Envio ao provedor da provisão do sal

Item acordarão que se levase ao provedor a provizam do sall.

Transferência de todo o cartório da Câmara para a casa de Manuel Fernandes Farto, por motivo das obras

Item acordarão que se tirase todo o cartorio da camara e allmarios e bandeiras e todo o mais fato arquas cofres que estão no paço do concelho e se pozese a bom recado em casa do senhor licenciado Mateus Fernandez Farto juiz ordinario. E que fosem busquar ho dito cartorio comiguo escrivão, Eitor Diaz e Boaventura Maio[86].

Envio de carta à Corte sobre o empréstimo do cónego Francisco Gonçalvez à Câmara

Item acordarão que escreva a Corte sobre ho dinheiro do socidio que emprestou ho coniguo Francisco Gonçalvez a esta camara e que se levasem os papeis que tem ho doutor Joam Nogeira e todos os mais necesarios.

Carta à Câmara de Lisboa sobre o dinheiro que El Rei concedia para distribuir pelas Câmaras

Item acordarão que se escrevese a camara de Lixboa sobre a merce que El Rei faz do dinheiro pera repartir pelas camaras e que ho procurador busque caminheiros pera todo esto e que pague aos caminheiros ho que lhe bem parecer.

Compra de seis carros de cal para as obras do paço do concelho

Item acordarão que se trouxese seis car[*r*]os de cal pera comsertarem ho paço do comcelho e que ho procurador busque honde a por e lhe pague. E pera ha dita cal dese ho dinheiro.

---

[86] Esta frase foi acrescentada entre este item e o seguinte.

Notificação do porteiro aos recebedores do ano passado para prestarem contas.

Item acordarão que o porteiro notifiquase aos recebedores do anno pasado que amostrasem quitações de seus carteis e pagua que fizerão no dito seu anno ate sabado que he oyto deste presente mes sob pena de proceder comtra eles como parecer justiça.

(Fl. 113) **Decidido consertar a fonte da Carcova.**

Item acordarão que se conserte a fonte da Quoarquoda os revouquos que estam no caminho em cima.

Decidido limpar a fonte de Maximinos e verificar a saída dos enxurros

Item acordarão que se alimpe a fonte de Meixeminhos e se saiba por honde emtrão os emxuros.

Recolha da féria dos pedreiros que consertaram os muros de Lourenço Vasques

Item acordarão que se tomase sesta feira conta da feria dos pedreiros e servidores do tempo que se consertarão os muros a Lourenço Vasquez pedreiro em casa do licenciado Farto juiz.

Pregão pondo a concurso a obra do paço do concelho

Item acordarão que se lançase pregam pela cidade que todos os pedreiros que quisesem fazer a obra do paço do concelho quer as braças quer d'empreitadas que venhão falar com elles regedores.

Pregão para Jerónimo Lopes ser penhorado por não comparecer a tomar juramento compo quadrilheiro

Item acordarão que se pasase ma[n]dado pera ser penhorado Jeronimo Lopez por dez cruzados por que foi notefiquado que parecese na dita camara com a dita pena pera vir tomar juramento de quadrilheiro e foy apreguoado por Gonçalo Fernandez porteiro da Camara que deu fee que ho notefiquara e asinou.

De Gonçalo + Fernandez

Pagamento das sospeições do escrivão da almotaçaria contra o juiz Francisco Teixeira

Item mandarão ao procurador que paguase a busqua das sospeições a Francisquo Rabello escrivão d'almotaçaria que Antonio Diaz pos a Francisco Teixeira juiz.

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes (fl. 113v) e despacharão petições. Martinho da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Farto / Eytor Diaz / Francisco Teixeira
Francisco Soares / Almeida
Boaventura Maio

Registo de um privilégio concedido pela Casa da Suplicação a Francisco Dias, vendeiro, morador na rua de S. Marcos

Aos seis dias do mes de Julho de mil e quinhentos e oitenta e hum anos nesta cidade de Bragua por Francisquo Diaz vendeiro morador na rua de São Marquos desta cidade foi apresentado a mim escrivão hum previllegio dos desembargadores da Casa da Supliquasão ho quoal segundo dele parecia era sobescrito por Gaspar Malldonado e hasinado pelo chancerel mor e outro sinal que diz Simão[87] Preto. Ho quoal previllegio trazia hum despacho dos regedores desta cidade per

[87] Riscado "*gonçalvez*".

que mandarão se registase neste livro hodito previllegio ho quoal previllegio co[*n*]stava ser concedido aos dezanove dias do mes de Junho de mil e quinhentos e oitenta e hum anos e por me ser ma[n]dado registar pelos ditos regedores o registei. Martinho da Maia escrivão da Camara ho escrevi.

Sabado oyto dias do mes de Julho de mil e quinhentos e oytenta e hum anos nesta cidade de Bragua na casa do licenciado Farto casa onde se fazem as vreações foramm juntos em camara Francisco Teixeira juiz ordinario, Eitor Diaz e Damião d'Almeida vreadores.

(Fl. 114) **Jerónimo Lopes, luveiro da rua do Souto, toma juramento de quadrilheiro**

[88] E loguo na dita camara pareceo Yeronimo Lopez luveiro morador a porta do Souto da banda de dentro o quoal foi nomeado por quadrilheiro da banda do castello ao quoal derão juramento dos Santos Avangelhos sob carguo do quoal lhe mandarão que bem e verdadeiramente servise ho dito oficio e guoardase seu regimento e segredo da justiça. Y elle asi o prometeo e asinou. Martinho da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Jeronimo Lopez

Carta de vizinhança a Franscico Martins, carniceiro desta cidade

Item acordarão na dita camara que eu escrivão pasase hia carta de vezinhança a Francisco Martinz carniceiro desta cidade.

Vedoria às casas dos Biscainhos, de Antão Martins, de S. Pedro

Item na dita camara mandarão fazer vedoria Antom Martinz de São Pedro das casas dos Bisquainhos propiadade desta camara. E sairão por veadores persentes o licenciado Farto juiz ordinario e Boaventurra Maio procuraor do concelho.

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão feitos e petições e declaro eu escrivão que não asinou Damião d'Almeida por lhe soceder hum neguocio que se foi no meio da camara. Martin da Maia escrivão da Camara ho escrevi.

Francisco Teixeira / Eytor Diaz / Francisco Soares

[88] Na margem tem "*quadrilheiro Jeronimo Lopez*".

(Fl. 114 v) Quarta feira doze dias do mes de Julho de mil e quinhentos e oytenta e hum anos forão juntos em camara os senhores licenciado Mateus Fernandez Farto, Francisco Teixeira juizes, Eytor Diaz, Damião d'Almeida vereadores e Boaventura Maio procurador.

O doutor João Nogueira rejeitou o suplemento que lhe queriam pagar como delgado às Cortes

Item na dita camara acordarão que se paguase mais aos procuradores das Cortes dous mil e cem reais a cada hum de tres dias que forão de __?__ de conta que se achou partirem desta cidade aos dezoito de Fevereiro que forão os ditos tres dias de ___?__ em que bem a cada hum dos ditos procurador es dezaseis mil e cem reais que, diguo, e loguo na dita camara per o doutor Joam Nogueira procurador das Cortes foi dito que ele se dava por paguo emtregue e satisfeito de oitenta [89] dous mil e cen reais que a sua parte lhe vinha dos gastos que ele gastara nas ditas Cortes e per ele estar paguo de todo dise que dava aos ditos regedores e procurador por quite e livre da dita copia de dinheiro d'oje pera todo senpre e asi o dise e asinou. A quoal paga declarou que era deste caminho que fez em companhia de Diogo de Baros e asi o dise e asinou. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Joam Nogeira

Pagamento ao pintor Domingos Dias

Item acordarão na dita camara que ho procurador pagase de cada hüa das varas a Domingos Fernandez pintor ha setenta reais por valerem as tintas caras e as varas serem grosas.

(Fl. 115) **Que se fizesse a habitual festa do Domingo do Anjo**

Item acordarão que se fizese a festa de Dominguo do Anjo como era costume fazer-se todos h[*os*] anos e que Gomçallo Fernandez notefiquase a quem levase as bandeiras.

Pagamento da despesa com a recadação e quitação do dinheiro do cónego Francisco Gonçalves

Item acordarão na dita camara que ho procurador pague a despeza que se fizer sobre a recadasão e quita do dinheiro que se tomou ao coniguo Francisco Gonçalvez a hum homem que mandão sobre iso a Corte.

Audiências e despachos

Item na dita camara houvirão partes e despacharão feitos e petições. Martim da Maia escrivão da camra ho escrevy.

Farto / Francisco Teixeira /
Eytor Diaz
Boaventura Maio

Provisão do Senhor Arcebispo para Leonardo Borges para ser juiz dos órfãos e respectiva fiança

[90] Item na dita camara presentou o licenciado Lionardo Borges hia provizam do senhor arcebispo e hias fianças

---

[89] Riscada uma palavra.

[90] Este item parece ter sido introduzido posteriormente: de facto, para alem de estar escrito depois das asinaturas dos presentes na reunião, foi escrita com uma letras mais pequena e com menor espaço entre as linhas.

pera ser juiz dos orfãos de que todo e ho treslado que se segue:

Tresllado da provizam do juiz dos orfãos Lionardo Borges

Dom frei Bertolameu dos Martires arcebispo e senhor de Braga primas das Espanhas etc. aos que esta nosa carta de provizam e pose virem fazemos saber que sendo ora ora vaguos os oficios de juiz dos orfãos desta nosa cidade e promotor dos resides e dos contos desta nosa Santa Igreja de Bragua por morte natural do licenciado Antonio Camelo ultimo pesuidor deles por fazermos graça e merce ao licenciado Lionardo Borjes noso ouvidor e confiarmos de sua prudencia letras e mais partes avemos por bem de ho provermos (fl. 115 v) dos ditos officios pera que os sirva y aja todos os proes e percalços a eles direitamente pertencentes asy e da maneira que os avia e cobrava ho dito Antonio Camello seu antecesor e milhor se com direito os puder aver com tal decllarasão que ele os sirva por sy tanto que acabar o tenpo de ser ouvidor e não os podendo servir por quoallquer caso que sobceder nos ou nosos susesores poderemos livremente prover deles sem lhe fiquarmos em hobrygasão de saisfasão allgia nem lhe poder pedir porque com esta condição e decllarasão lhe fazemos dele merce e nam de outra maneira. E ele licenciado Lionardo Borjes asym os aseitou e jurou em nosas mãos aos Santos Avangelhos de bem e verdadeiramente os servir guoardando em todo o cerviço de Deus e noso e bem das partes notefiquamollo asy aos nosos provisores e vigairo e mais desembargadores juizes e mais justiças desta nosa cidade e lhes mandamos que daqui em diamte ajam tenhão e conheçam ao dito licenciado Lionardo Borges por hoficial dos ditos oficios e deles lhe façam dar a pose sem embarguo algum que a elo seja posto. Em testemunho do quoal mandamos pasar a presente estando por testemunhas Pero Tavares noso secretario e ho licenciado Gaspar da Costa noso visitador. Dada em Bragua sob noso sinal e selo de nosas armas aos vinte e nove dias do mes de Novenro. Fellipe Soares noso escrivão da camara a fez. De mil e quinhentos e oytenta anos. O arcebispo primaz.

Tresllado da fiamça

Em nome de Deus amen. Saibam quoantos este estromento de fiança hobrygasão virem que no anno do nacimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mil he quinhentos e oytenta e hum anos ahos omze dias (fl. 116) do mes de Julho do dito anno[91] nesta cidade de Bragua na rua do Souto della e pousadas do licenciado Lionardo Borges ouvidor que foi nesta mesma estando ele presente per elle foi dito en presensa de min tabelian e das testemunhas todo ao diante nomeadas que ele tinha provizam e estava provido do officio de juiz dos ofãos, diguo, dos orffãos desta cidade e seu termo pello senhor arcebispo a quoal provizam eu tabeliam vy ao fazer desta escretura em que se comtinha que ho dito arcebispo lhe dera juramento ao tenpo que ho provera que bem e verdadeiramente servise ho dito hoficio he titolo e provizam ficavam em poder dele lecenceado Lionardo Borges e por, diguo, e porque comforme a ordenasão era hobrigado a dar fiiamça pera fazenda dos orfãos estar segura de mil cruzados diguo, ele apresentou por seu[*s*] fiadores e principaes pagadores ho

[91] Repete "*anno*".

lecenceado Antonio Corea Botelho e Alvaro Velozo cidadãos desta cidade quue presentes estavão pellos quaes foi dito ambos juntamente e cada hum deles per sy que eles se hobrigarão per suas pesoas e bens moves e de raiz ate comtia de mil cruzados e como principaes que sendo caso que por causa do dito licenciado Lionardo Borges allgum orffão ou orffam ou viuva ou tutor e curador tivese algia perda ou menos cabo de sua fazenda por causa e culpa dele juiz dos orfãos de eles fiadores ou cada hum deles em solidum aver ho dito orffão ou orfam ou viuva titor ou curador por cada hum delles fiadores *yn solidum* ou por quoaes mais quiserem (fl. 116 v) e milhor parado acharem qualquer perda ou dano e interese que por causa delle juiz dos orffãos lhe for causada e todo posam aver e cobrar pelos ditos fiadores e cada hum deles quoal mais quyserem e milhor parado acharem. E posto caso que comesem a demandar hum ho posam aver e cobrar per hum ou pelo outro quoal mais milhor parado acharem como dito he e hum pelo todo e cada hum *yn solidum* e milhor parado hacharem quoal hos orffãos mais quiserem e milhor lhe parecer ate ha dita comtia de mil cruzados ao que todo ele juiz se obrigou per sua pesoa e benes (*sic*) e asi eles fiadores e cada hum deles em solido se deshaforavão com ele juiz como de feito loguo desaforavão de juiz de seu foro e se hobrigavão a responder perante ho juiz dos orfãos desta cidade e provedor della e perante as mais justiças desta cidade todo comforme a lei da ordenasão do livro primeiro, titallo sesenta e sete paraguo (*sic*) setenta e hum que he honde per ulltimo do dito titallo que eles fiadores virão e lerão. E ele dito lecenceado Lionardo Borges ho vio e leo tambem e comforme a dita ley e ordenasão se obrigou ao per suas pesoas e bens moves e de raiz avidos e pera aver como dito tem e que per eles e cada hum deles in solido ou por ele licenciado Lionardo Borges ajam todas as perdas e danos ou leção (*sic*) que receberei por rezam do dito caso. E ele licenciado Lionardo Borges se hobrigou outros per sua pesoa e benes que pera eles obrigou ha tirar a paz e a sallvo a eles fiadores e cada hum deles desta fiança (fl. 117) pera ho que expresamente hobrigava como hobrigou asi pera hos ditos orffãos como pera seguransa dos ditos fiadores cem medidas de pam que tem no lugar de Gestoza termo do bispado de Miranda e asy oytenta medidas que tem no lugar de Travanqua meado de triguo e meado centeio e de Macedo dos Cavaleiros da terra de Bragança, e asi setenta medidas de pam meado citos no lugar de Valonguo termo [92] de Murça a mesay (?) , e outros trinta em Loyvos termo da Villa de Chaves, e asi na dita villa hia[s] casas e castinheiro a Santo Antonio da dita villa e houtro cham grande a Sam Bento termo da dita villa que levara quorenta alqueires de pan de semeadura, e na alldea de Jon duas vinhas homde chamam Val do Cam e outra a Val das Costinhas he teras e souto de outro casal que estam a Granja de Jom termo da villa de Chaves donde he natural. As quaes pesas e cada hia dellas hobrigava como hobrigou como dito he e asi o dise e outorgou e todo aseitou. E eu tabeliam todo asi aseitei e estipoley em nome das pesoas a que toqua (fl. 117 v) e toquar pode e por serteza dello mandarão ser feito ho presente stromento e nota

[92] Repete "*termo*".

mandarão dar hum e muitos todas as vezes que comprir estando a todo presentes por testemunhas Gaspar Nogueira reitor da igreja de Macedo dos Cavalleiros tera do termo de Bragança e Dioguo Peres carteleiro morador nos Chãos arrabaldes desta cidade. E eu Christovão de Rezende tabeliam ho escrevi.

E loguo no dito dia mes y anno atras escrito nas pousadas do licenciado Antonio Corea estando presente ha senhora Antonia da Sillva molher do dito licenciado Antonio Corea pollo quoal foi dito que ele dava como de feito loguo deutoda sua outorga e consentimento ha obrigasão que ho dito seu marido tinha feito atras declarada sendo lhe lida per mim tabalião de verbo a verbo e todo outorgava e consentia como nela se comtem e asi o dise e outorgou e aseitou. E eu tabeliam todo asi aseitei e estypulei em nome das pesoas (fl. 118) a que toqua e toquar pode. Testemunhas presentes Domingos do Biquo morador na villa de Guimarães a quem ela Amtonia da Sillva rogou que hasinase por ella como asinou haqui e forão mais testemunhas Dioguo Periz morador no arrabalde dos Chãos desta cidade e Antonio Fernandez lavrador e morador na feligresia de Pallmeira do termo desta cidade. Eu Cristovão de Rezende tabaliam ho escrevi.

E loguo no dito dia mes y ano atras escrito nas pousadas da morada de Dioguo Velozo cidadão desa cidade estando presente a senhora Brizida de Campelo sua molher pela quoal foi dito que ella dava como de feito loguo deu toda a sua outorgua comsentimento a esta escretura de fiamsa e hobriguasão que ho dito seu marido tinha feito como nela se conmtem ha quoall lhe foi declarada per mim tabelião e asi o dise e outorgou. E eu tabalião todo asi haseitei e estepulei em nomes das pesoas a que toqua he toquar pode. Testemunhas (fl. 118 v) presentes Paullo Velozo seu filho ha quem ella senhora Brizida de Campelo rogou que hasinase por ella como asinou aqui e forão mais testemunhas Manoel Corea Sardinha e Diogo Periz morador no arrabalde dos Chãos desta cidade e eu Cristovão de Rezende tabalião ho escrevi.

Ho qual treslado de estromento atras escrito eu sobredito Cristovão de Rezende tabelião do publico e judicial nesta cidade de Bragua e seu termo pelo arcebispo primas noso senhor notei em meu livro de notas donde ho fiz tresladar ben e fielmente sen cousa que fasa duvida e por verdade asino aqui de meu pubriquo sinal que tal he. Nada.

Ha quoal escretura de fiamça parecia ser feita por Cristovão de Rezende tabalião e hasinada de seu sinal pubriquo. Ha quoal eu Martin da Maia escrivão da camara desta cidade e seu termo tresladei da propria ben e fielmemte sem cousa que duvida fasa e hasinei de meu sinal acostumado.

Martin da Maia.

(Fl. 119) Aos quinze dias do mes de Julho de mil e quinhentos e oitenta e hum anno forão juntos em camara hos senhores licenciado Mateus Fernandez Farto juiz ordinario, o licenciado Francisco Soares, Damião d'Allmeida vreadores, Boaventura Maio procurador e asi Eitor Garcia vreador.

Prazo de umas casas nos Biscainhos a António Martins, de S. Pedro de Maximinos

Item foi asinado na dita camara hum prazo de Antonio Martinz de São Pedro de Meixeminhos de hias casas que estão nos Bisquainhos de que a-de pagar cada anno trinta reais de pensão por dia de São Miguel de Septembro.

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despecharão petições. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Farto / Eytor Diaz / Francisco Soares
Boaventura Maio / Damião d'Almeida

Privilégio da confraria da Misericórdia para Francisco Fernandes ser mamposteiro na ermida de Santo Adrião.

Aos oito dias do mes de Julho de mil e quinhentos e oitenta e hum anos nesta cidade de Bragua nas pousadas de min escrivão por Francisco Fernandez alfaiate morador em esta cidade me (fl. 119 v) foi apresentado hum privilegyo da comfraria da Mizericordia dos Irmãos da dita confraria pera que pedise na yrmida de Santo Hadrian que esta alem da ponte de Guimarães. Ho quoal previlegio parecia ser feito aos quoatro dias do mes de Julho de quinhentos e oytenta e hum e feita e asinada por Manuel de Queiros escrivão da Mizericordia e tinha hum sinal ao pee que dezia "o provedor arcediaguo de Vermoim" com hum despacho nas costas do dito previlegio dos senhores regedores per que ma[*n*]dava que se registase. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Quoarta feira dezanove dias do mes de Julho de mil he quinhentos e oytenta e hum anos forão juntos em camara hos senhores o licenciado Mateus Fernandez Farto, Francisco Teixeira juizes, o licenciado Francisco Soares, Damião d'Allmeida vreadores, e Boaventura Maio procurador.

Doações da Câmara aos mouriscos

Item acordarão na dita camara que ho procurador de cascaveis aos mourisquos e hu[m] punho da espada ao rey.

Admissão de Francisco Jorge, alfaiate, por espingardeiro por incapacidade de Francisco Borges

Item na dita camara admitirão a Francisco Jorge allfaiate morador no Canpo

da Vinha por espingardeiro no lugar de Francisco Borges por ele não ver e aver muito tenpo que serve e ser velho, mas poren que goze do previlegio como se servise ho dito carguo. E ho dito Francisco Jorge jurou de fazer seu hoficio bem e fielmente e ser obediente aos ma[*n*]dados da dita camara e a seu anavel e gozara dos previlegios que lhe são com-(fl. 120)cedidos por ho dito carguo e hasinou.

Francisco Yorge

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão feitos e petições e asinnarão. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Sexta feira vinte e oyto dias do mes de Julho de mil he quinhentos e oytenta e hum annos nesta cidade de Bragua nas pousadas do licenciado Mateus Fenandez Farto juiz ordinario forão juntos em camara este licenciado e Francisco Teixeira juiz, e Eitor Diaz, o licenciado Francisco Soares, Damião d'Allmeida vreadores, Boaventura Maio procurador.

Almotacés do mês de Agosto

[93] Item na dita camara forão tirados os almotaceis do cofre da bolça dos pelouros e sairão por almotaceis Antonio Sobrinho e Lionardo da Cunha ho mes que vem de Agosto[94] deste presente anno de quinhentos e oytenta e hum anos. Martin da Maia escrivão da Camara ho escrevi.

(Fl. 120 v) **Juramento de almotacé a António Sobrinho**

E loguo na dita camara pareceo Antonio Sobrinho cidadão desta cidade ho quoal saio por almotacel em hum dos pelouros. Ao quoal derão juramento dos Santos Avengelhos sob carguo do quoal lhe mandarão que servise de allmotaceleste mes d'Agosto que ora vem deste[95] presente anno e que goardase a ley do reyno e ordenações e vreações desta camara e justiça as partes. I (*sic*) ell asi o prometeo. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Antonio Sobrinho

Leonardo da Cunha não compareceu

E por não se achar Leonardo da Cunha pera tomar yuramento que outrosi saio por almotacel cometerão ao licenciado Mateus Fernandez Farto juiz ordinario que lhe dese yuramento. Sobredito escrivão ho escrevi.

Farto / Francisco Teixeira / Eytor Diaz
Boaventura Maio / Francisco Soares / Almeida

---

[93] Na margem tem escrito "*Almotaceis*".
[94] O "*A*" foi escrito por cima de um "*Y*", anulando aquela letra.
[95] O "*s*" foi escrito por cima de um "*p*", anulando aquela letra.

Juramento de almotacé a Leonardo da Cunha, no dia seguinte

Aos vinte e nove dias do mes de Julho de mil quinhentos oytenta e hum anos nesta cidade de Bragua nas pousadas do senhor licenciado Mateus Fernandez Farto juiz ordinario por sua merce (fl. 121) foi dado yuramento a Lionardo da Cunha cidadão desta cidade que sahio por almotacel este mes d'Agosto deste presente anno sob carguo do quoal lhe ma[*n*]dou que servise seu carguo ho dito mes de almotacel e que goardase a justiça as partes e guoardase a hordenação d'el rei noso senhor e as vreações da camara. Y ell asi o prometeo e asinou. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Leonardo da Cunha

Quoarta feira nove dias do mes d'Agosto de mil he quinhentos e oytenta e hum annos nesta cidade de Bragua forão juntos em camara os senhores Francisco Teixeira juiz, o licenciado Francisco Soares, Damião d'Almeida vreadores, Boaventura Maio procurador. E asi Eitor Diaz vreador.

Prorrogação do prazo para Martinho da Maia continuar como escrivão da Câmara de Braga

Item na dita camara apresentei eu escrivão hia perogasão do senhor arcebispo cujo teor se segue:

Avemos por bem prerru, diguo, prorrogar a provizam que pasamos ao sopliquante pera por ele poder servir de escrivão da camara da nosa cidade de Bragua Martinho da Maia por tenpo de tres mezes alem do termo nela com-(fl. 121 v) comteudo e ysto durante a ausencia do dito Francisco Peixoto. Em Valadares aos vinte de Julho de oytenta e hum anos. O arcebispo primas.

A quoal perrogasão eu Martin da Maia escrivão da Camara tresladei da propria que em meu poder fiqua sem cousa que fasa duvida e ha comsertey com ela e asinei de meu sinal custumado.

Martim da Maia

Concertado comiguo tabeliam Cunha

Pagamento ao portador de várias precatórias para lojas de sal

Item acordarão que se pagase a hum homen que foi a Espozende e a Villa de Conde e a Guimarães levar hia preqatoria (*sic*) pera as logyas de sal e que ho procurador lhes pagase o que levasen.

Reforso das mensalidades a juízes, vereadores e procurador

Item acordarão na dita camara que o procurador paguase aos juizes e vreadores e procurador e escrivão a cada hum dous dous mil reais conforme a provizam d'El Rey noso senhor que comcedeo aos cidadãos da cidade de Coinbra e isto alen dos dous mil reais que lhe dan que com eles fazem quoatro mil reais que são comcedidos a esta cidade conforme a provizam de Sua Magestade. Porquanto os ditos privilegios e provisões da cidade de Coinbra san comsedidos a esta cidade e cidadãos della como co[*n*]sta da provizan de Sua Magestade.

(Fl. 122) **Proibição da venda de uvas sem alvará da Câmara**

[96]Item acordarão que nenhia pesoa desta cidade e seu termo

venda uvas sem licença desta camara sob pena de dous mil [*reais*] e trinta dias da cadea e isto posto que sejam de sua lavra e as pesoas que as venderen ho não poderão fazer sem allvara desta camara sob a dita pena e ma[*n*]darão se [*a*]preguoase.

Juramento a Belchior Gonçalves para juiz do ofício de barbeiro

Item na dita camara pareceo Belchior Gonçalvez barbeiro morador a rua do Souto pera que servise de juiz do officio de barbeiro e lhe derão juramento dos Santos Avngelhos em que ele pos sua mão e prometeo fazer seu hoficio bem e verdadeiramente e asinou.

Belchior Gonçalvez

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão pitições. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Francisco Teixeira / Damião d'Almeida
Eytor Diaz / Francisco Soares

(Fl. 122 v) Sabado doze dias do mes d'Agosto de mil e quinhentos e oytenta e hum anos nesta cidade de Bragua forão juntos em camara o licenciado Mateus Fernandez Farto juiz, Eytor Diaz vreador, Boaventura Maio procurador. E por não parecerem os mais vreadores se não fez camara e asinarão. Martim da Maia escrivão da Camara a fiz, diguo, ho escrevi.

Eytor Diaz / Boaventura Maio

Fé do pregão para ninguém vender uvas sem licença da Câmara

[97] Item deu fee Martin Annes preguoeiro que lançara o pregam pela cidade pubriquamente pela cidade (*sic*) que ningen (*sic*) vendese uvas nesta cidade e seu termo commforme a vreasão atras e asinou. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

De Martin + Annes

Não houve reunião de câmara

Quarta feira dezaseis dias do mes d'Agosto de mil e quinhentos e oytenta e hum anos nesta cidade de Bragua forão juntos em camara Eytor Diaz e o licenciado Francisco Soares vreadores e asi Boaventura Maio procurador. E não ouve camara por não aver os juizes e serem fora e asinarão. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Eytor Dyas / Francisco Soares
Boaventura Maio

---

[96] Na margem tem: "*pregão da uva*".
[97] Na margem tem: "*fee das uvas*".

(Fl. 123) Sabado dezanove dias do mes d'Agosto de mil e quinhentos e oytenta e hum anos nesta cidade de Bragua forão juntos em camara hos senhores Francisco Teixeira juiz, Eytor Diaz e Damião d'Allmeida vreadores e ho licenciado Francisco Soares e Boaventura Maio procurador.

Sanção a Álvaro Geraldes por não tomar posse como quadrilheiro

Item na dita camara deu fee Gonçalo Fernandez que notefiquara Allvaro Gyraldes que parecese na camara por quanto ho nomearão por quadrilheiro e ho apreguoou (*sic*) e por não parecer ma[*n*]darão que fose notefiquado com pena de quinhentos reais.

Envio de emissário a Guimarães falar com o provedor

Item acordarão que ho procurador fose a Guimarães e levase comsigo hum homen falar ao provedor e que lhe pagase ho que gastase.

Nova tentativa para pagar ao doutor João Nogueira, procurador às Cortes

Item cometerão ao licenciado Francisco Soares e Eytor Diaz vreadores pera que provegam os livros dos acordos e veyam hos dias que ho doutor Joam Nogeira gastou nas Cortes pera se lhe pagar.

Chave do cofre a Francisco Soares, na ausência do vereador anterior

Item na dita camara acordarão que ho licenciado Francisco Soares tivese hia chave do cofre porquoanto não avia vreador do anno pasado que erão auzentes.

(Fl. 123 v.) **Que a obra do paço da Câmara se inicie urgentemente**

Item acordarão que a obra do paço do comcelho se comesase loguo pelo priguo em que estava de quair (*sic*) e caindo daria muita perda pera ho que ma[*n*]darão pasar ma[*n*]dado pera os pedreiros virem trabalhar nella.

Que o procurador do concelho não entregue dinheiro a António Cordeiro, porque levou muita pedra sem licença, nem lhe pague sem ordem da Câmara

Item acordarão que ho procurador do comcelho não pagase nenhia cousa [a] Antonio Cordeiro escrivão da enpozisão porquoanto levara muita pedra sem licença da Porta Nova da camara e lhe não pague sem licença da camara.

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão pitições. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Francisco Teixeira / Francisco Soares / Eytor Diaz Almeida / Boaventura Maio

Quoarta feira vinte e tres dias do mes d'Agosto de mil e quinhentos e oytenta e hum annos forão juntos em camara hos senhores licenciado Mateus Fernandez Farto, Francisco Teixeira juizes, Eytor Diaz, o licenciado Francisco Soares vreadores, Boaventura Maio procurador.

(Fl. 124) **Pagamento ao emissário de uma carta para o Rei**

Item acordarão que se dese dozentos reais a Joam Rodriguiz por levar hia carta a Sua Magestade e outras cartas e que ho procurador lhos dese.

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão feitos e pitições. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi. *Farto / Francisco Teixeira / Eytor Diaz Francisco Soares / Boaventura Maio*

Registo do privilégio para Domingos Peres ser mamposteiro dos Cativos nas capelas de S. Miguel o Anjo e de Santo Amaro, em Crespos.

E loguo na dita camara acima por Domingos Perez morador na freguesia de Crespos foi apresentado ha mim escrivão hum privilegio dos Cativos que segundo delle parecia era feito por Antonio Sobrinho e asinado do sinal de Manoel Luis menposteiro dos cativos e dezia ser feito aos treze d'Agosto de mil he quinhentos e oytenta e hum anos no quoal dava licença ao dito Domingos Perez pera que tirase as esmolas dos ditos Cativos nas ermidas de San Migel o Anjo e Santo Amaro que estam na dita freguesia de Crespos. E nas costas do dito privilegio estava hum despacho dos Regedores per que mandavão que se cunprese e se regystase neste livro. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

(Fl. 124 v) Sabado vinte e seis dias do mes d'Agosto de mil he quinhentos oitenta e hum annos forão juntos em camara Francisco Teixeira juiz, Eytor Diaz, o licenciado Francisco Soares vreadores, Boaventura Maio procurador. E asi ho licenciado Farto juiz ordinario.

Ordem para Bras Domingues Capelo pagar o que devesse da obra dos muros de Álvaro Vasques

[98]Item na dita camara acordarão que eu escrivão pasase mandado pera Bras Dominguez Capello pagar todo ho que devesen da obra dos muros [*a*] Alvaro Vasquez pedreiro comtanto que ele emtregue primeiro a Boaventura Maio procurador do concelho todas as pesas que lhe derãao pera fazer a dita obra ho quoall ma[*n*]dado se dara ao dito Boaventura Maio e se lhe descontara[99] mil e quinhentos e cinquoenta reais do arquabus que foi dado [*a*] Antonio Sequeira que ho dito Domingos Vasquez comfesou ter em seu poder.

---

98 Na margem tem: "*acordo que se pague Alvaro Vasquez*".

99 Repete a primeira silaba.

Mandato para se fazer a obra do paço da Câmara

[100]Item na dita camara acordarão que se fizese a obra do paço do concelho[101] a yaraal (*sic*) e que ho procurador busquase hos pedreiros e que cada hum andase dous dias, a saber, os juizes, porteiro e vreadores e procurador e que (*sic*). E declaro que mandarão que eu escrivão andase com ha dita obra e que ho procurador me pasase cada dia sinquoenta reais e me cometiam suas vezes pera chamar pedreiros (fl. 125) e mais officiaes e gardasen na dita obra seis pedreiros e quoatro servidores e que se pasase ma[*n*]dado pera os ditos pedreiros andaren na dita obra. E que ho procurador dese todo ho necesario pera a dita obra e ho procurador fezese as notefiquações aos pedreiros e servidores.

Encerramento das contas dos procuradores às Cortes

[102]Item na dita camara tomarão comta ao doutor Joam Nogeira procurador das Cortes que se fizeran neste reino em tenpo d'el rei don Anrrique de duas vezes que la foi e de hia vez que foi pera as ditas Cortes e não chegou mais que ate ho Rabasal no quoal tempo, diguo, que foi a terceira. E se achou se lhe dever dos dias que gastou nos ditos caminhos e Cortes cento e noventa e quoatro mil reais <e dozentos reais>. E constou ter recebido ho dito doutor Joam Nogeira cento e setenta mil reais e abatidos dos ditos cento noventa e quoatro mil e dozentos fiquan a dever a ele doutor vinte e quoatro mil he dozentos reais que mandarão ao procurador que lhe pagase os ditos vinte he quoatro mil e dozentos reais. Ho que todo consta pelos livros e papeis e sertidões que se virão, a saber, este livro e no outro livro de setenta e nove e oytenta, e do livro das fintas que esta en poder de Pedro Lopez, e no livro das Contas dos anos pasados de Bras Diaz e Pedro Lopez procuradores do concelho. E desta maneira ouverão as ditas contas por acabadas e ma[*n*]darão a min escrivão que tresladase neste livro a sertidão de Afonso d'Allborquerque (*sic*) e a outra pitisão, diguo, e hia pytição que ele doutor fez ao doutor (fl. 125 v) Pedro Barboza e a Jeronimo Pereira com ho despacho dos ditos senhores e as co[*n*]tas e asentos dos dias em que partio pera as ditas Cortes. E estas contas ouverão asi por acabadas por quanto as contas das deradeiras Cortes de Sua Magestade a que foi ho dito doutor com Diogo de Baros no tempo deles regedores estavam ja findas e acabadas y (*sic*) eles satisfeitos. E mandarão que dese quitasão destas contas e de todas as mais de que estava paguo em puprico e não fasa duvida ha entrelinha que diz 'e dozentos reais'. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

+

Treslado da petição

Diz ho doutor Joam Nogeira procurador nas Cortes pasadas da cidade de Bragua que ho estado do reino ho mandou a cidade de Coinbra como e notorio servindo sempre autoalmente [*a*]tee oje ao reino. E porque as Cortes se acabarão a vinte e oyto de Março e se teme não lhe pagarem o

---

[100] Na margem tem: "*acordo do paço do Concelho*".
[101] A palavra "*concelho*", abreviada como "Cº", foi acrescentada posteriormente.
[102] Na margem tem: "*com[t]a que se tomou das Cortes ao douto Joam Nogeira e [l]he ma[n]darão pagar*".

que a sua cidade lhe daa senão [*a*]te ontem pede a Vossas Senhorias manden lhe paguar seu estape[*n*]dio te chegar a sua casa pois sempre servio actualmente a este reino. E recebera merce.

Ate a feitura deste despacho seja ho supliquante paguo de seu ordenado por vir per procurador visto as causas que alegua em Almeirim a nove de maio de mil e quinhentos e oytenta. Pedro Barboza. Jeronimo Pereira.

(Fl. 126) **Audiências e despachos**

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão feitos e pitições. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Damião d'Almeida / Francisco Soares / Eytor Diaz Boaventura / Maio Farto Francisco Teixeira

Quoarta feira trinta dias do mes d'Agosto de mil e quinhentos e oytenta e hum annos nesta cidade de Bragua forão juntos em camara hos senhores Mateus Fernandez Farto, Francisco Teixeira juizes, Eytor Diaz, o licenciado Francisco Soares, Damião d'Allmeida vreadores.

Pagamento ao pintor Domingos Fernandes

Item na dita camara pareceo Domingos Fernandez pintor [*e*] dise que eu escrivão lhe notefiquara que pasase ho arquabus que devia a camara e per elle foi dito que ele pintara as varas da camara que era contente que se dese conta he no que lhe deviam. E o procurador do concelho lhe deo conta he o asinou.

Dominguos Fernandez

(Fl. 126 v) **Almotacés do mês de Setembro**

[103] Item na dita camara abrirão o coffre ahonde esta a bolça dos pelouros dos allmotaceis e ti[*ra*]rão hum dos pelouros e sairão por allmotaceis ho mes de Setembro deste presente anno Tiadozio Pachequo e Paulo Machado. Os quoaes forão chamados pera tomarem juramento.

Juramento ao almotacé Teodósio Pacheco

E loguo na dita camara paareceo ho dito Tiadozio Pachequo cidadão desta cidade que saio por allmotacel ho mes de Setembro deste presente anno ao quoall derão juramento dos Santos Avangelhos sob carguo do quoal lhe mandarão que servise ho dito carguo ben e fielmente e guoardase a justiça as partes e a ley do reino e as vreações desta camara y (*sic*) ele asi prometeo comprir e asinou e cometerão a Francisco Teixeira juiz que asinase per, diguo, que dese juramento a Paullo Machado. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Theodosio Pacheco de Sande

Tabelamento dos vinhos de fora e dos da terra

[104] Item acordarão que o vinho de fora não valese mais do que a cinquo

---

[103] Na margem tem: "*almotaceis*"

[104] Na margem tem: "*acordo do vinho de fora e da tera*".

reais ate cinquo e meio e ho da tera a tres e meio ate quoatro reais e asi o diserão a Tiadozio Pachequo allmotacell.

(Fl. 127) **Prazo de casas na rua de S. Marcos a Bartolomeu Domingues e nomeação dos respectivos vedores**

Item na dita camara acordarão que se fizese prazo a Bertolameu Dominguiz o pasareiro em tres vidas da[s] suas casas en que vive na rua de Sam Marquos e lhe derão por vedores que por sortes sairão a Damião d'Allmeida e Boaventura Maio procurador do concelho pera fazeren a dita vedoria. Em ell primeira vida e sua molher a segunda e hum filho ou filha d'antre anbos.

Nomeação de Boaventura Maio para receber dos carniceiros a imposição da carne e outras imposições

Item acordarão que eu escrivão notefiquase a Boaventura Maio que arrecadase a enposisão da carne da mão dos carniceiros e as mais emposisões e re[*n*]da do concelho sob pena de caregar sobre elle e ho pagar toda a perda de sua casa e ho fasa com brevidade.

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão feitos e petições e asinarão. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Farto / Francisco Teixeira / Eytor Diaz
Francisco Soares / Damião d'Almeida

Juramento do almotacé de Setembro, Paulo Machado

Ao primeiro dia do mes de Septembro de mil he quinhentos e oytenta e hum annos nesta cidade de Braga por Francisco Teixeira juiz ordenario foi dado juramento a Paullo Machado que saio por almotacel este presente mes de Septembro sob carguo do quoal lhe mandou que servise ho dito hoficio bem e fielmente e guoardase justiça as partes e ordenasão d'ell rei noso senhor e vreações da camara y ell asi o prometeo e asinou. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Paulo Machado

Sabado dous dias do mes de Setenbro de mil e quinhentos e oytenta e hum annos forão juntos em camara hos senhores o licenciado Farto, Eytor Diaz, Damião d'Allmeida vreadores. Boaventura Maio procurador do concelho.

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão petições e asinarão. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Eytor Diaz / Damião d'Almeida
Boaventura Maio / Farto

(Fl. 128) Quoarta feira seis dias do mes de Setenbro de mil e quinhentos oytenta e hum annos nesta cidade de Bragua forão juntos em camara hos senhores licenciado Mateus Fernandez Farto, Eytor Diaz, Boaventura Maio procurador, diguo, Damião d'Allmeida vreadores. Boaventura Maio, procurador do Concelho.

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão feitos e petições e asin[*ar*]ão. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Farto / Eytor Diaz / Damião d'Almeida
Boaventura Maio

[105]Sabado nove dias do mes de Setenbro de mil e quinhentos e oitenta e hum annos estiveram juntos em qamara (sic) hos senhores o licenciado Mateus Fernandes Farto, Francisco Teixeira, juizes ordinairos, Eitor Diaz, Francisco Soares, Damião d'Allmeida.

(Fl. 128 v) **Pagamento a João Gonçalves, carpinteiro, a obra feita na praça do peixe**

Item acordaram que se pagase a Joham Gonçalvez carpinteiro a obra que tem feita na praça do peixe desta cidade estando satisfeita comforme ha hobrigaçam e que ho procurador lhe acabe de pagar e lhe sera levado em conta. Eu Cristovam de Rezende tabeliam ho escrevi por Martim da Maia escrivam da camara e asi acorda/ram mais que alem do que se lhe deve per a hobrigaçam lhe daram mais duzentos reais/ da crescença dos muros que acrecemtom.

Ordem para transladar os documentos do pagamento feito a João Nogueira e Diogo de Barros, procuradores às Cortes

Item na dita camara acordaram que Martinho da Maia treslladase aqui hos papeis e quitasam do doutor Joam Nogueira/ e de Diogo de Bar[r]os como lhe ja fora mandado e lhes de a todos estes papeis do doutor Joa[m] Nogueira ate ha primeira camara todo pera delles sem _____ pasado ho dito dia e pasada ha dita primeira camara e não dando todo tresladado ho ham por sospenso e nam escreva mais em nenhia cousa.

Audiências e despachos

Item na dita qamara (sic) ouvirão / partes e despacharão feitos / e petiçois e outras cousas que se fazem [106]_____ (fl. 129) _____ eu Cristovam de Resende tabeliam.

Farto / Francisco Teixeira / Almeida / Francisco Soares
Eytor Diaz

---

[105] Esta acta foi escrita pela mão do tabelião Cristovão de Rezende, em substituição do escrivão habitual da Camara, Martim da Maia. Não é dada qualquer explicação sobre a justificação da ausência deste.

[106] Segue-se quase linha e meia sem leitura.

Treslado da sertidão de Afonso d'Allburqueque (*sic*) que deu ao doutor Joam Nogueira

[107]Affonso d'Allburquerque (*sic*) do conselho d'el rey noso senhor procurador da cidade de Lixboa nas Cortes que S.A. nella mandou selebrar, etc. faço saber [*a*] vos senhores juizes e vreadores da cidade de Bragua que has ditas Cortes se acabarão a dos dias de Junho do anno presente e no dito dia forão hos procuradoes do reino despedidos e do dia que partirão pera esta Corte ate ho dito dia e asi os mais que despenderão no caminho ate chegar a suas casas lhes sera paguo seu hordenado comforme ao que lhes foi prometido. E por dello me ser pedido sertidão por ho doutor Joam Nogueira procurador da dita cidade de Braga lhe mandei pasar a presente per mim asinada e per Gonçalo Lobo Bareto sacretario das ditas Cortes que ha fez a tres dias do dito mes de Junho do anno de quinhentos e setenta e nove. Affomso d'Allburquerque (*sic*). Gomçallo Lobo Bareto.

Treslado das verbas da quitação do doutor Joam Nogueira

(Fl. 129 v) E decllaro eu escrivão que no coffre esta hia quitasão que deu ho doutor Joam Nogueira de como se dava por paguo e satisfeito de todas as quoatro vezes que fora eleito pera hir as Cortes. Ha quoall quitasão era feita e hasinada do sinal puprico de Gaspar Gonçalvez tabeliam geral das notas segu[*n*]do della parece e foy feita aos vinte e tres dias do mes d'Aguosto da era de mil e quinhentos e oytenta e hum anos e nela por testemunhas Fernão Barquo cidadão desta cidade, he Antonio Gonçalvez obreiro de Francisco Gonçalves carpinteiro morador no arrabalde de São Miguel ho Anjo, como todo consta da dita quitasão e sertidão e pytição que ho dito Joam Nogueira apresentou que esta todo metido no cofre da camara a que todo me reporto e por me ser ma[*n*]dado pelos senhores regedores que aqui tresladase e tirase as forças (?) da dita quitasão ho fiz e asinei de meu sinal custumado e consertei con hos dito[*s*] papeis.

Martim da Maia

Quitasão de Diogo de Baros procurador das Cortes

E asi decllaro eu escrevão que no dito cofre esta hia quitasão de setenta e dous mil e cem reais que deu Diogo de Baros procurador das Cortes a quoal puprica e feita e asinada do sinal puprico de Gaspar Gonçalvez tabeliam geral das notas desta cidade feita aos quinze dias do mes de Julho de mil (fl. 130) e quinhentos e oytenta e hum anos e nela por testemunhas Joam Alvares e Pero Gonçalvez familiares do dito Dioguo de Baros como da dita escretura consta a que me reporto em todo e por to[do].E hos ditos papeis e quitações sertidões e todo o mais das ditas contas do dito Dioguo de Baros e Joam Nogueira esta en hum maso no coffre da camara que ten tres chaves. Martinho da Maia escrivão da camara ho escrevi.

---

[107] Na margem tem: "*certidam do secretario das Cortes*".

Quoarta feira treze dias do mes de Setenbro de mil e quinhentos e oytenta e hum annos nesta cidade de Braga forão juntos en camara hos senhores licenciado Mateus Fernandez Farto, Francisco Teixeira juizes, Eytor Diaz, o licenciado Francisco Soares vreadores. Boaventura Maio procurador.

Envio de um emissário com os papéis sobre as lojas do sal ao provedor da Corte e uma carta para El Rei

Item acordarão que ho procurador ma[n]dase hos papeis a Corte do provedor sobre as logias do sal com hia carta da camara pera Ell Rey e que buscase hum homem que ho levase e lhe pagase e asi que lhe fose levado em comta todo ho que gastou nos papeis com ho escrivão e provedor das vindas que veio a esta cidade sobre este caso.

Nomeação de Diogo Vaz, de Sequeira, como mestre da obra do paço do concelho, com o jornal de um tostão por dia

Item acordarão que Diogo Vaz pedreiro morador em Sequeira andase por mestre no paço do concelho e que lhe desem a tostão por cada dia os dias que na dita obra estiver e gastar.

(Fl. 130 v) **Audiências e despachos**

Item na dita camara ouvyrão partes e despacharão feytos e

pytições e asinarão. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Farto / Francisco Teixeira / Eytor Diaz
Francisco Soares / Boaventura Maio

Sabado dezaseis dias do mes de Setenbro de mil he quinhentos e oytenta e hum annos forão juntos em camara os senhores licenciado Mateus Fernandez Farto juiz ordinario, Eytor Diaz, o licenciado Francisco Soares vreadores. Boaventura Maio procurador.

Pagamento ao procurador do concelho pelo livro das vereações que ele fez

Item acordarão que ho procurador do comcelho[108] paguase cinquo cruzados a mim escrivão por ho livro que eu fiz das vreações que se deu a Francisco Rabelo escrivão das allmotaçarias pera os allmotaceis veren e que se lhe levase em conta.

Tabelamento do vinho da terra, conforme a sua qualidade

Item acordarão que porquoanto a ter[*r*]a esta falta de vinho velho da ter[*r*]a davão licença que se vendese o boo vinho mosto a dous reais e o bom vinho e dahi pera baixo e não pasase dos ditos dous reais. E derão licença a Bras Peres vendeiro dos Bisquainhos e a Bicente Periz pichileiro

[108] Repete "*do comcelho*".

da rua do Anjo pera ho venderem aos ditos dous reais.

(Fl. 131) **Audiências e despachos**
Item na dita camara ouvirão partes e despacharão feitos e pitições e asinarão. Martim da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Farto / Eytor Diaz / Francisco Soares
Boaventura Maio

Quoarta feira vinte dias do mes de Setenbro de mil he quinhentos e oytenta e hum annos forão juntos em camara hos senhores Francisco Teixeira juiz, Eytor Diaz, o licenciado Francisco Soares, Damião d'Allmeida vreadores.

Audiências e despachos
Item na dita camara ouvyrão partes e despacharão pitições. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Francisco Teixeira / Eytor Diaz / Francisco Soares
Almeida

Registo do privilégio de mamposteiro a Bento Gonçalves, morador na Cruz da Pedra, para pedir para o SS.mo Sacramento na igreja de S. Pedro de Maximinos
Aos vinte e seis dias do mes de Setenbro de mil he quinhentos e oytenta e hum anos nesta cidade de Bragua fui (sic) dado a mim escrivão por Bento[109] Gonçalves morador na Cruz da Pedra fereiro hum previlegio do Santo Sacramento desta cidade (fl. 131 v) pera pedir na igreja de Sam Pedro de Meixeminhos com hum despacho dos senhores regedores per que mandão que se regystase e se conprise. Ho quoal era sobescrito por Damião d'Allmeida escrivão do Santo Sacramento segundo dele parecia e hasinado por ho licenciado Gonçalo Aranha e Diogo de Paiva juizes. Feito aos dezasete de Setenbro de mil he quinhentos oitenta e hum. Martinho da Maia escrivão da Camara ho escrevi com ho mal escrito que diz "Bento". Sobrescrito ho escrevi.

Sabado vinte e tres dias do mes de Setenbro forão, diguo, de mil he quinhentos e oytenta e hum annos forão juntos em camara os senhores licenciado Mateus Fernandez Farto, Francisco Teixeira juizes, Eytor Diaz, o licenciado Francisco Soares, Damião d'Allmeida vreadores e Boaventura Maio procurador.

Álvaro Peres de Portas ofereceu-se e foi aceite para actuar como mourisco por haver falta deles
Item na dita camara apareceo Allvro Perez de Portas lavrador e dise que ele queria ser mourisquo e por aver falta nesta cidade deles o aseitaram por tal y ele se hobrigou a servir esta cidade vestido ha mourisqua todos os dias e festas que forem obriga-

[109] Escrito sobre outra palavra, corrigindo-a.

dos os mourisquos a fazer festa e asinou.

Allvro + Perez

Álvaro Figueira, notificado para dar contas, disse que ia sair e após o seu regresso iria à câmara prestar contas.

Item na dita camara dei fee eu escrivão que notefiquara Allvar[r]o Filgueira que fose dar conta sabado vinte e tres deste presente mes e por ele foi dito que fora, diguo, que hia pera fora e que a primeira camara viria dar suas contas.

(Fl. 132) **Intimação para os moradores da fonte da Carcova limparem o rego dos seus quintais, sob graves penas para os faltosos.**

Item acordarão que o porteiro notifiquase os moradores da fonte da Quoarcoda Manoel Alvarez e Pero Ribeiro e Andre Afonso carpinteiro que alinpen ho reguo dos seus quintaes que vem da fonte da Quoarcoda de modo que de corente a aguoa sob pena de dous mil [*reais*] e da cadea pera ho concelho e que na casa, diguo, que alem de fiquar ho careiro de Pero Ribeiro e descubram ho cano pera ho veren os oficiaes da camara e veren se esta bem visto per toda a somana que vem.

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão pitoções (sic) e asinarão. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Francisco Teixeira / Farto / Eytor Diaz

Francisco Soares / Boaventura Maio / Almeida

Sabado ho deradeiro dia do mes de Setenbro de mil e quinhentos oytenta e hum anos forão juntos em camara os senhores Licenciado Mateus Fernandez Farto e Francisco Teixeira juizes, Eytor Diaz, o licenciado Francisco Soares, Damião d'Allmeida vreadores, Boaventura Maio procurador.

(Fl. 132 v) **Almotaçés para o mês de Outubro**

[110]Item na dita camara abrirão ho cofre e tira[rão] a bolça dos pelouros dos allmotacees e sairão em hum dos pelouros que se tirou por allmotaceis pera servirem este mes que vem de Outubro o doutor Pero Fernandez de Lima e Pero Carvalho cidadão desta cidade.

Conclusão da prestação de contas de Álvaro Figueira

[111]Item acordarão de acabar de tomar as contas a Allvro Filgueira estando todos presentes quinta feira pera ho que eu escrivão ho notifique.

---

[110] Na margem tem "*almotaceis*".

[111] Na margem tem "*conta Allvro Filgeira*".

Fé da notificação feita pelo porteiro da Câmara aos moradores da Carcova para limparem o rego dos seus quintais

[112]Item na dita camara deu fee Gonçalo Fernandes porteiro da camara que notefiquara aos conteudos no acordo atras que alinpasen ho reguo do seu quintal com a pena no acordo comteuda.

De Gonçalo + Fernandes

Mandato de penhora aos proprietários dos regos mal limpos

[113] Item acordarão que não esta[n]do satisfeito no alinpar e abrir por sima ho reguo como lhes foi notefiquado e vendo-a eu escrivão com com Eitor Diaz como lhe esta cometido que se pase mandado pera seren penhorados pela pena.

Que Damião de Almeida mande consertar a fonte da Senhora-a-Branca

[114] Item cometrão a Damião d'Allmeida vr[e]ador que veja a fonte de Nosa Senhora ha Branqua e a ma[*n*]de consertar e sendo necesario dinheiro lho de ho procurador do concelho.

Mandato para Boaventura Maio consertar a fonte de S. Tiago

[115] Item mandarão que Boaventura Maio conserte a fonte de Santiaguo e gaste ho que for necesario e se lhe levara em conta.

(Fl. 133) **Juramento de almotacé para o mês de Outubro a Pero de Carvalho**

Item na dita camara pareceo Pero Carvalho que saio por almotacel este mes que ven de Outubro ao quoal derão juramento dos Santos Avangelhos em que ell pos sua mão sob carguo do qual lhe ma[*n*]darão que ele servise ho dito mes de allmotacel bem e fielmente e que acadase (*sic*) as leis do reino e justiça as partes e vreações desta camara y ele asi o prometeo e asinou.

Pedro de Carvalho

Audiências e despachos

Item na dita camara ouvirão partes e despacharão feitos e pitições e asinarão. Martin da Maia escrivão da camara ho escrevi.

Francisco Teixeira / Eitor Diaz Boaventura Maio / Francisco Soares / Almeida Farto.

---

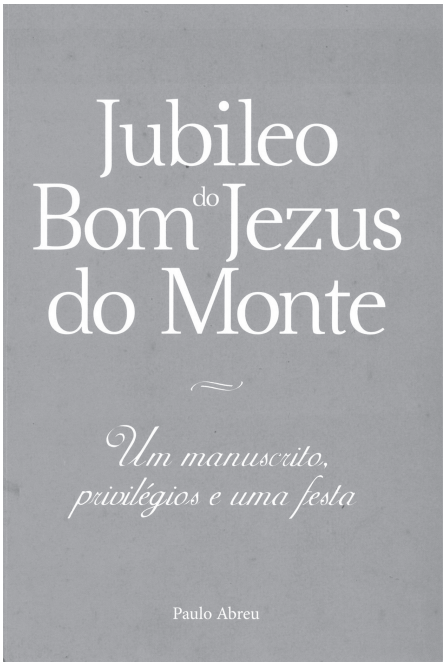
[112] Na margem tem "*notefiquação da Quoarquoda*".
[113] Na margem tem "*mandado do cano da Quoarquoda*".
[114] Na margem tem "*acordo da fonte de Nosa Senhora a Branqua*".
[115] Na margem tem "*fonte de Santiaguo*".

Recensões

■ **ABREU, Paulo, *Jubileo do Bom Jezus do Monte*. Braga, Fundação Bracara Augusta, 2017. (240x165mm, 96 pp.: ISBN: 978-972-8635-51-0).**

Jubileo do Bom Jezus do Monte é a reprodução facsimilada de um manuscrito de 20 fólios do séc. XVIII, muito provavelmente de 1773. Deduz-se a data do facto de, nesse mesmo ano, o arcebispo Dom Gaspar de Bragança, a pedido da Mesa do Bom Jesus, ter solicitado ao Papa Clemente XIV graças espirituais para os que fossem em romagem ao sacro monte. O Papa acedeu ao pedido e concedeu, a 20 de Julho de 1773, um jubileu e outras graças, privilégios e indulgências aos romeiros do Bom Jesus. Tal decisão provocou um clima de grandes alegrias e festejos na cidade de Braga. Entre esses festejos ocorreu uma solene procissão de que o manuscrito agora editado mais não é do que o guião minuciosamente anotado.

O mais interessante, em nosso entender, são os desenhos dos dez carros que integravam o cortejo, certamente puxados à mão. Permitem-nos avaliar o gosto com que se elaboravam as armações e as estratégias catequéticas do tempo. Na realidade, uma procissão mais não é do que um acto de evangelização através dos olhos e de outros sentidos. Daí também a multidão de personagens do Antigo e Novo Testamentos, as alegorias dos vícios e virtudes, as abundantíssimas citações bíblicas, em latim. Houve, porém o cuidado de apresentar, em notas de rodapé, as traduções feitas pelos especialistas José Carlos Miranda e Ana Paula Pinto, docentes na Universidade Católica de Braga.

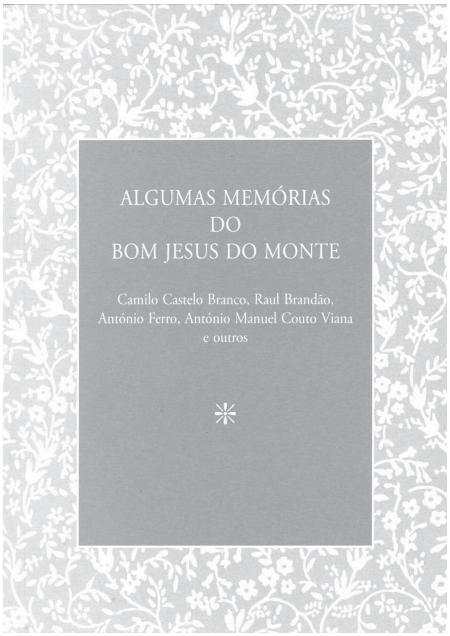


Parece-nos muito acertada e oportuna a decisão da Fundação Bracara Augusta de editar este manuscrito, no ano em que decorreu um congresso em honra de D. Rodrigo de Moura Teles, o grande mecenas do Bom Jesus, e nas vésperas da entrega da candidatura do sacro monte a património da Humanidade.

L.S.P.

■ ***Algumas Memórias do Bom Jesus do Monte. Camilo Castelo Branco, Raul Brandão, António Ferro, António Manuel Couto Viana e outros*. Braga, Fundação Bracara Augusta, 2018. (170x120mm, 57 pp.; ISBN: 978-972-8635-52-7).**

Este é o vol. 50 da colecção Braga, Cidade Bimilenar que vem sendo publicada desde o ano 2000, ano das comemorações do bimilenário da cidade, e que visa dar a conhecer textos relacionados com a cidade de Braga que, pela sua raridade, são já de difícil acesso aos leitores comuns, senão mesmo completamente desconhecidos. Pretende-se, deste modo, preservar e actualizar a memória colectiva dos bracarenses ou de quantos se interessam pela história da cidade.



Todo dedicado ao Bom Jesus, podemos encontrar no volume uma série de textos breves, de natureza vária, como o de José Joaquim da Silva Pereira Caldas sobre a altitude a que se encontram os santuários do Bom Jesus e do Sameiro e o tamanho das suas torres. Um outro texto de Júlio César Machado descreve a sensação de bucolismo de quem decide vencer a encosta apanhando o famosos elevador. Camilo Castelo Branco evoca a primeira vez que esteve no Bom Jesus, aos dez anos, vindo de Vigo com a mãe e outros romeiros para onde os arrastara violenta tempestade. Alberto Pimentel descreve liricamente a beleza do Bom Jesus em prosa expressiva entremeada de versos profundamente emocionados. Raul Brandão, por seu lado, narra um encontro bem-humorado com o desbocado poeta bracarense João Penha. Por sua vez, António Ferro analisa numa reportagem, com humor e alguma malícia, a sociedade que frequentava os hotéis do Bom Jesus, que ele entendia viver ainda no tempo de Soares dos Passos, bem como as vivências religiosas de quem peregrina ao Sameiro. Por fim, no texto mais longo, Ricardo de Saavedra entrevista António Manuel Couto Viana que lhe conta algumas das emocionantes aventuras vividas em Braga nos seus tempos de estudante.

Lemos com agrado este pequeno, mas simpático, volume que nos comunica impressões e vivências de vultos importantes na vida cultural portuguesa dos séculos XIX e XX.

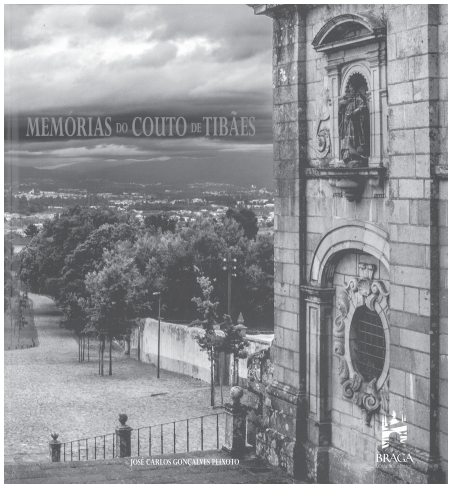
L.S.P.

■ **PEIXOTO, José Carlos Gonçalves, *Memórias do Couto de Tibães*. Braga, Câmara Municipal de Braga, 2017 (255x235mm, 317 pp.; ISBN: 978-989-99600-4-6).**

Esta obra foi a vencedora do Primeiro Prémio de História Local Dr. Manuel Monteiro, promovido pela Câmara Municipal de Braga com a intenção de fomentar, por um lado, o interesse pela história local, pela investigação e pelo património e, por outro lado, para honrar a memória do ilustre escritor, arqueólogo, etnólogo, magistrado, diplomata e crítico de arte que foi o bracarense Dr. Manuel Joaquim Rodrigues Monteiro (1879-1952).

Com prefácio do Doutor José Marques, Prólogo da Dr.ª Aida Mata e Proémio Introdutório do próprio autor, a obra divide-se em duas grandes partes. A primeira estrutura-se em seis capítulos e abarca um vasto período histórico que vai de 1110, data da outorga da carta de couto pelos Condes Portucalenses D. Henrique e D. Teresa, até 1834, data da extinção das ordens religiosas. A segunda parte, organizada em sete capítulos, abarca o período que vai de 1834 até aos nossos dias.

Se a primeira parte do trabalho se concentra na vida monástica, a segunda parte evoca os múltiplos aspectos da vida comunitária tais como instituições e empresas, vias de comunicação, património (escolas, minas de volfrâmio, cemitério, cruzeiros, sinos, fontes, nichos, alminhas) manifestações religiosas (o cerco e S. Sebastião, as festas da Senhora do Ó, a devoção a S. Gens e S. Martinho, os clamores, a entrega da cruz, o cornipo e o compasso), entidades e associações



(o rancho folclórico, o patronato de S. Bento, o grupo coral, o grupo de escutas, o centro de cultura recreio e teatro da Casa do Povo, associações desportivas, etc.), personalidades e famílias, notícias e curiosidades que o autor considerou dignas de retirar do esquecimento e guardar para memória futura. Não quis limitar-se ao estudo dos períodos mais remotos da sua terra, mas quis deixar documentada a forma como as gentes da actualidade se organizam e agem em comunidade.

Não podemos deixar de salientar as abundantíssimas ilustrações, devidamente numeradas e organizadas em índice, bem como as 505 notas de rodapé que muito enriquecem as informações, e uma sucinta bibliografia.

L.S.P.

■ **MATA, Ainda Maria dos Reis; OLIVEIRA, Eduardo Pires de (org.), *Conhecer o Mosteiro de Tibães,* Braga, Grupo de Amigos do Mosteiro de Tibães, 2017 (230x180mm, 237 pp.).**

A presente obra reúne artigos resultantes das aulas leccionadas no Mosteiro de Tibães, ao longo do ano de 2015, por um grupo de especialistas oriundos do próprio mosteiro, das Universidades do Minho e de Lisboa, da Biblioteca Nacional e da comunidade beneditina portuguesa. Visaram dar a conhecer mais profundamente ao público interessado o Mosteiro de São Martinho de Tibães nas suas múltiplas e complexas facetas. Um mosteiro beneditino era uma espécie de mini-cidade que deveria auto-sustentar-se e contribuir, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento religioso, cultural e económico da sociedade em que se inseria.

Eduardo Pires de Oliveira escreve sobre a igreja do Mosteiro de Tibães; Elisa Lessa, sobre a música no Mosteiro nos séculos XVII e XVIII; Paulo Oliveira analisa o cerimonial monástico beneditino; Ana Isabel Líbano Monteiro escreve sobre livros e leituras no Mosteiro; Anabela Ramos dá a conhecer o quotidiano alimentar dos monges; Ana Maria Reis Mata desvenda-nos o quotidiano da vida monástica, do acordar ao deitar, durante os séculos XVII, XVIII e XIX; Paulo Oliveira apresenta-nos o plano de estudos na Congregação Beneditina Portuguesa e ainda os numerosos artistas que trabalharam nos mosteiros de S. Bento; Aurélio de Oliveira, a partir da Abadia de Tibães, faz um diagnóstico da situação económica do Entre Douro e Minho no século XVII, alargando a sua análise à situação nacional; José Carlos Gonçalves Peixoto, por seu lado, traça a demarcação territorial do



couto do Mosteiro enquanto Anabela Ramos esclarece o funcionamento do poder judicial e municipal nesse mesmo couto. Por fim, elabora ainda uma rica e extensa bibliografia sobre o Mosteiro que recolhe cerca de 293 títulos.

De realçar ainda que os textos são acompanhados de esclarecedoras ilustrações que mostram bem o esplendor artístico das talhas, a beleza da arquitectura, a harmonioso equilíbrio dos espaços interiores e exteriores. Estamos perante uma obra imprescindível para quem desejar enriquecer os seus conhecimentos sobre um dos mais importantes monumentos portugueses que, em certo sentido, desempenhou papel equivalente ao que teve, séculos antes, o mosteiro de Alcobaça.

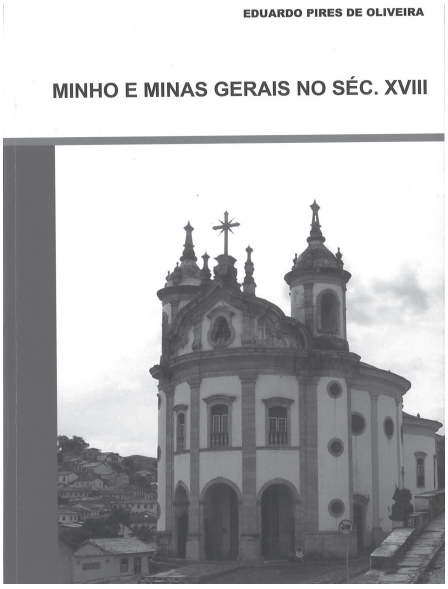
L.S.P.

■ **OLIVEIRA, Eduardo Pires de, *Minho e Minas Gerais no séc. XVIII*, Braga, Ed.do autor, 2016 (224x170mm, 288 pp., ISBN: 978-989-20-6949-4).**

Minho e Minas Gerais no séc. XVIII colige doze interessantíssimos ensaios de vária procedência publicados entre 1996 e 2015. Uns resultaram de palestras e conferências que o autor foi convidado a proferir em colóquios e congressos em Minas Gerais, no Brasil; outros viram a luz como prefácios de livros editados no Brasil. Numa tábua final, o autor identifica as obras e as datas em que foi originalmente publicado cada um dos ensaios agora reunidos num só volume.

Urgia, de facto, reuni-los para mais facilmente termos acesso ao conhecimento das frutuosas relações artísticas e culturais que se estabelecerem entre estas duas regiões tão distantes. Em dois dos presentes ensaios, "Entre-Douro-e-Minho e Minas Gerais no século XVIII" e "Minho e Minas Gerais, 1730-1770", Eduardo Pires Oliveira mostra que essas relações não eram apenas artísticas e culturais, mas sobretudo económicas. Ante as notícias do aparecimento de ouro e pedras preciosas, numerosos minhotos para lá partiram à procura de melhores condições de vida. E foram em tão grande número que D. João V teve que intervir para estancar essa autêntica sangria que deixava a província minhota sem a gente necessária para o cultivo das terras. E foi, por certo, dessa corrida ao ouro brasileiro que ficaram em Minas costumes tipicamente minhotos como o caldo-verde ou o arroz de pica-no-chão.

Os artistas estudados são principalmente José Fernandes Pinto Alpoim, António Pereira de Sousa Calheiros, Francisco Vieira Servas, José Soares de Araújo, Francisco Lima Cerqueira e Pedro Monteiro de Sousa, mas a propósito deles muitos outros são também evocados. Na arquitectura, na escultura, na talha, na pintura



deixaram marcas tão impressivas que, ao olharmos as casas, as ruas, as igrejas, as obras de arte que nelas se conservam parece que estamos a ver a nossa própria região. As numerosas ilustrações que acompanham os textos permitem confirmar essas flagrantes semelhanças.

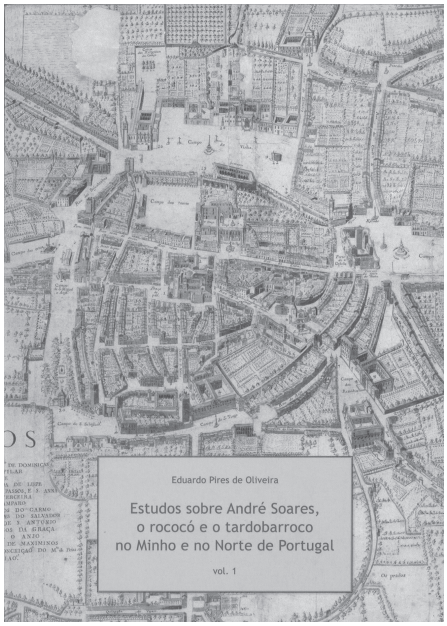
De relevar ainda um ensaio sobre os órgãos do Minho e de Minas Gerais e outro sobre "João Soares de Araújo e Manuel Furtado de Mendonça: de Braga ao Tijuco. Reflexões sobre uma pintura perdida". Muito útil para quem se dedicar à investigação destes temas será também o dicionário de artistas minhotos que trabalharam em Minas Gerais no séc. XVIII.

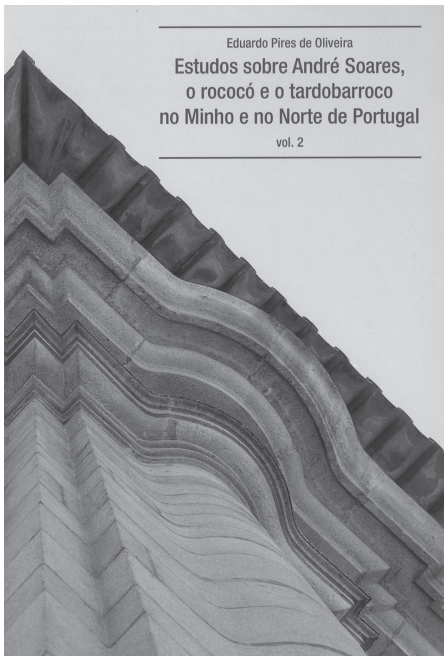
Estamos, portanto, diante de um trabalho imprescindível para quem desejar aprofundar os seus conhecimentos sobre a História da Arte comum a Portugal e ao Brasil.

L.S.P

■ **OLIVEIRA, Eduardo Pires de, *Estudos sobre André Soares, o rococó e o tardobarroco no Minho e no Norte de Portugal,* vols 1 e 2, Braga, edição do autor, 2016-2017, (224x170mm, 335 e 302 pp.; ISBN: 978-989-20-6735-3).**

Com prefácio de Henrique Barreto Nunes, o primeiro volume, e de Vítor Serrão, o segundo, estes dois tomos constituem um todo que visa tornar acessível aos leitores parte substancial do primeiro volume do trabalho de doutoramento de Eduardo Pires de Oliveira, intitulado *André Soares e o Rococó do Minho*, tese defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em Abril de 2012. São dois volumes absolutamente imprescindíveis para quem pretender conhecer a personalidade artística do bracarense André Soares e a espantosa obra de talha, de arquitectura e de urbanismo que ele nos deixou e que revela um dos maiores artistas portugueses de sempre e o maior, sem dúvida, do período conhecido por tardobarroco e rococó.





Profusamente ilustrada, a obra vai analisando, no primeiro volume, a presença do rococó em Braga e na região minhota, a vida de André Soares, as relações familiares, uma primeira aproximação à sua obra, a sua arte do retábulo ou as relações que teve com a Congregação Beneditina, em Tibães, no mosteiro de Rendufe e no de Bostelo, Particularmente interessante nos parece o ensaio "Andrés Soares. Um Novo Olhar", onde se mostra a influência que terão tido as relações familiares no início da sua carreira e a marca estilística que nele deixaram as colecções de gravuras e as ilustrações dos tratados de arquitectura existentes no Paço arquiepiscopal ou nas bibliotecas conventuais. Depois, vão-se analisando em pormenor as marcas estilís-

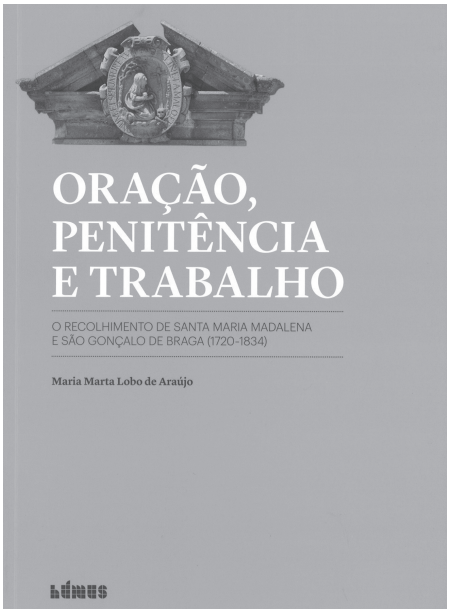
ticas de André Soares nas suas mais importantes obras em Braga, como o Paço de D. José de Bragança, o Convento dos Congregados, a capela dos Monges, o Palácio do Raio, a Casa do Rolão, Casa da Câmara, a capela de N.ª Sr.ª da Torre, o Hospital de São Marcos, as fontes do terreiro e do jardim dos Palácio dos Biscainhos, a igreja dos Terceiros, bem como o convento de Santa Rosa de Lima, em Guimarães, a igreja da Lapa, em Arcos de Valdevez, etc.

Os retábulos e a sua estrutura, os púlpitos, as sanefas, o mobiliário, toda uma produção artística imensa e inovadora, espalhada sobretudo pelo norte de Portugal, é aqui analisada com olhos de quem conhece minuciosamente André Soares e tem por ele uma admiração sem reservas. Como diz Vítor Serrão no prefácio do segundo volume, o autor "foi capaz de desenvolver uma linha de investigação exaustiva sem esquecer, todavia, que é preciso e necessário um equilíbrio entre o academismo e a divulgação. Assim sendo, foi construindo uma obra de altíssimo relevo que não se fecha nas fronteiras menos acessíveis da erudição académica e que permitiu historiar nas cores certas a Braga do século XVIII".

L.S.P.

■ **ARAÚJO, Marta Maria Lobo de. *Oração, Penitência e Trabalho. O recolhimento de Santa Maria Madalena e São Gonçalo de Braga (1720-1834)*.Vila Nova de Famalicão. Eduções Húmus, 2017 (240x170mm, 290 pp.; ISBN: 978-989-755-262-5).**

Marta Maria Lobo de Araújo doutorou-se em História Moderna e Contemporânea pela Universidade do Minho, onde é Professora Associada com Agregação no Departamento de História. Autora de interessantíssima obra de investigação principalmente no campo da História Assistencial, dá nos em *Oração, Penitência e Trabalho* o melhor estudo até agora publicado sobre o Recolhimento de Santa Maria Madalena e São Gonçalo de Braga, vulgarmente conhecido como As Convertidas. Ao longo de quase 300 páginas, podemos agora entrar com segurança científica naquele espaço e acompanhar, ao longo de quase três séculos e seis bem informados capítulos a vida quotidiana das mulheres que, por variadas razões, ali se recolheram.



No cap. I, conta-se um pouco da vida do fundador, o arcebispo de Braga D. Rodrigo de Mouta Teles, as suas preocupações com as obras assistenciais, o perfil das recolhidas, a sua proveniência social e geográfica, as relações familiares, os ritmos de entradas e saídas. No cap. II, analisa-se o programa de conversão exterior e interior que as admitidas deveriam seguir para a sua recuperação humana, bem como a estrutura do poder dentro da instituição. O capítulo III descreve-nos os espaços da casa, como a portaria, as rodas e os ralos, as celas, o tronco, o coro alto e o coro baixo, a capela, a sacristia, a biblioteca e o arquivo, a casa dos lavores, a cozinha e o refeitório, o claustro, o pátio e a cerca. No cap. IV, fala-se das fontes de sustento da Instituição, que iam das verbas pagas pela Mitra, aos legados e rendimentos de dinheiro a juros, às esmolas e bens patrimoniais das próprias recolhidas. Muito interessante nos parece igualmente o cap. V que revela com pormenor as práticas alimentares, os rituais no refeitório, as celebrações festivas, os conflitos, por vezes violentos, que surgiam num universo feminino fechado, as devassas que se realizaram em consequência dessa conflitualidade. Finalmente, o cap. VI põe-nos a par dos hábitos de higiene pessoal e da casa, o abastecimento de água, a assistência na doença e os rituais da morte. Em suma, é todo o percurso vital das recolhidas que esta obra nos permite acompanhar. Não menos interessante, porém, é o conhecimento da vida na cidade de Braga que, através do quotidiano das recolhidas, temos oportunidade de conhecer.

A obra termina com a transcrição dos primitivos estatutos do Recolhimento, com a identificação das fontes manuscritas e impressas de que a autora se serviu, e não menos importante para quem desejar aprofundar os seus conhecimentos nesta área da História assistencial, com uma abundante e selecta bibliografia portuguesa e estrangeira.

L.S.P.